

ANAIS DO X ENCONTRO ESTUDANTIL REGIONAL DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS

REGIÃO SUL, SANTA MARIA - RS
19 A 22 DE SETEMBRO DE 2019

ORGANIZAÇÃO DO X EERRI

ANAIS DO
X ENCONTRO
ESTUDANTIL
REGIONAL DE
RELAÇÕES
INTERNACIONAIS

ORGANIZAÇÃO DO X EERRI



X EERRI 2019

ANAIS DO X ENCONTRO ESTUDANTIL DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS

1ª Edição

SANTA MARIA

2020

Revisão e Organização

Amanda Krein Antonette
Luiza Delaflora Cassol
Renata Rodrigues Marques
Valentina Tâmara Haag

Imagem da Capa

Antônia Tâmara Haag

Capa

Valentina Tâmara Haag

Diagramação

Valentina Tâmara Haag

Os Anais do X Encontro Estudantil Regional de Relações Internacionais – Região Sul reúnem os guias de estudo dos Grupos de Discussão Acadêmica e relatórios dos Grupos de Discussão Institucional, produzidos pela organização do evento e os artigos completos e resumos expandidos submetidos pelas e pelos congressistas. O evento ocorreu entre os dias 19 e 22 de setembro de 2019 na Universidade Federal de Santa Maria, organizado pelas alunas e alunos do curso de graduação em Relações Internacionais da mesma instituição. Este é o quarto volume produzido dos Anais, que são responsabilidade da organização de cada edição do evento.

1ª Edição, Volume 4, 2020

O conteúdo organizado nessa coletânea é de responsabilidade das e dos autores de cada capítulo. A Organização do X EERRI é responsável somente por reunir o material produzido para o evento.

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)**

Anais do X encontro estudantil regional de
relações internacionais [livro eletrônico] /
Valentina Tâmara Haag ... [et al.] ;
organização Organização do X EERRI. -- 1. ed.
-- Santa Maria, RS : Valentina Tâmara Haag,
2020.
PDF

Vários autores.
ISBN 978-65-00-14159-7

1. Relações internacionais I. Haag, Valentina
Tâmara.

20-52439

CDD-327

Índices para catálogo sistemático:

1. Relações internacionais 327

Aline Grazielle Benitez - Bibliotecária - CRB-1/3129

AGRADECIMENTOS

À Comissão Organizadora

Adriana Sarzi	Juliany Santos Bernardino
Aline de Sousa Afurtado	Karolayni Baldoni Costa
Amanda Krein Antonette	Laísa Anderle Huber
Amanda Ribeiro Lopes	Laiza Fortes Siqueira
Ana Elaine Fabian	Larissa Fonseca Rocha
André Dubiela Filippi	Laura Antunes Gomes
Andrei Arthur Fahl	Laura Hofstetter Zanatta
Andressa Ferrão	Letícia Dapieve Fernandes
Anna Luiza Medina	Luiza Delaflora Cassol
Antônia Tâmara Haag	Luiza Schubert Peixoto
Bianca Ojczenasz Schmidt	Luiza Witzel Farias
Carolina Grinke Rückert	Mabel Bastiani Benetti
Cássio Wohlenberg	Maria Eduarda Oliveira Dall'Água
Cecília Luczynski Magalhães	Matheus da Silva Junges
Érika Damião	Miguel da Silva Rodrigues
Fernanda Lahm Martins	Muriel Hesse Block
Flávio Gairro Bairros Neto	Patrick Müller Depner
Gabriela Elisabete Jacobs	Pedro Henrique Ferreira da Rosa
Gabriela Tamiris Rosa Corrêa	Pedro Henrique Silva Ribeiro
Helena Mareth Trombetta	Pedro Quinteiro Uberti
Henrique Jorgielewicz Rogovschi	Rafaella Chueri
Isadora Vieira Pereira Machado	Rafaella Pelliccioli
Jonathan Ferreira Bastos	Renata Rodrigues Marques
Júlia Carvalho Vermonde de Araujo	Sabrina da Costa Chiuza
Júlia Corvelo Delboni	Sabrina Thomaz
Julia de Castro Martins	Tainan de Souza Oliveira

Taís Alexandra da Silva Chiquitelli

Thais Araripe

Taíse Flores Levy

Valentina Tâmara Haag

Às professoras e aos professores convidados

Daniela Campello (EBAPE/FGV)

Palestra de Abertura: Choques Externos, Democracia e Representação na América Latina

Elsa Llenderozas (UBA)

Segunda Palestra: América Latina frente a la incertidumbre

Embaixadora Irene Vida Gala (ESPM)

Palestra de Encerramento: Relações Brasil - África e a luta contra o racismo

Ademar Pozzatti Júnior (UFSM)

Minicurso: Mobilizando o Direito Internacional para a Justiça Global

Igor Castellano da Silva (UFSM)

Minicurso: Análise de Redes no estudo das tradições teóricas e eixos de Conflito e Cooperação

Júlio Rohenkhol (UFSM)

Minicurso: Introdução aos Conjuntos Fuzzy: Análise de Plataformas Internacionais

Júlio C. Rodriguez (UFSM)

Minicurso: Process Tracing, Counterfactual e QCA aplicados a Análise de Política Externa

Fábrica Pontin (UNILASALLE)

Minicurso: Análise de Estratégia e a Dicotomia Fato-valor nas RI

Thomaz Santos (UFSM)

Minicurso: Esporte e Poder nas Relações Internacionais

Joseli Fiorin (UFSM)

Minicurso: O Uso do Cinema e das artes como ferramentas metodológicas para o estudo das Relações Internacionais

Nikelen Witter (UFSM, UNIFRA)

Minicurso: Pensamento e Teoria Feminista: Pesquisa e Narrativa

Sibele de Oliveira (UFSM)

Minicurso: Introdução aos Conjuntos Fuzzy: Análise de Plataformas Internacionais

Tatiana Vargas Maia (UNILASALLE)

Minicurso: Alguma coisa está fora de ordem: Populismo, Nacionalismo e Política Internacional no início do Século XXI

À Universidade Federal de Santa Maria, ao Centro de Ciências Sociais e Humanas, ao Curso de Relações Internacionais e ao Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais

SUMÁRIO

Introdução: Discurso de abertura do X EERRI Valentina Tâmara Haag e Amanda Krein Antonette	10
---	----

Estrutura dos Anais	13
---------------------	----

SEÇÃO I: GRUPOS DE DISCUSSÃO ACADÊMICA

1. A Ascensão Chinesa: Soft Power e Economic Statecraft Pedro Ferreira e Matheus Junges	15
--	----

2. Teoria Feminista Decolonial e Relações Internacionais Amanda Krein Antonette, Érika Damião e Sabrina da Costa Chiuza	26
--	----

3. Hegemonia, Dependência e Autonomia nas Relações Estados Unidos-América Latina Pedro Henrique Ribeiro e Valentina Tâmara Haag	39
--	----

4. Política Externa em Direitos Humanos do Brasil para a América do Sul Luiza Witzel Farias	53
--	----

5. Problemática do Direito Internacional Ambiental: Direito dos desastres e migração compulsória Cássio Wohlenberg	59
---	----

6. Segurança Internacional no Terceiro Mundo Miguel da Silva Rodrigues, Patrick Muller Depner e Renata Rodrigues Marques	71
---	----

7. Relações Internacionais do Oriente Médio: Orientalismo e Terrorismo Carolina Rodrigues, Laiza Fortes Siqueira e Luiza Cassol	97
--	----

8. Retorno dos Nacionalismos no Século XXI Karolayni Baldoni e Maria Eduarda Dall'Áqua	115
---	-----

SEÇÃO II: GRUPOS DE DISCUSSÃO INSTITUCIONAL

1. Assembleia Ordinária do Conselho Estudantil de Relações Internacionais da Região Sul (COERI-Sul) Amanda Krein Antonette e Miguel Eduardo Dawagi	127
---	-----

2. Carta do Profissional de Relações Internacionais Taís Alexandra da Silva Chiquitelli	132
--	-----

3. Empresa Júnior	134
Cecília Luczynski Magalhães e Júlia Delboni	
4. Grade Curricular	136
Laura Hofstetter Zanatta e Laiza Siqueira	
5. Intercâmbio	139
Gabriela Tamiris Rosa Corrêa, Henrique Jorgielewicz Rogovschi, Matheus da Silva Junges e Patrick Muller Depner	
6. Movimentos Sociais	141
Cássio Wohlenberg e Renata Rodrigues Marques	
7. Pesquisa	150
Luiza Witzel Farias e Valentina Tâmara Haag	
8. Projetos de Extensão - Modelos de Simulação	
Thais Araripe	
9. Projetos de Extensão - Popularização do Conhecimento em Relações Internacionais	151
Sabrina da Costa Chiuza e Walter Emilio Buske	

SEÇÃO III: TRABALHOS ACADÊMICOS – ARTIGOS COMPLETOS

1. Grande Somália: Um sonho etnonacionalista e a formação dos Estados no Chifre da África	155
Fernanda da Silva	
2. A metodologia de Lakatos e o Programa de Pesquisa Científico da EPI: Teoria da Transição Hegemônica	174
Juliany Santos Bernardino, Taís Alexandra da Silva Chiquitelli e Victor Hugo Gusmão dos Anjos	
3. A cooperação sul-sul nas relações sino-africanas	191
Juliany Santos Bernardino, Taís Alexandra da Silva Chiquitelli e Victor Hugo Gusmão dos Anjos	
4. O LEPLAC e a mudança da Plataforma Continental Brasileira por meio da CLPC	206
Carlos Otaviano Passos	
5. A política migratória do governo Trump e os impactos imediatos na política regional	218
Davi Antunes da Luz e João Paulo Cavazzani Bosso	
6. O Brasil na Antártica: As projeções geoestratégicas no continente gelado	235
Bruno Andrade Teixeira	
7. Protagonismo das Mulheres na Revolução Nicaraguense	254
Stéphani Castilhos	

8. As capacidades de defesa e segurança cibernética de Brasil e Israel: Uma análise comparativa Adrielly Moroz de Oliveira, Henrique Ribeiro da Rocha e João Paulo Cavazzani Bosso	269
9. Rivalidade por disputa de poder entre Irã e Arábia Saudita no Oriente Médio Lurian Ramos e Maiara Nogueira	282
10. Violência Sexual em Situações de Conflito Adrielly Moroz de Oliveira	300
11. Projeção internacional do Catar: uma análise da política externa a partir do governo de Hamad Bin Khalifa Al Thani Muriel Hesse Block e Camille Costenaro	313
12. Política energética Brasil-Bolívia – Gasbol Jordy Navarrete Quispe, Bruno Andrade Teixeira e Lucélia Ivonete Juliani	334

SEÇÃO IV: TRABALHOS ACADÊMICOS – RESUMOS EXPANDIDOS

1. Presença militar de potências extrarregionais no Atlântico Sul: Implicações para a zona de paz e cooperação Isabella Ortega e Juliane Assis	354
2. O avanço da extrema-direita e o exílio político no Brasil contemporâneo Isabella Martins Carpentieri	356
3. Ausência das mulheres negras na área acadêmica das Relações Internacionais: Primeiras aproximações Bruna de Pereira, Emilly Maria Mello da Silva e Helena Gabriel Ocañes	358
4. As operações de paz como instrumento de Política Externa e de Defesa Brasileira no pós guerra fria Julia Nishio	360
5. Japão e Religião: O Xintoísmo como base da Política Externa Imperialista Japonesa (1868-1945) Maurício Dias	362
6. O despertar do Dragão Asiático: A inovação chinesa como inserção externa Pâmela Monteiro Siqueira e João Heitor Pereira	364
7. Políticas de Direitos Humanos no Mercosul: Avanços nas políticas para a população transgênero (2015 - 2018) Zuri Lima Damasceno	366
8. O desenvolvimento do Conselho de Cooperação do Golfo como uma instituição híbrida e suas implicações para a Integração Regional João Luis Meneghetti e Thaís Peixoto	367

9. A relação política e militar sino-russa analisada a partir da organização para cooperação de Xangai: um conflito aos interesses estadunidenses? Cecília Luczynski Magalhães	368
10. A opressão da mulher no Egito: o feminismo islâmico como viés político-religioso de libertação pós primavera árabe Fabrine Saravia Dummer	371
11. Laicidade e revivalismo islâmico na Turquia: agência e gendramento no uso do véu Bárbara Jardim Zietlow	373
12. O Cinema como Ferramenta de Emancipação: o caso da Federação Pan Africana de Cinema e a consolidação de Nollywood Henrique Martins da Silveira e Pedro Jofily Miranda Cruz	375
13. A diplomacia não oficial: os sujeitos diplomatas invisibilizados nos processos de expulsão em 2018 João Heitor Pereira	378

INTRODUÇÃO: DISCURSO DE ABERTURA DO X EERRI

AMANDA KREIN ANTONETTE¹

VALENTINA TÂMARA HAAG²

No ano de 2019 recebemos a honra e a responsabilidade de sediarmos o décimo Encontro Estudantil Regional de Relações Internacionais, a honra de recebermos mais uma vez o evento que nos é tão caro e tão parte da história de nosso curso (que completa 10 anos junto com o EERRI), mas também a responsabilidade de continuarmos a trajetória que o EERRI tem percorrido nestes dez anos, e o crescimento que o evento e que nós temos tido junto com esta história. Nestes dez anos, o EERRI tem sido um espaço de compartilhamento, de criação de conhecimento e, principalmente, de construção de vínculos. O EERRI nos tem mostrado a força que a integração estudantil pode ter, a força do movimento estudantil enquanto um agente de mudança política na sociedade, e na própria disciplina de Relações Internacionais, e a força que a união entre estudantes, tão diversos e distantes, têm quando acreditam em valores e ideais comuns. Quando aceitamos o desafio de sediarmos o X EERRI, não sabíamos ainda que caminho percorreríamos, não tínhamos ideia das adversidades e contratemplos que surgiriam, nem imaginávamos tudo que aprenderíamos neste processo, todas as memórias e o afeto que construiríamos neste ano de preparação. O que sabíamos era aonde queríamos chegar, o EERRI que queríamos construir.

Desde o início deste processo sabíamos que queríamos construir um evento que fosse mais do que um espaço de integração, um evento que fosse um espaço para as vozes daquelas e daqueles cotidianamente marginalizados

¹Co-coordenadora geral do X EERRI. Graduanda de Relações Internacionais da Universidade Federal de Santa Maria, e-mail: amandakrein@hotmail.com. 2019.

²Co-coordenadora geral do X EERRI. Graduanda de Relações Internacionais da Universidade Federal de Santa Maria, e-mail: valentina.haag@acad.ufsm.br. 2019.

nas Relações Internacionais. Neste intuito, buscamos dar voz à metodologias diversas, à teorias fora do *mainstream*, à temas que muitas vezes não são considerados “de Relações Internacionais”, buscamos as vozes de mulheres, de populações periféricas, populações negras e LGBTQI. Sabemos o quanto as Relações Internacionais pretendem-se um mundo de homens, um mundo heteronormativo, colonial, e racista - vivemos isso diariamente - e também sabemos o quanto precisamos trabalhar o dobro, saber o dobro e gritar o dobro para sermos ouvidas neste espaço. Foi a partir de nossa crença na agência estudantil para a transformação e de nossa ambição por democratizar as Relações Internacionais, tornando-as um espaço mais colorido, mais feminino e mais humano, que organizamos esta edição. Desde a composição da estrutura da organização (com coordenações compartilhadas, por exemplo) à escolha das palestrantes, nosso norte (ou melhor, sul) tem sido gritar que estamos aqui, que somos parte das RI e que vamos sim chutar a porta, ver o circo pegar fogo, e nos fazermos escutar.

Em 2019, talvez mais do que em qualquer outra edição, nos surgiu como uma obrigação política a escuta destas vozes. O EERRI foi sediado em uma universidade pública, tendo uma organização repleta de mulheres e LGBTQS, inclusive na coordenação geral, tendo como plano de fundo um cenário político alarmante, marcado pelo estímulo à violência, pelo conservadorismo e pela ausência de respeito à liberdade e à vida. Isso tem significado não apenas a retirada de direitos de populações vulneráveis, e o consequente aumento das violências cotidianas materiais e simbólicas, mas o desaparecimento da esperança de transformação de nosso país, e de nossa sociedade em uma sociedade mais solidária e justa. O projeto político representado pelo atual governo pretende em primeiro lugar nos calar, nos tirar de cena, nos pôr outra vez nas cozinhas, dentro dos armários, nos tirar da universidade e do espaço público, e nos fazer outra vez privadas. Pois bem, é exatamente o oposto disso que pretendemos fazer aqui.

Essa realidade político-social brasileira que descrevemos é, ao mesmo tempo, um incentivo à resistência, mas também uma limitadora de possibilidades. A construção de um evento estudantil acessível ter sido um

desafio nesse momento, em que estudantes e professores/as são tidos como inimigos do Estado, não foge a essa regra. Mas se a meta da acessibilidade e da valorização da ciência foi cumprida, foi justamente graças a universidade pública. Desde o apoio institucional da Universidade Federal de Santa Maria, que teve 34% do orçamento cortado, ou seja 46 milhões de reais, vale lembrar, até o engajamento pessoal de professores, servidores e coordenadores, cada detalhe do evento foi possível pelo suporte aqui recebido. Agradecemos a todos e todas que colocaram o EERRI como prioridade em um momento em que a ciência é tudo menos isto. Da mesma forma, a promoção de um evento feito de estudantes para estudantes é produto do esforço do corpo discente de Relações Internacionais da UFSM que, ao passar cerca de um ano movendo montanhas para fazer o EERRI acontecer, demonstraram como nós acreditamos que uma educação de qualidade não se faz só na sala de aula, se faz com mobilização estudantil. Nosso muito obrigada aos 55 alunos e alunas que compuseram a comissão organizadora e estiveram durante um ano construindo um evento que recebe nada menos que 300 congressistas e promove cerca de 30 atividades ao longo de quatro dias.

A organização de um evento desse porte e com os objetivos de acessibilidade, promoção do protagonismo estudantil e debate crítico e metodologicamente fundamentado sobre a área de relações internacionais é produto direto da nossa concepção de universidade: pública, gratuita e de qualidade com pensamento crítico e livre de censura. Por isso, tenho um pedido: durante todas as atividades que vão ocorrer nos próximos dias, lembrem que cada sala disponibilizada, cada prédio aberto em pleno feriado, cada lâmpada ligada, o Restaurante Universitário onde todos jantamos durante o evento - que corria risco de ser fechado - são todos produtos do investimento nessa ideia de educação. O ataque a ela não só impossibilita que eventos como esse ocorram, como também promove retrocessos na processo de democratização do acesso à educação que é justamente uma das únicas formas de ocupação desses espaços marcados por gênero, raça e

classe que ainda estão a um longo caminho de serem ocupados de forma diversa e plural.

Ao lembrarmos dos 100 anos da criação das Relações Internacionais como área de estudo; lembramos também do marco de 10 anos da graduação de RI na UFSM, que ocorrem no mesmo ano da criação de um programa de pós-graduação, e dos 10 anos da criação do EERRI, os quais fazem parte de um processo de longo prazo que é a construção da excelência, da valorização e da democratização dos espaços públicos e da educação brasileira. Assim, esperamos que os objetivos do EERRI sejam nossos objetivos enquanto estudantes e que os desafios que vivemos hoje não nos façam perder o ritmo na defesa da universidade e das relações internacionais que queremos.

É nessa nota que desejamos um bom EERRI lá em 2019 e agora desejamos uma boa leitura dos anais que finalizam esses esforços de quase dois anos, além de uma boa resistência a todos e todas. Obrigada.

ESTRUTURA DOS ANAIS

Os anais do evento estão divididos em quatro seções. A primeira traz os guias produzidos pelos coordenadores e coordenadoras dos Grupos de Discussão Acadêmica para auxiliar na discussão; a segunda conta com relatórios dos Grupos de Discussão Institucional, também produzidos pela organização; já as duas últimas seções trazem os trabalhos acadêmicos enviados e apresentados durante o evento pelos congressistas, sendo a terceira seção composta pelos artigos completos enviados e a quarta pelos resumos expandidos.

SEÇÃO I
GRUPOS DE DISCUSSÃO ACADÊMICA

A ASCENSÃO CHINESA: SOFT POWER E ECONOMIC STATECRAFT

MATHEUS DA SILVA JUNGES¹

PEDRO HENRIQUE FERREIRA DA ROSA²

INTRODUÇÃO

A ascensão chinesa, desde os anos 1970, não dispõe apenas de grandes números estatísticos, presença diplomática e projeção de poder militar. Além de ganhos chamados de verticais, ainda há muitos outros que se dão de uma forma horizontal (SHAMBAUGH, 2016). A partir destes, a política externa chinesa, durante os anos recentes, é tida por um lado como razoavelmente consistentes e bem coordenadas com suas prioridades domésticas, mas, por outro lado, o Estado chinês não desenvolveu nenhum documento que demonstre os objetivos estratégicos e as maneiras pelas quais serão buscados (JISI, 2016), apesar de, nos últimos anos, os Livros Brancos começam a nortear tal atuação.

Várias áreas do globo foram afetadas por essa falta de transparência. A partir disso, iniciou-se uma discussão sobre até que ponto tal presença seria benéfica ou não para o desenvolvimento socioeconômico dos países das mais diversas regiões, entrando na discussão sobre a criação ou de laços de complementaridade e benefícios mútuos, ou laços de dependência, como visto nos padrões históricos (FERCHEN, 2011).

Dessa forma, a presença chinesa se apresenta tanto na forma militar, quanto não-militar, sendo essa última o foco principal do debate desse grupo

¹Graduando de Relações Internacionais da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Coordenação de Lazer do X EERRI. 2019.

²Graduando de Relações Internacionais da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Coordenação de Comunicação do X EERRI. 2019.

de discussão. Para isso, as próximas seções se dedicam a introduzir os conceitos de *soft power*, de forma mais ampla, e de *economic statecraft*, mais específico. Ambos os conceitos são importantes para entender como se dá a ação externa chinesa, principalmente em países de Terceiro Mundo.

1. SOFT POWER

A presença, impacto e aumento do investimento chinês em âmbito internacional é crescente, e, segundo Shambaugh (2016, p. 434), a China exerce influência global em quatro dimensões: securitária, cultural, diplomática e comercial, sendo as três últimas ligadas ao conceito de *soft power* de Nye (2004), poder caracterizado pela consolidação dos objetivos desejados por meio da atração, ao invés de coerção ou então por meio de pagamentos.

A cultura é uma fonte importantíssima de poder, sendo posto pelo Primeiro-Ministro Sênior de Singapura, Lee Kuan Yew, que “o soft power só é alcançado quando as demais nações admiram e querem imitar aspectos da civilização”³. A língua é uma das principais formas de disseminar a cultura de um local, o que é visto pela criação de diversos Institutos Confúcius, por exemplo, desde 2004, pelo Ministério de Educação chinês, com o objetivo de promover e ensinar, tanto o mandarim quanto a cultura chinesa para diversas regiões do mundo.

Outro ponto importante, ainda dentro do âmbito cultural, é o envolvimento de estudantes estrangeiros, sendo estes 75% originários de outros países asiáticos, principalmente da Coreia do Sul e Japão, mas também do Sudeste Asiático, região que abriga o maior número de chineses fora da China, mas também uma das principais áreas geoestratégicas chinesas, além de comportar diversos Estados que reclamam soberania sobre o Mar do Sul da China. A importância de captação de estudantes estrangeiros reflete

³FOO, Lam Pin. Only the Tang Dynasty Came Close to Having Influence. The Straits Times, 26 de outubro de 1996. Disponível em: <https://lampinfoo.com/2011/10/30/the-soft-power-of-tang-dynasty-%e2%80%93-china%e2%80%99s-golden-age/>

diretamente o papel chinês como o “ímã cultural” da Ásia (GILL, HUANG, 2006). A China vê sua cultura como global, e não restringida somente ao seu próprio Estado, fazendo com que seja muito mais fácil sua disseminação, diferentemente de alguns outros Estados asiáticos, como o Japão (GOODMAN, 2004, p. 73).

Quando entramos no âmbito diplomático, nos referimos às decisões de política externa vistas como legítimas e detentoras de autoridade moral, e quando têm a capacidade de aumentar a habilidade de manipular agendas, fazendo com que os demais atores não expressem suas preferências por parecerem não se encaixar dentro dessa (NYE, 2004). A abordagem pacífica de ascensão iniciada com Mao-Tsé Tung busca um ambiente internacional estável, para que a China possa focar no seu desenvolvimento socioeconômico doméstico, buscando construir relações construtivas com as demais grandes potências (GILL, HUANG, 2006).

Outra forma de exercício de poder pela diplomacia também é visto pelo ingresso chinês em instituições e organizações internacionais. Alguns exemplos regionais são a Área de Livre Comércio ASEAN-China, seu assento no Fórum Regional da ASEAN (ARF), assinaturas do Tratado de Amizade e Cooperação do Sudeste Asiático (TAC) e Organização de Cooperação de Shangai (SCO). Também se tornou mais presente nas missões da ONU, sendo o maior despachador de tropas de todos os cinco membros permanentes do Conselho de Segurança da ONU (GILL, HUANG, 2006).

Já o âmbito comercial, uma das maiores dimensões da presença chinesa, tem como uma de suas principais formas de abordagem a geoeconomia, utilizando-se do *economic statecraft* (MASTANDUNO, 2012; WIGELL, SCHOLVIN, 2019). A utilização de meios econômicos, como investimentos em infraestrutura e compras de ativos, é uma forma muito eficiente de *soft power*, sendo abordada mais profundamente na próxima seção.

2. GEOECONOMIA E ECONOMIC STATECRAFT

A definição concisa de *statecraft* é dada pelo “uso de instrumentos a disposição de autoridades políticas centrais para propósitos de política externa”. Os instrumentos podem ser categorizados entre meios de caráter diplomático, militar e econômico. Uma das esferas que mais se desenvolve nos últimos anos, é a que trata especificamente dos instrumentos de cunho econômico. Assim, o *economic statecraft*, definido como o “uso de ferramentas e relações econômicas para atingir fins de política externa”, é dividido entre meios positivos ou negativos, e unilaterais ou multilaterais. (MANSTADUNO, 2012, p. 204)

O caráter negativo é assumido quando ocorre a ameaça ou a efetivação de sanções, fundamentalmente coercitivas e punitivas. Em contrapartida, o uso positivo é representado pela concessão de incentivos e benefícios justificado por uma relação que atenda os interesses estabelecidos pelo ator dominante, os quais são frequentemente expostos como ambições mútuas. Segundo Hendler (2018, p. 182):

A literatura costuma indicar as seguintes vias de *economic statecraft*: i) investimento direto (IED) ou de portfólio (por empresas); ii) serviços financeiros como empréstimos e doações (por bancos públicos); iii) comércio exterior; iv) acesso a recursos energéticos e outras commodities; e v) política monetária, com a aquisição de títulos estrangeiros (por fundos soberanos), acordos sobre uso de moedas no comércio ou política cambial (REILLY, 2013, BLACKWILL, HARRIS, 2016). Em geral, essas vias são usadas como meios de incentivo ou de punição/sanção, embora cada uma tenha suas peculiaridades.

Quanto a outra caracterização, as ações amparadas no *economic statecraft* podem partir de um ator individual, ou de um grupo de atores que implementem medidas coordenadas.

Tem-se dois aspectos consensuais presentes na agenda de pesquisa do *economic statecraft* como teoria de análise de política externa; um deles se refere ao século XX como período-auge de seu uso. Em um sistema internacional cada vez mais interdependente, aliado a uma consolidada economia de dimensão global, criam-se redes em que o uso de sanções positivas ou negativas é facilitado em decorrência de Estados, cidadãos e

Organizações Internacionais interconectados. Outro consenso diz respeito ao intrínseco papel da assimetria, uma vez que “*manipulating the asymmetries of interdependence is an important dimension of economic power*” (NYE, 2011, p. 55). Existem claras relações de causa-efeito entre globalização, interdependência e vulnerabilidade, cuja existência acaba por ser determinante principalmente no uso das sanções.

Por outro lado, existem posições discordantes. Com certeza, a mais importante se alinha ao debate sobre a efetividade das sanções negativas. A decorrentes controvérsias são delimitadas por Mastanduno (2012, p. 210-211) em 4 desafios:

- a. as sanções causam um problema econômico de longo prazo. O sancionado pode encontrar alternativas internas ou em outros parceiros econômicos;
- b. efeito *rally around the flag*. A ação proporciona a mobilização entre governo e sociedade para o enfrentamento do ator que impõe as sanções;
- c. perda de apoio internacional. As sanções podem não ser bem compreendidas como justas por parte dos atores que compõem o sistema internacional;
- d. o impacto das sanções na sociedade como um todo, afetando inocentes e não somente o ator alvo inicial da sanção.

Fato é que, através da leitura da conjuntura global, chega-se à conclusão de que os meios de atuação citados são compreendidos como eficientes, ainda que controversos. Dessa forma, há uma relação direta com o conceito de geoeconomia.

Partindo do pressuposto de que os Estados cada vez mais estão utilizando as ferramentas econômicas de modo que se traduza em resultados de poder político - em termos de influência, Wigell e Scholvin (2019, p. 1) buscam provar “como o poder e a segurança não respondem mais somente ao controle físico do território, mas também ao comando e à manipulação

dos laços econômicos que unem os Estados”. Ainda, conforme exposto pelos autores, o objetivo central da obra citada é expor a geoeconomia como perspectiva de reavivamento do uso de ferramentas econômicas para os fins de política externa durante o século XXI.

Nesse sentido, a geoeconomia é abordada por Blackwill e Harris (2017) como “o uso de instrumentos econômicos para promover e defender interesses nacionais e produzir resultados geopolíticos benéficos; e os efeitos das ações econômicas das demais nações sobre os objetivos geopolíticos de um país”. Ou seja, os autores colocam a geopolítica como plano de fundo, elemento antecessor do emprego dos meios econômicos, uma vez que a aplicação do *economic statecraft* é decorrente do estabelecimento dos objetivos geopolíticos.

Durante os anos noventa, Samuel P. Huntington já abordava o cenário de transformação das esferas de poder. Em resumo, na medida em que o embate militar dos Estados se tornava cada vez mais improvável, a atuação calcada nas atividades econômicas já estava em vias de transformar-se na forma de poder mais importante. (HUNTINGTON, 1993, p. 72). Motivadas pelos processos de acumulação de capital, com o passar dos anos fica claro que as potências em ascensão são mais propensas a implementar esse modo de atuação, fato demonstrado pelo projeto chinês dos séculos XX e XXI.

3. ECONOMIC STATECRAFT CHINÊS

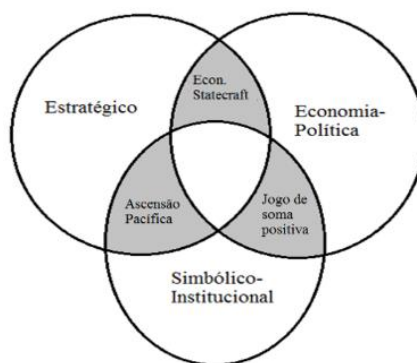
A trajetória capaz de elevar os chineses ao papel de principal contestador de uma ordem global amplamente regida pelo poder dos EUA conta com importantes resultados do *economic statecraft* como estratégia de política externa. Como líder econômico global, o país atua quase que de forma exata ao modelo exposto por Blackwill e Harris (2017) como o ápice da contestação de aspectos do sistema internacional e do logro em atingir objetivos geopolíticos através dos meios econômicos. Tal modelo é chamado de “capitalismo estatal”, no qual o Estado mantém sob seu controle variados setores da economia.

Sobre o modelo ideal anteriormente citado, pode-se observar que a China domina três dos quatro atributos geo-econômicos elencados pelos autores como determinantes do sucesso em se atingir os resultados esperados pelo projeto político chinês:

- a. a capacidade de controlar estatalmente os investimentos no exterior (remete diretamente à estratégia chinesa que entrelaça bancos estatais, fundos soberanos e empresas estatais);
- b. a regulação exercida sobre o mercado interno (soberania de interesses do Estado);
- c. influência sobre fluxos de energia e produtos básicos (foco da atuação em território sul-americano);
- d. projeção global da moeda (frente a dominância do dólar, se enquadra como ponto fraco, atributo ainda não dominado pela atuação chinesa)

A China inclui os quatro atributos no cálculo de sua política externa, usando-os como guia de atuação global. Assim, a estratégia chinesa sempre busca a evolução dos atributos que lhe são favoráveis, associando-os diretamente às ferramentas de atuação além-fronteiras. A figura a seguir esquematiza de forma ideal os vetores de atuação global da política externa chinesa.

Figura 1 - Os elementos constitutivos do sistema sinocêntrico do século XXI.



Fonte: HENDLER, (2018, p. 197)

Os atributos-chave do Estado chinês somam-se aos vetores da grande estratégia de política externa (apresentados pela figura 2), que por sua vez tornam-se os meios para alcançar influência política - entendida como a capacidade de afetar terceiros para atingir resultados esperados (NYE, 2011, p. 6). Esse processo será determinado pela efetividade do *statecraft*.

4. DESAFIOS CHINESES

Apesar de ser eficiente, o *soft power* e o *economic statecraft* não são uma “solução mágica”. Como qualquer outra ferramenta, elas possuem limites e constrangimentos. No caso do *economic statecraft*, como já abordado anteriormente, dizem respeito mais à vertente negativa que a positiva. No caso do *soft power* chinês, Gill e Hudson (2006) apontam três pontos problemáticos: desequilíbrio de recursos, problemas de legitimidade diplomática, e falta de uma agenda coerente.

Em relação ao desequilíbrio de recursos, a China ainda carece muito no desenvolvimento de um mercado cultural, pois, apesar de vários produtos com a etiqueta “*made in China*” estarem presente no nosso dia a dia, poucos carregam nomes de grandes marcas como as americanas *Microsoft*, *MTV* ou *McDonalds* (GILL, HUDSON, 2006). Contudo, esse cenário parece estar mudando, principalmente no setor eletrônico, com empresas como a *Xiaomi* e a *Huawei*, o que já demonstra certa preocupação por parte dos Estados Unidos⁴.

No entanto, apesar da China possuir cerca de um quinto da população mundial, apenas 4% das fontes de informação mundial são em chinês. Problemas internos como desigualdade econômica e corrupção dentro do Partido Comunista também fazem com que haja esse desequilíbrio (PEI, 2002; GILL, HUDSON, 2006).

⁴Diretora financeira da Huawei é presa no Canadá. Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/tecnologia/noticia/2018/12/05/diretora-financeira-da-huawei-e-presa-no-canada.ghtml>. Acesso em 01 de agosto de 2019

O problema de legitimidade se dá devido à falta de uma reforma política e amizade com ditaduras em países subdesenvolvidos (Zimbabwe, Irã, Venezuela), se afastando das normas da ordem americana, ou seja, do liberalismo, pluralismo e autonomia. Um outro ponto que deve ser levantado é a preocupação chinesa com direitos humanos, uma vez que não conseguirá manter sua visão benigna de “ascensão pacífica” sem que haja compromisso com tais direitos (GILL, HUDSON, 2006).

O fator da falta de agenda coerente de política externa é causado pela China se ver “*burdened by history and distracted by rising nationalist sentiments*” (GILL, HUDSON, 2006). Como explicam os autores, a questão do nacionalismo sempre vem à tona, e, com a China querendo se tornar um ator global pacífico, as falhas em conseguir ganhos significativos em democracias liberais que tiveram um declínio da influência americana em vários setores.

De forma mais específica, um dos grandes desafios à projeção chinesa na América do Sul é apresentada pela atual conjuntura política, modificada principalmente após a eleição de Donald Trump nos EUA e da subsequente alçada de Chefes de Estado de inclinação à direita.

Se por um lado, em um primeiro momento, houve fomento à ampliação de relações dos sul-americanos com os chineses, motivada pela retórica do presidente norte-americano e suas primeiras ações como a saída da Parceria Transpacífica⁵, por outro lado, posteriormente a tendência tem sido de estímulos contrários, amplificados pela eleição de Mauricio Macri e Jair Bolsonaro nos dois países mais importantes do Continente. Assim, acontece o retorno de líderes que dão preferência para acordos que envolvam aportes norte-americanos, trazendo à tona um momento de nebulosidade para o projeto de crescimento da influência chinesa na região. Um dos símbolos desse novo momento é a contestação de um grande projeto colocado em prática na Argentina de Cristina Kirchner, paralisado após a troca de liderança política e colocado sob investigação dos acordos incluídos nas

⁵Onze países assinam acordo transpacífico sem EUA. Disponível em: <https://br.sputniknews.com/americas/201701247507469-america-latina-distante-eua-proximo-china/>; <https://www.dw.com/pt-br/onze-paises-assinam-acordo-transpacifico-sem-eua/a-42898581>

negociações relativas à construção de uma usina hidrelétrica⁶. No entanto, a pressão contrária advém de partes já beneficiadas pela parceria estratégica com os chineses, cujo papel tem sido de contestar pronunciamentos oficiais e prioridades das relações internacionais desalinhadas.

QUESTÕES PARA DEBATE

- A ascensão chinesa é/poderá ser pacífica, como buscam?
- Qual a influência do pensamento chinês nas próximas gerações de elites, tanto chinesas quanto ocidentais?
- Qual será a resposta americana?

REFÊRENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BLACKWILL, Robert D; HARRIS, Jennifer M. **War by Other Means: Geoeconomics and statecraft**. 1ed. Harvard University Press Cambridge, Massachusetts, 2017.

FERCHEN, Matt. **China–Latin America Relations: Long-term Boon or Short-term Boom?** *The Chinese Journal of International Politics*, v. 4, n. 1, p. 55–86. 2011.

GILL, Bates. HUANG, Yanzhong. Sources and limits of Chinese ‘soft power’, *Survival*, v. 48, n. 2, p. 17–36. 2006.

GOODMAN, David S.G. China in East Asian and World Culture, in Barry Buzan and Rosemary Foot, **Does China Matter? A Reassessment**. New York: Routledge, p. 73. 2004.

HENDLER, B. **O sistema sinocêntrico revisitado: a sobreposição de temporalidades da ascensão da China no Século XXI e sua projeção sobre o sudeste asiático**. 2018. 278f. Dissertação (Doutorado em Economia Política Internacional) - Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018.

HUNTINGTON, Samuel P. Why International Primacy Matters. *International Security* 17, no. 4, Spring 1993 p. 72.

⁶Santa cruz: el sueño de las represas, otra vez en suspenso. Disponível em: <https://dialogochino.net/5874-argentina-confirma-proyecto-de-barragens-em-santa-cruz/?lang=pt-br>; <https://www.lanacion.com.ar/politica/santa-cruz-el-sueno-de-las-represas-otra-vez-en-suspenso-nid2153262>.

JISI, Wang. China's Search for a Grand Strategy: A Rising Great Power Finds Its Way. In: SHAMBAUGH, David. **The China Reader: Rising Power**. Nova Iorque: Oxford University Press, 2016.

MASTANDUNO, M. Economic Statecraft. In: SMITH, Steve *et al.* **Foreign Policy - Theories, Actors, Cases**. Oxford University Press, 2a ed., cap. 11, p. 204-221. United Kingdom, 2012.

NYE, Joseph S. **Soft Power: The Means to Success in World Politics**. Public Affairs. New York, 2004.

NYE, Joseph S. **The Future of Power**. 1 ed, Nova Iorque. Public Affairs, 2011.

PEI, Minxin. China's Governance Crisis, *Foreign Affairs*, v. 81, n. 5, p. 96-109. 2002.

Pew Global Attitudes Project, **American Character Gets Mixed Reviews**, 16-Nation Pew Global Attitudes Survey.

SHAMBAUGH, David. **The China Reader: Rising Power**. Nova Iorque: Oxford University Press, 2016.

WIGELL, Maikel; SCHOLVIN, Sören. Geo-economic power politics: an introduction. In: AALTOLA, Mika *et al.* **Geo-Economics and Power Politics in the 21st Century**. 1. ed. London/New York. Routledge, 2019.

TEORIA FEMINISTA DECOLONIAL E RELAÇÕES INTERNACIONAIS

AMANDA KREIN ANTONETTE¹

ÉRIKA DAMIÃO²

SABRINA DA COSTA CHIUZA³

1. A TEORIA FEMINISTA E AS RELAÇÕES INTERNACIONAIS

A Teoria Feminista para as Relações Internacionais insere-se no Quarto Grande Debate (embora remonte já aos anos 80, antes dele), somando-se às teorias pós-positivistas na crítica às epistemologias *mainstream* da área. Assim, as teóricas feministas questionam a neutralidade e objetividade postas à prática científica. A ciência não pode ser vista como uma prática neutra, mas deve, na verdade, ser percebida como um campo de poder, cuja estrutura é sustentada por um discurso da objetividade (HARAWAY, 1995). A funcionalidade da objetividade está em construir binômios opostos e hierarquizados, criando assim, as oposições entre racional e emocional, objetivo e subjetivo, violento e pacífico, forte e frágil, público e privado, masculino e feminino. Estes binômios não são apenas opostos, mas hierarquizados, de forma que um polo é positivo e o outro negativo, e, mais ainda, são mutuamente dependentes, apenas existem em relação um ao outro (TICKNER, 1997).

Tanto na prática científica quanto na prática política, as características associadas ao masculino, isto é, as positivas - racionalidade, objetividade,

¹Graduanda de Relações Internacionais da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Coordenação Geral do X EERRI. E-mail: amandakrein@hotmail.com. 2019.

²Graduanda de Relações Internacionais da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Coordenação Comunicação do X EERRI. 2019.

³Graduanda de Relações Internacionais da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Coordenação Acadêmica do X EERRI. 2019.

violência, força e dominação - são as percebidas como universal, como a regra. Evelyn Fox Keller (1985:89) argumenta que “a ciência moderna do Iluminismo incorporou um sistema de crenças que iguala a objetividade à masculinidade e um conjunto de valores culturais que simultaneamente eleva o que é definido como científico e o que é definido como masculino” (KELLER, 1985:89 *apud* TICKNER, 1997:13, tradução nossa⁴). Por isso, as mulheres são estruturalmente excluídas dessas práticas, pois tudo aquilo associado ao feminino é tido como não aceitável nestes meios. Mais ainda, as teóricas feministas colocam que

[e]mbora gênero seja frequentemente visto como pertencente ao doméstico e, portanto, contrário aos negócios "reais" da política, Scott argumenta que ele é construído na economia e na política por meio de várias estruturas institucionais que têm o efeito de "naturalizar", e até mesmo legalizar o status inferior das mulheres. De acordo com Jane Flax (1987:624), "relações de gênero estão dentro e são constituintes de todos os aspectos da experiência humana" (SCOTT, 1986:1069; FLAX, 1987:624 *apud* TICKNER, 1997:4-5, tradução nossa⁵).

Dinâmicas de poder se estabelecem a partir das relações sociais. Assim, toda relação social é perpassada por uma relação de gênero, e esta não pode ser considerada apenas em relação às mulheres, mas também sobre os homens e às masculinidades (TICKNER, 1997). Nesse sentido, que Carole Pateman (1988), afirma que o pessoal é político, na medida em que as relações de gênero se dão a partir de uma estrutura de poder patriarcal, que condiciona todas as relações sociais. Logo, as teorias feministas caracterizam-se pelo estudo do poder, a partir de estruturas de gênero, e, nesta medida, podem contribuir largamente nas análises em relações internacionais, em função deste objeto em comum: as estruturas de poder.

⁴Tradução livre. No original: “*modern Enlightenment science has incorporated a belief system that equates objectivity with masculinity and a set of cultural values that simultaneously elevates what is defined as scientific and what is defined as masculine*”.

⁵Tradução livre. No original: “[*a*]lthough gender is frequently seen as belonging in the household and, therefore, antithetical to the ‘real’ business of politics, Scott argues that it is constructed in the economy and polity through various institutional structures that have the effect of ‘naturalising’ and even legalising women’s inferior status. According to Jane Flax (1987:624), ‘gender relations enter into and are constituent elements in every aspect of human experience’”.

Tickner (1997) afirma que a área de relações internacionais tem se mantido intrinsecamente estruturada por gênero, tanto em seus conceitos e teorias quanto em suas metodologias. Ao definir a disciplina em termos essencialmente positivistas, definindo o realismo e o behaviorismo como vencedores dos primeiros debates, manteve-se uma postura ontológica e metodológica pautada por um universalismo dos métodos objetivistas, que não apenas são obsoletos para compreender a realidade de tudo aquilo que não é ocidental, como não compreende parcela da própria sociedade ocidental - a parcela associada ao feminino, que é negligenciada sob as categorias doméstico, privado, e apolítico.

A separação ontológica entre teoria e prática reforça esta situação e, dessa forma, as teóricas feministas concordam com a perspectiva crítica de Cox (1981), ao afirmar que a prática científica não pode estar dissociada de suas consequências políticas. Assim, a teorização sobre as Relações Internacionais apoiada em conceitos e metodologias que centralizam essa masculinidade hegemônica condiciona a ação política internacional, que, por sua vez, mantém-se um “mundo de homens”, e reforça assim também os estudos sobre esta, na medida em que se pautam por refletir a realidade (TICKNER 1997; TICKNER 1992).

Dessa forma, a área de Relações Internacionais parece se organizar em torno de uma lógica de oposição entre um masculino universal e político, e um feminino, o “outro”, o doméstico e privado. Neste cenário,

estão sempre agindo sobre mulheres. Elas são vítimas de desastres em fábricas de roupas; elas são alvos de ataques sexuais em tempo de guerra; elas são as traficadas, as mal pagas, as objetificadas. Raramente as mulheres são vistas como explicadoras ou as reformuladoras do mundo. Raramente elas são feitas visíveis como pensadoras e atores (ENLOE, 2014:34, tradução nossa⁶).

⁶Tradução livre. No original: “*women are forever being acted upon. They are the victims of garment factory disasters; they are the targets of sexual assaults in wartime; they are the trafficked, the low paid, the objectified. Rarely are women seen as the explainers or the reshapers of the world. Rarely are they made visible as thinkers and actors*”.

Assim como esta visão de que o doméstico tem pouco ou nada a contribuir na política internacional, reforçando a exclusão do mundo feminizado, do mundo privado, nos afasta das Relações Internacionais, afastando esta prática não só das mulheres, mas das dinâmicas do cotidiano. Quando voltamos nossos olhares para a prática cotidiana e comum da política internacional, quando nos perguntamos ‘onde estão as mulheres?’ tornamos possível perceber as relações de poder que afetam a política internacional e em um primeiro momento escondem-se fora dos conceitos *mainstream* de análise internacional. Mais importante do que isso, podemos nos perceber enquanto agentes da política internacional. Segundo Enloe (2014:35)

Há um incentivo alternativo para se aprofundar na política internacional. Isto é, vendo-se nela, não apenas sendo influenciada por ela. Para fazer isso, no entanto, é necessário refazer o mapeamento dos limites do “internacional” e do “político”: é preciso ver como a própria dinâmica familiar, os comportamentos do consumidor, as opções de viagem, as relações com os outros e as formas de pensar o mundo ajudam a moldar esse mundo. Nós não somos apenas “acted upon”; somos atores. No entanto, mesmo reconhecendo que não se faz parte de nenhuma elite, reconhecer-se como ator internacional pode ser enervante. Descobre-se que muitas vezes somos cúmplices na criação do mundo que achamos tão desanimador. O mundo é algo que tem sido e está sendo feito todos os dias. E as ideias e práticas de feminilidade e masculinidade, combinadas às tentativas de controlar as mulheres, são centrais para esse mundo. Também o são os desafios para essas convenções e resistência a essas tentativas. Nem sempre é fácil ver essas tentativas, assim como, resistir a elas. (ENLOE, 2014:35, tradução nossa⁷)

Nesse sentido, a autora retoma o manifesto de Pateman (1988) sobre “o pessoal ser político” para afirmar que não apenas o pessoal é político, mas

⁷Tradução livre. No original: “*There is an alternative incentive for delving into international politics. That is, seeing oneself in it, not just being acted upon by it. To do this, however, requires remapping the boundaries of the “international” and the “political”: it requires seeing how one’s own family dynamics, consumer behaviors, travel choices, relationships with others, and ways of thinking about the world actually help shape that world. We are not just acted upon; we are actors. Though, even recognizing that one is not part of any elite, acknowledging oneself as an international actor can be unnerving. One discovers that one is often complicit in creating the very world that one finds so dismaying. The world is something that has been—and is being—made every day. And ideas about and practices of both femininity and masculinity, combined with attempts to control women, are central to that world-making. So are challenges to those conventions and resistance to those attempts. It is not always easy to see those attempts and, thus, to resist them.*”

também o político é pessoal, na medida em que nossas relações cotidianas e privadas também são construídas a partir de relações de poder públicas. Assim, Enloe (2014) argumenta que não podemos mais tentar explicar uma categoria sem a outra, para entendermos a política internacional, precisamos voltar às relações sociais e suas estruturas de poder. Dessa forma, e reconhecendo que “ideias sobre o que significa ser uma mulher “respeitável” ou um homem “honrado” foram moldadas por políticas colonizadoras, estratégias de comércio internacional e doutrinas militares” (ENLOE, 2014:350) ela adapta o grito de Pateman para afirmar que o pessoal é político internacional. E, da mesma forma, o internacional também é pessoal, pois as dinâmicas de política internacional e as políticas externas dos Estados são também moldadas por relações de gênero supostamente privadas (ENLOE, 2014:351).

2. O DEBATE FEMINISTA DECOLONIAL E SUA IMPORTÂNCIA PARA AS RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Inserido nesse debate está o Feminismo Decolonial, em ascensão tanto nas Ciências Sociais como um todo, quanto nas Relações Internacionais. Essa abordagem, segundo Margaret McLaren (2017), está diretamente ligada às teorias pós-positivistas e decoloniais, que têm como objetivos questionar e desconstruir as teorias dominantes que abordam a história e os problemas contemporâneos de forma hegemônica e marginalizando as experiências dos povos pertencentes ao terceiro mundo. Segundo McLaren (2017), esses estudos pretendem mostrar como a colonização produziu efeitos políticos, históricos e econômicos, além de condicionar a consciência dos indivíduos, a produção de teorias e práticas de pesquisa, construções epistemológicas e formas de conhecimento. Dessa forma, muitas produções acadêmicas reproduzem formas de dominação e assimetria de poder existentes no contexto social e político através de suas pesquisas.

Assim, a autora argumenta que a teoria feminista decolonial tem suma importância na construção de um conhecimento que reflete sobre a complexidade e a diversidade de experiências existentes entre as mulheres, bem como diferentes identidades que estão presentes em contextos diferentes - ou seja, a importância de produzirmos conhecimento para nós mesmas. O processo de construção de conhecimento decolonial e feminista deve ressaltar que existem relações implícitas entre a produção de conhecimento, teorizações e a colonialidade do poder.

Nessa perspectiva, a autora ressalta que, muitas vezes, o feminismo ocidental branco acaba homogeneizando a categoria mulher e não considera que os desafios enfrentados pelas mulheres vão mudar conforme a sua localização geopolítica. Portanto, é imprescindível que essas feministas reconheçam que as noções de igualdade e direitos têm raízes liberais ocidentais e não deveriam ser simplesmente impostas a outros países que adotam qualquer outro tipo de cultura, inferindo pretensões de superioridade dos valores ocidentais.

Ademais, Mohanty (1988) argumenta que toda discussão que pretende abarcar os feminismos do terceiro mundo necessita ter dois projetos principais: (1) criticar internamente os feminismos ocidentais e hegemônicos e (2) formular estudos e estratégias feministas autônomas nas esferas geográficas, históricas e culturais. Ou seja, desconstruir um projeto de feminismo *mainstream* que marginaliza as questões das mulheres do terceiro mundo para construir uma nova forma de abordagem e discussão dessas problemáticas. Incluso nessa discussão, a autora aborda a própria conceitualização de “terceiro mundo” que parte de uma universalidade etnocêntrica ocidental que julga práticas culturais, econômicas, sociais, políticas, religiosas e familiares como inferiores. Dessa forma, essas estruturas são consideradas como sendo “subdesenvolvidas” ou “em desenvolvimento”, trazendo as “mulheres do terceiro mundo” para um contexto de paternalismo, homogeneização e sistematização das experiências de diferentes grupos de mulheres.

A complexidade dessas abordagens é incontestável e, segundo Mohanty, em *Third World Women and the Politics of Feminism* (1991), é difícil apresentar uma entidade singular chamada de “feminismo ocidental” e, mais difícil ainda, generalizar sobre “feminismos do terceiro mundo”. A autora explana que, geograficamente, a América-Latina, Caribe, África Subsaariana, Sul e sudeste da Ásia, China, África do Sul e Oceania fazem parte do mundo não-europeu e, também, aqueles que vivem nos EUA, Europa e Austrália, mas tem ligações históricas com o terceiro mundo geograficamente definido. Portanto, com um contexto tão amplo é difícil demarcar fronteiras raciais, sexuais, nacionais, econômicas e culturais. De acordo com a autora, o fato de compartilhar uma raça, uma nação ou um gênero não significa que haverá uma formação de identidade unitária e trans-histórica. Dessa forma, não há uma definição homogênea de mulheres do terceiro mundo e, para a autora, o que mantém os ensaios sobre essas mulheres e seus feminismos conectados são as formas de dominação sistêmica e políticas difusas que as condicionam, assim como seus contextos comuns de luta.

Nesse contexto, como mencionado anteriormente, essas mulheres são representadas em contextos de subdesenvolvimento e tradições opressivas, o que, conforme Mohanty (1991), as normatizam em uma hierarquia branca e ocidental (progressista) e as congelam no tempo, espaço e história – mulheres do terceiro mundo passam a ser definidas pelos seus “problemas” e indicadores de seu bem-estar, passam a ser base para a construção e delineamento de sua história como passivas e sujeitos sem agência. Por esse motivo, o Feminismo Decolonial defende que nossas análises devem ser historicamente específicas e dinâmicas, sempre levando em consideração a localização dessas mulheres e os contextos políticos, econômicos, sociais e culturais nos quais elas estão inseridas.

Além disso, a autora explica que a própria discussão da ideia do “pessoal é político” não se aplica da mesma forma à muitas mulheres do terceiro mundo pois essas não tiveram os benefícios das condições econômicas e sociais que fundamentam a dicotomia entre público e privado. A autora argumenta que em muitos casos o público passa a ser pessoalmente político

pois existem diversos programas e políticas que restringem seus direitos, como os programas de esterilização, o encarceramento em massa e desproporcional de pessoas negras. Portanto, as mulheres do terceiro mundo - assim como a população em geral - têm que lutar para criar e proteger esferas privadas em ambientes hostis.

Um dos pontos principais é ressaltar que as mulheres do terceiro mundo vão receber os impactos da herança colonial e hegemonia euro-americana de diferentes formas e em diferentes proporções - por exemplo, os efeitos da escravidão, migração forçada, colonialismo, conquista imperial e genocídio. Portanto, conforme enfatiza Mohanty (1991), as feministas decoloniais defendem a reescrita da história considerando esses aspectos e com base nas localizações e trajetórias específicas desses povos, tendo um enfoque também nas estratégias de sobrevivência e luta cotidiana - ou seja, acabar com o universalismo ocidental. Além disso, segundo a autora, o feminismo decolonial pretende dar enfoque para as relações que existem entre gênero, raça e/ou classe para basear a luta por direitos iguais - não somente utilizar-se do gênero, o que muitas vezes acontece com o feminismo liberal, branco, ocidental e de classe média/alta.

Resumindo, os escritos de mulheres do terceiro mundo sobre feminismo têm dado enfoque, consistentemente, para (1) a ideia de simultaneidade das opressões como fundamental na experiência de marginalização social e política, e essencial na fundamentação de políticas feministas nas histórias do racismo e imperialismo; (2) o papel crucial dos Estados hegemônicos em circunscrever suas/nossas vidas cotidianas e lutas por sobrevivência; (3) a importância da memória e escrita na criação de uma agência de oposição; e (4) as diferenças; conflitos e contradições internas para as organizações e comunidades de mulheres do terceiro mundo. (MOHANTY, 1991, p. 10, tradução nossa⁸)

⁸Tradução livre. No original: *“To sum up, third world women's writings on feminism have consistently focused on (1) the idea of the simultaneity of oppressions as fundamental to the experience of social and political marginality and the grounding of feminist politics in the histories of racism and imperialism; (2) the crucial role of a hegemonic state in circumscribing their/ our daily lives and survival struggles; (3) the significance of memory and writing in the creation of oppositional agency; and (4) the differences; conflicts, and contradictions internal to third world women's organizations and communities”*.

Diante disso, a autora ressalta que nenhuma mulher “torna-se mulher” apenas por ser do sexo feminino, mas sim através das relações que o gênero terá com a raça, classe, nação ou sexualidade. Portanto, esse é o principal desafio para as análises feministas lançado pelo Feminismo Decolonial, pois reconhecem a complexidade da intersecção entre essas várias redes sistêmicas que nos tornam mulheres. Para mais, a autora destaca que essas intersecções não têm efeitos idênticos em todas as mulheres do terceiro mundo e, também, a compreensão desses fatores é essencial para a desconstrução de realidades sem naturalizar problemáticas e estruturas de determinados contextos.

Nesse sentido, o feminismo decolonial é crucial para a área de Relações Internacionais porque propõe uma análise ampla e procura refletir sobre as complexidades da construção da história e do mundo contemporâneo, permitindo que as mulheres do dito “terceiro mundo” tenham espaço para se emanciparem, questionarem as estruturas dominantes e produzirem conhecimento sobre si mesmas. Além disso, esses debates permitem uma desconstrução da área para além dos estudos feministas, ressaltando que a trajetória de todos os povos se dá de diferentes formas e esses sofrem os impactos dos acontecimentos do mundo de formas distintas. A área das Relações Internacionais ainda é extremamente tradicional e eurocentrada, o que limita tanto o processo de produção científica quanto a vivência dos indivíduos que não fazem parte dessa parcela do sistema internacional. Não há como versar sobre o mundo levando em consideração somente aquela porcentagem de homens brancos, eurocêntricos e de classe média e alta.

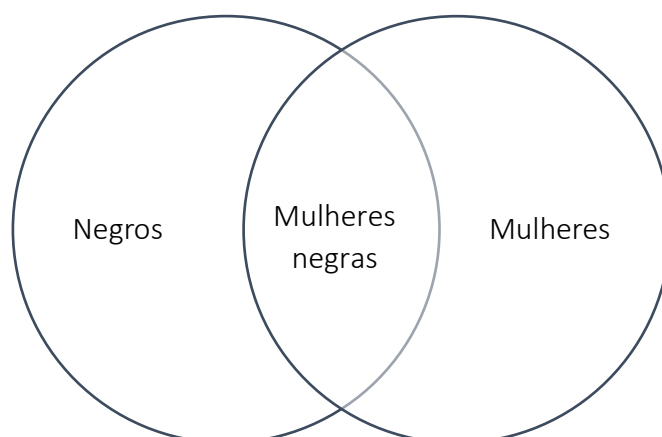
3. A INTERSECCIONALIDADE E O DEBATE FEMINISTA

Dentro dos debates do feminismo contemporâneo, as questões de diferença ainda são tópico muito debatido, e, dentro disso, o conceito de interseccionalidade se faz essencial para a compreensão das diferenças das prioridades de grupos de mulheres dentro e fora do feminismo. O Movimento de Libertação das Mulheres na Grã-Bretanha, por exemplo, nasceu voltado

para os debates levantados pelo feminismo branco, com o tempo, a necessidade de combater o racismo entre mulheres negras fomentou uma discussão que ia muito além das questões de libertação do corpo da mulher, criando assim um movimento Negro de Solidariedade que se diferenciava das questões principais levantadas pelas mulheres brancas. Em seu estudo sobre diferença e diversidade, Brah afirma que “nosso gênero é constituído e representado de maneira diferente segundo nossa localização dentro de relações globais de poder” (BRAH, 1996:341), demonstrando a necessidade de uma análise a partir da interseccionalidade no movimento feminista.

O conceito de interseccionalidade é criado por uma necessidade de debater e agir sobre a discriminação e a invisibilidade da mulher negra, tendo em vista que “estruturas de classe, racismo, gênero e sexualidade não podem ser tratadas como ‘variáveis independentes’ porque a opressão de cada uma está inscrita dentro da outra, é constituída pela outra e é constitutiva dela” (BRAH, 1996:351). Como Brah discorre, existe esse “apagamento” da mulher negra, pois quando falamos de “mulher” entendemos a mulher branca, assim como quando falamos do “negro” entendemos o homem negro, nessa visão, não temos a representação da mulher negra, o que acaba também se expandindo para outras realidades, como a das mulheres latinas e asiáticas.

Figura 1 - Diagrama de Venn⁹



Fonte: Elaboração própria.

⁹O diagrama de Venn é uma representação visual das similaridades e diferenças entre dois ou mais itens. Ele consiste na sobreposição de uma série de formas, normalmente círculos. Fonte: <https://www.voitto.com.br/blog/artigo/diagrama-de-venn>.

A interseccionalidade estuda esses pontos de convergência presentes no diagrama de Venn¹ que apresentam questões específicas que não são trabalhadas em categorias únicas (mulher, negros, proletários), como as questões específicas da vivência da mulher negra, cujas problemáticas se encaixam tanto em problemáticas de gênero quanto de “raça”, mas apresentam exclusividades da convergência desses aspectos que nem homens negros, nem mulheres brancas apresentam. Crenshaw explica como “as discriminações racial e de gênero procuram por mulheres na interseção e as compactam e impactam diretamente” (CRENSHAW, 2002:12). Com isso, entende-se que existe uma diferença notável no tratamento das questões apresentadas nos pontos de convergência, em um exemplo dado por Crenshaw sobre uma fábrica que foi acusada de discriminar mulheres negras, o conflito não se encaixou em uma discriminação de “raça”, pois homens negros haviam sido contratados pela empresa, e nem de gênero, pois mulheres brancas também haviam sido contratadas pela empresa, a discriminação ali vinha de algo mais específico, da convergência de dois motivadores de discriminação.

Outra questão abordada pela interseccionalidade é que “mesmo dentro dos movimentos feministas e antirracistas, raça e gênero são vistos como problemas mutuamente exclusivos” (CRENSHAW, 2002:14), quando, na verdade, os movimentos de mulheres negras e de outras minorias buscam dar voz coletiva para experiências pessoais dessas mulheres. Logo, as especificidades de cada segmento do movimento devem ser trabalhadas não como questões excludentes, mas de envolvimento entre as diferentes realidades.

“Frequentemente, nossa tendência é reconhecer o problema, mas reconhecê-lo como um problema de propriedade da comunidade e não como um problema que afeta mais as mulheres do que a comunidade” (CRENSHAW, 2002:15), esse fenômeno acarreta a subinclusão de classes dentro dos discursos de gênero e “raça”. Uma alternativa para essa situação seria “desagregar os dados de raça e gênero e ter certeza de que sabemos

diferenciar o que está acontecendo em função de questões raciais e em função de questões de gênero” (CRENSHAW, 2002:16). Dentro das perspectivas sobre interseccionalidade, cabe falar conjuntamente sobre a compreensão heteronormativa das disputas pelo controle sexual dos meios e produtos. Como Lugones aponta em suas reflexões sobre colonialidade e gênero, a repressão ocorre também através da sexualidade, tendo, através dos tempos, a exclusão de grupos não-hétero de lutas libertárias. Todavia, “a organização social em termos de gênero não tem porquê ser heterossexual” (LUGONES, 2008: 78), uma vez que o movimento interseccional visa abranger o que não está em evidência dentro do sistema eurocêntrico.

Dentro das perspectivas apresentadas, entende-se que existe uma necessidade urgente em debater a construção de gênero dentro das relações internacionais, tanto no âmbito acadêmico como fora dele e suas consequências no cenário internacional. Inserido nessa discussão, é imprescindível um maior debate sobre a decolonialidade, e mais incisivamente do feminismo decolonial para a compreensão da diversidade e complexidade da construção e efetivação de papéis sociais de gênero nas diferentes realidades sociais pós-coloniais. Concomitantemente com isso, a extensão da discussão sobre a interseccionalidade dentro do feminismo e a compreensão das diferentes vertentes do movimento para um melhor conhecimento da teoria feminista e da decolonialidade nas relações internacionais.

QUESTÕES PARA DEBATE

- Como a matriz gênero-raça-colonialidade atua nas relações internacionais (enquanto prática)?
- Podem as Relações Internacionais (enquanto disciplina) se descolonizar?
- Como podemos nós, acadêmicos e acadêmicas, produzir conhecimento feminista e decolonial?

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

COX, Robert W. Social forces, states and world orders: beyond international relations theory. **Millennium**, v. 10, n. 2, p. 126-155, 1981.

CRENSHAW, Kimberle. **A interseccionalidade na discriminação de raça e gênero**. p. 7-18, 2008.

BRAH, Avtar. **Diferença, diversidade, diferenciação**. Cadernos Pagu (26), janeiro-junho de 2006: pp. 329-376.

ENLOE, Cynthia. **Bananas, beaches and bases: Making feminist sense of international politics**. Univ of California Press, 2014.

FLAX, Jane. Postmodernism and gender relations in feminist theory. **Signs: Journal of women in culture and society**, v. 12, n. 4, p. 621-643, 1987 *apud* TICKNER, J. *et al*. You just don't understand: troubled engagements between feminists and IR theorists. 1997.

HARAWAY, Donna. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. **Cadernos pagu**, n. 5, p. 7-41, 1995.

KELLER, Evelyn Fox. Reflections on science and gender. **New Haven**, 1985 *apud* LUGONES, María. **Colonialidad y género**. Tabula Rasa. Bogotá - Colombia, No.9: 73-101, julio-diciembre 2008.

MCLAREN, Margaret A. Decolonizing feminism: transnational feminism and globalization. 2017.

MOHANTY, Chandra. Under Western eyes: Feminist scholarship and colonial discourses. **Feminist review**, v. 30, n. 1, p. 61-88, 1988.

MOHANTY, Chandra Talpade; RUSSO, Ann; TORRES, Lourdes (Ed.). **Third world women and the politics of feminism**. Indiana University Press, 1991.

PATEMAN, Carole. O contrato Sexual (1988). **Tradução de Marta Avancini**. São Paulo: Paz e Terra, 1993.

SCOTT, Joan W. Gender: A Useful Category of Historical Analysis. **The American Historical Review**, v. 91, n. 5, p. 1053-1075, 1986 *apud* TICKNER, J. *et al*. You just don't understand: troubled engagements between feminists and IR theorists. 1997.

TICKNER, J. Ann. **Gender in international relations: Feminist perspectives on achieving global security**. Columbia University Press, 1992.

TICKNER, J. *et al*. You just don't understand: troubled engagements between feminists and IR theorists. **International Studies Quarterly** Vol. 41, No. 4 (Dec., 1997), pp. 611-632.

HEGEMONIA, DEPENDÊNCIA E AUTONOMIA NAS RELAÇÕES ESTADOS UNIDOS-AMÉRICA LATINA

PEDRO HENRIQUE RIBEIRO¹

VALENTINA TÂMARA HAAG²

INTRODUÇÃO

A tradição de análise sistêmica da disciplina de relações internacionais privilegia debates sobre polaridade (WALTZ, 1979). Estes acabam dando centralidade para o caso estadunidense, seja em termos de unipolaridade (LAYNE, 2012; BECKLEY, 2018; NORRLOF; WOHLFORTH, 2019), seja em termos de hegemonia (KEOHANE, 1984; GILPIN, 1981; NYE, 2003). Sua capacidade de atuação global, decorrente de sua classificação tanto como grande potência (MEARSHEIMER, 2001; BUZAN, 2011) como quanto hegemonia (IKENBERRY, 2000; ARRIGHI, 1996), promove atenção a sua relação securitária com demais Estados do sistema. Entretanto, são os países geograficamente distantes que recebem maior atenção da academia, com o privilégio do debate sobre transição hegemônica (BROOKS; WOHLFORTH, 2016), sobre proliferação nuclear (POSEN, 1997) ou sobre intervenção militar (KREBS; SPINDEL, 2018). Sua vizinha imediata, a América Latina, tende a ser negligenciada (SMITH, 2012).

A área de economia política internacional tenta suprir esse vácuo. A teoria do sistema-mundo (WALLERSTEIN, 1974) concebe a dinâmica internacional a partir de uma hierarquização capitalista em três níveis, na

¹Graduando de Relações Internacionais da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Coordenação Acadêmica do X EERRI. 2019.

²Graduanda de Relações Internacionais da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Coordenação Geral do X EERRI. E-mail: valentina.haag@acad.ufsm.br. 2019.

seguinte ordem de poder: centro, semiperiferia e periferia. As relações econômicas entre Estados Unidos e América Latina podem ser analisadas por essa ótica, tendo em vista o entendimento dos Estados Unidos como parte do centro da economia-mundo atual e dos Estados latino-americanos como periféricos e semiperiféricos (ARRIGHI, 1996). Enquanto a teoria do sistema-mundo se propõe a fazer uma explicação de todo o sistema capitalista, a teoria da dependência (MARINI, 2008; FURTADO, 1996; BAMBIRRA, 2012) tem como recorte a América Latina, que coloca o subdesenvolvimento latino-americano como condição necessária do desenvolvimento do centro capitalista, que inclui tanto suas antigas metrópoles como os Estados Unidos. Ambas têm em comum a estrutura do capitalismo como causa, mas também a baixa agência internacional conferida aos Estados (HOBSON, 2000).

Tendo em vista essas lacunas epistemológicas - de determinismo estrutural - e ontológicas - de inserção da América Latina no debate -, o grupo de discussão acadêmica Hegemonia, Dependência e Autonomia nas relações Estados Unidos-América Latina objetiva construir um panorama histórico e contextual das dimensões das relações entre Estados Unidos e América Latina. Para tal, o guia se divide em duas seções: uma que debate a dimensão econômica (I) e a outra, a político-social (II) dessas relações. Por fim, conclui-se propondo questões para o debate (III).

1. DIMENSÃO ECONÔMICA

A face econômica da relação Estados Unidos-América Latina é a que recebe maior atenção. A partir do debate estrutural, seguindo a tradição do nível de análise sistêmico que marca a disciplina de relações internacionais (WALTZ, 1959), teorias como a da dependência que destacam a condição subordinada da região frente a um centro capitalista. Condição essa marcada pela exportação de *commodities*, ou seja, produtos de baixo valor agregado (RIVERA-QUIÑONES, 2018). Todavia, a América Latina não é um todo homogêneo e a compreensão dessa subordinação, passa pela complexificação do que entendemos pela região.

A região já é aceita enquanto um nível de análise autônomo, porém, por vezes, as unidades que as compõem são negligenciadas nesse recorte estrutural (BUZAN; WÆVER, 2003). Se a região é entendida enquanto uma estrutura diferenciada do nível sistêmico e do nível do Estado, é porque as suas unidades promovem uma dinâmica e características próprias a ela. No caso da América Latina, é possível resumir essa dinâmica, especificamente econômica, a partir dos seguintes pontos: privilégio do comércio exterior extrarregional e baixa regionalização.

Produto dos modelos de colonização implementados na região, a América Latina é marcada pela organização em torno do comércio exterior para fora da região (CAMPOS, 2016). Essa característica é recorrente no Sul global e tem consequências para as relações entre os países da América Latina, como pode ser percebido pelo modelo de integração regional cujo principal objetivo é a inserção internacional (KRAPOHL, 2019) e que é marcado por cálculos de poder (GÓMEZ-MERA, 2008). O outro lado dessa preocupação com o mercado extra regional é a baixa regionalização, ou seja, os baixos níveis de fluxos - seja de pessoas, de capital ou de produtos - entre os países latino-americanos. Isso fica refletido na dificuldade de promoção de um projeto de integração regional aprofundado na região (SERRANO, 2005; FIGUEROA, 2012). Sobre integração regional, destaca-se que o que foi feito nesse sentido teve intenções de excluir os Estados Unidos numa tentativa de busca de autonomia (GÓMEZ-MERA, 2008, p. 296-297; LLENDERROZAS, 2012). O freio da iniciativa da Associação de Livre Comércio das Américas (ALCA) se insere nesse marco.

Entretanto, o tipo de dependência que cada país tem com o comércio exterior varia de acordo com o grau de diversificação da sua pauta exportadora e com o destino de seus produtos (VADELL, 2012). Alguns países se destacam por terem uma base industrial mais ampla, o que implica no tipo de produto que vai ser exportado, como Argentina, Brasil e México. Todavia, a aproximação dos Estados Unidos é muito maior no caso do México do que nos dois primeiros, o que também se verifica na América Central e no Caribe, sendo a região mais afastada economicamente do cone-sul. Esse

afastamento, todavia, vem sendo explorado pela China, cuja influência é maior nesses países (URDINEZ *et al*, 2012)

Outro motivo de preocupação com a esfera extrarregional é produto da dependência de capital externo, o que faz com os países tenham que competir entre si por investimentos (KRAPOHL, 2019). Da mesma forma, o capital externo se desenvolve enquanto mais uma esfera de dependência com impactos na organização política de cada Estado. Isso porque o mercado financeiro age como um regulador do espaço de manobra que os regimes políticos e os governantes têm com suas políticas econômicas, conforme Daniela Campello (2012). O volume de importância do investimento direto externo também não é homogêneo por toda a região (CELAC, 2018).

Apesar dessas abordagens permitirem a compreensão dos diferentes graus de dependência entre os países latino-americanos frente aos Estados Unidos ao inserir outros níveis de análise no debate, um nível ainda é o mais negligenciado: o do indivíduo. O impacto social da relação Estados Unidos-América Latina é o tema da seção a seguir.

2. DIMENSÃO POLÍTICA-SOCIAL

A universalização da democracia ao longo do século XX e sua configuração ideológica como forma de governo hegemônica no pós Guerra Fria contribui para juízos de valor, que, estruturados no senso comum cultivado no cerne capitalista do Estado dominante na recém formada ordem unipolar mundial (BUZAN; WÆVER, 2003), prolifera pelo globo ignorância ao rejeitar a história desse Estado e negligenciar os abusos por ele cometidos contra seus próprios vizinhos.

O exame histórico da América como um todo, especialmente dos abusos sofridos pela América Latina nos períodos coloniais em contraste com a construção do Estado Liberal nos Estados Unidos da América evidencia que os preceitos sob os quais nossas nações ocidentais se estabelecem, por mais inclusivos e universais que aparentem ser no papel, serviram – e por vezes continuam servindo – como instrumentos de manutenção da exploração

imperialista. Segundo Eduardo Galeano (2012, p. 5): “Entrar no mundo: o mundo é o mercado. [...] A América Latina nasceu para obedecê-lo, [...] e aos trancos e barrancos continuamos atados ao dever de obediência”.

Ao trazer a exploração da mão de obra, a manipulação coercitiva da política, a hegemonização das etnias europeias em detrimento das nativas e africanas (fundada em teses pseudocientíficas de determinismo biológico e da monopolização do capital e dos meios de produção) à luz, é inevitável levantar o questionamento: teria Thomas Jefferson consciência da hipocrisia que circundava a seletividade dos preceitos liberais, quando, no século XVIII, os adotou ao declarar a independência estadunidense?

Se o tinha – o que se pode considerar difícil, levando em consideração a força do racismo, sexismo e preconceitos de classe da época –, com certeza decidiu fechar os olhos a essas discrepâncias sociais, uma vez que ao longo dos séculos seguintes, a nação da liberdade não pensou duas vezes antes de explorar e subjugar seus irmãos americanos para garantir a soberania da elite capitalista monopolista estadunidense.

Os preceitos de liberdade cultuados por Jefferson e seus colegas republicanos claramente não se estendiam aos seus irmãos latino-americanos, assim como não se estenderam aos negros em 1776, e assim como, quando se estenderam, através do estabelecimento sufrágio a esta parcela da população após a Guerra Civil Americana (1861-1865), não o foi feito pelos vencedores republicanos do conflito ao apoiarem a libertação do povo negro como *seres humanos*. Segundo Angela Davis (2016, p. 82-83):

[...] o confronto militar entre o Norte e o Sul foi uma guerra [...] conduzida basicamente pelos interesses da burguesia do Norte, isto é, de jovens e entusiasmados capitalistas industriais que encontravam sua voz política no Partido Republicano. Os capitalistas do Norte almejavam o controle econômico sobre toda a nação.

Sendo assim: “os republicanos não queriam que nada interferisse na conquista de 2 milhões de votos dos homens negros para seu partido” (GURKO, 1976, p. 213 *apud* DAVIS, 2016, p. 83).

Da mesma forma que internamente os Estados Unidos da América conduzem suas atividades em total negligência para com sua população, promovendo o bem estar social de sua elite branca, muito bem mantida e assistida por mecanismos e instituições que garantam sua natureza perene e permanente, externamente os países do Sul global, especialmente os latino-americanos sofrem com promessas falaciosas e interferências diretas e indiretas.

Por mais que a análise das histórias que formam os Estados latino-americanos e estadunidense forneça, como indicado anteriormente, uma panorama de compreensão mais estável das relações de poder entre esses Estados e como se influenciam mutuamente, o estudo e debate – aqui proposto – sobre essas relações requer o conhecimento teórico de uma quantidade considerável de termos (SMITH, 2012), entre eles: poder, *soft power*, e hegemonia³.

Partindo da perspectiva clássica de Robert Dahl, poder seria exercido quando *A* faz com que *B* faça algo que *B* não faria voluntariamente, além de Dahl, outros teóricos tentaram definir “poder” de maneira a abranger mais propriamente o caráter multifacetado das relações internacionais (SMITH, 2012). Leslie Gelb por sua vez acredita que poder se manifesta em diferentes intensidades e esferas, sendo assim, relações de poder variam de acordo com espaço e tempo, precisando ser moldadas e redefinidas conforme as situações em que se estabelecem (GELB, 2009, p. 32-33 *apud* SMITH, 2012).

Hegemonia, diretamente ligada ao conceito de poder, seria a manifestação da máxima “*different things to different people*”, de certa forma, hegemonia se trata da legitimação de desigualdades na ação de indicar e aceitar um monopólio virtual de poder como algo não apenas natural, como apropriado. Seguindo os exemplos de *A* e *B*, hegemonia pode significar a aceitação de *B* de sua posição como elemento subjugado, ou inferior (SMITH, 2012). Conforme a definição neo-gramsciana, também é possível entender

³Indicamos para leitura e como material consultivo: Martin Griffiths, Terry O’Callaghan e Steven C. Roach, INTERNATIONAL RELATIONS: The Key Concepts, 2ª Edição (Nova York, Routledge, 2008).

hegemonia como a relação entre consenso e dominação, sendo essas relações presentes tanto na dinâmica nacional, entre classes, como na dinâmica internacional, entre Estados (COX, 2004). Observa-se também, que o fenômeno naturalizado da hegemonia pode ser indicado como precursor de inúmeros outros hábitos identificados na América Latina, como o chamado *complexo de vira lata*, que se prende na série de ações, discursos e juízos de valor que possuem como único intuito definido, a deterioração da imagem e da cultura de países do Sul global em prol das europeias e, especialmente, estadunidense. Este, por vezes, aparece associada ao *soft power* (NYE, 2004), ou poder brando, entendido como poder de atração e de produção de consensos, sendo a cultura uma de suas ferramentas de disseminação.

3. PONTOS PARA DEBATE

Apesar das diferenças conceituais e de premissas entre as teorias de Kenneth Waltz, Immanuel Wallerstein e a da dependência, todos têm em comum a centralidade determinista da estrutura, seja da anarquia internacional, para o primeiro, seja do capitalismo para os dois últimos. Além disso, também se aproximam a partir da construção de uma hierarquia internacional, não enquanto princípio ordenador do sistema como a anarquia, mas como hierarquia de capacidades. Dessa, advém o espaço de manobra que cada Estado tem, ou seja, o grau e o tipo de condicionamento estrutural que é exercido sobre ele. Essa hierarquia é materializada para Waltz na distribuição de capacidades, cujas configurações variam entre unipolaridade, bipolaridade e multipolaridade, representando quantos Estados estão no topo dessa hierarquia. Por Wallerstein, na tríade, centro, semiperiferia e periferia. A teoria da dependência, por sua vez, hierarquiza as relações entre desenvolvidos e subdesenvolvidos.

Apesar da centralidade da anarquia para a tradição teórica realista, a hierarquia aparece quando se consideram categorias como hegemonias globais e regionais (BUZAN; WEAVER, 2005), grandes potências

(MEARSHEIMER, 2001), potências regionais (NOLTE, 2010), entre outros. A posição exercida pelos Estados Unidos é geralmente indicada como hegemonia. Entretanto, isso não é consensual para os teóricos realistas em virtude de centralidade do poder material para suas conceituações. A classificação de hegemonias é mais aceita quando se considera o elemento da ordem, preocupação mais liberal (IKENBERRY, 2000; NYE, 2003) e neo-gramsciana (COX, 2004).

Para Mearsheimer (2001), a hegemonia global não é possível. Apesar de ser o objetivo de todos os Estados porque é a posição mais segura, o conceito dele de hegemonia - dominação global - inviabiliza a possibilidade de uma hegemonia global de fato. Com base nesse conceito, que seria possível é a hegemonia regional e, sendo esta condição necessária da posição de grande potência, apenas os Estados Unidos entram na categoria, de acordo com ele. Apesar de ser reducionista, esse conceito tem a vantagem de trazer o nível de análise regional (BUZAN; WÆVER, 2003) e, conseqüentemente, inserir a América Latina no debate sobre essa estrutura internacional.

Mesmo com um conceito mais amplo de hegemonia, que não seja unicamente da materialidade, e que considere os Estados Unidos enquanto um hegemona global, é possível debater o papel de sua região nesse processo. Para John Smith (2012), os Estados Unidos não seriam a hegemonia que são hoje se não fosse por terem na América Latina um espaço de estabilidade regional. A paz da América Latina é condição necessária para sua ascensão enquanto hegemonia. O exemplo da Venezuela e da presença de potências extrarregionais, como China e Rússia serve para que se perceba a forma como a desestabilização do entorno estratégico estadunidense é questão central para estabilidade de sua posição do sistema, o que é levado em conta em sua grande estratégia. Aqui, associa-se à ideia de que a América Latina seria um “quintal” dos Estados Unidos: *“The idea of “backyard” has at least two aspects: one the geographical contiguity with the territory of United States, and the other used as a shortcut for hegemony, that is, not just a neighbouring space but an area where power is exercised at will and without interference”* (PAZ, 2012, p. 27).

Enquanto o realismo está, principalmente, preocupado com distribuições de capacidades, teóricos marxistas, tanto do sistema-mundo como da teoria da dependência se voltam para as relações de exploração relativas à acumulação do capital. Para eles, a estrutura determinante aqui é o capitalismo. O continente americano conta com representantes de todos os estratos tradicionais da economia-mundo, sendo o centro (WALLERSTEIN, 1994), ou o núcleo orgânico (ARRIGHI, 1998) materializado nos Estados Unidos, enquanto os demais Estados ocupam as posições de explorados, na forma de semiperiferia e periferia. O estrato 'médio' que é a semiperiferia ocupa posição especial, de explorada e exploradora, o que remete ao debate sobre a crítica de subimperialismo feita ao Brasil. Para Wallerstein, a semiperiferia exerce papel estabilizador das relações, uma vez que os Estados nessa posição, mesmo quando reagem - contra a exploração ou a contra a exclusão - acabam reforçando a própria dinâmica capitalista hierarquizadora.

Essa assimetria econômica entre a América Latina e os Estados Unidos fica visível quando se compara o PIB de cada uma, apesar das limitações desse indicador, que só considera gastos e não a liquidez dos recursos (BECKLEY, 2018): todos os países da América Latina e Caribe juntos não se equiparam aos Estados Unidos sozinhos nesse indicador (BANCO MUNDIAL, 2019).

A teoria da dependência segue a mesma argumentação. Além da divisão centro/periferia, ela também trabalha com a díade desenvolvimento/subdesenvolvimento, sendo o segundo um produto do primeiro. Um dos pressupostos, ainda que não necessariamente consensual, é que não há saída para o subdesenvolvimento. Essa vertente mais pessimista nega a possibilidade de romper com a lógica retroalimentativa do desenvolvimento/subdesenvolvimento.

Para além da hegemonia enquanto organizadora das relações no sistema internacional, tem-se a hegemonia interna, que organiza as relações sociais e humanas de poder. A observação e análise de fenômenos como o do complexo de vira lata nos leva a outro ponto fundamental para a compreensão do cenário internacional. Ações realizadas por representantes

do povo possuem gigantesco impacto em suas sociedades e atuam fortemente na legitimação desses fenômenos e no processo de degradação interna da imagem latino-americana, especialmente quando se escondem sob pretextos baseados em patriotismo ufanista. Alguns pontos fundamentais de debate e reflexão seguem:

QUESTÕES PARA DISCUSSÃO

- A metáfora do quintal é suficiente para entender a complexidade da relação entre Estados Unidos e China?
- Qual o papel de resistência do indivíduo nessa relação?
- Qual a perspectiva futura dessas relações? A China será um ator pivô?
- As iniciativas latino-americanas de busca por autonomia têm sido bem sucedidas?
- O grau de dependência latino-americano e assimetria com os Estados Unidos foi a mesma ao longo do tempo?
- Quais as novas formas de dependência que vem surgindo nos últimos anos?
- Qual o espaço para autonomia que a América Latina tem hoje?
- Em que ponto ações governamentais deixam de se referir a um alinhamento ideológico e passam a possuir caráter entreguista?
- Quanto a Brasil, é possível compreender o paradoxo de um governo extremamente patriota, mas ao mesmo tempo entreguista?
- Quais os impactos da democratização da América Latina na área das Relações Internacionais? Como esse fenômeno afetou os processos de fazer política?
- Quais são as perspectivas de uma cooperação hemisférica? Sob que circunstâncias os Estados Unidos da América e a América Latina podem trabalhar juntos na solução de problemas em comum?

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARRIGHI, Giovanni. **A ilusão do desenvolvimento**. Trad. Sandra Vasconcelos. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998. (Coleção Zero à Esquerda).

ARRIGHI, Giovanni. **O longo século XX: dinheiro, poder e as origens de nosso tempo**. Trad. Vera Ribeiro. São Paulo: Editora UNESP, 1996.

BAMBIRRA, Vânia. **O Capitalismo Dependente Latino-Americano**. Florianópolis: Insular, 2012.

BECKLEY, Michael. **The Power of Nations: Measuring What Matters**. *International Security* 43:2, 2018

BUZAN, Barry. A World Order Without Superpowers: Decentred Globalism. **International Relations**, 25(1) 3–25, 2011.

BUZAN, Barry; WÆVER, Ole. **Regions and Powers**. New York: Cambridge University Press, 2003.

CAMPELLO, Daniela. **The Politics of Market Discipline in Latin America: Globalization and Democracy**. New York: Cambridge University Press, 2015.

CAMPOS, Daniela Lomeu. From Success to Failure: Under What Conditions Did Mercosur Integrate? **Journal of Economic Integration**. Vol.31 No.4, December 2016, 855~897 <http://dx.doi.org/10.11130/jei.2016.31.4.855>

CELAC - Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe. **Foreign Direct Investment in Latin America and the Caribbean**. Santiago: United Nations, 2018.

COX, Robert W. Beyond Empire and Terror: Critical Reflections on the Political Economy of World Order. **New Political Economy**, Vol. 9, No. 3, September, 2004.

DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. São Paulo: Boitempo, 2016.

FIGUEROA, Oneida Álvarez. La CELAC: Nuevo actor regional en América Latina y el Caribe. Aves y obstáculos para lograr su consolidación. SERBIN, Andrés; MARTÍNEZ, Laneydi; RAMANZINI JÚNIOR, Haroldo (coord.). **El regionalismo “post-liberal” en América Latina y el Caribe: Nuevos actores, nuevos temas, nuevos desafíos**. Anuario de la Integración Regional de América Latina y el Gran Caribe 2012. Buenos Aires: Coordinadora Regional de Investigaciones Económicas y Sociales, 2012.

FURTADO, Celso. **O mito do desenvolvimento econômico**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GALEANO, Eduardo. **As veias abertas da América Latina**. Porto Alegre: L&PM, 2012.

GELB, Leslie H. **Power Rules: How Common Sense Can Rescue American Foreign Policy.** New York: Harper Collins, 2009.

GÓMEZ-MERA, Laura. How 'new' is the 'New Regionalism' in the Americas? The case of MERCOSUR. **Journal of International Relations and Development**, 2008, 11, (279–308).

GURKO, Miriam. **The Ladies of Seneca Falls: The Birth of the Women's Rights Movement.** Nova York: Schocken, 1976.

HOBSON, John M. **The State and International Relations.** Cambridge University Press, 2003.

IKENBERRY, Ikenberry. **After Victory: Institutions, Strategic Restraint, and the Rebuilding of Order after Major Wars.** Princeton: Princeton University Press, 2000.

KEOHANE, Robert O. **After Hegemony: Cooperation and Discord in the World Political Economy.** Princeton University Press: Princeton, 1984.

KRAPOHL, Sebastian. Games regional actors play: dependency, regionalism and integration theory for the Global South. **Journal of International Relations and Development**, 2019.

KREBS, Ronald R.; SPINDEL, Jennifer. Divided Priorities: Why and When Allies Differ Over Military Intervention. **Security Studies**, Volume 27, Issue 4, 2018.

LAYNE, Christopher. This Time It's Real: The End of Unipolarity and the Pax Americana. **International Studies Quarterly**, n° 56, p. 203–213, 2012.

LLENDEROZAS, Elsa. Diálogo y concertación política en América Latina: Los alcances de las propuestas regionales. SERBIN, Andrés; MARTÍNEZ, Laneydi; RAMANZINI JÚNIOR, Haroldo (coord.). **El regionalismo "post-liberal" en América Latina y el Caribe: Nuevos actores, nuevos temas, nuevos desafíos.** Anuario de la Integración Regional de América Latina y el Gran Caribe 2012. Buenos Aires: Coordinadora Regional de Investigaciones Económicas y Sociales, 2012.

MARINI, Ruy Mauro. **América Latina, dependencia y globalización** (ed. Carlos Eduardo Martins). – Bogotá: CLACSO y Siglo del Hombre Editores, 2008.

MEARSHEIMER, John J. **The Tragedy of Great Power Politics.** New York: WW Norton, 2001.

NOLTE, Detlef. How to compare regional powers: analytical concepts and research topics. **Review of International Studies**, 36, 881–901, 2010.

NORRLOF, Carla; WOHLFORTH, William C. Raison de l'Hégémonie (The Hegemon's Interest): Theory of the Costs and Benefits of Hegemony. **Security Studies**, Published online: 10 Jun 2019.

NYE, Joseph S. **Soft Power: The Means to Success in World Politics**. New York: Public Affairs, 2004.

NYE, Joseph S. **The Paradox of American Power: Why the World's Only Superpower Can't Go It Alone**. Oxford: Oxford University Press, 2003.

PAZ, Gonzalo. China, United States and hegemonic challenge in Latin America: An overview and some lessons from previous instances of hegemonic challenge in the region. **The China Quarterly**, 209(1), 18-34, 2012.

POSEN, Barry. U.S. security policy in a nuclear-armed world or: What if Iraq had had nuclear weapons? **Security Studies**, Volume 6, Issue 3, 1997.

RIVERA-QUIÑONES, Miguel A. Rivera. **Dependency Theory and South American governance in post-neoliberal times**. RIGGIROZZI, Pia; WYLDE, Christopher (eds.). *Handbook of South American Governance*, London / New York: Routledge, 2018, 173-189.

SERRANO, Mónica. The Americas and Regional Dis-integration. FAWCETT, Louise; SERRANO, Mónica. **Regionalism and Governance in the Americas: Continental Drift**. Hampshire/New York: Palgrave Macmillan, 2005.

SMITH, Smith H. Soft Power and Hegemony em *Routledge Handbook of Latin American Politics*. KINGSTONE, Peter; YASHAR, Deborah J. (eds.). **Routledge Handbook of Latin American Politics**. New York/Oxon: Routledge, 2012b.

SMITH, Peter H. U.S.-Latin American Relations: Power, Politics, and Cooperation. KINGSTONE, Peter; YASHAR, Deborah J. (eds.). **Routledge Handbook of Latin American Politics**. New York/Oxon: Routledge, 2012a.

URDINEZ, Francisco; MOURON, Fernando; SCHENONI, Luis L.; DE OLIVEIRA, Amancio Oliveira. Chinese Economic Statecraft and U.S. Hegemony in Latin America: An Empirical Analysis, 2003-2014. In: **Latin American Politics and Society** 58, no. 4 (2016): 3-30.

VADELL, Javier. El dragón en el patio trasero: China, Sudamérica y el Consenso del Pacífico. SERBIN, Andrés; MARTÍNEZ, Laneydi; RAMANZINI JÚNIOR, Haroldo (coord.). **El regionalismo "post-liberal" en América Latina y el Caribe: Nuevos actores, nuevos temas, nuevos desafíos**. Anuario de la Integración Regional de América Latina y el Gran Caribe 2012. Buenos Aires: Coordinadora Regional de Investigaciones Económicas y Sociales, 2012.

WALLERSTEIN, Immanuel. The Rise and Future Demise of the World Capitalist System: Concepts for Comparative Analysis. **Comparative Studies in Society and History** 16 (4): 387–415, 1974.

WALTZ, Kenneth. **Theory of International Politics**. Reading: Addison-Wesley Publishing Company, 1979.

WORLD BANK DATA. 2019. Dados do Banco Mundial. Disponível em: <https://data.worldbank.org/indicator/NY.GDP.MKTP.CD?end=2017&locations=US-ZJ&start=1991&view=chart>. Acesso em 24/06/2019

POLÍTICA EXTERNA EM DIREITOS HUMANOS DO BRASIL PARA A AMÉRICA DO SUL

LUIZA WITZEL FARIAS¹

INTRODUÇÃO

Para construir o problema que irá guiar o debate sobre a questão dos direitos humanos na política externa brasileira direcionada à América do Sul, neste Grupo de Discussão Acadêmica, são sugeridos alguns recortes. Primeiro, para compreender como pode se dar a efetivação de direitos humanos na atualidade, é empregado o recorte com base na ideia de Anne Marie Slaughter e William Burke-White de direito internacional contemporâneo e suas estratégias de eficácia. A partir disso é exposto o conceito de cooperação estruturante em saúde, desenvolvido por pesquisadores da Fundação Oswaldo Cruz, no Brasil, que pode corresponder a uma dessas estratégias de eficácia. Em seguida são expostos alguns privilégios deste modelo cooperacional, tanto na sociedade em rede, quanto no contexto de integração sul-americana. Por último, para incitar o debate, são apresentados alguns dados atualizados em 2018, produzidos pelo NPPDI – Núcleo de Pesquisa e Práticas em Direito Internacional (CNPq/UFSM), sobre a cooperação Brasil-América do Sul em matéria de saúde, meio ambiente, e educação, que se enquadra no modelo abordado. Ainda, são anexadas sete reportagens diferentes sobre os direitos humanos que são objeto destes dados. Esse caminho leva à questão de que, se é apresentado até onde o país foi em termos de cooperação sul-americana bilateral, agora

¹Graduanda de Relações Internacionais da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Coordenação Acadêmica do X EERRI. 2019.

resta questionar, “Qual a abordagem do atual governo sobre a política externa nessas matérias, e nesse contexto, poderá a cooperação estruturante sobreviver? De que forma?”.

1. DIREITO INTERNACIONAL CONTEMPORÂNEO E ESTRATÉGIAS DE EFICÁCIA

Slaughter e Burke-White (2006) argumentam que o direito internacional contemporâneo esteja se adaptando a uma nova geração de problemas. Para os autores, os problemas mundiais na atualidade têm sido diferentes daqueles tradicionalmente abordados pelo direito internacional, nascendo mais da ação intraestatal, que interestatal.

De poluição transfronteiriça a campos de treinamento de terroristas, de refugiados à proliferação de armas, os problemas internacionais têm raízes domésticas que um sistema legal interestatal é frequentemente impotente para resolver. Para oferecer uma resposta eficaz a esses novos desafios, o sistema jurídico internacional deve ser capaz de influenciar as políticas domésticas dos Estados e aproveitar as instituições nacionais na busca de objetivos globais. (SLAUGHTER; BURKE-WHITE, 2006, p. 328)

Assim, as principais estratégias pelas quais o direito internacional pode ser eficaz na contemporaneidade, realizando a conformação das instituições domésticas na busca de objetivos globais seriam, fortalecendo-as, subsidiando-as, ou compelindo-as a agir. Para exemplificar um caso concreto em que essa lógica é efetiva, os autores citam as diretivas da União Europeia (UE), em que

Para todas as 80.000 páginas de regulamentos, o Conselho de Ministros da UE e a Comissão da UE emitem **diretivas que especificam os fins e não os meios**. Cabe aos legislativos e tribunais nacionais decidir precisamente como o Estado-Membro em questão cumprirá uma determinada diretiva. Uma vez que essas leis sejam aprovadas, as instituições da UE - a Corte e a Comissão - olham sobre os ombros nacionais para garantir que eles realmente façam o que se comprometem a fazer. (SLAUGHTER; BURKE-WHITE, 2006, p. 332)

No cenário brasileiro, a cooperação estruturante em saúde se apresenta como produção original e voltada aos países do Sul Global, que parece estar direcionada principalmente a estratégia do fortalecimento institucional.

2. COOPERAÇÃO ESTRUTURANTE EM SAÚDE

A cooperação estruturante em saúde corresponde a um modelo de cooperação internacional

centrada no fortalecimento institucional dos sistemas de saúde dos países parceiros, combinando intervenções concretas com a construção de capacidades locais e a geração de conhecimento, e ainda promovendo o diálogo entre atores, de forma a possibilitar que eles assumam o protagonismo na liderança dos processos no setor saúde e promovam a formulação autônoma de uma agenda para o desenvolvimento futuro na saúde. (ALMEIDA *et al*, 2010, p. 28)

E é assim chamada por ter como atores principais as instituições estruturantes em saúde, que são

aquelas que têm: capacidade de operacionalizar sistemas e serviços de saúde de maneira efetiva, eficiente e sustentável, em especial através do seu poder oficial; capacidade de gestão e de prestação de serviços de saúde (Ministérios da Saúde, por exemplo); e aptidão de treinamento de profissionais de saúde e geração de dados úteis para a tomada de decisão, através de P&D e do treinamento dos recursos humanos essenciais para o campo da saúde (institutos nacionais de saúde, escolas de saúde pública, escolas técnicas de saúde, outros institutos e escolas de graduação em saúde, por exemplo). (BUSS; FERREIRA, 2011, p. 2706-2707)

Ela apresenta duas inovações principais em relação aos modelos tradicionais de cooperação para a construção de capacidades,

a) integra o desenvolvimento de recursos humanos com o organizacional e institucional e b) parte da exploração dos recursos e capacidades endógenas de cada país para que os próprios atores locais possam assumir a liderança necessária para a formulação de uma futura agenda de desenvolvimento da saúde e sua implementação sustentável. (FERREIRA; FONSECA, 2017, p. 2131)

Além disso, a cooperação estruturante, também pode representar alternativas viáveis às condições da sociedade em rede e aos obstáculos existentes no desenvolvimento da integração latino-americana.

2.2 A Sociedade em rede

Para Castells (2005), o estágio atual de globalização demanda a construção de Estados mais complexos que os tradicionais Estados-nação da Era Industrial, isto porque, na sociedade em rede, o Estado está comprometido em um processo de governança global, sem que haja um governo global – o que parece pouquíssimo provável que venha a ocorrer.

Mas uma vez que a governação global de algum tipo é uma necessidade funcional, os estados-nação estão a encontrar formas de fazer a gestão conjunta do processo global que afeta a maior parte dos assuntos relacionados com a prática governativa. Para o fazer, aumentaram a partilha de soberania enquanto continuam a agitar orgulhosamente as suas bandeiras. (CASTELLS, 2005, p. 25)

Nesse contexto, ao vislumbrar a construção de capacidade de formulação autônoma de agendas para o desenvolvimento, a cooperação estruturante não busca o nível de institucionalidade ou de uniformização, que a integração regional ou formas tradicionais de cooperação para o desenvolvimento, respectivamente objetivam. Demonstrando ser uma alternativa possível à produção de governança global atuando através da soberania, via instituições nacionais que se fertilizam mutuamente, ao invés de tentar impor-se sobre ela.

2.2. Integração sul-americana

Em 2006, Okuni e Oliveira sinalizaram a preferência sul-americana por formas institucionais de caráter intergovernamental,

A preferência de regimes com presidencialismo forte por esquemas intergovernamentais explica em grande medida o estado da arte da integração sul-americana. Nenhum dos processos integrativos sub-regionais foi bem sucedido em adensar a institucionalização supranacional, responsável por garantir bases mínimas de estabilidade das decisões acordadas. (ONUKE; OLIVEIRA, 2006, p. 151)

Em 2018, Mijares e Nolte indicaram esse mesmo motivo como condição estrutural para o fim da Unasul, e o nomearam de paradoxo da autonomia, no qual “as autonomias nacionais tiveram a última palavra, de modo que foram sobrepostas à autonomia regional, e a América do Sul não mais conta como ator do sistema internacional” (MIJARES; NOLTE, 2018, p. 110).

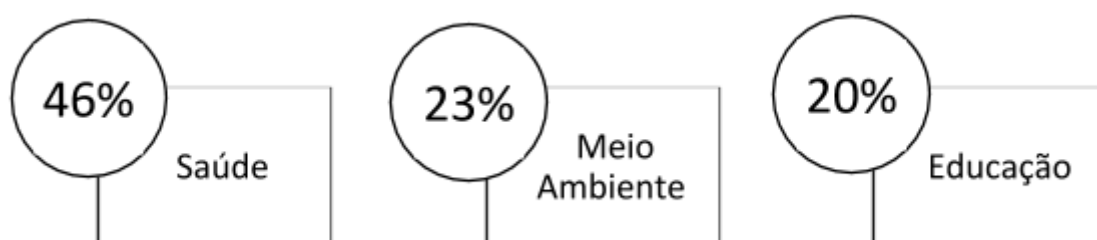
Nesse contexto, o mesmo argumento que torna a cooperação estruturante uma alternativa de atuação conjunta na sociedade em rede, também a torna uma alternativa a preferência intergovernamental. Dada a mútua fertilização de instituições nacionais que não tem suas ações uniformizadas, mas tocadas por diferentes respostas possíveis a problemas objetivamente muito semelhantes, mas cujas interpretações diferem consideravelmente de país para país, notadamente a questão dos direitos humanos, suas violações e sua efetivação.

3. PONTOS PARA DEBATE

Demonstrado o contexto de importância da cooperação estruturante, é importante salientar que as pesquisas no âmbito do NPPDI indicam que a cooperação entre instituições estruturantes, pelo menos no campo da saúde, se proponha a resolver os problemas de maneira estrutural, enquanto outros modelos de cooperação, notadamente Norte-Sul são construídos de maneira à resolução rápida porém efêmera, dos problemas que acometem os países do Sul, tratando-se por vezes, de conter surtos epidêmicos, ou de transferência passiva de tecnologia, por exemplo.

Ainda, sobre a presença de cooperação estruturante nos acordos internacionais firmados entre o Brasil e a América do Sul, que se encontravam vigentes até o primeiro semestre de 2018, pode-se afirmar as seguintes parcelas:

Figura 1



Fonte: banco de dados do NPPDI.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

SLAUGHTER, Anne-Marie; BURKE-WHITE, William. The Future of International Law is Domestic (or, The European Way of Law). **Harvard International Law Journal**, Cambridge, v. 47, n. 2, jun. 2006.

ALMEIDA, Celia; CAMPOS, Rodrigo Pires de; BUSS, Paulo; FERREIRA, José Roberto; FONSECA, Luiz Eduardo. A concepção brasileira de cooperação Sul-Sul estruturante em saúde”. **Revista Eletrônica de Comunicação, Informação e Inovação em Saúde**. Rio de Janeiro, v.4, p. 25-35, mar., 2010. Disponível em:

<https://www.reciis.icict.fiocruz.br/index.php/reciis/article/download/696/1341> Acesso em: 05 jul. 2019.

BUSS, Paulo Marchiori.; FERREIRA, José Roberto. Cooperação e integração regional em saúde na América do Sul: a contribuição da Unasul Saúde. **Revista Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 16, n. 6, p. 2699-2711, jun. 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/csc/v16n6/09.pdf> Acesso em: 05 jul. 2019.

CASTELLS, Manuel. A Sociedade em Rede: do Conhecimento à Política. In: CASTELLS, Manuel; CARDOSO, Gustavo (Orgs.). **A Sociedade em Rede Do Conhecimento à Acção Política**. Imprensa Nacional - Casa da Moeda, p. 17-30, 2005. Disponível em: <http://eco.imooc.uab.pt/elgg/file/download/51670> Acesso em: 05 jul. 2019.

MIJARES, Víctor M.; NOLTE, Detlef. Regionalismo posthegemónico en crisis. **Foreign Affairs Latinoamérica**, v. 18, n. 3, p. 105-112, 2018. Disponível em: <http://revistafal.com/numeros-anteriores/fal-18-3/> Acesso em: 05 jul. 2019.

ONUJI, Janina; OLIVEIRA, Amâncio Jorge de. Eleições, política externa e integração regional. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, n. 27, p. 145-155, nov. 2006. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/rsp/article/view/8119/5736> Acesso em: 05 jul. 2019.

PROBLEMÁTICA DO DIREITO INTERNACIONAL AMBIENTE: DIREITO DOS DESASTRES E MIGRAÇÃO COMPULSÓRIA

CÁSSIO WOHLBERG¹

INTRODUÇÃO

O presente trabalho visa analisar a forma sobre como refugiados ambientais estão situados em uma lacuna jurídica no Direito Internacional e a necessidade do assunto se tornar algo presente nas tomadas de decisões políticas. Assume-se que os processos crescentes de globalização demonstraram a forma sobre como o ecossistema mundial encontra-se conectado, e que um ponto afetado por mudanças climáticas terá consequências por todo o planeta, desencadeando também mudanças na economia mundial e riscos a existência de muitas sociedades. Nesse sentido,

se o equilíbrio ecossistêmico e ambiental do espaço geográfico é chave para garantir a vida e a segurança da humanidade, e esse equilíbrio se vê ameaçado pelo que se tem denominado a crise ambiental global, então as formas de uso e gestão deste espaço transformam-se em um claro problema político, geográfico e estratégico. (ESTENSSORO, 2019, p. 13-14).

Em relação ao meio ambiente, cada vez mais nossa sociedade vem destruindo a vida no planeta. O aquecimento global, a contaminação das águas, a destruição da cobertura florestal, a liquidação das espécies - perdemos 52% da fauna do planeta em apenas 40 anos, entre 1970 e 2010 (WWF, 2016). A crise ambiental, considerada por muitos sociólogos, políticos e cientistas como o principal problema da Agenda Internacional do século

¹Graduando de Relações Internacionais da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Coordenação de Lazer do X EERRI. 2019.

XXI, passada por todos os humanos na terra nos últimos 50 anos não se deve ser desenvolvida apenas como um argumento científico, mas sim político (que descreve fenômenos comprovados cientificamente), e sua construção está baseada no embate entre o Norte Global e o Sul Global, sendo assim, a crise ambiental é o resultado do próprio desenvolvimento econômico e elevado padrão de vida alcançado pelo mundo desenvolvido e altamente industrializado, também conhecido como Primeiro Mundo ou Norte Global, que criou a denominada Civilização Industrial. Foi com esse modo de vida que os problemas ambientais e ecológicos surgiram, e que pela primeira vez na histórica, colocou-se em risco a continuidade da vida do ser humano no planeta, assim como o próprio processo natural que permite o desenvolvimento da vida na biosfera (ESTENSSORO, 2019, p. 21).

1. DIREITO DOS DESASTRES

Direito dos Desastres é um ramo do direito, exclusivamente voltado para os temas relacionados à busca de soluções jurídicas para as situações relacionadas a um desastre ambiental. Esse amparo pode ser antes, durante ou depois à ocorrência do desastre, que pode ser provocado por causas naturais ou pela interferência antrópica no meio ambiente. O Direito dos Desastres visa gerir todas as fases da catástrofe, não apenas evitar e reparar os danos, mas sim provocar mudanças jurídicas em relação ao meio ambiente, também procurar evitar a perda humana e/ou ambiental, assim como também visa auxiliar na efetivação dos Direitos Humanos.

Com isso, nota-se especificamente a defesa da integridade da pessoa humana e de seus direitos, no que diz respeito ao âmbito da proteção da pessoa humana e mais especificamente dos migrantes forçados é que se entende que a nascente do Direito dos Desastres Ambientais possui crucial importância no que tange à proteção atual e futura dos Refugiados Ambientais no Direito Internacional (ABREU, 2015, p. 5).

Um desastre decorre de vulnerabilidades, sociais e físicas. No caso de desastres resultante de atividades econômicas (desastres

antropogênicos), os fluxos de informações são fundamentais para a prevenção (gestão dos riscos pelo licenciamento, auditorias e planos) e resposta emergencial adequadas. Há uma diferença importante entre infortúnio e injustiça. Para infortúnio, há a complacência e resignação. Para injustiça, responsabilidades jurídicas. Obviamente, sempre a partir do devido processo legal e do Estado de Direito. (CONJUR, 2019)

Segundo o pesquisador e professor Austin Sarat, existem cinco dimensões em que o Direito é chamado a lidar em casos de desastres, dentre elas: (I) deve ser mantida a operacionalidade do direitos, ou seja, que o direito continue sendo capaz de assegurar a sua operação de acordo com as suas regras, protocolos; (II) deve se lutar contra a ausência jurídica, também deve ser mantido uma necessidade de urgência em relação a atuação do direitos dos desastres contra os crimes ambientais e a desordem atingida a comunidades que acabaram de passar por um processo de desastres; (III) o direito deve, de alguma forma fornecer estabilidade e a garantia de reacomodação das vítimas - até mesmo permanentemente realocadas; (IV) o Direito dos Desastres deve identificar as vítimas e os responsáveis pelo desastre ambiental, exemplificando os fatores naturais e antropogênicos do desastre; (V) o Direito dos Desastres também serve para mitigar eventos catastróficos, utilizando de processos passados para reduzir a futura vulnerabilidade (SARAT, 2009, p. 6-8).

Cada vez mais são notados eventos catastróficos que ocasionam em migrações, os números variam de 200 milhões a 1 bilhão de refugiados ambientais no mundo até o ano de 2050. Segundo estimativas da UNU (Universidade das Nações Unidas), A categoria de refugiados ambientais não foi classificada nos acordos internacionais, embora esses refugiados possam ultrapassar o número oficial de pessoas em situação de risco.

De acordo com o Politize, a ONU considera esta a pior crise humanitária do século, sendo este também o maior fluxo de refugiados desde a II Guerra Mundial. O número de pessoas que já passaram por situação de refúgio é maior do que o número de refugiados por perseguições políticas e/ou guerra (POLITIZE, 2016). Em 2016, o grupo de pessoas que se deslocou de seus países fugindo de perseguições políticas e guerras chegou a 65,6 milhões - não em

trânsito no momento, mas que passaram por essa situação desde que esses números foram compilados. O número registrou alta de 10,3% em comparação com 2014, depois de uma estabilidade entre 1996 e 2011.”

Esse dado demonstra, de forma alarmante, a forma discrepante em relação ao números e suas variações em relação ao passar dos anos e a forma sobre como não conseguimos categorizar as pessoas que acabam sofrendo com consequências antrópicas ou naturais e que por consequências se vem forçados a sair de suas cidades ou países e como é importante ter em mente os refugiados ambientais, e transformar em pauta internacional esse assunto. Com isso, a dificuldade de reconhecer uma categoria de refugiados ambientais acaba afetando os dados recolhidos para categorizar os refugiados e, por sua vez, dificultam o desenvolvimento de políticas específicas para essa população. Com isso, as estimativas sobre a quantidade de refugiados ambientais no mundo são precárias e ímpares, visto a não existência de uma categoria jurídica que os auxilie, além da multiplicidade de nomes alocados a essas pessoas.

2. OS RAMOS DO DIREITO INTERNACIONAL RELACIONADOS A REFUGIADOS AMBIENTAIS

Nessa seção será analisada a forma como os refugiados ambientais utilizando a definição de refugiados ambientais de Cançado Trindade para analisar os documentos, tratados, e acordos internacionais; além da forma como o Direito Internacional trata, ou não, os refugiados ambientais em seu livro “Direitos Humanos e Meio Ambiente: paralelo dos sistemas de proteção internacional”, de 1993 a forma sobre como os refugiados ambientais já eram compatíveis com os refugiados convencionais. Segundo ele:

Não poderíamos concluir essas considerações sem uma palavra de alerta: embora os governos em as maioria ainda não reconheçam a decadência ambiental como uma causa de fluxo de refugiados, os dados atuais indicam que cerca de 10 milhões de pessoas representa hoje refugiados ambientais, um total que “rivaliza com o dos refugiados oficialmente reconhecidos e que certamente alcançará este grupo nas próximas décadas”. A degradação da terra persiste

até o presente como a “causa individual mais importante dos refugiados ambientais, os quais têm se tornado a classe “mais ampla de pessoas deslocadas pelo mundo”; os que têm sido permanentemente deslocados constituem a categoria “maior e a mais que rapidamente cresce” de refugiados ambientais. (TRINDADE, 1993, p. 137-138)

Sendo assim, os refugiados ambientais se caracterizam por serem migrantes que os seus motivos explícitos, diretos ou indiretos, de causas antrópicas ou naturais, motivadas por eventos ambientais de início rápido ou de início lento, são fatores determinantes para que ocorra sua migração. Outros pontos são que refugiados ambientais são migrantes; migrantes forçados; são internos ou internacionais; são temporários ou permanentes; respectivamente isso quer dizer que são migrantes visto os fatores ditos no começo do parágrafo, são migrantes forçados visto que segundo a OIM (Organização Internacional para as Migrações), um movimento migratório no qual um elemento de coerção existe, incluindo ameaças à vida e à subsistência, sejam decorrentes de causas naturais ou ocasionadas pelo homem (por exemplo, movimento de refugiados e deslocados internos, assim como pessoas deslocadas por desastres naturais ou ambientais, desastres químicos ou nucleares, fome ou projetos de desenvolvimento), sendo assim, são forçados pelo fator que o meio ambiente do local que vivem passou por mudanças naturais ou antrópicas que impedem a continuidade da vida na região; são considerados internos ou externos visto que quaisquer pessoas que busquem abrigo ou proteção, dentro ou fora do seu país de origem são considerados; concluindo, são temporários os que conseguem, eventualmente, voltar para o lugar de onde migraram, ou permanentes, visto dificuldades que impediram de forma definitiva o retorno.

Dito isso, os refugiados ambientais não apresentam uma proteção específica no Direito Internacional, para isso, como forma de garantir que os refugiados ambientais possuam o gozo e o exercício dos direitos inerentes às condições de sua humanidade. Sendo assim, é importante considerar a interdependência da proteção internacional formada pelo Direito Internacional Público (DIP), pelo Direito Internacional dos Direitos Humanos (DIDH), pelo Direito Internacional dos Refugiados (DIR), pelo Direito

Internacional das Migrações (DIM), pelo Direito Internacional do Meio Ambiente (DIMA), tanto como alternativa à lacuna protetiva de direito internacional quanto como segurança jurídica nas diversas áreas em que a garantia de direitos seja necessária. Nesse sentido, ressalta-se a importância do direito dos tratados na proteção jurídica dos refugiados ambientais, na conformação de um futuro tratado internacional de alcance global para a proteção dos refugiados ambientais no âmbito jurídico internacional.

2.1 Refugiados Ambientais no Direito Internacional dos Direitos Humanos

Em relação a Declaração Universal de Direitos Humanos de 1948, ela não especifica o termo refugiados ambientais, entretanto, os Artigos 13 e 14, onde está especificado o direito à migração interna e internacional e o direito humano de buscar asilo ou refúgio fora do país de nacionalidade do migrante são aplicáveis aos refugiados ambientais.

Além disso, também é aplicável aos refugiados ambientais as normas que discorrem sobre a proteção dos direitos humanos da pessoa que migra, ultrapassando períodos e lugares que envolvam a dicotomia guerra e paz. Com isso, o Direito Internacional dos Direitos Humanos, é o ramo do Direito Internacional Público que mais apresenta proteção jurídica aos refugiados ambientais.

2.2 Refugiados ambientais no Direito Internacional dos Refugiados

Tem como firmamento jurídico a Convenção Relativa ao Estatuto dos Refugiados de 1951, e o Protocolo de 1967. A Convenção, em seu primeiro artigo, define refugiados como pessoas que estão fora de seu país de origem devido a fundados temores de perseguição relacionados a questões de raça, religião, nacionalidade, pertencimento a um determinado grupo social ou opinião política, como também devido à grave e generalizada violação de direitos humanos e conflitos armados. Mesmo que exista um problema em relação à definição, o momento histórico que o tratado foi fechado explica

muito sobre ele, a Europa após a Segunda Guerra Mundial, marcando a Europa como a única população protegida pela Convenção, e que após 16 anos, perdeu o recorte temporal e geográfico com a implementação do Protocolo de 1967.

Como exemplo disso, nas Américas, a Declaração de Cartagena de 1984, considerado o principal documento do assunto na região define que refugiados, além da Convenção de 1951, considera também pessoas que tenham fugido dos seus países porque a sua vida, segurança ou liberdade tenham sido ameaçadas pela violência generalizada, a agressão estrangeira, ou conflitos internos, a violação maciça dos direitos humanos ou outras circunstâncias que tenham perturbado gravemente a ordem. Já na África, a Convenção da Organização da Unidade Africana de 1969:

Art. 1º e 2º, expressa que o termo refugiado se aplica: a qualquer pessoa que, receando com razão, ser perseguida em virtude da sua raça, religião, nacionalidade, filiação em certo grupo social ou das suas opiniões políticas, se encontra fora do país da sua nacionalidade e não possa, ou em virtude daquele receio, não queira requerer a proteção daquele país; ou que, se não tiver nacionalidade e estiver fora do país da sua anterior residência habitual após aqueles acontecimentos, não possa ou, em virtude desse receio, não queira lá voltar. O termo refugiado aplica-se também a qualquer pessoa que, devido a uma agressão, ocupação externa, dominação estrangeira ou a acontecimentos que perturbem gravemente a ordem pública numa parte ou na totalidade do seu país de origem ou do país de que tem nacionalidade, seja obrigada a deixar o lugar da residência habitual para procurar refúgio noutra lugar fora do seu país de origem ou de nacionalidade. (União Africana, Tradução própria)

2.3 Refugiados ambientais no Direito Internacional das Migrações

Embora a Convenção da ONU sobre o Estatuto dos Refugiados (1951) limite quem são refugiados conforme cinco categorias sobre as quais oferecer proteção, das quais as causas ambientais foram excluídas, entende-se que os refugiados ambientais são refugiados conforme cinco categorias sobre as quais oferecer proteção, das quais as causas ambientais foram excluídas, entende-se que os refugiados ambientais são refugiados não

convencionais, posto que são refugiados, mas não dentre aqueles protegidos pela Convenção da ONU de 1951 (ABREU, 2015, p. 71).

No que se diz respeito ao Direito Internacional das Migrações, nada especifica ou defende o que são refugiados ambientais, sendo assim, para o presente estudo chamamos isso de falha jurídica. Por isso que são apresentados tratados que possam assegurar esses direitos, além de ramos do DIP onde refugiados possa se encaixar juridicamente. Em relação a tratados internacionais, o Direito Internacional das Migrações possui poucas normas de *hard law* em vigor. Entretanto, a disciplina possui um número mais significativo de normas de *soft law* que, apesar de não terem o peso normativo das normas vinculantes de Direito Internacional, possuem valor jurídico e político internacional que não pode ser ignorado, e que é utilizado diariamente por todos os refugiados em trânsito no atual momento.

2.4 Refugiados Ambientais no Direito Internacional do Meio Ambiente

O Direito Internacional do Meio ambiente apresenta convenção-quadro (fornecem os compromissos iniciais formadores da esteira onde se desenvolvem os ajustes complementares), e de tratados não obrigatórios - *soft law*. Com o passar dos anos, os tratados internacionais entraram em foco, mas não de forma muito eficiente, visto que o direito internacional do meio ambiente não se desenvolveu de forma correta nos tratados internacionais (KOSKENNIEMI, 1991). De acordo com Cançado Trindade, o tema refugiados ambientais

"reside na confluência do direito internacional dos refugiados e do direito ambiental internacional, e revela as interações entre as condições humanas e ambientais e a necessidade urgente de melhorá-las conjuntamente. (TRINDADE, 1993, p. 138)

Assim, é notável como o tema é negligenciado em diversos ramos do Direito Internacional Público, além disso, os Estados não trabalham com a ideia de que existam refugiados ambientais.

Em relação ao desenvolvimento do Direito Internacional do Meio Ambiente, Organizações Não Governamentais (ONGs) e Organizações Internacionais (OIs) nas últimas duas décadas, observa-se uma expansão da atuação de ONGs internacionais, exemplo disso, o Greenpeace e a World Wide Fund for Nature (WWF), demonstrando uma expansão do âmbito jurídico internacional, aumenta a diversidade de obrigações e direito entre as partes envolvidas. Dessa forma, aumenta a gerência de atores que atuam no Direito Internacional, exceto ao princípio da jurisdição exclusiva do Estado.

Análise dos tratados internacionais de Meio Ambiente/Refugiados

Quadro 1 - Acordos Internacionais e a existência ou não de representação sobre Refugiados Ambientais.

Documento	Ano	Organização	Apresenta	Não apresenta
Agenda 21	1992	ONU		Não apresenta
Assembleia Geral da ONU	1988	ONU		Não apresenta
Conferência das Nações Unidas sobre as Mudanças Climáticas - Acordo de Paris	2015	ONU		Não apresenta
Conferência de Estocolmo	1972	ONU		Não apresenta
Convenção da Organização da Unidade Africana	1969	UA		Não apresenta
Convenção de Viena - Protocolo de Montreal	1987	ONU		Não apresenta
Convenção Relativa dos Refugiados	1951	ONU		Não apresenta
Declaração de Cartagena	1984	ONU		Não apresenta
Primeira Conferência das Partes - Convenção do Clima	1995	ONU		Não apresenta
Protocolo de 1967	1967	ONU		Não apresenta

Fonte: Elaboração própria

QUESTÕES PARA DEBATE

Propostas para aumento da proteção jurídica internacional em prol da defesa dos refugiados ambientais:

- Alteração da Convenção da ONU sobre o Estatuto dos Refugiados para contemplar esse grupo como um refugiado convencional, visto que o contexto da criação da Convenção não consegue abranger a atual necessidade de refugiados no mundo.

- Um tratado internacional específico para a proteção jurídica dos refugiados ambientais.
- A proteção jurídica internacional dos refugiados ambientais por meio de uma resolução da ONU com diretrizes específicas a exemplo dos Princípios Norteadores o Deslocamento Interno, de 1998, diante de lacuna jurídica sobre o tema.
- Os Estados/ONU não querem reconhecer os refugiados ambientais como refugiados como forma de proteção para evitar aumento do número de migrantes, além de garantir a necessidade proteção de um número maior de pessoas
- *Hard law* e *soft law* devem ser consideradas, como também as normas internas, os princípios gerais e específicos de direito internacional, a prática dos Estados em matéria de proteção internacional da pessoa humana relativa a esses campos do DIP e a jurisprudência dos tribunais internos e internacionais atinentes à matéria. Vale considerar que, por se tratar de discussão normativa e jurisprudencial relativamente recente, a fonte de pesquisa sobre legislação e jurisprudência internas se torna limitada, mas não menos importante.
- Para alguns, a migração ambiental aparece como um problema autônomo que exige o estabelecimento de políticas ad hoc. Para outros, ela aparece como uma consequência da degradação ambiental, notadamente da mudança climática, que deve ser dirigida por políticas ambientais mais rigorosas. Por outros, ainda, ela é percebida como uma solução ao aumento da temperatura do planeta que deve ser encorajada e organizada de cima.
- A importância de ouvir as comunidades afetadas sobre suas dificuldades, necessidades e capacidades para que elas possam colaborar na geração de informação de qualidade e, futuramente, nos processos de participação e tomada de decisão, e também, a sensibilização de atores relevantes como as organizações

internacionais, regionais e sub regionais, governos nacionais e locais, ONGs e sociedade civil organizada.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, Carolina de., **A proteção dos “Refugiados Ambientais” no Direito Internacional** Tese (Doutorado em Direito) Faculdade de Direito da Universidade Federal de São Paulo, 2015.

ACSELRAD, Henri; MELLO, Cecília Campello do Amaral; BEZERRA, Gustavo das Neves. **O que é justiça ambiental**. Rio de Janeiro: Garamond, 2009

BRASIL. Decreto de 2001 - Cria a Comissão Interministerial para a Preparação da Participação do Brasil na Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável.

BRASIL. Decreto nº 2.652, de 1998 - Promulga a Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima, assinada em Nova York, em 9 de maio de 1992.

BRASIL. Decreto nº 2.699, de 1998 - Promulga a Emenda ao Protocolo de Montreal sobre Substâncias que Destroem a Camada de Ozônio, assinada em Londres, em 29 de junho de 1990.

BRASIL. Decreto nº 20.215, de 1961 - Promulga a Convenção relativa ao Estatuto dos Refugiados, concluída em Genebra, em 28 de julho de 1951. Publicado no D.O.U. em 28 de janeiro de 1961.

BRASIL. Decreto nº 5.705, de 2006 - Promulga o Protocolo de Cartagena sobre Biossegurança da Convenção sobre Diversidade Biológica.

BRASIL. Decreto nº 70.946, de 1972 - Promulga o Protocolo sobre o Estatuto dos Refugiados.

BRASIL. Decreto nº 9.073, de 2017 - Promulga o Acordo de Paris sob a Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima, celebrado em Paris, em 12 de dezembro de 2015, e firmado em Nova Iorque, em 22 de abril de 2016.

CARVALHO, Délton Winter de. O que devemos urgentemente aprender com o novel Direito dos Desastres. **Revista Consultor Jurídico**, 29 de janeiro de 2019.

CONVENÇÃO de Kampala, Adis Abeba, 2012. Disponível em: <https://www.acnur.org/fileadmin/Documentos/portugues/BDL/convencao_de_kampala.pdf>

DOUGLAS, Lawrence; SARAT, Austin; UMPHREY, Martha Merril. A jurisprudence of catastrophe: na introduction. In: **Law and catastrophe**. Austin Sarat; Lawrence Douglas; Martha Merril Umphrey. Stanford: Stanford University Press, 2007.

DUPUY, Jean-Pierre. **Ainda há catástrofes naturais?** Tradução de Alexandra Dias Santos. **Revista Análise Social**, Lisboa, v. 181, p. 1181-1193, 2006. Disponível em: <<http://www.scielo.oces.mctes.pt/pdf/aso/n181/n181a12.pdf>>.

ESTENSSORO, Fernando. **A geopolítica ambiental global do século 21: os desafios para a América Latina**. Ijuí: Ed: Unijuí, 2019.

INTERNATIONAL DISPLACEMENT MONITORING CENTRE – IDMC. **Global Estimates 2014: People Displaced by Disasters**, Geneva: IMDC/ NRC, September 2014. Disponível em: <<http://www.internal-displacement.org/assets/publications/2014/201409-globalestimates2.pdf>>. Acesso em: 27 nov. 2019

INTERNATIONAL ORGANIZATION FOR MIGRATION – IOM. Article: Migration, Environment and Climate Change (MECC) Division.

KING, Russell, *et al.* The atlas of human migration: Global patterns of people on the move. Earthscan, 2010.

KOSKENNIEMI, Martti. Peaceful Settlement of Environmental Disputes. **Nordic Journal of International Law**, vol. 60, 1991.

SARAT, Austin; LEZAUN, Javier (Ed.). **Catastrophe: law, politics, and the humanitarian impulse**. Amherst: University of Massachusetts, 2009.

TRINDADE, Cançado. **Direitos Humanis. Meio-Ambiente: Paralelo dos sistemas de proteção internacional**. 1993.

UNIÃO AFRICANA. OAU Convention Governing the Specific Aspects of Refugee Problems in Africa - 1969. Disponível em: <<https://au.int/en/treaties/oau-convention-governing-specific-aspects-refugee-problems-africa>> Acesso em: 27 nov. 2019

WWF-Brasil. **Relatório Anual 2016**. Brasil, 2016. Disponível em: <https://wwfbr.awsassets.panda.org/downloads/6set17_wwf_relatorio_final.pdf>. Acesso em: 27 nov. 2019

SEGURANÇA INTERNACIONAL NO TERCEIRO MUNDO

MIGUEL DA SILVA RODRIGUES¹

PATRICK MÜLLER DEPNER²

RENATA RODRIGUES MARQUES³

INTRODUÇÃO

Este guia tem o objetivo de introduzir e sintetizar algumas das discussões da área de Segurança Internacional que se tornam válidas para a reflexão sobre as dinâmicas de segurança em países do que é considerado Terceiro Mundo. Será estruturado da seguinte maneira: primeiro, serão apresentadas algumas perspectivas teóricas e conceitos que possibilitam o entendimento de que as dinâmicas de segurança não se estabelecem de maneira universal, uma vez que a construção dos Estados e regiões se estabeleceu em períodos e condições históricas distintas. Dessa forma, existem especificidades para serem levadas em consideração quando se pretende ter, enquanto foco analítico, regiões não-centrais para discussões de Segurança Internacional. Logo, introduz-se a ideia de Complexos Regionais de Segurança (CRS) para que se possa, a partir disto, identificar algumas características regionais do que se entende (e foi autodenominado) enquanto Terceiro Mundo. Por fim, são apresentadas algumas questões com o objetivo de continuar e aprofundar o debate no Grupo de Discussão Acadêmica (GDA) do X EERRI.

¹Graduando de Relações Internacionais da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Coordenação Logística do X EERRI. 2019.

²Graduando de Relações Internacionais da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Coordenação Logística do X EERRI. 2019.

³Graduanda de Relações Internacionais da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Coordenação Acadêmica do X EERRI. 2019.

1. PERSPECTIVAS TEÓRICAS SOBRE SEGURANÇA INTERNACIONAL PARA TERCEIRO MUNDO

No entendimento tradicional (político e militar), segurança é sobre sobrevivência: quando algo é apresentado como ameaça a algo relevante para as relações sociais, essa ameaça justifica a utilização de ações emergenciais que na maioria das vezes envolvem o uso da força. Os estudos contemporâneos de Segurança Internacional se expandiram nas últimas três décadas a partir do entendimento de que a agenda de segurança é ampliada para além dos setores político-militares (BUZAN e HANSEN, 2009). Da mesma forma, diversas perspectivas têm percebido dinâmicas de segurança que ultrapassam a unicidade do Estado (enquanto ator ou objeto referente) e as relações interestatais (WILLIAMS, 2008). Com a ampliação da agenda, as ameaças existenciais e as medidas de emergência variam entre diferentes setores, uma situação de segurança/insegurança é definida em relação às vulnerabilidades (internas ou externas) que ameacem as estruturas de um ator (geralmente o Estado e seu regime político, mas não somente) (BUZAN *et al*, 1998). Do mesmo modo, existem críticas quanto ao caráter ocidental dos Estudos de Segurança tradicionais: seus principais teóricos vivenciam e preocupam-se em analisar dinâmicas essencialmente ocidentais. Como Buzan e Hansen (2008, p. 19) bem estabelecem, os estudos de Segurança Internacional possuem uma "história de viés anglocêntrico (e militar e patriarcal)".

A formação dos Estados no Terceiro Mundo estabelece particularidades às análises das dinâmicas dessas regiões frente às dinâmicas dos países centrais. A formação artificial de fronteiras e instituições estatais implicou num Estado que não está preparado para recolher e afirmar poder efetivamente, como seus análogos europeus. Charles Tilly (1985) estabelece que a constante inovação no exercício da guerra pelos Estados europeus cria a necessidade de cada vez mais capital e recursos, motivando a expansão colonial, e universalização - através da imposição - do modelo europeu de organização política, social e econômica aos demais continentes. Esta

imposição não resultou em Estados semelhantes aos europeus, longe disso, a sobreposição, sem a base social local, resultou em Estados com sérias dificuldades para consolidarem suas instituições e construírem sua legitimidade entre suas populações. Segundo Tilly, essa diferença se manifesta, hoje, principalmente no poder relativo que a organização militar tem sobre as demais instituições que compõem o Estado.

Assim, agendas de segurança dos países centrais nem sempre estão vinculadas às do Terceiro Mundo, Ayoob (1991) afirma que, muitas vezes, a dimensão militar não é a única a ser observada em questões de segurança desses Estados. A partir disso, existem afirmações de que para estes Estados, a Segurança Nacional, pouco diz respeito à proteção da nação de ameaças externas, e os objetos de segurança são, na maioria das vezes, elites políticas, regimes, ou até mesmo instituições - por exemplo, a proteção do Estado, colocando a nação como ameaça a ele. Segundo Azar e Moon (1988), “a segurança no contexto dos Estados do Terceiro Mundo não se refere simplesmente à dimensão militar, [...] mas a toda a gama de dimensões da existência de um Estado que já são atendidas nos Estados mais desenvolvidos” (p. 1, tradução nossa). Azar e Moon enfatizam que as questões de segurança no Terceiro Mundo possuem grandes desafios na esfera que chamam de *Software* - a relação Estado-sociedade que envolve problemas de legitimidade, integração e capital político -, e dessa forma esses problemas também se apresentam como instabilidades que afetam os direcionamentos das capacidades materiais - que são o *Hardware*.

Utilizando-se desse pensamento, Ayoob (1991) constata que, no Terceiro Mundo, as ameaças seriam essencialmente de dois tipos, (i) ameaças internas, advindas da sociedade, em confronto direto com o Estado, ou não, mas securitizadas por ele; e/ou (ii) ameaças externas - mas advindas das dinâmicas regionais, muitas vezes representando os interesses, ou tendo seus interesses formados por outro ator da região.

Entender estas dinâmicas implica entender os processos de formação do Estado nessas regiões. Como Tilly (1985) coloca, “os Estados que surgiram recentemente por meio da descolonização ou pela realocação de territórios

por Estados dominantes adquiriram sua organização militar de fora, sem que se forjasse de forma semelhante internamente restrições mútuas entre governantes e governados” (p. 186, tradução nossa). Assim, nestes Estados surgem governos com controle reduzido do território e da população e problemas na legitimação da autoridade central - características derivadas da identidade e coesão nacional fracas e dificuldade de governabilidade - isto, por sua vez, resulta em um fenômeno de utilização da violência como instrumento político, da forte influência das forças armadas na política (é uma das instituições que saem mais fortalecidas do processo de construção do Estado) e da ideia de que um Estado, para ser forte, deve se estabelecer a partir de práticas violentas (ANDERSON, 1987). Estas questões somadas à uma formação econômica dependente e desafios sociais (estratificação racial e econômica) herdados do período colonial resultam em conflitos - diretos ou não - entre as comunidades existentes dentro da nação, que, em diversas vezes, escalaram para conflitos intraestatais extremamente violentos.

Essa manutenção do modelo de Estado importado é o que ao mesmo tempo garante que estes tenham autonomia e existam nas Relações Internacionais, e também é o que os pressiona a provir mais tarefas com menos tempo para construção de suas capacidades (AYOUB, 1991). Isto ainda relaciona-se com um paradoxo: por um lado os Estados do Sul global jamais alcançarão os padrões europeus, e muitas vezes, nem o desejam - porque lidam com questões distintas das que os Estados europeus jamais lidaram -, mas mantêm este modelo e este processo por ser a única maneira de garantir a sobrevivência e a igualdade no sistema internacional, originando um regime internacional de soberania negativa - se antes o sistema internacional desafiava os Estados, forçando-os a desenvolver as quatro atividades estatais (TILLY, 1985), atualmente este regime tutela a existência dos Estados, proporcionando que soberania não envolva necessariamente uma estatidade empírica, mas jurídica apenas (JACKSON, 1990).

Da mesma forma, existem argumentos em relação à desinstitucionalização da guerra enquanto instituição comportamental interestatal. O fenômeno atual mais marcante em referência à guerra seria o

crescimento quantitativo e de importância dos conflitos irregulares (IISS, 2005), onde percebe-se a proliferação de grupos irregulares utilizando a força de forma irregular. Parte deste fenômeno também são as guerras *proxy*, em que um Estado apoia grupos dissidentes em outro Estado, minimizando os custos e riscos do conflito direto. As guerras *proxy* surgem e se ampliam como resultado das condicionantes de inserção internacional dos países do Terceiro Mundo, marcados pela fragilidade estatal em cumprir com suas tarefas empíricas (fragilidade interna), em um cenário internacional marcado pelo banimento formal das guerras de agressão (impossibilidade de conflito interestatal) (LOVEMAN, 2002).

O aprofundamento do conceito de segurança envolve mudança nas visões sobre o que deveria ser protegido frente a uma ameaça potencial, e a partir disso, a relação entre percepções ontológicas e definições de ameaças se torna mais evidente (BUZAN *et al*, 1998). O processo de securitização, conforme definido por Buzan, Waever e Wilde (1998), consiste no movimento de um tema anteriormente despolitizado ou politizado para a esfera da segurança, definindo-o como uma ameaça existencial a um objeto, também definido através deste processo, e que requer medidas de emergência - geralmente o uso da força - para combatê-lo. Assim, a securitização pode ser vista como uma versão extrema da politização. Este é um processo de comunicação, tem uma dimensão intersubjetiva, pelo qual se define uma ameaça e um objeto ameaçado. Neste processo estão envolvidos atores securitizadores, um objeto de referência (a ser protegido) e uma ameaça (existencial) a este objeto. O processo se completa com a legitimação, por parte de uma audiência, desta ameaça. O discurso utilizado no processo de securitizar um tema é um ato de segurança, um ato discursivo com fins de securitização (BUZAN *et al*, 1998).

Quando se identificam as características que estão vinculadas ao processo de formação dos Estados, o papel da guerra e os desafios da relação entre Estado e sociedade nos países do no Terceiro Mundo, seus problemas de segurança e, portanto, seus processos de securitização, são particulares. A noção de segurança nacional é, muitas vezes, utilizada discursivamente, e

pode ser instrumento em conflitos entre elites políticas e econômicas que se apropriam do poder do Estado e reivindicam para si a responsabilidade de dizer o que é a ameaça e o que é objeto, “a segurança é articulada a partir de um lugar específico, com uma voz institucional, pelas elites” (WAEVER, 1993, tradução nossa).

Com a expansão da agenda de segurança, a partir dos anos 90, novos temas, para além da segurança nacional, passaram a fazer parte das agendas de segurança dos Estados. A segurança humana, enquanto segurança do indivíduo frente a fatores de insegurança (insegurança pública, saúde, meio ambiente, repressão do próprio Estado) passa a ser ponto de debate. Outros temas como a saúde (em virtude das epidemias, que têm colocado muito mais vidas em risco do que, por exemplo, conflitos interestatais), migrações, ou energia também têm passado por um processo de securitização. Em relação a isso, Buzan *et al* (1997) estabelecem setores onde podem-se identificar interações de segurança distintas e específicas, que envolvem não só agendas clássicas (militar e políticas) como também questões securitárias sobre economia, sociedade e ambiente. A utilização de setores para entendimento dos debates na disciplina possui propósito analítico, uma vez em que as interações não são necessariamente independentes, e “relações de coerção não existem separadas das relações de troca, autoridade, identidade ou ambiente. Os setores podem identificar padrões distintos, mas permanecem partes inseparáveis de conjuntos complexos” (BUZAN *et al*, 1997, p. 8, tradução nossa).

O setor militar estaria interligado aos Estudos de Segurança Tradicionais, e dessa forma, o Estado permanece enquanto principal objeto de referência. No setor político, princípios constitutivos do Estado são tidos enquanto objetos referentes (a serem protegidos), como a própria soberania, sistemas de governo e ideologia. No setor econômico, as economias nacionais são mais facilmente identificadas enquanto objetos referentes, e as dinâmicas podem se dar a partir de relações de troca e produção. No setor social, as identidades coletivas são tidas enquanto principais objetos referentes. No setor ambiental, diversas podem ser as coisas a serem

defendidas de uma ameaça, como a sobrevivência de determinadas espécies e de habitats naturais, e a situação climática do planeta.

Muitos desses problemas se relacionam com a Segurança Humana, como pobreza e saúde, e levantam questionamentos quanto aos processos políticos de construção da agenda de segurança no Sistema Internacional: “o debate atual é dominado pelos riscos à saúde que são vistos como ameaçando o interesse nacional, a estabilidade regional ou a segurança internacional; (...) Além disso, é uma agenda dominada pelo Ocidente (...) que ameaça os interesses de segurança do Ocidente” (WILLIAMS, 2008, p. 285, tradução nossa). Dessa forma, a Teoria da Securitização pode ser uma ferramenta importante para o entendimento de como as agendas de segurança se estabelecem no Terceiro Mundo, questionando os objetivos e interesses - tanto de Elites internas quanto de atores externos - em se ‘securitizar’ determinadas temáticas em favor de outras.

2. COMPLEXOS REGIONAIS DE SEGURANÇA NO TERCEIRO MUNDO

A partir desta breve contextualização teórica, esta seção pretende sintetizar os Complexos Regionais de Segurança, como desenvolvido por Buzan e Waever (2004) no livro *Regions and Powers*. Para ampliação dessas discussões, as subseções seguintes pretendem apresentar alguns aspectos específicos de cada uma das regiões que fazem parte do que é considerado o Terceiro Mundo: América Latina, África, Oriente Médio e Ásia.

Buzan e Weaver desenvolvem sua teoria dos Complexos Regionais de Segurança (RSC) a partir da percepção de que, para a maioria dos países - que não são as grandes potências globais - as dinâmicas de segurança mais importantes se dão a nível regional, onde ocorre, também, o encontro entre as dinâmicas domésticas (*spill-over*) e globais (penetração externa). “O nível regional é onde estão os extremos da interação de segurança nacional e global e onde a maior parte da ação ocorre” (2004, p. 43, tradução nossa). Assim, as dinâmicas de segurança dos países se organizam em dinâmicas domésticas, regionais, inter-regionais e globais - e, geograficamente, em

Complexos Regionais de Seguranças (RSC), formados com base na territorialidade. Um RSC pode ser definido como “um conjunto de unidades cujos principais processos de securitização, dessecuritização ou ambos estão tão interligados que seus problemas de segurança não podem ser razoavelmente analisados ou resolvidos separadamente uns dos outros” (ibidem, p. 44). A ideia central da definição é de que “partes substanciais dos processos de securitização e dessecuritização no sistema internacional se manifestam em blocos regionais. Esses blocos são duráveis e distintos dos processos em nível global de (des)securitização” (BUZAN e WEAVER, 2004, p. 44).

Apesar dos complexos de segurança formados pelos países do Terceiro Mundo possuírem características específicas, muitas das dinâmicas de segurança globais e inter-regionais possuem impacto local. Concomitantemente, muitas das dinâmicas regionais se relacionam com transbordamentos de dinâmicas domésticas, migrações, conflitos nos Grandes Lagos e a existência de ameaças “terroristas”. A guerra irregular está relacionada com processos de desinstitucionalização da guerra (guerras de “quarta geração”), essa desinstitucionalização é acompanhada de algumas dinâmicas como a redução da distinção entre autoridade estatal e obediência militar, a redução da distinção entre paz e guerra, e a propagação de diferentes ideologias com pouco enraizamento (HOLSTL, 2004). A revolução dos assuntos militares e o estabelecimento das comunidades de segurança podem ser considerados movimentos complementares a isso. Como afirmado, a Segurança Doméstica é considerada um nível de análise importante para os países do Terceiro Mundo, de outro modo, a fragilidade compartilhada entre Estados de uma região e a existência dos grupos armados transitam em diferentes territorialidades e não se limitam, demonstrando que a segurança regional se torna cada vez mais importante.

2.1. América Latina

A literatura anglocêntrica, predominante nas Relações Internacionais, unifica, na terminologia de “América Latina”, uma região composta por diferentes Estados e bastante heterogênea. Como afirmam Buzan e Waever (2003), por ser um conceito baseado em características culturais e não geográficas, a análise securitária é dificultada, uma vez que os países possuem padrões de segurança diversos. Neste guia, dividiremos a análise dos países de terceiro mundo do continente americano no Complexo Regional de Segurança da América do Sul e na análise do sub-complexo da América Central e do Caribe que, para esses autores, faz parte do Complexo Regional de Segurança da América do Norte, mas possui características específicas que não os denomina simplesmente como meros componentes desse RSC (BUZAN e WAEVER, 2003, p. 277).

América do Sul

No que diz respeito a América do Sul, faz-se importante, antes de expor a sua constituição hodiernamente, interpretar a formação de seus Estados que, em oposição ao que ocorreu na África e na Ásia, foi moldada não só na ocupação pelos europeus, mas também na repovoação por parte desses (BUZAN e WAEVER, 2003, p. 263). Além disso, como citado anteriormente, Ayoob (1991) aponta que nos países de Terceiro Mundo as ameaças internas são predominantes, o que nos leva a diferenciar os conflitos que conceberam os Estados na Europa com as guerras travadas na América do Sul.

Ainda, tratando-se de uma precessão histórica, o continente sul-americano passou por relativamente poucas guerras interestatais, mas essas foram predominantes no século XIX, período de independência de vários Estados, e geraram demarcações instáveis, o que fez com que a maior parte dos conflitos ocorressem sobre a contestação de fronteiras, muito embora nenhum Estado tenha deixado de existir por derrota em algum conflito (BUZAN e WAEVER, 2003, p. 305). Ademais, os conflitos entre países que ocorreram no século XX foram limitados e menos letais do que outras guerras civis que já ocorreram no continente.

O Complexo Regional de Segurança da América do Sul é delimitado por sua geografia, o que inclui os doze países da região. Nesse RSC não há a preponderância de uma grande potência, o que significa que as principais interações se dão entre as potências regionais, Brasil e Argentina, tendendo para a unipolaridade brasileira. Buzan e Waever também afirmam que, embora os Estados Unidos tenham tentado influenciar a política da região desde o final do século XIX - o que até os coloca como atores externos do Complexo -, os países latino-americanos conseguiram conter uma sobreposição estadunidense, limitando-se a uma relação de penetração. Para os autores, “a América do Sul tem suas próprias dinâmicas, nas quais os EUA intervêm irregularmente” (2004, p. 309, tradução nossa).

Ademais, esse Complexo é caracterizado por uma divisão em dois diferentes sub-complexos: o Cone Sul e o Norte Andino. Este, que é composto por países como o Peru, a Colômbia e a Venezuela, qualifica-se pela fragilidade das instituições estatais, pela guerra às drogas e pela constante presença norte-americana. Aquele, é definido por um avanço nos debates sobre integração e na tentativa de consolidar uma Comunidade de Segurança, ou seja, os dois sub-complexos se opõem em relação a prioridades e interesses (ibidem, 2003).

Quanto à polarização do Complexo, é possível afirmar que há uma baixa tendência a conflitos, uma vez que desde o fim da Guerra Fria, Argentina e Brasil buscam cooperações tanto no âmbito econômico quanto na área nuclear, promovendo maior integração regional e deixando a desconfiança para a época da bipolaridade entre Estados Unidos e União Soviética. Esse recorte histórico foi bastante marcado pela penetração estadunidense na região uma vez que a tônica era o combate ao comunismo e a ameaça soviética. Hoje, porém, essa presença está mais limitada ao sub-complexo do Norte Andino e possui o enfoque do combate ao narcotráfico na região (ibidem, 2003).

Na obra base deste guia, *Regions and Powers*, os autores analisam o Complexo com a Guerra Fria como marco. Ao observar as mudanças e manutenções que ocorreram durante e após o conflito, torna-se perceptível

que a penetração dos Estados Unidos se manteve constante, embora irregular. Ademais, as fronteiras dos Estados também se mantiveram, o que pode ser um diferencial se comparado com outros complexos do terceiro mundo. A polarização, porém, se alterou, uma vez que havia desconfiança entre Argentina e Brasil - potências regionais - durante a Guerra Fria e hoje esses dois países buscam maior cooperação. Além disso, acentuou-se a unipolaridade brasileira frente aos outros Estados deste RSC.

América Central e Caribe

Com relação à América Central e o Caribe, decidimos unir essas duas regiões que estão, para Buzan e Waever, imersos na influência norte-americana e se encontram, por isso, no Complexo Regional da América do Norte. Porém, as histórias dessas regiões geograficamente próximas são marcadas por instabilidades recorrentes e por exploração imperialista, o que as define como de Terceiro Mundo. Para os autores base deste guia, a América Central é disposta como um sub-complexo próprio, contando com os países do Belize ao Panamá. Já o Caribe, embora também tenha suas relações independentes, não possui um sub-complexo próprio e abrange países insulares entre Bahamas e Trindade e Tobago. Para o Caribe se utilizam de uma definição mais restritiva, referindo-se somente às ilhas, uma vez

a costa norte da América do Sul está mais ligada às dinâmicas de segurança da América do Sul do que do Caribe. A América Central já teve uma história intimamente ligada ao Caribe, mas, durante e após a Guerra Fria, desenvolveu dinâmicas distintas e se tornou um subcomplexo por si só. (BUZAN e WAEVER, 2003, p. 277)

Mesmo assim, como supracitado, reforça-se que, devido às suas distinções, ambos não devem ser tratados como meros componentes do RSC da América do Norte.

Ao longo da história, a região do Caribe sofreu diversas influências imperialistas, começando desde sua descoberta pelos europeus, a partir do

século XVI, até os Estados Unidos, país que penetrou muito na região, principalmente antes e durante a Guerra Fria (BUZAN e WAEVER, 2003, p. 279). Muitos dos países da região ainda estão conectados de alguma forma com suas antigas metrópoles do velho continente o que os torna, em grande parte, Estados relativamente mais frágeis e enfraquece também a cooperação e a integração entre eles. Dessa forma, não produzem grandes ameaças uns aos outros e seu enfoque securitário é, hodiernamente, doméstico com atenção crescente aos Estados Unidos (ibidem, p. 279).

Durante a Guerra Fria, houve maior cooperação norte-americana com os países vizinhos pelo medo de alianças com a União Soviética, mas se sobrepuseram às intervenções da grande potência e a importância que foi dada aos países da (sub) região que se tornaram geopoliticamente estratégicos, uma vez que as políticas eram voltadas para a manutenção do poder extrarregional estadunidense (ibidem, p. 282-284). Para abarcar seus interesses comerciais, os Estados Unidos agiram diretamente nas políticas internas dos países centro-americanos e caribenhos (assim como também na América do Sul), como no Golpe de Estado guatemalteco, em 1954, no apoio a Guerras Civis em El Salvador e Nicarágua, nos anos 80, e nas instalações militares em Porto Rico, utilizando como principal justificativa a ameaça comunista (ibidem, p. 285). No Caribe, a Revolução Cubana projetou a Guerra Fria para a região chave para estabelecer quais seriam as relações desses países com os Estados Unidos. A tensão, que chegou ao ápice com a Crise dos Mísseis, em 1962, trouxe investimentos e cooperações militares para os países vizinhos com Porto Rico (Caribe) e Panamá (América Central), como principais apoiadores a Guantánamo. Assim, vê-se que a Guerra Fria trouxe vulnerabilidade e polarização aos países no que diz respeito ao nível doméstico, em um período dominado pela disputa em caráter global.

Com o fim da Guerra Fria e a vitória do lado ocidental, podemos observar uma mudança na agenda e o encaminhamento, por parte dos Estados Unidos, das pautas securitárias da América Central, a qual conseguiu encaminhar o fim das guerras civis e avançar no processo de

redemocratização e desenvolvimento. Entretanto, a herança de anos de conflitos domésticos deixou complicações para o debate de agendas econômicas e vulnerabilidade para o avanço da guerra às drogas empregada pelos norte-americanos, ainda mais na região do caribe onde o tráfico de drogas e armas e a polarização remanescente da Guerra Fria com a situação cubana deu margem para maior infiltração dos Estados Unidos. Tal estreitamento das relações se volta, porém, mais às relações comerciais, visto que a maioria dos países caribenhos buscam investimento e entrar na nova globalização, enquanto os Estados menores do leste do Caribe ainda mantêm um relacionamento securitário. Esses Estados se mantêm, todavia, vulneráveis e em meio ao dilema de securitizar as ameaças transnacionais, como as drogas e a migração e, se o fizer, permitir uma dependência ainda maior dos Estados Unidos (BUZAN e WAEVER, 2003, p. 290-291).

Dessa forma, podemos notar que os aspectos domésticos são relevantes para determinar o nível de estabilidade de cada países e como, com intermédio dos Estados Unidos, se tornaram assuntos securitizados, tanto para países centro-americanos quanto caribenhos, o que corrobora com a tese levantada por Buzan *et al* (1998) sobre a teoria da securitização que, nesse caso, recaem sobre ameaças transnacionais como o tráfico e a migração.

2.2. ÁFRICA

Como os demais complexos presentes neste guia, a instabilidade e a exploração são marcas profundas no continente africano onde predominam, dentro de suas dinâmicas de segurança, as crises humanitárias e políticas, as guerras civis e a destruição ambiental. A herança deixada pelo imperialismo europeu é, de maneira geral, de Estados pós-coloniais frágeis em seu respaldo institucional e em sua capacidade de força para lidar com as tradicionais demandas securitárias, uma vez que sofreram imposições de um sistema *westfaliano* do velho continente sobre suas relações pré-coloniais e suas fronteiras. O continente africano é dividido, para Buzan e Waever (2003)

em três diferentes Complexos Regionais de Segurança estruturados, sendo eles o do Oriente Médio, da África Austral e da África Central, além de dois proto-complexos, da África Ocidental e do Chifre Africano. Entretanto, neste guia, abordaremos de maneira geral a África Subsaariana, trazendo aspectos comuns que congregam, em dinâmicas de segurança, esses Estados heterogêneos e diversos.

2.2.1 África Subsaariana

Como dito anteriormente, a África Subsaariana foi marcada pela imposição europeia no que diz respeito à cultura, às estruturas administrativas estatais e às fronteiras, o que colaborou para o que Buzan e Waever (2003) destacam como principal fator dos problemas securitários da África: a insuficiência do Estado pós-colonial, ressaltando, assim, o aspecto político-militar em sua análise e rejeitando o subdesenvolvimento econômico como principal problema, uma vez que os aspectos políticos e econômicos estão interligados. Os autores afirmam:

Estados (ou outras estruturas políticas) fortes, ou pelo menos resistentes, não são uma condição suficiente para o desenvolvimento econômico, mas eles são necessários. A maior parte da África não conseguiu resolver este problema e é essa falha e suas causas que definem a natureza, extensão e intensidade da insegurança africana. (BUZAN e WAEVER, 2003, p. 220, tradução nossa)

A insuficiência do Estado pós-colonial deriva, portanto, da forte mudança político-econômica ocasionada pelos europeus, por meio da escravidão e da colonização que modificaram a balança de poder entre os grupos locais. Esse processo não originou, porém, conflitos regionais imediatos após as independências dos países, uma vez que houve, como explicam Jackson e Rosberg, um suporte da sociedade internacional para a manutenção da soberania jurídica desses Estados. Porém, os Estados africanos que obtiveram sua independência, em grande parte em meio à Guerra Fria, durante os anos 60, foram criados antes mesmo de possuírem a capacidade plena de exercerem a sua força legítima, - que os autores

chamam de *soberania empírica* - o que originou a presente fragilidade estatal (JACKSON e ROSBERG, 1982; 1984; 1985 *apud* BUZAN e WAEVER, 2003, p. 221).

Dessa forma, os assuntos domésticos prevalecem como focos securitários na região e predominam nas agendas de governos que lidam com grupos extremistas, máfias, pobreza extrema, guerras civis, entre outros. É nessa situação que entram em cena os atores não-estatais que, diferentemente do que ocorre no Complexo da América do Sul, por exemplo, onde as principais unidades são os Estados, são atores de grande relevância na África Subsaariana. Esses atores muitas vezes se utilizam da fragilidade dos Estados para ou dominá-los, ou fazer acordos de cooperação com países vizinhos que buscam se aproveitar de situações de conflito. Quando presentes nas mídias, geralmente grupos rebeldes são os principais responsabilizados, mas há também corporações transnacionais que financiam máfias em prol de domínio de territórios para exploração - fato bastante frequente na crise na República Democrática do Congo - e até, como supracitado, outros governos que agem por interesses próprios. Nesse sentido, Throup (1995 *apud* BUZAN e WAEVER, 2003) provoca que o Estado africano é fraco para prover direitos sociais e governar efetivamente, mas forte para captar recursos escassos, se utilizar do mercado negro e patrocinar conflitos que sejam de seu interesse, ou seja, não seria incapaz de funcionar como um Estado moderno, mas não estaria disposto a sê-lo.

Dessa forma, torna-se perceptível que o aspecto securitário regional na África Subsaariana se torna apenas uma consequência do *spillover* dos assuntos domésticos, principalmente quando afeta as fronteiras de países vizinhos ou de atores não estatais (BUZAN e WAEVER, 2003, p. 229) devido a predominância de pautas sub-estatais e de atores influenciadores que superam o alcance governamental.

2.3 Oriente Médio

O Complexo Regional de Segurança do Oriente Médio abarca em sua estrutura três sub-complexos que serão abordados neste guia como forma

introdutória às discussões acadêmicas, apresentando suas principais características, conflitos regionais, zonas de influência e particularidades. Essa região é fortemente marcada por Estados pós coloniais, caracterizando Estados fracos. Dessa forma,

as definições do Oriente Médio variam, mas vemos um padrão de interdependência de segurança que abrange uma região que se estende do Marrocos ao Irã, incluindo todos os estados árabes, além de Israel e Irã. Chipre, Sudão e o Chifre não fazem parte disso. O Afeganistão é um isolante entre ele e o sul da Ásia, e a Turquia entre ele e a Europa. (BUZAN e WAEVER, 2003, p. 187)

A formação desse complexo regional inicia-se a partir do final da Segunda Guerra Mundial com as reivindicações dos Estados da região contra as ações das potências coloniais. Nesse sentido, são formados três sub-complexos no Oriente Médio: do Levante e Golfo como os principais, e o do Magreb como sendo o mais fraco. A consolidação dessas sub-regiões se confirmou com movimentos de valorização e de libertação árabe e muçulmana.

Nesse sentido, para o Irã, “uma disputa com qualquer vizinho árabe corre o risco de se tornar uma disputa com todos os seus vizinhos árabes”, uma afirmação que se aplica com muito mais força no caso de Israel. O arabismo e o islamismo são ambos competitivos, assim como suas ideias estreitamente interligadas (DAWISHA, 2000). Contudo, a consolidação do nacionalismo árabe gerou mais rivalidade e instabilidade do que cooperação na região, servindo o mesmo caso para as relações islâmicas (BARNETT, 1998). Como resultado, as agendas de uma mesma identificação étnica podem ser fortemente distintas.

Nessa perspectiva, as rivalidades entre os povos árabes dizem respeito à competição pela liderança do mundo árabe, além de interesses divergentes envolvendo laços históricos, culturais, questões territoriais e ideológicas. No que se refere aos islamitas, estes são frequentemente a oposição interna nos Estados árabes, e os estados islâmicos, como o Irã, são facilmente vistos como uma ameaça por muitos dos seus vizinhos (KARAWAN, 1997).

Sendo assim, o primeiro sub-complexo a se consolidar foi o Levante, centrado na questão de Israel, entre judeus e palestinos e seus vizinhos árabes. Vale ressaltar também o conflito entre Israel e o mundo islâmico após a Revolução de 1979 no Irã, bem como o conflito árabe-palestino foram os definidores das qualidades transacionais do nacionalismo árabe, gerando a coerência global do Oriente Médio como um CRS (BARNETT, 1998). Esse sub-complexo caracterizou-se principalmente pelas guerras provenientes da rivalidade árabe-israelense, em que o Egito se mostra o líder regional potencial para o Levante. Além de envolver os Estados, esse sub-complexo possui atores não estatais bastante expressivos - como o Hamas, OLP e Hezbollah.

O sub-complexo do Golfo se consolidou após a saída da Grã Bretanha da região, na década de 1970, inicialmente centrado na rivalidade triangular entre Irã, Iraque e países árabes liderados pela Arábia Saudita (BUZAN e WAEVER, 2003). Sendo assim, a região é marcadamente instável devido às rivalidades de poder e liderança, além de englobar questões econômicas e comerciais no que se refere às disputas interárabes, como o preço do petróleo, ambições hegemônicas e concorrência sobre recursos, por exemplo. Nesse sentido,

a hostilidade entre o Irã e o Iraque decorre de uma série de disputas fronteiriças, das ambições rivais de poder dos líderes nos dois estados, da superposição de problemas com as minorias curdas e do destino de uma grande população xiita no sul do Iraque. Também pode ser entendido como uma extensão de uma rivalidade muito mais antiga entre árabes e persas e entre as variantes xiitas e sunitas do Islã que remontam ao século VII d.C. (BUZAN e WAEVER, 2003, 192).

Embora o núcleo do Golfo tenha proximidades geográficas com o Levante, suas dinâmicas de segurança se diferenciam e se inter-relacionam em até certo ponto, uma vez que Estados pertencentes à uma sub-região podem interferir ou sofrer interferência em conflitos do núcleo regional vizinho (BUZAN e WAEVER, 2003). Isso pode ser exemplificado no caso da Síria, em que se mostra rival de Israel e Iraque, sendo contra este último nas duas Guerras do Golfo. Contudo, a Síria e o Iraque são aliados contra Israel.

Além disso, pode-se citar que as ações do Egito podem interferir na sub-região do Golfo, pois o país apresenta-se como uma potência regional com capacidade de liderança do mundo árabe, em concorrência com a Arábia Saudita.

O último e mais fraco sub-complexo do Oriente Médio é constituído pelo Magreb. Esse sub-complexo caracteriza-se por haver relações instáveis e desconfortáveis entre os países que o compõe, como a Líbia, Argélia, Tunísia, Marrocos e o Saara Ocidental. Contudo, o Magreb se configura como fraco por suas dinâmicas de segurança se diluírem com a fronteira dos países que compõem o norte da África Subsaariana (BUZAN e WAEVER, 2003). A principal controvérsia envolvendo essa sub-região está relacionada com a anexação do Saara Ocidental ao território do Marrocos, gerando grande parte das tensões entre os países, em que a Argélia e a Líbia apoiaram a Frente POLISARIO - movimento de libertação do Saara Ocidental - e o Marrocos apoiando movimentos insurgentes nesses países, de forma direta ou indireta.

Além disso, os países do Magreb estiveram envolvidos direta ou indiretamente em todos os conflitos que ocorreram no Golfo e no Levante, consolidando sua posição como sub-região do Oriente Médio. Muitas dessas participações estavam relacionadas com apoio à grupos de libertação ou contestação, fornecimento de tropas militares, hospedagem amigável à imigrantes provenientes dos conflitos, além de mediação diplomática. Entretanto, os países árabes e muçulmanos dessas sub-regiões não se envolveram muito nas disputas internas do sub-complexo do Magreb.

Portanto, o Oriente Médio constitui um Complexo Regional de Segurança com fortes dinâmicas interestatais com participação de atores não estatais. O principal fundamento da agenda de segurança que geraram a instabilidade ainda vigente na região se relaciona com as disputas territoriais, ideológicas, de poder e *status*, e divisões étnicas e culturais (BUZAN e WAEVER, 2003). Ademais, apresenta o típico padrão pós colonial de regimes inseguros, com preocupações às ameaças externas de nível doméstico e regional (AYOOB, 1995).

3.4 Ásia

No continente asiático, utilizaremos neste material duas principais divisões para os Complexos Regionais de Segurança de acordo com Buzan (1997): o Complexo de Segurança do Leste Asiático e o Complexo de Segurança do Sul Asiático. Nesse sentido, discorre-se brevemente sobre as particularidades, demandas e contextos de cada um destes.

Leste Asiático

O Complexo de Segurança do Leste Asiático compreende dois sub-complexos, o Subcomplexo do Nordeste Asiático e o Sub-complexo do Sudeste Asiático. Dessa forma, abarca um número relativamente grande de Estados, tais como Brunei, Camboja, China, Coreia do Norte, Coreia do Sul, Filipinas, Indonésia, Japão, Laos, Malásia, Papua Nova Guiné, Singapura, Tailândia e Vietnã, além de territórios insulares, Taiwan e Austrália. Contudo, esse complexo caracteriza-se por possuir duas potências regionais, porém com claros níveis de diferença de influência e projeção, com a República Popular da China exercendo grande projeção de poder na região e o Japão com um protagonismo ascendente na segunda metade do século XX, porém após a virada do milênio com uma projeção de poder mais limitada.

Nesse sentido, no período que compreende a Guerra Fria, os sub-complexos demonstraram maior relevância devido a distribuição do poder nas regiões. Além disso, o Complexo do Leste Asiático só terá protagonismo após a queda da União Soviética abrangendo as duas sub regiões. Sendo assim, nesta subseção abordaremos os principais eventos regionais, tanto dos sub complexos quanto do Complexo Regional de Segurança do Leste Asiático.

Pode-se afirmar que a região do sudeste asiático foi marcada pela colonização e ação externa de potências, além de seus efeitos pós colonização, resultando, em grande parte, em Estados fracos com pouca projeção de poder (BUZAN e WAEVER, 2003). Esse relativo vácuo de poder abriu espaço para uma maior protagonismo das superpotências União

Soviética e Estados Unidos na região, atingindo seu auge na Guerra do Vietnã (1955-1975). O conflito foi marcado de um lado pelos países comunistas aliados à União Soviética no Norte e pelos países aliados aos Estados Unidos ao Sul, como a Coreia do Sul, Austrália, Tailândia, entre outras nações anticomunistas.

Nesse sub-complexo percebe-se grande influência da ASEAN, ou Associação de Nações do Sudeste Asiático, que teve sua formação em 1967. A organização tem como objetivos, segundo seu site oficial, acelerar o crescimento econômico e fomentar a paz e a estabilidade regional, além de promover uma “zona de paz, liberdade e neutralidade” (BUZAN e WAEVER, 2003). Atualmente a associação tem como membros plenos quase todos os Estados do sub-complexo do Sudeste Asiático.

No que se refere ao sub-complexo do Nordeste Asiático, a Coreia do Norte e a China se mostraram os maiores aliados da União Soviética durante a Guerra Fria. Porém, na década de 1960 a China cortou relações com as potências dominantes, caracterizando-se como uma grande potência em oposição às duas potências (BUZAN e WAEVER, 2003). Contudo, a China não foi considerada uma ameaça militar às duas superpotências, apenas um rival ideológico e estratégico.

Nesse sentido, o Japão tornou-se uma potência em ascensão na região um pouco após a China ter declarado sua política externa autônoma, principalmente em decorrência da sua rápida recuperação econômica após a Segunda Guerra Mundial. Entretanto, apesar desse sub-complexo ser caracterizado por forte ação local, o protagonismo do Japão na região foi marcado por relativa participação extrarregional.

Com a queda da União Soviética, e o relativo vácuo de poder deixado pela superpotência, os dois sub-complexos uniram-se em um único complexo regional, denominado Complexo Regional de Segurança do Leste Asiático. Dessa forma, a segurança a nível doméstico teve duas questões centrais, tais como a instabilidade de alguns países e dúvida em relação à evolução de outros. Dessa forma, a China se mostrou o Estado que teve uma emergência gradual e constante durante todo o período após 1991,

confirmando seu status de grande potência. As dinâmicas de segurança de preocupação chinesa estão relacionadas ao seu entorno estratégico como mostradas no mapa XX, em que prioriza para garantir sua hegemonia no leste asiático.

Sul Asiático

O Complexo de Segurança do Sul Asiático está relacionado com os países no entorno estratégico da Índia, como o Paquistão, Bangladesh, Butão e Nepal - este serve como “amortecedor” entre a zona de influência entre o Nordeste e Sudeste Asiático (BUZAN e WAEVER, 2003).

O panorama histórico que marca esta região está relacionado com a questão da Índia e Paquistão no período da Guerra Fria, em que os dois territórios entram em conflito a partir da partição da colônia da Índia Britânica. Dessa forma, inicia-se formalmente uma rivalidade e disputa pelo território da Caxemira pelos muçulmanos no Paquistão e os hindus na Índia. Essa disputa gerou três grandes guerras entre os dois países nos anos 1947-48, 1965 e 1971, além de várias situações de tensão em que os dois Estados poderiam eclodir em um conflito armado (BUZAN e WAEVER, 2003). O caso mais recente de hostilidade entre os dois países ocorreu em 2008 com um atentado em Mumbai, maior cidade indiana, em que o governo da Índia alega participação paquistanesa nessas ações.

Nesse contexto de desconfiança entre Índia e Paquistão, as relações entre os países no Complexo Regional de Segurança do Sul Asiático se deram majoritariamente por bases bilaterais, com predominância das relações hindu com o Estados em seu entorno estratégico. Por mais que a configuração na segunda metade do século XX neste complexo regional tenha sido classificado como bipolar, os pequenos Estados demonstraram preferência em se relacionar com a Índia devido ao seu crescimento econômico e seu status como potência emergente, se mostrando cada vez mais um líder regional de destaque. Ademais, tornou-se custoso ao Paquistão tentar suportar a ordem bipolar, devido às suas alianças com potências

extrarregionais e a gradual ascensão indiana e suas relações econômicas internacionais.

Além disso, a região também é marcada pelo conflito envolvendo o Tibete, que se autointitulou região autônoma, porém estando sob território chinês. Dessa forma, a China sob o recém instaurado regime comunista age de forma contrária a uma independência tibetana. Os principais líderes da região se abrigam na Índia, porém essa se mostra contrária a independência do país, seguindo a política externa da sua antiga metrópole Reino Unido. Nesse sentido, o reconhecimento do Tibete como Estado independente não vigorou na comunidade internacional, resultando na aceitação de pequenas concessões do governo chinês de forma a conter novas insurreições.

A situação da região da Caxemira ainda hoje apresenta controvérsias e desentendimento por parte dos Estados envolvidos. Inicialmente, com a saída do Império inglês no local, a Caxemira possuía liberdade para realizar uma votação interna para decidir se a região se anexaria à Índia ou ao Paquistão. Dessa forma, a anexação à Índia acaba ganhando às disputas, não agradando à população muçulmana do território que preferia autonomia ou integrar ao território paquistanês, dando início ao conflito. Nesse contexto, após diversos conflitos armados ou indiretos, os dois países concordaram em um cessar fogo em 2003. Contudo, em 2014 assume o poder da Índia um governo que declarou abertamente que adotaria uma política de linha dura contra o Paquistão. Desse modo, o governo indiano acusou grupos paquistaneses de atuar no ataque à base aérea em Pathankot. Sendo assim, a Índia culpa o Paquistão por grande parte dos ataques e tensões militares em seu território. O Paquistão, por sua vez, nega qualquer envolvimento atual com estes ataques.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este texto teve enquanto objetivo guiar um debate sobre as dinâmicas e especificidades de se pensar a Segurança Internacional nos países que não estão no considerado “centro” dos debates internacionais de segurança. O

desenvolvimento dos estudos de Segurança Internacional para entendimentos não-tradicionais possibilita diversas ferramentas analíticas para a segurança no Terceiro Mundo. Ainda que perspectivas tradicionais permaneçam, o alargamento da agenda e da concepção de segurança permite que as especificidades das regiões que não estão no centro - da produção de conhecimento e das análises de segurança - possam ser melhor avaliadas. Dentre outras conclusões, pode-se perceber que tanto as dinâmicas próprias domésticas quanto as dinâmicas regionais podem ser considerados "dilemas" das relações que tange complexos de segurança do Terceiro Mundo e, nesse sentido, o fenômeno da Guerra *Proxy* (quase que uma terceirização da guerra) se torna cada vez mais significativo. Como explicado por Loveman (2003, p. 42): "a intervenção proxy não é nova: as nações armaram os inimigos de seus inimigos por séculos". Dessa forma, as guerras *proxy* se estabelecem como uma atividade vantajosa para diminuição dos custos econômicos e militares (que são maiores na guerra interestatal) e também dos custos políticos (evitando consequências nas organizações intergovernamentais). Consequentemente, as dinâmicas nessas regiões se fazem cada vez mais complexas, e os conflitos muitas vezes contam com a presença de elementos de meios convencionais e irregulares - característica de uma guerra híbrida - e de grupos civis que possuem controle de meios convencionais.

Ressalta-se também como, nos países analisados, os assuntos de nível doméstico são regularmente securitizados e, muitas vezes, moldam as respectivas políticas externas. Esse padrão corrobora a teoria de Ayoob, uma vez que para o Terceiro Mundo as prioridades diferem das dos países de Primeiro Mundo e não são, em geral, problemas militares e de ameaças externas, mas justamente problemas nas elites e nas instituições locais. Ademais, embora tenha prevalecido a ideia liberal de autodeterminação dos povos e esses países sejam em grande parte independentes, há um histórico de exploração que perdura até os dias de hoje, muitas vezes mascarado pelas dinâmicas das Guerras *Proxy* e não divulgadas na grande mídia. Por fim, cabe uma análise dos diferentes padrões encontrados entre os complexos regionais, como, a saber, a maior relevância dos atores não-estatais na África

Subsaariana em contraste com a centralidade dos Estados como principais atores no complexo da América do Sul. Para continuação dos debates aqui realizados, foram desenvolvidas algumas questões que, dentre outras, permitem que se pense estes processos à partir de lentes distintas, ampliando nossa capacidade analítica enquanto graduandos de Relações Internacionais.

QUESTÕES PARA DEBATE

Questões Gerais

- Os Estados no Terceiro Mundo ainda estão em processo de consolidação? Quais as consequências disso para as dinâmicas de segurança?
- Os principais problemas de segurança desses Estados seriam de quais setores (militar, político, social, econômico, ambiental)?
- Processos de securitização se dão de forma distinta em países de Terceiro Mundo? E quem determina as agendas de segurança dessas regiões?
- Como os problemas de segurança no Terceiro Mundo se relacionam com seu exercício de soberania?
- Quais são as principais interferências externas às regiões não-centrais? De que maneira a guerra se estabelece de forma diferente em regiões centrais?

Questões Específicas

- Quais as especificidades (e o grau de importância) das dinâmicas domésticas, regionais, inter-regionais e globais na América Latina, África, Ásia e Oriente Médio?
- Qual o impacto da independência dos países latino-americanos ter sido anterior a de países africanos e asiáticos nas dinâmicas de segurança?

- Como podemos analisar a influência e o apoio dos Estados Unidos à Colômbia na Guerra às Drogas e às FARC? E a entrada da Colômbia na Otan?
- Qual a relevância dos países “isoladores” e dos “amortecedores”?
- Quais são os países que sofrem interferência das sub-regiões no Complexo Regional de Segurança do Oriente Médio e da Ásia?

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AYOOB, Mohammed. **The Third World Security Predicament: State Making, Regional Conflict, and the International System.** Boulder: Lynne Rienner, 1995.

AZAR, Edward E. e MOON, Chung-In (Org.). **National Security in the Third World: The Management of Internal and External Threats.** College Park: Univ of Maryland CIDCM, 1988.

BARNETT, Michael N. **Dialogues in Arab Politics: Negotiations in Regional Order.** New York: Columbia University Press, 1998.

BUZAN, Barry; WÆVER, Ole; WILDE, Jaap de. **Security: A new framework for analysis.** Lynne Rienner Publishers, 1998.

BUZAN, Barry; WÆVER, Oly. **Regions and Powers: The Structure of International Security.** Cambridge: Cambridge University Press, 2004.

BOOTH, Ken; PETER, Vale. Security in Southern Africa: after apartheid, beyond realism. *International Affairs*, v. 71, n. 2, p. 285-304, 1995.

DAWISHA, Adeed. Arab Nationalism and Islamism: Competitive Past, Uncertain Future. *International Studies Review*, vol. 2, n° 3, p. 79-90, 2000.

HOLSTI, K. J. **The State, War, and the State of War.** Cambridge: Cambridge Studies in International Relations, 2004.

JACKSON, Robert H. **Quasi-states: Sovereignty, International Relations, and the Third World.** Cambridge: Cambridge University Press, 1990.

KARAWAN, Ibrahim A. **The Islamist Impasse.** London: International Institute for Strategic Studies. Adelphi Paper n° 314, 1997.

LOVEMAN, Chris. **Assessing the phenomenon of proxy intervention.** *Conflict, Security & Development*, v. 2, N. 3: 29-48, 2002.

TILLY, Charles. War Making and State Making as Organized Crime. In **Bringing the State Back In**, edited by Peter B. Evans, Dietrich Rueschemeyer, and Theda Skocpol, p. 169-191. Cambridge: Cambridge University Press, 1985.

WILLIAMS, Paul [editor]. **Security Studies: an introduction**. New York: Routledge, 2008.

RELAÇÕES INTERNACIONAIS DO ORIENTE MÉDIO: ORIENTALISMO E TERRORISMO

CAROLINA RODRIGUES¹

LAIZA FORTES SIQUEIRA²

LUIZA DELAFLORA CASSOL³

INTRODUÇÃO

Para os estudos sobre relações internacionais, os atentados de 11 de setembro de 2001 representaram a ascensão de uma nova agenda securitária internacional, que viria a transformar as relações de ordem e poder existentes no cenário internacional. Após este fato, a estratégia global de combate ao terrorismo, implementada pelo então presidente estadunidense George W. Bush, viria a fazer o chamado a todos os Estados Ocidentais e democráticos a lutar contra a considerada maior ameaça à paz no século XXI: o novo terrorismo, estritamente vinculado ao extremismo religiosos islâmico, presente em grande parte em países de população em sua maioria árabe.

Nesse sentido, o objetivo desse Grupo de Discussão Acadêmica (GDA) volta-se para compreender como a guerra contra o terrorismo traz à tona a retórica orientalista de construção hierárquica de estruturas de poder entre Ocidente e Oriente, como uma forma de ampliar e fomentar o debate pós-colonial das Relações Internacionais em espaços de diálogo multidisciplinares. Para tanto, inicialmente será feita uma contextualização do conceito de terrorismo ao longo do tempo na primeira seção, e na segunda

¹Graduanda de Relações Internacionais da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). 2019.

²Graduanda de Relações Internacionais da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Coordenação de Comunicação do X EERRI. 2019.

³Graduanda de Relações Internacionais da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Coordenação Acadêmica do X EERRI. 2019.

seção será abordado de que forma este trabalho utiliza-se da perspectiva de Orientalismo desenvolvida pelo teórico e pesquisador palestino Edward Said (2007). Posteriormente, na terceira seção será demonstrado de que forma a guerra global de combate ao terrorismo utiliza-se de um discurso orientalista de estereotipização da população árabe-muçulmana como irracional, selvagem e terrorista, para legitimar o domínio ocidental acerca do que estes constroem e desenvolvem como a realidade do oriente.

Por fim, em suas considerações finais, este trabalho irá levantar alguns pontos e questões relevantes para o desenvolvimento de um diálogo crítico e construtivo acerca do futuro do debate pós-colonial nas Relações Internacionais e suas novas formas de ocorrência na atualidade, e também dos impactos que a primazia de questões securitárias com viés orientalista, como a guerra global contra o terrorismo, poderá acarretar nas relações Ocidente e Oriente.

1. O CONCEITO DE TERRORISMO AO LONGO DA HISTÓRIA

Historicamente, chama-se terrorismo o ato de tomar ou permanecer no poder a partir da instauração da violência e da intimidação. Tal conceito teve origem na Revolução Francesa de 1789, quando grupos contrarrevolucionários acusaram os jacobinos de implementar um regime que funcionava com base no “terror”, em razão de execuções em massa nas guilhotinas (GIDDENS, 2012, p. 745). Apesar de frequentemente citado e debatido na contemporaneidade, o terrorismo não é um fenômeno recente, ao contrário, ele esteve presente desde a Idade Antiga na Grécia, nas civilizações da Mesopotâmia e no Império Egípcio, por exemplo, embora tenha atraído mais atenção no início do século XXI.

Seguindo essa lógica, a hostilidade contra determinados grupos a fim de gerar medo e, por conseguinte, uma dominação, teve no passado um objetivo e uma dinâmica um pouco diferentes daqueles que conhecemos hoje. Dessa forma, o velho terrorismo, presente, sobretudo, no século XX, está relacionado ao nacionalismo e à criação de nações soberanas com territórios

definidos. Nesse sentido, a forma antiga de terrorismo está ligada a necessidade de estabelecer Estados onde as nações não têm autoridade sobre a máquina estatal, como foi, por exemplo, o caso da Irlanda em 1800, ao ser anexada ao Reino Unido. Diante de lutas pela independência, surgiram grupos como o Exército Republicano Irlandês (IRA) e como os nacionalistas bascos como o ETA, os quais foram acusados de gerar terror para reivindicar territórios (GIDDENS, 2012, p. 747). Portanto, esse tipo de terrorismo possui interesses predominantemente locais, salvo em casos de apoio de outros países nessas ações.

O novo terrorismo, por sua vez, tem como marcas principais a influência das tecnologias de comunicações e o alcance mundial. Suas reivindicações são mais amplas como o de transformar a estrutura geopolítica, ou ainda, expandir determinado governo pela maior região possível. Dessa maneira, ainda que não sejam as únicas, organizações de fundamentalismo islâmico, tal qual a al-Qaeda, ISIS, Talibã, costumam ser as mais citadas (GIDDENS, 2012, p. 748). Se o que move as organizações do terrorismo antigo é o sentimento de nacionalismo, por outro lado, o que estimula as instituições da atualidade é o sentimento de colaborar com o cumprimento de um propósito.

De forma geral, o terrorismo ameaça a segurança e a possibilidade das pessoas de viverem em paz. Na contemporaneidade, terrorismo pode ser interpretado como uma forma não-tradicional de conflito, a qual se utiliza de protestos violentos para transmitir uma mensagem política (AFZAL *et al* 2012, p. 194-195). Contudo, a sua conceituação em si é uma das mais contestadas do mundo, não havendo definição universal para tal fenômeno. Para Molten, isso ocorre porque as definições de terrorismo são influenciadas pela ideologia política, o local de onde se fala e a perspectiva que se usa (ONAPAJO *et al*, 2012, p. 338). De toda forma, é necessário considerar algumas das definições existentes. Para a União Europeia, terrorismo pode ser definido como “intimidação séria da população, ou desestabilização e destruição das estruturas políticas, constitucionais, econômicas e sociais fundamentais de um país ou Organização Internacional” (AHMED *apud* AFZAL *et al*, 2012, p.

195)⁴, já para os Estados Unidos terrorismo é a “violência premeditada e politicamente motivada perpetrada contra alvos não-combatentes por grupos subnacionais ou agentes clandestinos, normalmente com a intenção de influenciar uma audiência” (US 1983 *apud* HOUGH, 2008, p. 66)⁵. Para Paul Williams (2013, p. 173), uma definição mais completa e que abrangeria a dimensão política do terrorismo seria:

Terrorismo político é o uso, ou a ameaça do uso, da violência por um indivíduo ou um grupo, quer esteja agindo por ou em oposição a uma autoridade estabelecida, com ações designadas a criarem extrema ansiedade e/ou induzir o medo em um grupo alvo maior do que as vítimas imediatas. Tem o objetivo de coagir o grupo a aderir demandas políticas dos perpetradores. (WARDLAW *apud* WILLIAMS, 2013, p. 173)⁶

A grande diferença entre a definição dos Estados Unidos e a cunhada por Wardlaw é que a primeira considera como terrorismo apenas as ações de atores não-estatais, enquanto a segunda não exclui ações tomadas pelo Estado. Por fim, para Brenda Lutz e James Lutz (2016), a definição que melhor funciona para compreender o fenômeno e as suas bases é a que considera o terrorismo como uma tática, a qual é utilizada por diferentes grupos:

Terrorismo envolve (1) o uso da violência ou ameaça da violência; (2) por um grupo organizado; (3) para atingir fins políticos. A violência (4) é diretamente usada contra um público-alvo que se estende para além das vítimas imediatas, que normalmente são civis. Além disso, (5) enquanto o governo pode ser o autor da violência ou o alvo, só é considerado um ato de terrorismo se apenas um dos atores não for um governo. Por último, (6) terrorismo é uma arma dos fracos. (LUTZ e LUTZ *apud* LUTZ e LUTZ, 2016, p. 313)⁷

⁴Tradução nossa. Trecho original: “*Seriously intimidating a population, or destabilizing or destroying the fundamental political, constitutional economic or social structure of a country or international organization.*” (AHMED *apud* AFZAL *et al*, 2012, p. 195)

⁵Tradução nossa. Trecho original: “*premeditated, politically motivated violence perpetrated against noncombatant targets by sub national groups or clandestine agents, usually intended to influence an audience.*” (US 1983 *apud* HOUGH, 2008, p. 66).

⁶Tradução nossa. Trecho original: “*Political terrorism is the use, or threat of use, of violence by an individual or a group, whether acting for or in opposition to established authority, when such action is designed to create extreme anxiety and/or fear-inducing effects in a target group larger than the immediate victims with the purpose of coercing that group into acceding to the political demands of the perpetrators.*” (WARDLAW *apud* WILLIAMS, 2013, p. 173)

⁷Tradução nossa. Trecho original: “*Terrorism involves (1) the use of violence or threat of violence; (2) by an organized group; (3) to achieve political objectives. The violence; (4) is directed against a target audience that extends beyond the immediate victims, who are often innocent civilians. Further (5), while a government can either be the perpetrator of violence*

Não obstante as debatidas divergências nas conceitualizações, o terrorismo consegue se instaurar efetivamente através do medo, do terror (HOUGH, 2008; ROGERS, 2013). O medo é um aspecto chave desse fenômeno, indo além das vítimas-alvo e expandindo-se para a sociedade em geral. É por isso que atrai tanta atenção, é uma espécie de guerra psicológica, com níveis de insegurança aumentados e, com ajuda da mídia, espalhados para as mais diversas audiências, criando-se a ideia de uma grandiosa ameaça de gigantescas proporções (WILLIAMS, 2013; LUTZ e LUTZ, 2016).

Segundo Williams (2013, p. 225), pode-se dividir as diretrizes do terrorismo em duas orientações, uma em que o terrorismo busca mudanças fundamentais no seu Estado e sociedade (ex: Boko Haram, Al Qaeda, ISIS), podendo ser baseado em uma ideologia política radical (de direita ou de esquerda) ou podendo ter uma base em compromissos religiosos que focam em uma interpretação específica das escrituras. No geral, procuram fazer mudanças fundamentais que seriam o prelúdio para uma transformação internacional. A outra orientação, por sua vez, explora que o terrorismo busca mudanças particulares para uma comunidade em particular, frequentemente sendo de natureza separatista e com elementos de política revolucionária em seu objetivo.

O nosso foco, assim, volta-se para a primeira orientação, buscando compreender os movimentos do novo terrorismo. Esse novo terrorismo ganhou mais espaço com os ataques de 11 de setembro de 2001 aos Estados Unidos pelo grupo terrorista Al Qaeda e virou o principal foco da agenda securitária, ao se tornar uma ameaça à segurança global. Para Afzal *et al* (2012, p. 194), o impacto foi tão grande que causou grandes transformações globais de poder e na estrutura securitária, desafiando as noções tradicionais de segurança, uma vez que agora demandam uma abordagem mais dinâmica e abrangente para compreender essa nova face do terrorismo e de ameaça

or the target, it is considered an act of terrorism only if one or both actors is not a government. Finally (6), terrorism is a weapon of the weak.” (LUTZ e LUTZ apud LUTZ e LUTZ, 2016, p. 313)

como um todo. Até então, as ameaças de grande escala estavam dentro da alçada do Estado de ser compreendidas e resolvidas, mas essa nova era de terrorismo com múltiplas localizações geográficas, comunicação em mídias sociais e organizações transnacionais dificultam a antecipação, compreensão e até mesmo estratégias de ação de como detê-las.

A Guerra ao Terror iniciada em 2001 no governo de George W. Bush, presidente dos Estados Unidos, foi o marco dessa nova fase e, de acordo com Williams (2013), se elevou ao maior desafio securitário. O objetivo dessa política, que também era reconhecida como a Guerra Global ao Terrorismo, entre outros, era de identificar, localizar e destruir organizações terroristas e seus líderes, assim como pôr um fim aos *sponsors* dessa tática e estabelecer padrões internacionais de combate ao terrorismo, visando reduzir as condições em que essas organizações conseguem se instaurar e crescer⁸. Ademais, visavam a preservação dos interesses dos Estados Unidos tanto em seu território, quanto em outras regiões do mundo. No fim, ela levou ao término de dois regimes (Iraque e Afeganistão), a uma grande elevação do orçamento militar dos Estados Unidos, que subiu a níveis somente vistos durante o auge da Guerra Fria, e ao termo “Guerra ao Terror” ter se transformado em uma longa guerra contra o radicalismo islâmico (WILLIAMS, 2013, p. 172).

O terrorismo é uma técnica utilizada por diversos atores, incluindo não-estatais, os quais possuem diferentes motivações e causas subjacentes, e já foi observado tendo sido empregado por grupos religiosos, étnicos ou nacionalistas, e ideológicos. Contudo, o terrorismo por razões religiosas sempre recebeu mais atenção e destaque, tendo dominado tanto a arena política quanto acadêmica, e sendo visto como a maior fonte de ameaça aos Estados, principalmente os Ocidentais, a partir dos atentados de 11 de setembro (LUTZ e LUTZ, 2016, p. 316; ROGERS, 2013, p. 225). Sendo assim, na atualidade, terrorismo tem sido diretamente associado com o extremismo

⁸OFFICE OF THE PRESS SECRETARY. 2003. President Bush Releases National Strategy for Combating Terrorism. Disponível em <https://georgewbush-whitehouse.archives.gov/news/releases/2003/02/20030214-7.html>, acesso em 22/07/19.

religioso e, muitas vezes, é até tratado como sinônimo de extremismo religioso islâmico (ONAPAJO *et al*, 2012, p. 340). No Ocidente, entre a mídia, acadêmicos e políticos/tomadores de decisões, é tomado como fato que o Islã possui uma conexão com terrorismo, logo, não é uma surpresa que o maior foco do contraterrorismo se volte para o Oriente e grupos muçulmanos, em grande maioria árabes (ONAPAJO *et al*, 2012, p. 341). Entretanto, no Oriente por sua vez, de acordo com Onapajo *et al* (2012, p. 341), há uma rejeição do terrorismo islâmico, em contraponto o que eles acreditam é que os muçulmanos são as verdadeiras vítimas do terrorismo Ocidental, que é promovido pelos Estados Unidos.

Para muitos muçulmanos, o termo terrorismo é automaticamente atribuído a morte de algum ocidental, mas o assassinato em massa de civis iraquianos, palestinos e afegãos, ou até mesmo os horrores noticiados em Abu-Ghraib, são legitimados em nome [de levar até o Oriente] a liberdade e a democracia. (ONAPAJO *et al*, 2012, p. 341)⁹

2. O CONCEITO DE ORIENTALISMO

A guerra global contra o terrorismo, além de sustentar uma estratégia militar envolvendo questões securitárias, desenvolveu no imaginário social internacional, principalmente através de veículos midiáticos, uma generalização explícita sobre às nações árabes, em sua maioria praticantes da religião islâmica. Primeiramente, antes de se analisar de que forma isto ocorre, é necessário, para fins metodológicos, estabelecer o que se compreende pelo conceito de Orientalismo.

O termo Orientalismo foi desenvolvido por Edward Said (2007) como uma forma de demonstrar de que maneira as relações coloniais e pós-coloniais desenvolveram relações de poder e hierarquia através de uma lógica dicotômica e antagônica do ser ocidental, que é tido como civilizado, superior, racional e desenvolvido, e do ser oriental, considerado como

⁹Tradução nossa. Trecho original: “*To many in the Muslim world, ‘terrorism is automatically attributed to the killing of any Westerner but not the murder of civilians en masse in Iraq, Palestine and Afghanistan, or the horror perpetrated in Abu-Ghraib in the name of freedom and democracy.’*” (ONAPAJO *et al*, 2012, p. 341).

selvagem, atrasado, irracional e mau. Isto se ampara à uma construção social de que existe de um lado o “nós”, os ocidentais, e os “outros”, os orientais; porém, esse último é sempre uma construção do Ocidente.

Neste sentido, o orientalismo é a maneira como o ocidental constrói e desenvolve ao longo do tempo imagens e discursos acerca do que seria e o que define o indivíduo oriental, e o que seria então a sua “realidade”. O Outro é materialmente e intelectualmente importante para consolidar uma visão dominante e legítima do Ocidente, já que esta dicotomia reflete interesses econômicos e políticos ocidentais, construindo relações de poder entre as esferas Oriente e Ocidente (SAID, 2007).

As legitimações de discursos orientalistas são discutidas por Said (2007) em que, amparado e influenciado pelo pensamento foucaultiano, o autor demonstra a relação existente entre a elaboração e o desenvolvimento do conhecimento orientalista e o poder, fazendo com que, assim, o orientalismo não possa ser compreendido em sua totalidade quando não há análise de discurso. A inspiração de Said se dá pelo conceito elaborado por Michael Foucault de genealogia do saber, que demonstra como a submissão e a dominação se estabelecem a partir de articulações entre o poder e conhecimento. Neste sentido, o conhecimento é o poder e ele reproduz estruturas de poder, não podendo nunca ser neutro. É neste sentido que nenhum ocidental que escreve ou discute acerca do Oriente pode ser isento ou pode ignorar sua nacionalidade.

Em suma, por causa do Orientalismo, o Oriente não era (e não é) um tema livre para o pensamento e a ação. Isso não quer dizer que o Orientalismo determina unilateralmente o que pode ser dito sobre o Oriente, mas que consiste numa rede de interesses inevitavelmente aplicados (e assim sempre envolvidos) em toda e qualquer ocasião em que essa entidade peculiar, o “Oriente”, é discutida. (SAID, 2007, p. 23)

Neste sentido, como uma forma de estabelecer seu domínio e interesses, o Ocidental coloca-se em posse de todo o conhecimento que é difundido e criado acerca do Oriental, estabelecendo estereótipos e estruturas neocoloniais que possam perpetuar a legitimidade de sua

autoridade sobre o Outro. A partir disso, o estereótipo do árabe-muçulmano como um indivíduo interligado com práticas terroristas advém da tentativa de reafirmação da superioridade e impenetrabilidade estadunidense no pós 11 de setembro (NAYAK, 2006). O árabe-muçulmano é colocado como principal ameaça securitária aos interesses e a paz no ocidente, porém, não necessariamente ele precisa ser eliminado, mas sim corrigido. O estabelecimento de uma dita superioridade dos valores, das ideologias e das estruturas sociais, históricas e econômicas ocidentais europeias e depois norte-americanas, foram formas de arquitetar o domínio colonial sob os povos asiáticos, africanos e latino-americanos. O orientalismo constrói que o árabe-muçulmano é o indivíduo mau e irracional, que suas culturas e valores são selvagens, mas que os Outros também são passíveis de salvação. Porém a única forma dos Outros serem salvos é mediante a assimilação das condutas e costumes ocidentais, pois estes são o povo civilizado e bom (SAID, 2007).

Assim, na atualidade, para compreender de que forma se legitima a política securitária global de combate ao terrorismo, e a estereotipização dos povos árabes-muçulmanos com práticas de terrorismo religioso, é necessário adentrar a fundo dentro da retórica de salvação dos povos orientais de suas próprias culturas “selvagens e irracionais”, ou seja, o orientalismo.

3. A RELAÇÃO ENTRE ORIENTALISMO E TERRORISMO

A Guerra ao Terror representou uma transformação, ainda maior, na relação entre o Ocidente e o resto do mundo (BUZAN e HANSEN, 2009, p. 226). Por um lado, levou o terrorismo a ser reconhecido como a principal preocupação securitária atual, que conseqüentemente gerou eventos, discursos, narrativas, intervenções e práticas sobre e no Oriente pelo Ocidente. Juntamente com os acontecimentos do 11 de setembro e subsequentemente a política externa adotada pelos Estados Unidos e outros

países ocidentais da Guerra ao Terror, esse foco no novo terrorismo trouxe embutido em si uma perspectiva orientalista, em que o povo árabe-muçulmano é colocado como o principal reprodutor do terrorismo religioso e culpado pela sua disseminação global, sendo tal fenômeno atribuído a identidade e origem desses grupos, considerando-os irracionais e muitas vezes desconsiderando sua motivação política e até os acontecimentos que possibilitaram a sua insurgência.

A palavra terrorismo, como aponta Hough (2008), por si só tem conotação pejorativa, sendo utilizada para representar mortes ilegítimas em oposição às que seriam legítimas. Juntando-se a visão Orientalista, pode-se inferir uma leitura de que é considerado um ato terrorista as ações cometidas por grupos extremistas religiosos que culminam com a morte de milhares de civis inocentes nos Estados Unidos ou em outros países do Ocidente, uma vez que representam a morte daquele considerado culturalmente superior, que não estaria exposto a barbárie, que foi vítima dos árabes muçulmanos extremistas. Neste sentido, o ocidental possui legitimidade para justificar suas condutas frente ao Outro, já que estes são tidos como inferiores e selvagens, necessitando ser corrigidos e adequados moralmente ao correto de acordo com os parâmetros ocidentais. Assim, a morte de milhares de civis igualmente inocentes na região do Oriente Médio por intermédio das ações militares de países Ocidentais, resultado da aplicação direta da Guerra ao Terror, não seriam considerados um ato terrorista, eles seriam danos colaterais de uma política legítima.

Mais frequentes são [as mortes legítimas] aquelas cometidas pelas forças estatais contra forças de atores não estatais e, de acordo com o direito internacional, a violência cometida pelo Estado pode ser legalizada, enquanto a violência cometida por atores não-estatais nunca será. Claramente, contudo, 'terror' é algo que pode ser infligido às pessoas tanto pelos governos quanto pelos atores não-estatais. (HOUGH, 2008, p. 66)¹⁰

¹⁰Tradução nossa. Trecho original: "*Most frequently this [legitimate killing] will be by state forces against non-state forces since, in international law, state violence can be legalized whereas non-state violence never can. Clearly, however, 'terror' is something that can be inflicted upon people by governments as well as by non-state actors.*" (HOUGH, 2008, p. 66)

Nesse sentido, o novo terrorismo trouxe consigo uma abertura para a inserção de uma visão Orientalista. Segundo Pavan Kumar (2012), com o velho terrorismo havia uma conotação de resistência e índole política em suas ações, mesmo que violentas e fora da lei, já o novo terrorismo passou a ser visto como não-convencional, não-político e uma violência completamente irracional que tem seu alvo definitivo em civis ocidentais. Logo, uma vez que os grupos que consolidam esse novo terrorismo tem majoritariamente suas origens no Oriente Médio, acata-se uma narrativa que considera o terror como parte natural do Oriente e do próprio Islã e não como um conflito de poder, tal qual era em outras ocasiões (KASSIMERIS E JACKSON, 2011, p. 22). Seguindo essa lógica, a perspectiva orientalista, que acusa o Oriente pela existência do terror, fortalece-se a partir do sentimento de eurocentrismo, ou seja, a crença de que valores europeus são universais e superiores, sendo ideais para o resto do mundo. Também de acordo com essa ideia, essas experiências são responsáveis pelo desenvolvimento europeu e também seriam responsáveis pelo desenvolvimento e pela civilização de outras nações, caso fossem seguidas (HOBSON *apud* KASSIMERIS E JACKSON, 2011, p. 19). Essa noção é o cerne do pensamento eurocêntrico e da tentativa de construção de uma sociedade ocidental capaz de ensinar valores a nações consideradas menos civilizadas, conectando-se com o ideal do “fardo do homem branco” que os ocidentais supõem que devem carregar (KASSIMERIS E JACKSON, 2011, p. 19).

Nesse sentido, como expõe Kassimeris e Jackson (2011, p. 22), cria-se a noção de que os Estados Unidos foram atacados por ser quem eles são e não pela culminação de ressentimento das ações danosas que causaram a outras partes do mundo e, sendo assim, a única justificativa plausível para os atos terroristas advindos de alguns grupos extremistas islâmicos do Oriente Médio seria porque é assim que eles são. O terrorismo praticado por grupos extremistas islâmicos se tornou uma identidade - terrorismo islâmico -, na qual a violência seria inerente ao islamismo e sem dúvidas uma ameaça existencial ao Ocidente (JACKSON *apud* KASSIMERIS e JACKSON, 2011, p. 22). Por conseguinte, percebe-se como o termo terrorismo adquiriu em si uma

conotação Orientalista - é intencionalmente feita a distinção ontológica e epistemológica entre o “Ocidente” e o “Oriente”, exacerbando a imagem criada e recorrente do Outro como misterioso, obscuro, impuro, perigoso, que ameaça a identidade dos Estados Unidos e requer que o Ocidente o domine e guie para reestruturá-lo e assim ter controle sobre o caótico Oriente (NAYAK, 2006, p. 43).

Segundo Nayak (2006, p. 50-51), os acontecimentos do 11 de setembro foram propícios para a construção mais aprofundada da categoria do Outro, como categorizado por Said (1978), retratando os árabes e muçulmanos como aqueles que devem ser temidos e odiados, que não podem ser considerados totalmente humanos, os quais sofreram por terem merecido, seres que não são relevantes o suficiente para serem compreendidos. Contudo, ao mesmo tempo, o Ocidente traz sobre si a missão de salvar alguns desses Outros que estereotipam, que seria seu dever como mais iluminado fazer isso - um exemplo é a retórica de salvação das mulheres árabes, vistas como passivas e submetidas a um ambiente de opressão, que precisavam ser salvas tanto dos homens bárbaros que as cercavam quanto da cultura em que estavam inseridas. A lógica Orientalista permite a sobrevivência e exaltação de contradições, de salvar e odiar o Outro, de simpatizar com eles e ainda assim negligenciar a realidade em que eles vivem, de orgulhosamente discursar sobre a liberdade levada até as Outras mulheres, contudo permanecendo perpetuando ciclos de violência contra elas, violentando-as e silenciando-as política, cultural e sexualmente (NAYAK, 2006, p. 50-51).

Orientalismo permite uma divisão simplista do mundo entre o Oriente, que seria o covil do terrorismo, da ignorância, da pobreza, da opressão, do racismo e da misoginia, e o Ocidente, o qual é o salvador, a esperança e o professor da democracia e da igualdade pela excelência. O Oriente é reduzido como fundamentalista islâmico; o Ocidente, embora imerso em fundamentalismo, retórica e suposições católicas, é naturalmente visto como aquele que é universalmente correto e bom. (NAYAK, 2006, p. 46)¹¹

¹¹Tradução nossa. Trecho original: “*Orientalism enables the simplistic division of the world into the Orient, or the hotbed of terrorism, ignorance, poverty, oppression, racism and misogyny, and the US-led West, or the savior, beacon of light and teacher of democracy and equality par excellence. The Orient is coded as Islamic fundamentalist; the West, although*

Por fim, Pavan Kumar (2012, p. 233) sabiamente sintetiza essa conjuntura, explorando que o termo terrorismo passou a ser empregado e tratado como um representativo de um Oriente genérico, sem distinções, que se estende desde o norte da África até as ilhas asiáticas do pacífico. Inegavelmente essa conotação e o próprio Orientalismo estão ligados ao racismo, a islamofobia, ao preconceito seletivo e doutrinas civilizatórias da diferença. Logo, pode-se perceber que essa guerra global ao terrorismo está diretamente ligada a ideologia Orientalista e perpassa as mais diversas dinâmicas de poder e hierarquia internacional. Nesse contexto, para Nayak (2006, p. 45-46), há três elementos do Orientalismo que nos ajudam a compreender como ele é utilizado para legitimar ideias e até ações:

- i. Primeiramente, têm-se o receio por parte do Ocidente que o Oriente torne-se um ator relevante no cenário internacional e não continue mais como um objeto a ser moldado e utilizado pelos interesses ocidentais estadunidenses, já que o Outro é uma peça chave para a construção material e intelectual do domínio norte-americano nas relações internacionais, e o 11 de Setembro coloca-se como um ponto fundamental para a legitimidade da Guerra do Terror e das consequências que uma maior agência oriental viria a causar no sistema;
- ii. Segundo, o orientalismo na política externa norte-americana se manifesta a partir de uma especificação de quais condutas e ações podem ser enquadradas dentro do espectro do que é ou não o fundamentalismo islâmico e conseqüentemente terrorismo, neste sentido, há uma redução no significado de extremismo religioso, enquadrado apenas em uma lógica em que religião e ideologia estão intrinsecamente interligados, e o governo norte-americano teria

laden with Christian fundamentalist rhetoric and assumptions, is coded as naturally and universally right and good.” (NAYAK, 2006, p. 46)

total controle para justificar suas ações a partir do que este interpretaria como uma grande ameaça securitária global;

- iii. Por último, há um evidente elo de poder e conhecimento que se relaciona diretamente as aspirações e a influência do Ocidente para com o resto do mundo, a qual é utilizada para assegurar uma certa visão sobre si mesmo (o Ocidente visto como bom, progressivo, racional) e sobre o Oriente que tanto abomina (bárbaro, primitivo, perigoso), que é instrumentalizada para justificar políticas e ações no Oriente Médio.

Sendo assim, percebe-se que a preocupação com a ameaça de grupos terroristas, especificamente de vertente extremista islâmica, está na esmagadora maioria das vezes ligada aos interesses que países mais preponderantes, como os Estados Unidos, tem em outras regiões do mundo, e especialmente no Oriente Médio. Esse processo de associação constante do Oriente com o terrorismo trata esse último como um fenômeno não-político e transforma esse combate em uma missão falaciosa do Ocidente livrar o mundo contra o terror, ou ainda, contra tudo aquilo que supostamente ele representa (o Islã, o idioma árabe, as roupas tradicionais). Sendo assim, tal correlação entre Oriente Médio e terrorismo encontra um encaixe perfeito na construção de uma narrativa que desenha o homem ocidental como civilizado, moderno, racional; e o oriental como selvagem, atrasado e animalesco. E, mais do que isso, é capaz de legitimar ações violentas e de desrespeito à soberania dos países por parte de instituições ocidentais. Ademais, isto evidencia o perigo de estabelecer determinada agenda e política internacional como incontestável e inviolável. O novo terrorismo desafia as concepções de ameaças que um Estado estava sujeito até então, e traz à tona uma nova agenda securitária que viria a moldar as relações internacionais a partir dos acontecimentos do 11 de setembro. Acima disso, a preocupação com o novo terrorismo permitiu a criação de uma nova agenda que tende a perpetuar e a intensificar ainda mais as estruturas neocoloniais e orientalistas nas relações leste e oeste, utilizando-se de um

discurso preconceituoso e generalista do indivíduo oriental, que abre espaço para a legitimação de qualquer conduta ou discurso para defendê-la.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com o intuito de tecer uma imagem do Oriente (aqui, com foco no Oriente Médio) tanto acadêmicos, quanto mídia e indústria cinematográfica acabam por gerar uma imagem idealizada da região. O que o atual quadro teórico evidencia, no entanto, é que essa percepção é distorcida e orientada a partir da crença de que os valores e a cultura do Ocidente são superiores e servem de referência para os demais povos. Conseqüentemente, as políticas e ações adotadas para aquela região são guiadas por esse viés. Por fim, é desse mesmo ponto de partida que as instituições ocidentais partem para apontar um culpado de fenômeno político recorrente na história da humanidade, o “terror”.

Para início de análise, denominou-se Orientalismo como a percepção que o Ocidente constrói sobre o Oriente, em especial sobre países árabes muçulmanos. Ao espelhar o Oriente como uma imagem distorcida do Ocidente, tem-se o oriental como um homem bárbaro, atrasado e animalesco, cujo propósito de vida, segundo essa narrativa, parece ser “matar uns aos outros por motivos religiosos”. Assim, gera-se uma ideia de selvageria, reduzindo o Oriente a um estereótipo imaginário, o qual contrapõe os valores que supostamente definem o Ocidente, tal como o racionalismo iluminista, o objetivismo cientificista e a cultura civilizada. Por fim, a repetição desse discurso propicia uma conjuntura favorável a ações feitas pelo próprio Ocidente, isso porque coloca o Oriente em uma posição de inferioridade e de incapacidade de atuação sobre os acontecimentos de sua própria região.

Nesse sentido, deve-se ressaltar que a forma de conquistar e manter o poder através da incitação da violência e da intimidação não é nova, o terrorismo é um fenômeno que retrata isso, e como todo o fenômeno do

gênero, tende a mudar as suas características ao longo do tempo. O surgimento do novo terrorismo, com a utilização de meios tecnológicos de comunicação e alcance global de ação, tornaram-se uma forte ameaça para os Estados, consolidando-se como tal através dos eventos do 11 de setembro e a subsequente Guerra ao Terror. Nesse contexto, apesar de existirem diversos grupos que praticam o novo terrorismo ao redor do globo, o terrorismo passou a ser diretamente relacionado ao extremismo religioso islâmico, o que se tornou conveniente aos meios midiáticos do Ocidente que passaram a apresentar certos grupos terroristas de ideologia islâmica, tais como Al-Qaeda e Estado Islâmico, como uma parte natural da dinâmica do Oriente Médio. O problema, no entanto, é que esse discurso é usado para atacar a cultura de países árabes islâmicos, criando uma falsa identidade de que ela é inerentemente a origem de todo o “terror”.

Portanto, o Ocidente produz uma visão do Oriente com base em suas experiências e convicções. Logo, esse elemento etnocentrista é usado para atender aos interesses ocidentais, sejam eles no entretenimento (desenhos, filmes, livros), seja no embate político através de discursos que defendem o papel do Ocidente de levar a paz, a democracia e, de forma subjetiva, a civilização, ao hemisfério oposto do globo. Essa interpretação inferioriza o Oriente ao apresentá-lo como irracional e, além disso, ela nos distancia de sua verdadeira identidade ao retratar apenas uma pequena e negativa porção de sua realidade e, não ingenuamente, a confunde com o todo. Por fim, faz-se necessária uma reflexão sobre as causas e as consequências da manutenção e expansão desse discurso.

QUESTÕES PARA DISCUSSÃO

- Como a visão orientalista é utilizada para legitimar políticas e ações do Ocidente no Oriente Médio, como por exemplo na Guerra ao Terror?
- Quais as principais consequências do Orientalismo?

- Por diversas vezes, o Oriente Médio é retratado como um lugar mágico e, ao mesmo tempo, hostil; exótico, e perigoso; encantador, e atrasado. Nesse sentido, como as diferentes formas de representação do Oriente dialogam?
- Quais são os mecanismos usados pelo Ocidente para a criação de uma identidade terrorista islâmica?
- De que forma a academia pode contribuir para a construção de uma percepção do Oriente mais leal à realidade?
- Quais os impactos que a primazia de questões securitárias com viés orientalista, como a guerra global contra o terrorismo, poderá acarretar as relações Ocidente e Oriente?
- Por que é atribuída maior preocupação ao “novo terrorismo” do que ao “velho terrorismo”? Por quais razões a preocupação com a violência perpetrada por atores não-estatais deveriam ser mais relevante do que aquela perpetrada por atores estatais?

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AFZAL, S., IQBAL, H. and INAYAY, M. Terrorism and extremism as a non-traditional security threat post 9/11: Implications for Pakistan's security. **International Journal of Business and Social Science**, 3(24), 2012.

BUZAN, B. and HANSEN, L. **The Evolution of International Security Studies**. Cambridge University Press, 2009.

GIDDENS, A. **Sociologia**. Editora Penso, sexta edição, 23, pp .745-750, 2012.

HOUGH, P. **Understanding Global Security**. Routledge, 2008.

KASSIMERIS, G. and JACKSON, L. The West, the rest, and the ‘war on terror’: Representation of Muslims in neoconservative media discourse. **Contemporary Politics**, 17(1), pp.19-33, 2011.

LUTZ, B. and LUTZ, J. ‘Terrorism’ in A. Collins (ed) **Contemporary Security Studies**. Oxford University Press. pp. 311-326, 2016.

NAYAK, M. Orientalism and ‘saving’ US state identity after 9/11. **International Feminist Journal of Politics**, 8(1), pp. 42-61, 2006.

OFFICE OF THE PRESS SECRETARY. **President Bush Releases National Strategy for Combating Terrorism.** Disponível em <<https://georgewbush-whitehouse.archives.gov/news/releases/2003/02/20030214-7.html>>, acesso em 22/07/19. 2003.

ONAPAJO, H., UZODIKE, U.O. and WHETHO, A. Boko Haram terrorism in Nigeria: The international dimension. **South African Journal of International Affairs**, 19(3), pp. 337-357, 2012.

PAVAN KUMAR, M. Introduction: Orientalism (s) after 9/11. **Journal of Postcolonial Writing**, 48(3), pp. 233-240, 2012.

ROGERS, P. 'Terrorism'. In: P.D. Williams (ed) **Security Studies: An Introduction.** Routledge. pp. 221-234, 2013.

SAID, Edward W. **Orientalismo: o Oriente como invenção do Ocidente.** Editora Companhia das Letras, nona edição, 2007.

WILLIAMS, P.D. **Security Studies: an introduction.** Routledge, 2013.

RETORNO DOS NACIONALISMOS NO SÉCULO XXI

KAROLAYNI BALDONI COSTA¹

MARIA EDUARDA OLIVEIRA DALL'ÁQUA²

INTRODUÇÃO

O fenômeno nacionalista ainda se apresenta como de grande relevância para os estudos atuais, sobretudo pela forma com que se moldou aos diferentes contextos históricos e realidades sociais. O Nacionalismo possui um longo passado, afinal, como Hobsbawm (1991) trata em sua obra, o nacionalismo é um fenômeno político que perpassa os séculos, estando presente desde o século XVIII. Apesar disso, não só foi capaz de se adaptar ao contexto globalizado/moderno, como também as ressurgências nacionalistas se deram tanto em contextos de países subdesenvolvidos quanto em países altamente desenvolvidos.

Quando se trata da questão de Nacionalismo(s), recorrentemente o debate se centra no período das duas Grandes Guerras. O auge do fenômeno nacionalista se deu, sobretudo, no pós Primeira Guerra e em seus anos subsequentes. No entanto, com a queda da União Soviética e o advento da globalização, os limites de atuação dos Estados Nacionais foram postos em xeque, assim como o próprio nacionalismo. Desse modo, demonstra-se as diversas faces que a ascensão nacionalista nos diferentes períodos históricos apresentou de forma a se adaptar às demandas das “nações” em face da incapacidade de seus respectivos Estados. Evidenciando a complexidade de se compreender o nacionalismo, em seu livro, *Nationalism: Theory, Ideology,*

¹Graduanda de Relações Internacionais da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Coordenação Acadêmica do X EERRI. 2019.

²Graduanda de Relações Internacionais da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Coordenação Financeira do X EERRI. 2019.

History(2010), Anthony Smith afirma que o nacionalismo pode ser entendido de cinco formas principais: (i) um processo de formação e crescimento de nações; (ii) um sentimento de pertencimento à nação; (iii) uma linguagem e simbolismo da nação; (iv) um movimento político e social em favor da nação; e (v) uma doutrina e/ou ideologia da nação, tão geral quanto particular.

Desse modo, em face da complexidade do tema em questão e suas dificuldades teóricas, assim como sua relevância para a atualidade, o grupo de discussão acadêmica **Retorno dos nacionalismos no Século XXI** busca analisar o desenvolvimento dos nacionalismos de forma a diferenciar as diferentes ondas nacionalistas, assim propondo-se à análise da ascensão do nacionalismo no século XXI, bem como de suas causas e implicações. Assim, no presente trabalho dissertar-se-á, em um primeiro momento, sobre (i) o surgimento do nacionalismo e (ii) os conceitos de nação e nacionalismo, para então debruçar-se (iii) nas particularidades do fenômeno no século XXI e (iv) em seus casos e características. Todavia, salienta-se que há diversas lacunas teóricas no que tange esse fenômeno, de modo que muitas das análises acabam sendo generalistas e incompletas, que se dá, principalmente, no que tange a natureza cultural e política da concepção de nação que na maioria das vezes não é entendida em sua completude. A partir disso, busca-se contemplar ambas as abordagens de forma que se possa compreender o fenômeno nacionalista em sua totalidade, enriquecendo o debate por meio de um estudo que se utilize de contribuições das diferentes escolas de pensamento.

1. NACIONALISMO, NAÇÃO E ESTADO-NAÇÃO

Ao se levantar o debate acerca da conceituação de nacionalismo, é necessário que se atente a duas questões fundamentais para seu entendimento: a nação e o Estado-Nação. No que tange o reconhecimento de nações, segundo Pereira (2015), a concepção de nação nasceu durante a Primeira Guerra Mundial, devido aos Comitês Nacionais da Polônia e

Tchecoslováquia, uma vez que não eram Estados, pois não possuíam território (que é um elemento constitutivo destes) e habitavam terras que não as suas. Desse modo, existia a necessidade de se reconhecer a existência de uma nação para que fosse fornecido base jurídica e política a fim de que pudessem ser criados exércitos. A longo prazo, dava às autoridades nacionais “o direito a negociar internacionalmente a paz e assegurar a criação de novos Estados” (PEREIRA, 2015, p. 320-321).

Em vista disso, deve se considerar, no entanto, que o triunfo das reivindicações desse período se deu após a Primeira Guerra Mundial por duas questões centrais: o colapso dos grandes impérios multinacionais da Europa central e oriental e a revolução Russa, que fizeram os Aliados (Grã-Bretanha, França e demais países europeus) optarem pelo padrão wilsoniano de Estado-nação (HOBBSAWM, 1991). O padrão bolchevique sustentava-se em uma configuração política que transcendia os limites culturais, não sendo necessariamente um Estado homogêneo, mas sim de fato multinacional. Apesar da excepcionalidade da União Soviética, a Europa não seguiu essa linha. Pelo contrário, tornou-se um conjunto diverso de Estados definidos em que havia poucas exceções de Estados-nação (cenário este que não se sustentou por muito tempo).

O Princípio Wilsoniano consistia na autodeterminação dos povos, que sustentou a ideia, segundo Hobsbawm (1991), de que se façam as fronteiras do Estado coincidirem com as fronteiras da nacionalidade e da língua. No entanto, este modelo de Estado-nação que fora imposto pelo Tratado de Paz de Versalhes e seus tratados subsequentes mostrava-se impraticável na realidade. Afinal, em sua consolidação, almejava a coerência de Estado nacional, cuja concepção prezava pela homogeneidade, que tão pouco existia, dado que mesmo após a ruína dos impérios, os novos Estados eram tão multinacionais quanto seus antecedentes.

Nesse contexto, em que o princípio wilsoniano de Estado-nação não se consolidara, os nacionalistas em questão eram essencialmente aqueles que reivindicavam a implementação deste (GOEBEL, 2019). Nesse caso, a conceituação de nacionalismo vai ao encontro da perspectiva de Ernest

Gellner acerca deste. Para o autor, o nacionalismo é “um princípio político que sustenta que a unidade política e nacional devem ser equivalentes” (GELLNER, 1983, p. 1). Nessa perspectiva, as reivindicações nacionalistas surgiriam da violação deste princípio. No que tange o princípio nacional, há diversas formas pelas quais o Estado pode provocar sua violação. Dentre estas, Gellner (1983) elenca algumas: quando o Estado falha em incluir todos os membros de sua nação; quando inclui estes todos, mas também inclui alguns estrangeiros ou; quando falha em ambos, não incorporando todos os nacionais e ainda incluindo alguns não-nacionais.

A maior violação ao princípio nacional, segundo a teoria gellneriana, no entanto, se dá caso aqueles em comando da unidade política pertencem a uma nação que não a da nação comandada, de modo que para os nacionalistas isso se torna uma violação grave da propriedade política da nação. Deve se destacar que nesta perspectiva de Estado-nação, o papel fundamental do Estado é visto como sendo de ser inclusivo para com os seus respectivos nacionais, de modo que estrangeiros são vistos como um desvio do Estado em relação à sua coerência e função, consolidando-se como uma violação ao princípio nacional (nacionalismo). Salienta-se também, todavia, que nesta perspectiva o nacionalismo adota também um perfil “universalista”, pois defende a soberania nacional para todas as nações, como descrito: “deixe todas as nações terem seus próprios telhados políticos e deixe-as evitarem incluir não-nacionais dentro deles” (GELLNER, 1983, p. 2). Desse modo, sua teoria é sobre legitimidade política, em que o nacionalismo molda as nações e não o contrário.

Em paralelo à teoria de Ernest Gellner em que considera este nacionalismo um princípio político e de âmbito funcionalista, o autor Anthony Smith, ao tratar de nações e do nacionalismo, foca no aspecto cultural desses, utilizando-se da abordagem do simbolismo étnico. Para o autor, as etnias são os elementos precursores das nações, sendo que se entende por elas “populações humanas com mitos ancestrais compartilhados, história e culturas, tendo uma associação com um território específico e um senso de solidariedade” (SMITH, 1986, p. 32). Assim, ao

contrário da teoria gellneriana, Smith (1986, p. 32) não vê o nacionalismo como um princípio, mas sim como “um movimento ideológico para a obtenção e manutenção da autonomia, unidade e identidade de uma população humana, cujos membros buscam constituir uma real ou potencial nação”.

Desse modo, seu estudo centra-se na origem das nações por meio de bases étnicas, de modo a pesquisar o papel de mitos, valores, tradições e símbolos como diferenciadores e preservadores do destino de uma comunidade étnica e de sua cultura, contribuindo, então, para a sua análise de identidade nacional (GUIBERNAU, 2004). Sua concepção de nacionalismo, no entanto, apresenta um papel desvinculado na nação, como evidencia-se no trecho abaixo:

A definição que estou propondo presume um conceito de “nação”, mas não sugere que nações existem anteriores a “seus” nacionalismos. As palavras ou potencial “nação” reconhecem que várias situações em quais uma pequena minoria nacionalista que possuiu um conceito geral da ‘nação’ abstrata busca criar nações particulares no território. Nós comumente encontramos nacionalismos sem nações - suas nações - especialmente nos Estados pós-coloniais, como Nigéria, Tanzânia e Indonésia. (SMITH, 2010, p. 10)

Ademais, o autor faz a distinção entre duas formas de nacionalismo: cívico e o étnico. O nacionalismo étnico parte de princípios liberais de autodeterminação, tanto individual quanto coletiva e se trata de uma comunidade política, onde o que os une a uma autoridade são suas regras, leis e instituições políticas (KRASNAY, 2010). É enfatizada a comunidade natal e a cultura nativa, dessa forma, não importa o território em que um indivíduo está para que este seja considerado parte da nação. A partir disso, a nação é vista como uma comunidade étnica, onde há uma ideia de família cuja figura de descendente comum é vital para sua construção (SMITH, 1991). Na concepção de Smith (1998), a questão do território é de relevância crucial, uma vez que para o Nacionalismo Cívico, a nação é associada a este.

Por fim, Smith (1998, p. 223-225) divide cinco perspectivas de nacionalismo, as quais gerariam uma ordem e coerência para o campo de

estudo. Seriam elas primordialista, perenialista, etno-simbolista, modernista e pós-modernista. A primordialista atribuiria à base social e cultural (como língua, religião, parentesco) o nacionalismo e a percepção de nação; a perenialista estuda os laços fundamentais, analisando continuidades históricas no desenvolvimento nacional. A etno-simbolista busca analisar como os símbolos, mitos, memórias, valores e tradições são redescobertos e reinterpretados por uma nação a fim de resolver seus problemas. A partir da abordagem modernista, é possível analisar como os processos de modernização foram utilizados tanto por elites quanto por nações e nacionalismos para mobilizar e unir uma população. Por fim, através da abordagem pós-moderna é possível perceber a fragmentação das identidades nacionais, analisando o que pode ser uma ordem pós-nacional - podem analisar o que são consideradas continuações do paradigma modernista, como a própria fragmentação, o feminismo e a globalização. Para Smith (1998), por mais que alguns pontos ainda caiam fora dessas abordagens, a maior parte consegue ser analisada por um ou mais desses paradigmas, o que também gera importantes debates que aprofundam o entendimento dos nacionalismos na sociedade.

2. A ASCENSÃO NACIONALISTA DO SÉCULO XXI: NEONACIONALISMO, POPULISMO E O POPULISMO NACIONALISTA

O debate acerca do nacionalismo vem crescendo em vista do atual cenário político internacional. A ascensão nacionalista do século XXI vem acompanhada também da ascensão da extrema direita e da polarização dos regimes políticos. Não surpreendentemente, as figuras mais notáveis nos movimentos nacionalistas atuais são justamente os líderes da extrema-direita da Europa - Nigel Farage (Reino Unido), Marine Le Pen (França) e Geert Wilders (Holanda) - e dos Estados Unidos (Donald Trump). O termo "novo nacionalismo" começou a ser utilizado frequentemente para descrever a ascensão nacionalista que se deu, em maior escala, a partir de 2010, sobretudo, nos países europeus. Sua agenda compartilhada está na base do

discurso político de partidos de extrema direita acerca da soberania e promoção, por meio de políticas públicas, da "preferência nacional". Assim, seguem uma agenda de políticas migratórias restritivas, aversão a relações dependentistas (euroceticismo, sobretudo) e defendem políticas que coloquem seus nacionais como prioridade em áreas de serviço de bem-estar social (HALIKIOPOULOU, 2017).

Durante o século XX, os princípios Wilsonianos e Leninistas de autodeterminação de povos/nações serviram como veículos de propagação do nacionalismo; atualmente, no entanto, suas participações não são tão significantes. No século XXI, o que tem sido responsável pela propagação nacionalista foram as redes transnacionais entre os líderes nacionalistas-populistas, expressando sua admiração internacional e cooperação, e sendo intensificados pelas mídias sociais (GOEBEL, 2019). Para se evidenciar esse cenário de rede de apoio entre líderes do novo nacionalismo, destaca-se a declaração de Nigel Farage (político britânico de vertente "neonacionalista"), no dia 12 de novembro de 2016, quando publicou em seu twitter uma foto com Trump, onde comemorava a sua eleição:

@Nigel_Farage

It was a great honour to spend time with @realDonaldTrump. He was relaxed and full of good ideas. I'm confident he will be a good President. [Tradução livre: Foi uma grande honra passar um tempo com @realDonaldTrump. Ele estava tranquilo e cheio de boas ideias. Estou confiante que ele será um bom presidente.]

Todavia, é necessário que se saliente que a ascensão nacionalista não é apenas restrita à Direita Política e tão pouco aos países citados. Um dos exemplos desse fenômeno é o da Rússia, cujo novo nacionalismo tem preocupado analistas. O país tem passado por uma crise identitária desde o fim da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas, em que a mudança de regime de um Estado multicultural para um monocultural trouxe diversos empecilhos para a consolidação russa. Assim, surge no início do século XXI o que Alexander Sokurov (2006) chamou de "Democracia soberana", que descreve como sendo uma forma de vida política em sociedade, "sob as quais autoridades, seus órgãos e ações são selecionados, formados e dirigidos

exclusivamente pela nação Russa em todas as suas variedades, para que todos os cidadãos e grupos sociais conquistem bem-estar material, liberdade e justiça” (SAKWA, 2012, p. 21).

O nacionalismo russo adquire uma forma semelhante ao princípio trazido por Gellner, pois determina a necessidade de equivalência entre a unidade política e nacional. Contudo, como trata Wiechnik (2019), apesar de a Rússia ter se utilizado do nacionalismo cívico (ser cidadão do Estado) em seus primeiros anos de federação, logo o nacionalismo étnico teve maior relevância, devido à urgência russa por uma imagem nacional, tanto que o conceito foi utilizado por Putin para justificar a anexação da Crimeia. Desse modo, a preocupação acerca do neonacionalismo russo é a sua possibilidade de justificativa de atividades extraterritoriais, assim como há suposições de uma possível ascensão fascista devido às implicações de seu cenário atual.

Paralelamente a isto, o debate acerca dos novos nacionalismos se centra também em se são de fato nacionalismos. Esse debate se pauta no fato de que grande parte dos discursos nacionalistas tomam forma devido a interesses de líderes populistas. Assim, a nova narrativa adotada pelos autointitulados nacionalistas utilizam-se da retórica nacional de forma a fomentar sociedades mais fechadas e uma menor cooperação em escala internacional para se resolver problemáticas globais. Desse modo, há uma espécie de sincretismo entre o “nacionalismo” e o “populismo” em suas narrativas, embora descreva fenômenos distintos, de modo que há uma série de pesquisadores que afirmam que a ascensão nacionalista do século XXI não passa da ascensão de um populismo nacionalista. Assim, de acordo com, Jan-Werner Müller (2019, pg. 2):

A melhor definição de nacionalismo é a ideia de que as comunidades culturais idealmente deveriam ter seus próprios Estados e que a lealdade a seus nacionais deveria ser superior a demais obrigações. O populismo, no entanto, normalmente é percebido como sinônimo de crítica das elites, e é verdade que populistas, quando em oposição, criticam os governos de posição e outros partidos. Mais importante, no entanto, é sua reivindicação de que apenas eles representam as “pessoas reais” ou “a maioria silenciosa”. Os populistas declaram os demais competidores por poder como ilegítimos. Nesse sentido, as reclamações dos populistas são sempre fundamentalmente pessoais e morais: o problema, invariavelmente,

é que seus adversários são corruptos. Assim, populistas são realmente antissistema. Entretanto, populistas também denominam cidadãos contrários a eles como não autênticos, que não fazem parte das “pessoas reais”: eles são não-Americanos, não-Poloneses, não-Turcos, etc. O populismo ataca não apenas as elites e o sistema, mas também a própria ideia de pluralismo político – com minorias vulneráveis normalmente sendo suas primeiras vítimas.

A partir disso, evidencia-se uma das maiores preocupações acerca do retorno dos nacionalismos do século XXI: o fato de que muitos não passam de uma falsa retórica nacionalista utilizada a fim de legitimar governos autocráticos. Além disso, muitos dos novos autoproclamados líderes nacionalistas têm se unido em uma “rede nacionalista”, legitimando uns aos outros. Dessa forma, esse tipo de discurso tomou dimensões globais, disseminando-se nos mais diversos regimes políticos, trazendo consequências ainda incertas a longo prazo.

CASOS E QUESTÕES PARA DISCUSSÃO

Debate teórico

- O nacionalismo é um fenômeno apenas da vertente política da Direita?
- Quem que possui um papel central na propagação das ondas nacionalistas?
- Que aspectos do nacionalismo devem ser analisados para que se entenda o fenômeno?
- Como caracterizar um movimento como nacionalista?
- Que faces adquire o nacionalismo no século XXI?
- O nacionalismo derrotou o liberalismo?

Estudo de caso

- Estados Unidos
- Reino Unido
- Escócia
- Polônia

- Catalão
- Croácia
- Rússia
- Brasil

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

GELLNER, Ernest. **Nations and Nationalism: New Perspectives on the Past**. Cornell University Press, 1983.

GOOEDEL, Michael. **Nationalism from a historical perspective**. Graduate institute of International and Development studies, Geneva, 3 de abril de 2019. Disponível em: <https://graduateinstitute.ch/communications/news/nationalism-historical-perspective>. Acesso em: 24 de julho de 2019.

GUIBERNAU, Montserrat. **Anthony D. Smith on nations and national identity: a critical assessment**. Nations and Nationalism 10 (1/2), 2004, 125–141. ASEN, 2004.

HALIKIOPOULOU, Daphne. **What is new and what is nationalist about Europe's 'new nationalism'?**. The London School of Economic and political Science, Londres, 2 de outubro de 2017. Disponível em: <https://blogs.lse.ac.uk/europpblog/2017/02/10/europe-new-nationalism/>. Acesso em: 24 de julho de 2019.

HOBBSBAWM, Eric J. **Nações e Nacionalismos desde 1780**. Paz e terra, 1991.

KRASZNAY, Alexandru. **From ethnic to civic nationalism: the case of the autonomous community of Catalonia, Spain**. Hungary: Central European University Department of Political Scienceeno: University of Nevada Press, 2010.

MÜLLER, Jan-Werner. **False Flags: The Myth of the Nationalist Resurgence**. Foreign Affairs, março/abril de 2019. Disponível em: <https://www.foreignaffairs.com/articles/2019-02-12/false-flags>. Acesso em: 24 de julho de 2019.

PEREIRA, André G.; QUADROS, Fausto de. (2015). **Manual de Direito Internacional Público**, p. 320-321.

SAKWA, Richard. "Sovereignty and Democracy: Constructions and Contradictions in Russia and Beyond." **Region** 1, no. 1, 2012: 3. p. 21

SMITH, Anthony D. **National Identity**. London: Penguin Books, Reno: University of Nevada Press, 1991.

SMITH, Anthony D. **Nationalism and Modernism**: a critical survey of recent theories of nations and nationalism. Taylor & Francis e-Library, *2003*.

SMITH, Anthony D. **Nationalism: Theory, Ideology, History**. Polity Press, 2010.

WIECHNIK, Stanley J. **Russian Identity**: The Risks of a New Russian Nationalism. Real Clear Defense, 12 de março de 2019. Disponível em: https://www.realcleardefense.com/articles/2019/03/12/russian_identity_the_risks_of_a_new_russian_nationalism_114255.html. Acesso em: 24 de julho de 2019.

SEÇÃO II
GRUPOS DE DISCUSSÃO INSTITUCIONAL

ATA DA ASSEMBLEIA ORDINÁRIA DO COERI-SUL – X EERRI

Aos vinte dias do mês de setembro de dois mil e dezenove, realizou-se, na cidade de Santa Maria, Rio Grande do Sul, durante as atividades do X Encontro Estudantil Regional de Relações Internacionais, na Universidade Federal de Santa Maria, a Assembleia Ordinária do Conselho Estudantil Regional de Relações Internacionais do Sul (COERI-SUL). A Assembleia foi presidida pelos Coordenadores do COERI-SUL - gestão 2019 - Amanda K. Antonette e Miguel Eduardo Dawagi e teve início com uma roda de apresentações dos representantes das universidades presentes, as quais eram UFSM, UFPEL, FURG, UFRGS, UNISINOS e UNIPAMPA - do Rio Grande do Sul -, UFSC - de Santa Catarina - e UP - do Paraná. Em seguida, formou-se a pauta a partir da continuação do debate da Assembleia do ano anterior. Portanto, definiu-se como pautas: (i) debater o atual cenário das universidades presentes, principalmente após os impactos dos cortes de gastos do Governo Federal e sucateamento das universidades; ligado a isto, (ii) como os estudantes têm se mobilizado e reagido aos ataques à ciência e educação; e, por último, (iii) a definição da sede do XI EERRI e da nova direção do COERI - SUL. Assim, os representantes da UFSC iniciaram retratando o cenário da universidade e da mobilização estudantil frente a isto, sendo a UFSC a primeira universidade a entrar em greve de estudantes e professores sindicalizados contra o sucateamento da educação pública. A representação da Unipampa colocou sobre a dificuldade encontrada pelos alunos da Unipampa em se mobilizar, em virtude do baixo número de professores sindicalizados e do desgaste com greves anteriores, além de haver boicotes de outros alunos. Além disso, afirmou-se a negligência do reitor com as demandas dos alunos e dificuldade de se fazer escutar pela reitoria. O cenário no curso de Relações Internacionais da Unipampa é o de “sobrevivência com o mínimo” -prédios inacabados, inexistência de um RU, dificuldade de

saneamento nos prédios etc. - e os professores, inclusive, já passaram por um curso sobre como dar aula sem luz na universidade. Os alunos da Unipampa afirmaram ainda que o afastamento da comunidade da cidade e dos outros campi causa um isolamento dos alunos, que se amplia pela ausência de um Diretório Central de Estudantes (DCE). O que ocorre são pequenas reuniões em cada campi, mas que não resultam em uma ação coletiva. Muitas vezes, ocorre, inclusive, uma competição entre os campi por verba. A UFSC retornou a relatar que um dos principais efeitos do sucateamento da universidade, além do congelamento de bolsas e da redução da assistência estudantil, é a demissão em massa de trabalhadores terceirizados - o que resulta em aumento da insegurança no campus e furto de aparelhagem da universidade. Em compensação, os estudantes afirmaram que a mobilização na universidade foi volumosa e o DCE é bastante engajado com a defesa da universidade. O Centro Acadêmico de RI também fora ocupado por uma gestão mais politizada, geradora de um esforço coletivo de ação política. Os estudantes da UFSM relataram um certo desgaste do movimento estudantil como um todo desde as ocupações de 2016 e o #EleNão, embora, em 2019, tenha havido mais mobilização entre os estudantes do curso do que em anos anteriores. Os estudantes da UFPel também consideraram que já foram mais ativos, mas que houve uma crise no movimento estudantil, desencadeada por eleições para o DCE fraudadas, que, mesmo com a mobilização de novas chapas neste ano, não alcançou uma participação dos estudantes significativa. Na UFPel, o reitor havia inicialmente se posicionado contra os cortes, mas depois do início do debate sobre o Future-se, a reitoria mobilizou o DCE para a realização de assembleias menores pautando apenas o novo plano do Governo Federal para a educação superior, o que enfraqueceu o debate sobre a situação da universidade. A UFPel refutou, na semana anterior ao X EERRI, o projeto do Future-se. No entanto, não foi feita uma assembleia unificada do DCE, apenas do Conselho de DAs e CAs (fórum paralelo ao DCE, porém de menor legitimidade), o que enfraquece a legitimidade da mobilização. Enquanto isso, na Unipampa, a posição geral foi de não paralisar, principalmente pela

dificuldade de mobilizar todos os campi. Se um campus parar e os outros não, este acaba sendo prejudicado. Por isso, a Unipampa aderiu às paralisações com atividades ao longo do dia e participação externa, buscando diminuir o afastamento e a dificuldade de dialogar com a comunidade da cidade. Na UFSM, até o evento, todos os centros acadêmicos que haviam feito assembleia, refutaram o Future-se e foram a favor da greve. No entanto, alguns importantes centros e o DCE ainda não haviam convocado assembleia geral. Foram feitas assembleias menores sobre o Future-se, que foi refutado. Além disso, os alunos mencionaram as diferenças de politização entre os cursos, temendo que a greve não tenha adesão nos cursos menos politizados, e de possíveis represálias caso apenas os centros de cursos de ciências sociais e humanas parem e os outros não. A sugestão, até o momento, é de uma greve ativa, com três dimensões: (1) de comunicação dentro do curso; (2) de comunicação com a sociedade (aulas abertas, exposições nas praças e nas ruas, etc); e (3) de lançamento de documento a ser enviado para políticos, jornalistas e pessoas com voz ativa na sociedade retratando o cenário nas universidades e exigindo mudanças. Na FURG, as assembleias eram feitas conforme as paralisações ocorreram este ano. Na última, do dia 07/09, a discussão se deu sobre o Future-se. Os alunos mencionaram a proximidade dos estudantes com a cidade de Santa Vitória do Palmar - onde o curso de RI é ministrado - por ser uma cidade muito pequena, e, portanto, mais fácil de realizar mobilizações e manifestações visíveis. Por isso, eles sempre tentaram mobilizar-se promovendo, por exemplo, aulas na rua. Também, os alunos da FURG mencionaram o afastamento da universidade de outras, exclusivamente do campus de Santa Vitória do Palmar. Além de terem uma infraestrutura muito pequena, são mais afetados, portanto, pelo corte de verbas. Ainda, as estudantes da FURG comentaram sobre a má distribuição do auxílio estudantil em um cenário de corte de bolsas. Este processo gera uma situação de maior dificuldade para os estudantes se manterem na universidade e, conseqüentemente, o questionamento de como enfrentar e melhorar estas características. Os demais estudantes não sabiam exatamente o que poderia ser feito, mas sugeriram uma maior ocupação estudantil em

instâncias de decisão, como o Conselho Universitário (Consu). Os estudantes da Unisinos colocaram que o curso de RI, em Porto Alegre, se mantém um pouco isolado dos demais e carrega uma particularidade de pouca mobilização estudantil (por viverem uma realidade muito específica e, às vezes, naturalizarem esse privilégio). Assim, o CARI e os estudantes mais engajados apoiam os estudantes da UFRGS nas manifestações. Os estudantes da UP, por sua vez, afirmaram que há uma consciência significativa do cenário atual da educação brasileira por estarem localizados entre dois prédios da UFPR e em frente ao ponto usual de atos da cidade, a Praça Santos Andrade. Mencionaram também que, muitas vezes, os professores os liberam para participarem juntos dos atos na praça, e, por consequência, percebem-se bem mais próximos dos movimentos sociais que outros cursos da universidade. O DCE da UP, no entanto, é formado principalmente por estudantes do curso de Direito e não se engaja politicamente. Finalmente, a partir dos relatos de todos os representantes presentes, foi debatido como aumentar a coalizão do COERI, principalmente os canais de comunicação, para atuar de forma conjunta. Encaminhou-se a realização de um calendário conjunto editável, para dinamizar as informações sobre eventos nas universidades, e o comprometimento dos CARIs, CERIs e DARIs presentes em enviar um retrato da sua universidade após os cortes e da mobilização estudantil local para serem lançados em Boletins do COERI “especiais” e no documento do DARI da UFSM. Ligado a isto sugeriu-se também que os estudantes exigissem mais transparência das reitorias de suas universidades sobre a situação, visto que muitos estão sem receber dados sobre a realidade do cenário. Desta forma, encerrou-se a primeira parte da Assembleia, a ser continuada no dia seguinte. Aos vinte e um dias do mês de setembro de dois mil e dezenove, novamente como parte da programação do X Encontro Estudantil de Relações Internacionais, a Assembleia Ordinária do COERI foi retomada com as declarações dos estudantes da UFRGS. Segundo os representantes, uma assembleia geral foi convocada para a próxima semana e os alunos começaram a participar mais da militância estudantil visto a situação atual da universidade. Ainda antes de alternar de pauta da reunião,

os representantes da UFSC sugeriram que o COERI lançasse uma nota sobre a conclusão dos assuntos discutidos nos outros GDIs, como o de movimentos sociais. Dando prosseguimento à reunião, o item (iii) da pauta - condizente à definição da sede e organização do XI EERRI, a ser realizado em 2020, e da gestão 2020 do COERI - Sul foi aberto com a chamada para inscrições de sedes e candidaturas. Os representantes da FURG e da UFPel apresentaram a proposta de promover um EERRI conjunto nos campi de Rio Grande e de Pelotas, respectivamente. A ideia consiste no suporte da UFPel à FURG, devido à proximidade das duas universidades: estudantes de ambos os cursos organizariam o evento com uma programação somada. Com relação à próxima gestão do COERI, os estudantes Julia Piana, da UP, e Ivan Decker, da UFSC, se candidataram para a próxima gestão com a proposta de aumentar a presença institucional do COERI na região e a formatação do site do conselho. Tanto a inscrição para organização do próximo EERRI, quanto as candidaturas para nova coordenação do COERI foram únicas e votadas por aclamação unânime dos presentes. Portanto, cada um dos três estados da região Sul foi representado na gestão 2020 do COERI e na organização do XI EERRI. Logo após a votação, os representantes da UFSC deram mais sugestões para a nova gestão do COERI com relação às reuniões. Ainda, ao fim da assembleia, os alunos da FURG, UNIPAMPA, UFRGS e UNISINOS deram um parecer sobre a organização e programação do X EERRI, principalmente sobre os temas abordados e o modelo de apresentação de trabalhos desta edição. Em conclusão, os regentes da assembleia finalizaram oficialmente a reunião e convidaram todos os representantes a tirarem uma foto reunidos em frente ao Planetário da UFSM. Nada mais havendo a tratar, foi lavrada a presente ata que vai assinada por nós, Amanda e Miguel, coordenadores do COERI-SUL na gestão de 2019.

AMANDA KREIN ANTONETTE

MIGUEL EDUARDO DAWAGI

Coordenadores COERI-SUL - Gestão 2019

Santa Maria - RS, 21 de setembro de 2019

CARTA DO PROFISSIONAL DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS

TAIS ALEXANDRA DA SILVA CHIQUITELLI¹

No primeiro dia, o GDI iniciou-se com a discussão sobre os efeitos que seriam produzidos pela regulamentação da profissão de relações internacionais, se essa alternativa seria mais benéfica ou prejudicial para a consolidação do profissional no mercado. A partir dessa questão, foi debatido qual era a função de um profissional de relações internacionais e como nós nos reconhecemos como tal. Um dos problemas apontados foi a falta de conhecimento, por empresas e outros órgãos, sobre as atividades que esses profissionais são capacitados para exercer, principalmente por ser um campo recente.

Contudo, isso não foi encarado como uma grande problemática por todos os participantes do GDI. Um aluno da UFRGS levantou que deve ser encarado como um bom desafio pois seremos os “pioneiros” na área. Ainda no debate sobre a nossa função, muitos falaram de como o curso prepara um profissional que conhece um pouco de tudo, mas não é especialista em nada, e isso diminui, de certa forma, a competitividade em relação a profissionais do direito e economia, por exemplo. Relacionado a esse fator, os estágios que poderiam ser específicos para relações internacionais são abertos para outras áreas.

Nesse sentido, uma profissão regulamentada traria benefícios para determinar espaços específicos para o profissional de relações internacionais. Contudo, a regulamentação pode limitar a nossa atuação, prejudicando mais que beneficiando o profissional. Esse ponto está em

¹Graduanda de Relações Internacionais da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Coordenação Logística do X EERRI. E-mail: taischiquitelli2@gmail.com. 2019.

sintonia com o posicionamento da Associação Brasileira de Relações Internacionais em relação a ao Projeto de Lei 8777/2017 que prevê a regulamentação. E foi com base nesse posicionamento que se iniciou a discussão do segundo dia. Um ponto interessante de se observar é a intersecção com as discussões sobre grade curricular. Assim, como os GDIs de Grade Curricular e Carta do Profissional foram unidos no segundo dia, muitos dos pontos mesclaram-se, associando questões como o foco para a academia e grades bem diferentes entre as universidades presentes.

EMPRESA JÚNIOR

CECÍLIA LUCZYNSKI¹

JÚLIA DELBONI²

Duas semanas antes da data do X Encontro Estudantil Regional de Relações Internacionais (XEERRI) de 2019, foi lançado e enviado ao e-mail dos inscritos no Grupo de Discussão Institucional (GDI) Empresa Júnior um formulário que direcionou a forma que foi conduzido o GDI nos dias 20/09/19 e 21/09/19. No primeiro dia (20/09) de encontro foi proposto, em primeiro lugar, uma apresentação de todos os presentes, evidenciando nome, universidade, Empresa Júnior (EJ) e cargo. Dos presentes, estavam empresários juniores, pós-juniores e interessados a ingressar no Movimento Empresa Júnior (MEJ).

Logo após, foram apresentados slides pré-preparados pelas acadêmicas Cecília Luczynski e Júlia Delboni com a seguinte proposta: no primeiro dia, discutir as dores de cada EJ e, no segundo, realizar diversos workshops paralelos com as áreas de maior interesse diagnosticadas no primeiro dia. Questionou-se se faria sentido realizar daquela forma e obteve-se uma resposta positiva. Dessa forma, ao longo do primeiro dia foi realizado uma roda de conversa que tratava da apresentação da realidade de cada empresa e uma construção conjunta de resolução e troca de experiências.

Durante o segundo dia (21/09), as acadêmicas organizadoras do GDI - Empresa Júnior buscaram levar outros empresários juniores da F5 Júnior - Consultoria Internacional que possuíam maior conhecimento nas áreas de interesse e dificuldade dos participantes: Administrativo-Financeiro, Gestão

¹Graduanda de Relações Internacionais da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Coordenação Logística do X EERRI. 2019.

²Graduanda de Relações Internacionais da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Coordenação Logística do X EERRI. 2019.

de Pessoas (GP), Marketing, Vendas e Projetos. Sendo assim, dividiu-se em pequenas rodas de conversa das respectivas áreas, cujos participantes transitavam nas rodas de interesse próprio.

No que diz respeito a roda de conversa de Administrativo-Financeiro, mediado pela membra da F5 Jr. Eduarda Conto, foi tratado majoritariamente da documentação necessária para legalização e obtenção do CNPJ das empresas juniores, tendo como participantes, principalmente, iniciativas (empresas não vinculadas às instâncias que regem o Movimento Empresa Júnior). Em relação a Gestão de Pessoas, mediado pela Diretora de GP da F5 Jr. Luiza Peixoto, foi tratado de planos de ação para integração e bem-estar da empresa como Plano de Desenvolvimento Individual, Acompanhamento de Membros, Cultura Organizacional, etc. Sobre a área de Marketing, mediada pela Diretora de Marketing da F5 Jr. Cecília Luczynski, tratou-se sobre questões relativas principalmente ao site da empresa, Mail-Marketing, plataforma Miro e Marketing de Conteúdo. Na área de Vendas, mediada pela membra de Comercial da F5 Jr. Giovanna Angeloti, foi tratado de Processos de Vendas, Cold Calls, prospecção ativa e passiva e Funil de Vendas. Por fim, na área de Projetos, mediada pela Diretora de Projetos da F5 Jr. Júlia Delboni, foi tratado de assuntos específicos e técnicos de Logística Internacional, Tributação Internacional, Inteligência, Análise de Mercado Internacional e sobre mudanças da carta de serviços das empresas que trabalham com negócios internacionais para adaptação a necessidade do mercado atual brasileiro.

GRADE CURRICULAR

LAIZA FORTES SIQUEIRA¹

LAURA HOFSTETTER ZANATTA²

O Grupo de Discussão Institucional (GDI) de grade curricular do X Encontro Estudantil Regional de Relações Internacionais (X EERRI) teve como objetivo abrir um espaço democrático e crítico de diálogo acerca das grades curriculares dos cursos de graduação de Relações Internacionais da região Sul do Brasil.

A partir disso, inicialmente, as ministradoras do GDI pediram aos congressistas presentes que relatassem a situação da grade curricular de RI de suas respectivas Universidades, explicitando um pouco qual a área de atuação do profissional de RI que o currículo de cada universidade está mais voltado, quais são as limitações encontradas nas disciplinas ofertadas, e as deficiências curriculares – e também estruturais – de cada curso. É de fundamental relevância destacar que foram relatadas as situações dos cursos de RI de diferentes universidades, tanto privadas quanto públicas, sendo elas: UFSM (Universidade Federal de Santa Maria); UFRGS (Universidade Federal do Rio Grande do Sul); UFSC (Universidade Federal de Santa Catarina); Unipampa (Universidade Federal do Pampa); UFPEL (Universidade Federal de Pelotas); FURG (Universidade Federal do Rio Grande); UNISINOS (Universidade do Vale do Rio dos Sinos); ESPM SUL (Escola Superior de Propaganda e Marketing); e FSG (Centro Universitário da Serra Gaúcha).

Desta forma, seguiu-se um debate que não se limitou apenas a formação do profissional em sala de aula, mas também se levou em conta aspectos que

¹Graduanda de Relações Internacionais da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Coordenação de Comunicação do X EERRI. 2019.

²Graduanda de Relações Internacionais da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Coordenação de Lazer do X EERRI. 2019.

seguem todos os núcleos fundamentais acerca da Universidade: Ensino; Pesquisa; e Extensão. Uma das grandes questões levantadas pelos participantes é o caráter muitas vezes acadêmico dos cursos de RI, principalmente dentro das universidades públicas, que não abrem muito espaço para a oferta de disciplinas mais voltadas para o setor privado ou até mesmo para inserção no setor público, voltando-se para a formação de pesquisadores e professores universitários. Porém, congressistas de outras universidades, algo principalmente relatado pelos estudantes de universidade privada, mas também de outras públicas, como a UFRGS, relataram que suas grades são muito concentradas em disciplinas da área de economia e, nas particulares mais evidentemente, na área de comércio exterior. Entretanto, ao se discutir a recente mudança das grades curriculares de alguns cursos nos últimos anos, como no caso da UFSM, relatou-se que antigamente seus cursos tinham um caráter muito mais econômico e que muitos cursos estão inseridos dentro do departamento de economia de suas respectivas universidades, mas que a vinculação a esta área de conhecimento específica foi superada, abrindo espaço para mais disciplinas voltadas à área de RI – ou seja, voltadas para temáticas específicas em multidisciplinares da área – e da ciência política. Também se discutiu acerca da deficiência de disciplinas ligadas à área de ciências sociais dentro dos cursos de RI, algo que foi levantado como de extrema relevância para os estudos da área voltados as teorias mais críticas e pós-coloniais, como também para abrir mais espaço para a pesquisa e o estudo acerca das formações estruturais das sociedades e suas culturas.

Outro ponto bastante comentado foi a falta de oferta de disciplinas optativas ou também de falta de horários em disciplinas obrigatórias, como o caso enfrentado por alunos de cursos de universidades privada. A falta de oferta de disciplinas de línguas estrangeiras em alguns cursos, algo de extrema importância para a formação de um internacionalista, foi algo bastante criticado por alguns presentes; outros também relataram que apesar de terem essas disciplinas, consideram que estas possuem algumas limitações acerca do desenvolvimento do ensino.

Como a formação profissional de um estudante de relações internacionais não se limita apenas ao ensino, sendo este necessitando estar fortemente ligado à pesquisa e a extensão, os congressistas também relataram acerca de quais outras atividades são ofertadas em seus cursos. Assim, foi-se apresentado quais grupos de pesquisa e quais atividades de extensão cada universidade possui, sendo feitas críticas acerca da falta de grupos de pesquisa que saiam do aparato tradicional de estudo das relações internacionais. As atividades de extensão também foram apresentadas, sendo um dos pontos positivos acerca das universidades públicas, a preocupação em levar a formação e o conhecimento acadêmico para além das barreiras universitárias, sendo relatado projetos voltados para as escolas públicas e populações de baixa renda, como atividades de cine debate e também de cursinhos pré-vestibulares populares.

No segundo dia de atividades, o GDI de grade curricular juntou-se ao GDI de carta profissional, o que se tornou de extrema relevância, já que a grade curricular dos cursos está fortemente associada a formação do currículo do internacionalista. O que se notou é que cada curso de RI e sua grade curricular se volta para uma formação específica de um profissional de relações internacionais, e isso estaria ligado ao fato de que a área de relações internacionais é bastante ampla e multidisciplinar. Neste sentido, há uma preocupação por parte dos estudantes de RI de que o mercado de trabalho não saiba o que de fato pode esperar de um internacionalista, e de que a grande diferença acerca da formação desses profissionais dificulte nosso próprio entendimento da nossa área e de onde possamos atuar.

INTERCÂMBIO

GABRIELA TAMIRIS ROSA CORRÊA¹

HENRIQUE JORGIELEWICZ ROGOVSCHI²

MATHEUS DA SILVA JUNGES³

PATRICK M. DEPNER⁴

No primeiro dia de discussão (20/09/19) foi feita a apresentação dos mediadores e dos alunos participantes, constando nome, universidade em que estuda, se já fez intercâmbio e em qual semestre está no momento. Questionou-se, também, se os participantes sabiam do que se tratava o GDI de intercâmbio e se eles gostariam que fosse abarcada alguma temática específica nos dois dias de discussão. A partir deste momento, foi feita a sugestão de que outros tipos de intercâmbio, para além da mobilidade acadêmica (como AIESEC e Rotary), fossem discutidos.

Logo após, iniciaram-se os diálogos relacionados à mobilidade acadêmica de cada universidade. Para este fim, os mediadores apresentaram os documentos de cada instituição, em que constavam a entidade responsável pela internacionalização, seu e-mail e site; os convênios bilaterais da universidade com as universidades dos demais países; os requisitos e documentos gerais para a realização da inscrição para intercâmbio; os programas multilaterais; e os editais abertos no momento. Posteriormente a apresentação, iniciaram-se as discussões acerca do melhor momento para fazer intercâmbio, sobre a necessidade (ou não) de falar a

¹Graduanda de Relações Internacionais da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Coordenação Logística do X EERRI. 2019.

²Graduando de Relações Internacionais da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Coordenação Logística do X EERRI. 2019.

³Graduando de Relações Internacionais da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Coordenação de Lazer do X EERRI. 2019.

⁴Graduando de Relações Internacionais da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Coordenação Logística do X EERRI. 2019.

língua do país de destino, sobre os custos de mobilidade e os tipos de financiamento que as universidades de origem e de destino podem oferecer, em relação à validação das disciplinas cursadas no exterior, sobre as diferenças do intercâmbio de convênio bilateral e o realizado por meio de programas multilaterais e, por fim, sobre os documentos necessários para a realização de um intercâmbio.

No segundo dia de discussão (21/09/19) cada aluno que já fez intercâmbio (seja pela universidade ou não) contou suas experiências pessoais, comentando sobre as coisas boas e ruins de vivenciar esta experiência, sobre os estereótipos dos estrangeiros em relação aos brasileiros e vice-versa, sobre a culinária estrangeira, sobre as dificuldades de aprender uma nova língua e de inserir-se em uma nova cultura, sobre a desigualdade de gênero, dentre outros temas. Os alunos que ainda não haviam feito intercâmbio também entraram na discussão, através de perguntas, curiosidades, experiências de alguém que eles conheciam que já fez mobilidade etc. Além disso, foram retomadas as questões referentes aos documentos necessários para o intercâmbio.

Por fim, foi realizada uma dinâmica de feedback, na qual os mediadores comentaram sobre as impressões gerais do grupo e os alunos participantes comentaram sobre a participação no GDI de intercâmbio. No geral, os feedbacks foram positivos. A elaboração de documentos (por parte dos mediadores) sobre a mobilidade acadêmica de cada universidade foi muito elogiada pelos congressistas, que alegaram nunca ter ocorrido em um GDI antes. Além disso, foi elogiada a horizontalidade das discussões, em que nenhum mediador monopolizou a fala. Ademais, foi feito um diálogo em relação a ser dois dias de GDI e um de GDA nos EERRIs. Todos os congressistas alegaram a preferência de ser o contrário e da possibilidade de participar em mais de um GDA (participa de uma temática no primeiro dia e de outra no segundo dia).

MOVIMENTOS SOCIAIS

CÁSSIO WOHLBERG¹

RENATA RODRIGUES MARQUES²

No primeiro dia de discussões do GDI, foi priorizado o compartilhamento de experiências de cada universidade, apresentando os centros e diretórios acadêmicos e demais coletivos dos quais as e os presentes fazem parte. Uma das resoluções principais do primeiro dia foi a decisão de que precisávamos manter mais contato entre as e os alunos dos cursos de Relações Internacionais da região Sul, para que saibamos das mobilizações que acontecem e possamos nos somar. Para isso, decidimos criar um grupo no Facebook com todas e todos, não só presentes na discussão para disseminá-lo entre as e os demais alunos de RI.

Outro ponto muito discutido foi a relação entre as universidades e a população, que reconhecemos estar distante. Reconhecemos que não há um diálogo contínuo e horizontal com a população, e isso afeta a legitimidade do conhecimento que produzimos e dos projetos que realizamos dentro da universidade. No segundo dia, a discussão foi realizada de forma conjunta ao GDI de Educação Popular e RI. Foi pautada a importância das atividades de extensão reais - como o “Balbúrdia na Praça”, iniciativa da UFSM para expor as pesquisas científicas desenvolvidas na universidade na praça da cidade de Santa Maria, e outras iniciativas que tiveram o mesmo objetivo em outras universidades, como o “UFSC na praça” -, divulgando assim a importância da universidade, e principalmente da universidade pública, para a vida da

¹Graduando de Relações Internacionais da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Coordenação de Lazer do X EERRI. 2019.

²Graduanda de Relações Internacionais da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Coordenação Acadêmica do X EERRI. 2019.

população que em um primeiro momento não se sente atingida pelo ataque às universidades e os cortes na educação.

Também foi debatido o que podemos fazer, enquanto estudantes de RI, para nos mobilizarmos e mobilizarmos os estudantes do nosso curso. Uma das questões levantadas é a importância de não se pular etapas para a construção de uma mobilização, pensando seriamente no objetivo que temos com as mobilizações, definindo público-alvo, formas de intervenção, etc. Entendemos que escolas e pré-universitários são alguns de nossos públicos-alvo mais fundamentais, e tendo isso em vista, ressalta-se a importância da realização, divulgação e promoção de projetos que relacionem as Relações Internacionais com a educação popular em todas as universidades participantes do X EERRI.

Mais importante, decidiu-se o posicionamento de apoio total à greve das e dos estudantes e funcionários da UFSC, das mobilizações que já estão ocorrendo em demais universidades e de futuras greves que venham a acontecer em decorrência do sucateamento das universidades e em defesa da educação pública e de qualidade no país. As e os alunos da UFSC compartilharam suas experiências e estratégias de mobilização, entendendo enquanto prioridade o estabelecimento de estratégias que não façam com que aqueles com benefício socioeconômico sejam prejudicados na greve.

Outra discussão esteve focada na importância da abordagem pela internet e de atingir um público-alvo que não tenha tanto contato com as universidades e escola. Foi levantada a problemática de que precisamos achar formas de passar nossas ideias a partir de uma linguagem neutra, para que elas não sejam rechaçadas pela população. Mas como fazer isso sem prejudicar a essência dos nossos movimentos? Por outro lado, as redes sociais são um caminho para que seja realizado um debate horizontal com a população que não vivencia a universidade diariamente, e para isso, nós pretendemos produzir materiais em conjunto para que sejam publicizados. Para isso, o grupo no Facebook terá o objetivo de compartilhar notas das assembleias dos diretórios e centro acadêmicos, construir e compartilhar vídeos e até mesmo correntes de Whatsapp para que nossa presença em

redes sociais vá além dos nossos círculos sociais. Foi decidido, por fim, a construção e divulgação de uma carta de apoio das e dos participantes do X EERRI à greve da UFSC e à luta pela educação, divulgada pelo o COERI enquanto entidade e pelos diretórios e centros acadêmicos – a ser postada coletivamente em todas as páginas possíveis.

PESQUISA

LUIZA WITZEL FARIAS¹

VALENTINA TÂMARA HAAG²

Para o primeiro dia foram selecionados pelas mediadoras as questões da situação atual das bolsas de incentivo nas universidades dos participantes, bem como possíveis cortes que venham ocorrendo nestas, além das expectativas sobre a carreira acadêmica nesse contexto. Também, os temas de pesquisas em desenvolvimento pelos participantes e seu respectivo impacto social, além de motivações para a continuidade do desenvolvimento científico em meio ao cenário atual de cortes nos recursos para destinados estímulo da ciência.

Justificado pela conjuntura política que assola o país e que permeia qualquer debate sobre a produção científica brasileira e sua legitimidade, o primeiro dia do grupo de discussão acadêmica foi iniciado a partir do questionamento sobre a situação do incentivo à pesquisa nas universidades dos presentes. Foram relatados cenários que iam desde o não-cumprimento do pagamento das bolsas até a redução de seus valores, sendo a situação das universidades afastadas do centro de seus estados mais severa. Estas já contavam com recursos escassos de fomento e, devido aos contingenciamentos, passaram a ocorrer atrasos, cortes e reduções percentuais nos valores das bolsas. A partir disso, foram debatidos também os modelos de bolsas oferecidos pelas universidades da região, uma vez que a fonte dos recursos geralmente implica no grau de estabilidade da própria.

¹Graduanda de Relações Internacionais da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Coordenação Acadêmica do X EERRI. 2019.

²Graduanda de Relações Internacionais da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Coordenação Geral do X EERRI. E-mail: valentina.haag@acad.ufsm.br. 2019.

Mais uma vez foi identificada a discrepância entre as universidades do interior e as centrais. Enquanto universidades situadas em capitais ou cidades maiores contam com maiores oportunidades provenientes de órgãos como a Capes e o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) - e, logo, dependem da manutenção do orçamento desse -, universidades do interior dependem mais dos recursos próprios da universidade já que, muitas vezes, as poucas bolsas de fomento nacional que recebem não são necessariamente repassadas.

Quanto às expectativas acerca da carreira acadêmica, são notórias as preocupações quanto a sua viabilidade e sustentabilidade. Isto porque, no Brasil, os cinco principais órgãos financiadores de pesquisa científica são públicos, federais ou estaduais (DUDZIAK, 2018). E, nesse contexto, o CNPq, principal órgão em termos desse financiamento, é afetado diretamente pelos bloqueios orçamentários previstos no Decreto nº 9.741, de 29 de março de 2019. Mas ainda assim, a percepção geral sobre a argumentação dos participantes durante o debate é que, os principais questionamentos se referem a como se pode garantir a continuidade da pesquisa, seja por vias coletivas, como a mobilização estudantil em formato de protestos, ou mesmo as opções individuais em que empregos secundários viabilizariam a continuidade da carreira acadêmica. Isso demonstra que, a despeito da escassez de recursos materiais, os recursos humanos não vislumbram o fim da potência da pesquisa em suas vidas, o que é, no mínimo, esperançoso. Ademais, destacou-se a importância da assistência estudantil na construção das condições de estabilidade das e dos estudantes, uma vez que a pesquisa científica se insere em um contexto maior que se associa a função social da universidade pública e que é produto de sua concepção enquanto gratuita e de qualidade. Assim, o debate sobre o incentivo à produção científica passa também pelo debate sobre a democratização do acesso à educação superior.

Quanto aos temas de pesquisa e o respectivo impacto social destes, tornou-se patente durante a discussão o fato de que muitas vezes o modo de operar da academia de Relações Internacionais alimenta o abismo entre o fato e a teoria, a pesquisa e o objeto. Isto porque, para os participantes, tudo

que é relação entre nações, ou Estados, ou pessoas, é político, e tudo que nossa prática não tem se permitido ser, é política. Estudos e categorias latino-americanas são, por vezes, subalternizadas. O saber se pretende objetivo e complexo a ponto de dificultar a relação entre o acadêmico e o trabalhador que financia sua pesquisa. Esse déficit parece influenciar a ruptura entre os grupos sociais na luta política, onde categorias abstraídas ao máximo para que pertençam a um imaginário, masculino e branco, não informam aos demais imaginários que os atores estão falando da mesma coisa. Relações Internacionais também são sobre saúde, educação, trabalho, fome, e teto, apenas não informamos essas palavras com frequência.

A conclusão anterior, ainda que triste, foi fértil, notadamente para o segundo dia, no caso das reflexões sobre as formas de mobilização na academia, na produção científica, e na política em geral. A partir da demanda pelo reconhecimento daquilo que é produzido no sul do país, ainda que em nossa linguagem de área, foi possível reconhecer que muitos envolviam o Sul Global nas suas empreitadas, seja o Sul Global na América, ou em outros continentes, visto que os grupos de pesquisa parecem majoritariamente divididos por região, ou bloco. Diferentemente do caso específico da UFSM, onde os grupos são principalmente divididos por subárea, como o Direito Internacional e a Segurança e Defesa. Ainda, era perceptível a tenacidade e empolgação no semblante de todo aquele que descrevia a empreitada na qual está envolvido, bem como a empatia de todos aqueles que percebiam a pesquisa do outro com respeito e fraternidade.

A partir do reconhecimento da dependência do suporte público para a manutenção do engajamento científico ao longo de toda a formação de pesquisadoras e pesquisadores e frente a disparidade regional deste suporte, o segundo dia visou debater estratégias de mobilização para a defesa da pesquisa em três níveis: na academia, na produção científica, e na política. Nesse sentido, um dos fios condutores do debate foi a demanda pela maior associação entre o tripé da Universidade: pesquisa, ensino e extensão. Esta foi apontada como a principal estratégia possível dentro da academia, uma vez que a crise de legitimidade vivida pela universidade pública parece ser

produto não só dos ataques diretos que ela recebe, mas também da ausência de autocrítica e de esforço na construção de uma universidade que se pautar por e para a sociedade. Como dificuldades no diálogo entre as três pontas do tripé foram apontados: o tempo despendido na pesquisa, que desgasta para atividades de ensino e extensão, e a tendência da academia de priorização da pesquisa frente aos dois outros eixos. Apesar das limitações pessoais e estruturais, as e os estudantes relataram esforços no sentido de aproximação dos três eixos.

O descolamento da sociedade também foi apontado como limitação da própria produção científica. Um dos principais pontos identificados está na tradução do conhecimento científico em algo concreto que faça a sociedade reconhecer o seu valor. Aliado ao afastamento - por vezes até geográfico - da universidade enquanto espaço público, está o fato de que nossas produções científicas são, muitas vezes, marcadas por uma linguagem inacessível. O campo das Relações Internacionais é especialmente marcado por essa tendência por ter objetos de estudos, por vezes, abstratos. Por isso, foi defendida a preocupação com a empiria e com a vulgarização do conhecimento. Sobre esta última, foram destacadas as iniciativas de levar trabalhos acadêmicos a debate público, como as ações de 'Balbúrdia na Praça' (BALBÚRDIA NA PRAÇA SE..., 2019), bem como a necessidade de uma virada epistemológica, ou seja, dos próprios conceitos que usamos seja dentro ou fora da academia. Isso porque utilizamos conceitos que pressupõem uma construção teórica prévia do receptor, mas que por vezes podem, e deveriam, ser simplificados. A consequência de uma virada como essa é, além de tornar nossas produções mais acessíveis, construir uma nova legitimidade do nosso conhecimento em um contexto de ataque constante ao que é produzido na universidade.

Associada ao desgaste físico e mental da academia, tem-se o problema do desengajamento político daqueles que produzem ciência no Brasil. Apesar da força do movimento estudantil, é notória a fraqueza da pauta da ciência no debate político do país. O consenso que há é o da classe que visa o desmonte da educação pública de qualidade. Mas quem a defende, todavia,

está ocupando tendo que cumprir metas de publicações, produto da irrealdade das expectativas acadêmicas nacional e internacionalmente; não há, afinal, uma bancada da ciência no congresso e no senado. Mais uma vez, foi pautada a importância do diálogo com a extensão e o ensino como vias de engajamento político, assim como a demanda pela reformulação das metas de produtividade, de forma a permitir tanto a maior preocupação com os demais eixos do tripé da universidade, como um esforço político direcionado e organizado.

Dessa forma, o grupo de discussão institucional sobre pesquisa foi marcado pela preocupação com a sustentabilidade da ciência no Brasil, materializada nos debates sobre as limitações e as oportunidades das nossas ações enquanto pesquisadoras e pesquisadores, reconhecendo também a singularidade da nossa localização no Sul Global, na América Latina e no sul do Brasil e, na maioria dos casos, no interior. Como nota final, nos posicionamos contra os contingenciamentos vigentes e as propostas de desmonte da universidade pública, gratuita e de qualidade ao mesmo tempo em que se incentiva a ação coletiva de mobilização das e dos estudantes na luta contra essa realidade. Da nossa parte, espera-se que a organização de um evento como X Encontro Estudantil Regional de Relações Internacionais, em uma universidade do interior que teve 34% do seu orçamento contingenciado e está o recebendo de volta a conta-gotas, sirva de inspiração à nossa capacidade de mobilização por um objetivo comum.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. DECRETO Nº 9.741 DE 29 DE MARÇO DE 2019. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/decreto/D9741.htm> Acesso em: 04 out. 2019.

DUDZIAK, E.A. **Quem financia a pesquisa brasileira? Um estudo InCites sobre o Brasil e a USP.** São Paulo: SIBiUSP, 2018. Disponível em: <https://www.sibi.usp.br/noticias/quem-financia-a-pesquisa-brasileira-um-estudo-incites-sobre-o-brasil-e-a-usp/>. Acesso em: 04 out. 2019.

NUNES, Fritz R. 'Balbúrdia na praça' se contrapôs aos ataques à UFSM.
Sedufsm, 2019. Disponível:
<http://sedufsm.org.br/index.php?secao=noticias&id=5419>.

PROJETOS DE EXTENSÃO: MODELOS DE SIMULAÇÃO

THAIS ARARIPE¹

Pontos de Debate:

I. Administração e organização:

- A. Acadêmico;
- B. Custos, patrocínio e burocracia institucional;
- C. Desistência - A simulação como ferramenta de aprendizagem: como resgatar isso no ambiente acadêmico?

II. Mudanças no ambiente das simulações:

- A. Espaço de batalhas de ego;
- B. Democratização das simulações;
- C. Dessecuritização das temáticas;
 - i. Temática de comitê sugeridas:
 - o Feminismo no Oriente Médio;
 - o Mulheres indígenas na América Latina;
 - o Meio ambiente: situação da Amazônia.

III. A caracterização de Modelos de Simulação como Projeto de Extensão, tendo em vista a nova resolução do MEC sobre o assunto (RESOLUÇÃO No 7, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2018).

¹Graduanda de Relações Internacionais da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM).
Coordenação Logística do X EERRI. 2019.

PROJETOS DE EXTENSÃO: POPULARIZAÇÃO DO CONHECIMENTO DAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS

SABRINA DA COSTA CHIUZA²

WALTER EMILIO BUSKE³

A abertura das discussões consistiu na apresentação do desafio proposto pelo GDI: o de pensar projetos de extensão que, de fato, façam uma ponte entre a comunidade acadêmica e a população local - onde a universidade está inserida - a fim de criar vínculos que apoiem a existência de um curso de Relações Internacionais naquela comunidade e, atualmente, na legitimidade da existência da Universidade Pública. Na discussão aberta foram compartilhados os projetos de extensão realizados por cada universidade, as experiências de contato do corpo acadêmico com a comunidade, a questão da curricularização da extensão, os desafios enfrentados na execução de projetos de extensão em cada universidade e a proposta de que os projetos tenham o compromisso de gerar extensão de verdade. No segundo dia de discussões o GDI realizou-se juntamente com o GDI de Movimentos Sociais, reforçando desafios e propondo novas miradas para propor um novo modelo de extensão universitária que se preocupe com a realidade e os desafios sociais presentes no Brasil e nas comunidades em que estão inseridas essas Universidades.

Nesse sentido, foi ressaltado a importância de projetos que envolvam programas de comunicação social (rádio, tv e redes sociais) que, muitas vezes, tem uma ampla divulgação de conteúdo; a existência de cursinhos

²Graduanda de Relações Internacionais da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Coordenação Acadêmica do X EERRI. 2019.

³Graduando de Relações Internacionais da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Coordenação Financeira do X EERRI. 2019.

populares pré-universitários como uma forma de retribuir para a sociedade o que aprendemos dentro da universidade, além de intercambiar conhecimentos, e também contribuir para a inserção da comunidade, através do ensino, na universidade; modelos de simulação escolares como uma ferramenta lúdica de aproximação entre estudantes de Relações Internacionais e a comunidade, além de ser importante para a aproximação de debates que ocorrem no âmbito da política, economia, cultura e sociedade; apresentação universitária nas escolas com o intuito de explicar as formas de ingresso da universidade pública, bem como informar sobre sistemas de permanência e o próprio funcionamento da universidade; por fim, atividades não formalizadas, como universidades apresentando pesquisas na rua para mostrar para a população o que é desenvolvido dentro da universidade.

A questão da curricularização da extensão, regulamentada pela Resolução nº 7 MEC/CNE/CES de 18 de dezembro de 2018, foi debatida brevemente a partir das experiências de discentes envolvidos na discussão da implementação de tal resolução nas suas universidades. Discentes de diversas universidades demonstraram não estarem cientes do projeto que prevê contabilização curricular e adaptação das matrizes curriculares para que se cumpra no mínimo 10% da carga horária em atividades de extensão. Os discentes demonstraram preocupação sobre a questão de adaptação curricular, já que é um processo desgastante, contencioso e em geral com pouco poder de decisão discente. Ademais demonstrou-se preocupação com o formato de inserção curricular da extensão: uma nova disciplina para contabilizar como extensão? Uma porcentagem de todas ou algumas disciplinas como projetos de extensão?

Um tópico recorrente que se apresenta como um dos principais desafios a execução de um novo formato de extensão universitária, comprometido com a extensão e com a comunidade, é a criação de projetos que sejam menos pontuais e que conectem, de fato, a universidade e a comunidade local. Critica-se, a partir desse ponto, projetos que tem duração, por exemplo, de um dia, sem organização discente e a contabilização como

projetos de extensão de visitas técnicas. Entende-se que a extensão deve envolver um contato maior com a comunidade local, deve envolver a participação discente na construção e execução do projeto como mecanismo de formação pessoal e profissional das habilidades dos estudantes. Além disso, deve haver um contato contínuo com a comunidade, para que os discentes e docentes envolvidos saibam quais são as demandas da comunidade e, também, quais são as melhores formas de criar uma comunicação efetiva entre ambos.

Portanto, com a realização do GDI, percebe-se que um grande desafio em comum de todas as Universidades presentes é a dificuldade de realizar projetos contínuos que tenham comprometimento com a comunidade; muitos projetos são imediatistas e não conseguem realmente criar um vínculo entre Universidade e comunidade local.

SEÇÃO III
TRABALHOS ACADÊMICOS:
ARTIGOS COMPLETOS

GRANDE SOMÁLIA: UM SONHO ETNONACIONALISTA E A FORMAÇÃO DOS ESTADOS NO CHIFRE DA ÁFRICA

FERNANDA DA SILVA¹

Resumo: O movimento pan-somali tinha por objetivo alcançar a independência da etnia por meio da formação da Grande Somália, um Estado que uniria todos os territórios habitados majoritariamente pelos somalis. Sua pauta marcou a formação de alguns dos atuais Estados do Chifre da África. Com base nisso, a pergunta que norteia esse trabalho é: qual o papel do etnonacionalismo somali no processo de formação dos Estados do Djibuti, Etiópia e Somália no decorrer do século XX? A hipótese levantada é a de que o modo que se deu a formação e fortalecimento do nacionalismo somali desempenhou um importante papel na articulação política da etnia no século XX, culminando na atual formação dos estados africanos em questão. Para isso, foi realizada uma pesquisa qualitativa, seguindo o método histórico. Assim, o presente trabalho tem como objetivo analisar o impacto da etnia nos processos de independência e formação dos Estados africanos citados a partir da teoria pós-colonial de Siba Grovogui. Para isso, foi analisado a formação do sentimento nacionalista da etnia, o contexto em que os países estavam inseridos e os impactos da etnia após o fim das tutelas coloniais, no caso da Somália e Djibuti.

INTRODUÇÃO

No decorrer do século XX, o movimento pan-somali marcou a independência e formação dos Estados atuais do Chifre da África. O objetivo era buscar a independência e unir todo o território habitado pelo povo somali, formando um novo Estado na região: a Grande Somália. A luta era alimentada pelo etnonacionalismo desse povo, sentimento que surge em meados de XV, que encontrava apoio britânico na metade do século e enfrentava resistência dos etíopes, franceses e italianos.

¹Graduanda do Oitavo Semestre de Relações Internacionais da Universidade Federal do Pampa (Unipampa). Contato: fernandadasilva1997@gmail.com. 2019.

Desde que surgiram até o início do século XX, os somalis se concentraram na costa litorânea do Chifre da África e alguns de seus grupos migraram em direção ao interior. Assim, na metade do séc. XX, o território por eles habitado compreendia o nordeste do Quênia, o Ogaden etíope, a atual Somália e o sul do Djibuti. Com base nisso, campanhas políticas do Movimento Pan-Somali traziam como pauta principal a unificação de todo esse território e formação de um Estado independente: a Grande Somália. Sua articulação política desempenhou um importante papel na formação da Somália, além de afetar a formação do Djibuti, e participar na luta pelo Ogaden, mesmo que este não tenha conquistado a independência ou sido anexado pela Somália.

Visto isso, o problema de pesquisa é: qual o papel do etnonacionalismo somali no processo de formação dos Estados do Djibuti, Etiópia e Somália no decorrer do século XX? A hipótese levantada é a de que o modo que se deu a formação e fortalecimento do nacionalismo somali desempenhou um importante papel na articulação política da etnia no século XX, culminando na atual formação dos estados africanos em questão. Sendo que, no que diz respeito à Etiópia, ainda que a mesma não tenha surgido de fato no século XX, a invasão italiana e o domínio britânico sob o território etíope “marcam” um período análogo a uma colonização, o que conduz à análise de sua “formação” nesse contexto, pois esse século trouxe ao país profundas e complexas mudanças sociais e políticas, as quais não serão aqui esmiuçadas.

Para isso, foi realizada uma pesquisa qualitativa a partir do método histórico. Assim, o presente trabalho tem como objetivo analisar o impacto da etnia nos processos de independência e formação dos Estados africanos citados. Para isso, foi analisado a formação do sentimento nacionalista da etnia, o contexto em que os países estavam inseridos e os impactos da etnia após o fim das tutelas coloniais, no caso da Somália e Djibuti.

Quanto à análise teórica parte-se da discussão de Siba Govogui sobre os estudos sobre África nas Relações Internacionais. Com o objetivo de auxiliar a compreender os fatos ocorridos nos países aqui estudados, mas que

são posteriores aos abarcados neste trabalho, tem-se um estudo que parte da trajetória da etnia no período pré-colonial e os impactos desse período em sua atuação durante as colonizações no Chifre da África e o processo de independência da Somália e do Djibuti, assim as questões referentes ao território do Ogaden no século XX.

Isso porque, segundo Grovogui (2002) o uso do modelo de Estado Westfaliano pelos teóricos de Relações Internacionais como único possível e como base do sistema internacional cria uma perspectiva enganosa que considera que o único estado legítimo é aquele que é fruto da experiência histórica europeia. Para o autor, a compreensão da dinâmica dos estados africanos requer a compreensão do impacto que o processo social nos quais as unidades africanas foram submetidas, utilizando uma base histórica completa.

Desse modo, desvia-se da tendência de inferiorizar a realidade africana, colocando-a em um patamar inferior ao ocidental, e de cair na falácia do determinismo cultural, culpabilizando regiões ao invés de entender sua realidade a longo prazo devido ao uso de dados historiográficos incompletos, gerando análises que se tornam rasas e nas quais a aplicabilidade real é, por vezes, duvidosa. A resistência dos teóricos de relações internacionais de historicizar a modernidade, o colonialismo e a situação pós-colonial gera lacunas que propiciam análises pejorativas (GROVOGUI, 2001). Sendo assim, este trabalho busca abordar a trajetória da etnia do modo mais completo possível, de modo que se possa entender as motivações para participação em uma *jihad* no início do século, e para aderirem à oposição armada e formarem partidos políticos.

1. FORMAÇÃO DO NACIONALISMO SOMALI

A palavra somali aparece pela primeira vez em um hino etíope do século XV, que data do reinado de Negus Isaac. Nesse momento, simultâneo ao nascimento do termo, formava-se também o nacionalismo somali. Neste

século, seu contato com as comunidades muçulmanas estabelecidas na costa da África do Nordeste foi essencial para o que viria a se tornar a identidade Somali e influenciar o nacionalismo étnico dos mesmos² (HABERLAND, 2010; PANKHURST, 2010; TAMRAT, 2010).

Os somalis iniciaram sua expansão de forma simultânea, ou talvez até mesmo anterior, à dispersão dos oromo no Centro, Leste e Oeste da Etiópia. Originalmente eles possuem como berço uma região ao Norte de onde habitam atualmente, mas partiram dali por volta do século XI e rumaram para o Oeste. Durante o séc. XIII, eles habitavam a região de Merka, ao sul da atual Mogadíscio, mas devido à pressão demográfica houve uma migração em direção aos planaltos etíopes. Isso se deve ao fato de que esse povo era composto por pastores nômades. Por volta de 1500 eles avançaram os contrafortes orientais do planalto do Harar, onde entraram em contato com os Estados islâmicos. Ali, os somalis desempenharam um importante papel no apoio a jihad do *imām* Ahmad Gran³.

²Durante o século XIII, devido ao que teoriza-se ser a importância estratégica do local comercialmente, surgiram diversos principados e Estados muçulmanos bem organizados estabelecidos ao longo de toda a costa que vai das ilhas Dahlak, no mar Vermelho, à cidade somali de Brava, no Oceano Índico. Além dos povoamentos litorâneos, como as ilhas Dahlak, Mogadíscio, Merka e Brava, outros centros foram fundamentais para propiciar propiciou a criação de diversos Estados marcados pela influência árabe-islâmica vinda da costa. Era o caso, por exemplo, de Massawa, Assab, Djibuti e Obbia (HABERLAND, 2010). Eles foram importantes para a expansão dos Islã no decorrer dos séculos XV e XVI, concentrando-se em ambos os lados do Rift Valley (Vale da Grande Fenda), ao longo da “grande artéria comercial que levava para o coração da Etiópia Central” (HABERLAND, 2010, p.840).

³ As conquistas de Amde Tsion levaram ao domínio comercial devido à conquista dos territórios muçulmanos, havendo total controle militar das regiões do interior. No entanto, a longo prazo esse sucesso obtido pelos cristãos nas províncias do interior acabou por reestabelecer e reorganizar o poder muçulmano na região entre Zaylā e as fronteiras dos principados de Awfar, de Dawaro e de Bali. O fogo da oposição muçulmana à dominação cristã que até então havia sido mantido sob certo controle irrompeu na *jihad* (guerra santa) de Ahmad Ibn Ibrāhīm al-Ghazi (1527-1543), conhecido como Ahmad Gran pelos cristãos. Assim, a luta que até então tinha cunho principalmente político entre os Estados comerciantes islâmicos e o império cristão tomou outra forma. Essa jihad fez com que o exército atingisse o nível de coesão e fanatismo necessário para levar o poderoso Império Etíope cristão à beira da derrota. Porém, a *jihad* enfraqueceu com a morte de Ahmad Gran, em 1543, até sucumbir sob as mãos de seu sucessor, o emir Nūr. O fim do líder foi determinado pela união entre o exército imperial com o exército português, assassinando-o com uma bala portuguesa. O golpe final vem com a destruição das comunidades florescentes dos povos muçulmanos da Etiópia central com as inesgotáveis migrações do povo oromo (galla), não deixando quase nenhum vestígio das mesmas (HABERLAND, 2010; PANKHURST, 2010; TAMRAT, 2010).

Enquanto os grandes povos oromo varreram as comunidades florescentes de povos muçulmanos e se dispersara, nas terras baixas desertas que se estendiam até o golfo de Aden, um povo assimilou o Islã e conseguiu formar uma identidade nacional (HABERLAND, 2010; PANKHURST, 2010). Segundo E. Haberland (2010),

A participação de vastos grupos na guerra santa de Gran e a influência sempre crescente do Islã, que os distinguiu da maioria dos povos da África do Nordeste, contribuíram fortemente para forjar neles uma consciência nacional bem afirmada. Ainda que subdivididos, de acordo com a genealogia, em vários grupos étnicos, os somalis perceber-se-iam, ao menos a partir dessa época, como um único povo tendo uma única cultura e uma única religião. A expansão, que, entre 1500 e 1700, continuaria em direção ao Sudoeste até Juba e talvez além, não sustentava-se apenas em sua força militar e seu crescimento em número, mas também em seu poder de assimilação (p. 832).

Ademais, é importante salientar que, ainda conforme E. Haberland (2010),

Até hoje, o efeito estimulante e unificador da influência árabe-islâmica exercido pelas cidades das costas setentrional e oriental do país somali e pelos Estados islâmicos do Sudeste da Etiópia (Adal, Dawãro etc.) foi muito mais sensível junto aos somalis do que entre qualquer outro povo do Nordeste da África. O islã tornou-se parte integrante da cultura dos somalis, contrariamente ao que aconteceu com outros povos cuchíticos culturalmente parentes, tais como os oromo e os hadiyya. Sua fé intensa encontrava-se constantemente reforçada pelos missionários provenientes da Arábia. Esses homens santos foram os pais fundadores do povo somali, tal como o célebre Ismael Gabarti, de quem descende um grande número de somalis (p. 853).

A influência da cultura árabe-islâmica deu aos somalis o sentimento de superioridade cultural e reforçou sua capacidade de assimilação com relação a outros grupos parentes que habitavam a região entre o Ogaden e o lago Turkana, fazendo com que muitos desses grupos apagassem quaisquer traços de sua etnia original ao se integrarem à nação somali. Nessa região, antes do advento do Islã, surge muito cedo uma séria série de grupos de étnicos diferentes, todos formados por pastores de bovinos e que derivavam especialmente da língua e cultura cuchítica. Assim, em meio ao complexo

quadro étnico e linguístico etíope, válido para o Chifre da África como um todo, os somalis descendem do grupo afro-asiático, tendo sua origem no ramo *cuxítico*⁴ *oriental*⁵. Nessa região, os somalis assimilaram outros grupos (HABERLAND, 2010; TAMRAT, 2010).

Por volta do séc. XIX, os somalis nômades que habitavam o litoral setentrional da Somália⁶ reivindicavam o controle de Berberã um porto praticamente deserto que renascia a cada inverno quando as caravanas do interior vinham trocar suas mercadorias por produtos importados pelos mercadores da Arábia, do golfo Pérsico e da Índia. A área tinha tamanha importância comercial que os egípcios tentaram tomá-la duas vezes, uma em 1821, sob o comando de Muhammad 'Alī, e outra em 1841. Porém, a compra do governo de Zaylā pelo mercador somali Hadjdj 'Alī Shermerki forçou a retirada egípcia (PANKHURST, 2010).

Além dessas disputas, os somalis se envolveram em uma *jihad* na década de 1830. A *jihad* de Bardera, um movimento militante de reforma islâmica oriundo da colônia religiosa de Bardera sobre Juba que tinha por objetivo impor a versão dos membros do movimento de uma teocracia islâmica na população da Somália Meridional. O movimento foi relativamente bem sucedido até que o sultão dos geledi, Yūsuf Muhammad, após uma reunião com seus aliados entre os dois rios, liderou uma expedição contra os reformistas. A colônia de Bardera foi sitiada e aniquilada, tornando o sultão Yūsuf o dirigente mais poderoso da Somália Meridional.

⁴Segundo Tadesse Tamrat (2010), há na região a presença dos grupos linguísticos *congolês-kordofanês* e *khoisan*, e as duas grandes famílias de línguas africanas, a *afro-asiática* e a *nilo-saariana*. O grupo afro-asiático é o mais importante em termos de distribuição e interesse, pois falam-se três de seus seis ramos no Chifre da África – o semítico, o cuxítico e o omótico – sendo cada um fonte de dialetos bem diversificados. No entanto, especialistas ainda não estão em acordo sobre a classificação das línguas.

⁵O cuxítico é, geralmente, subdividido em cuxítico setentrional (beja), cuxítico central (agaw) e cuxítico oriental. Este último possui como duas principais subdivisões o *burji-sidamo* e o *cuxítico das planícies*. A primeira se espalhou pelas atuais porções do sul de Shoa, Arussi, Bali e algumas partes do planalto de Harar, enquanto a segunda se concentrou, ao norte, nas terras baixas, áridas e quentes, entre as bordas do planalto da Etiópia e o Mar Vermelho, em todo o interior, habitado principalmente pelos Somali, e em algumas regiões da atual Etiópia, ao sul e sudeste do lago Chamo (TAMRAT, 2010).

⁶O território tinha por exceção o porto de Zaylā, que acolhia o comércio de Shoa, de Ogaden e de Harar (PANKHURST, 2010).

O envolvimento dos somalis nesse conflito se deu quando, na segunda metade do século XIX, as ordens islâmicas Qadiriyya, Ahmadiyya e Sālihiyya começaram a penetrar pelo interior da Somália, fixando colônias religiosas por todo o país. Por terem iniciado sua última grande migração no começo do século, os nômades somalis das planícies do Ogaden se deslocaram até além do Juba. Durante este processo, alguns pastores nômades aderiram a *jihad* de Bardera e atravessaram o Juba onde colidiram com os oromos. Estes últimos foram finalmente empurrados em direção ao Tana onde os britânicos⁷ os encontraram quando eles criaram o protetorado da África Oriental (PANKHURST, 2010).

Na Etiópia, o vácuo no poder e fragmentação da queda do Imperador Teodoro abre espaço para a ascensão de Rás Kassa⁸, no Tigré, que, sendo coroado imperador sob o nome de Johannes IV em Axum no ano de 1872. No entanto, ele não possuía força no Sul. Ali, o rei Menelik havia adquirido uma posição segura ao conquistar os povos oromo e somalis (que nunca havia feito parte da nação etíope) e ao favorecer contatos comerciais com os europeus. Menelik foi designado imperador em 1889, “tornando-se provavelmente o governante indígena mais poderoso de África” e “demonstrou que os africanos conseguiam competir com êxito com os europeus na questão de construir impérios no continente” (FAGE, 2002, p. 380) com o uso da força militar aliado à astúcia diplomática. Sua postura, no entanto, não visava apenas demonstrar seu poder e capacidade frente às potências coloniais ocidentais, que aos poucos estavam dominando o litoral do Chifre da África,

⁷Sobre a presença britânica, é válido salientar que os britânicos ali se encontravam devido a um acordo com o sultão de Majertejn. O sultanato, habitado por seminômades que viviam da exportação de madeiras aromáticas e incensos, tinham como fonte de renda alternativa a navegação. Assim, o sultão, que tinha apenas poder nominal à época, assinou em Aden um tratado com os britânicos que lhe garantia uma renda anual em troca de ajuda para proteger as vidas e os bens dos marinheiros britânicos que naufragassem no litoral de Bender Ziada, no golfo de Aden. Isso sendo que, em 1839, a Inglaterra havia tomado Aden, na margem árabe do Bab-el-Mandeb, para que o local servisse de estação de abastecimento de carvão. Afinal, o Mar Vermelho voltava a ser novamente uma rota importante do comércio internacional, o que fez países ocidentais se apressassem para tomarem medidas que salvaguardassem seus interesses na área (FAGE, 2002; PANKHURST, 2010).

⁸Foi Rá Kaasa que permitiu que os britânicos passarem por seu território para atacarem Teodoro, ganhando armas quando os soldados se retiraram de Magdala (PANKHURST, 2010).

mas também para impedir uma agressão egípcia (FAGE, 2002; PANKHURST, 2010).

Ele expandiu-se para as zonas habitadas dos territórios somalis com o objetivo de controlar o Ogaden e Haud. Se trata de um movimento realizado como uma reação defensiva ao estabelecimento de colônias europeias, movidas por seus objetivos imperialistas e capitalistas, nas vizinhanças do país. A lógica é a de que, como as potências europeias estavam movimentando-se do litoral para o interior, o Imperador Menelik buscava ampliar suas fronteiras para mantê-los o mais longe possível do centro de seu império, no planalto⁹ (IBRAHIM, 2010a). Contudo, a anexação de território somali pelos etíopes e pelas potências colonizadoras ocidentais não foi um processo fácil. Esses agressores encontraram muita resistência, principalmente no século XX.

Segundo Hassan Ahmed Ibraim (2010a, p. 94),

A partilha do país somali, praticamente terminada em 1897, desprezou os interesses legítimos das populações e as privou da liberdade e da independência. Tinha, pois, de despertar extrema desconfiança nos somalis, estimulando-os a resistir a aventura estrangeira. Os chefes e os sultões somalis estavam particularmente inquietos com tantas usurpações, que tinham efeito desastroso sobre seu poder político. Eles jamais cederam de boa graça a sua soberania e, de fato, encabeçaram numerosos levantes contra as forças europeias e etíopes durante o período da partilha.

As três super potências coloniais, Grã-Bretanha, Itália e França substituíram o domínio egípcio sobre alguns portos somalis. As últimas duas décadas do séc. XIX foram particularmente marcadas pelas rivalidades coloniais entre essas três potências. O Reino Unido e a França buscaram se implantar na costa somali devido a sua importância estratégica e comercial, de modo que seus interesses na Índia e outras regiões da Ásia fossem

⁹ Talvez outro ponto a se observar seria o conflito entre o Imperador Teodoro e o Reino Unido algumas décadas antes, resultando em um ataque contra a Etiópia em resposta à prisão do séquito inglês (PANKHURST, 2010). Entretanto, é interessante ressaltar que a expansão etíope no Shoan sob o governo de Menelik iniciou-se antes da chegada dos europeus na área, primeiro contra os oromo e depois contra os somalis (IBRAHIM, 2010a).

atendidos. Porém, a influência estrangeira na Somália era, na época, restrita ao litoral (IBRAHIM, 2010a; PANKHURST, 2010).

No interior, a maioria dos somalis viviam livre de qualquer domínio externo e sob o controle de clãs locais. Isso muda com a entrada da Itália no cenário, desencadeando um avanço colonizador rumo ao interior e o estabelecimento de protetorados no país somali. A França instaurou o protetorado em 1885, os britânicos o fizeram dois anos mais tarde na costa somali, à leste do Djibuti. Em 1888, graças a intermediação da *East Africa Company* e do governo inglês, a Itália também adquiriu o controle das cidades de Brava, Merca, Mogadíscio e Warsheik (IBRAHIM, 2010a; PANKHURST, 2010).

Com o avanço colonizador, alguns clãs somalis recorreram à diplomacia, negociando com os estrangeiros, mas recusando-se a abrir mão de sua autonomia. Outros, pegaram em armas para salvaguardar a soberania¹⁰. Sendo um povo que à época já havia participado de duas jihads, ser subjogado pelos estrangeiros não era uma opção. Os ingleses e italianos encontraram fortes resistências, assim como os etíopes. No caso deste último, os choques com os clãs somalis não permitiram que o Ogaden fosse totalmente ocupado, nem que a autoridade etíope se estendesse para além dos postos militares estabelecidos na região (IBRAHIM, 2010a).

No entanto, a ausência de uma entidade política única somali, ainda que houvesse unidade cultural, fazia com que clãs, que muitas vezes eram inimigos, lutassem de forma isolada, pois não havia uma nação unida para fazer frente aos estrangeiros. Ademais, enquanto os europeus e etíopes se encontravam utilizavam armas de fogo e munições, os somalis estavam armados apenas de lanças, arcos e flechas, pois não possuíam condições de importar as mesmas tecnologias bélicas que seus invasores. Entretanto, é importante destacar que apesar da ausência de entidade política única,

¹⁰ Isso ocorreu com os Issa, os Habar Guerhajis e os Habar Awal gerando respostas inglesas em 1886 e 1890, em 1893 e em 1895, respectivamente; e com o massacre de soldados italianos em Harar, no ano de 1887, e a aniquilação de uma coluna de 14 homens pelos Bimal, em 1896 (IBRAHIM, 2010a).

desvantagem bélica e desavenças entre os clãs que compõem os somali, a resistência deles durante o período da partilha manteve o espírito nacionalista dos mesmos vivo (IBRAHIM, 2010a).

2. NACIONALISMO E RESISTÊNCIA SOMALI NO SÉCULO XX

O processo de formação da identidade e do nacionalismo somali, assim como sua trajetória histórica foram essenciais para sua trajetória no século XX. Logo na primeira década desse século, os somalis se engajaram em mais uma *jihad*. Dessa vez, sob o comando de Sayyid Muhammad Abdille Hasan, eles lutavam contra a ocupação europeia e etíope. Esse líder se encontrava convencido de que as incursões cristãs ameaçavam os fundamentos sociais e econômicos da sociedade somali, além de buscarem destruir a religião islâmica (IBRAHIM, 2010^a; IBRAHIM, 2010b).

A *jihad*, principalmente no período da Primeira Guerra Mundial e seu pós-guerra, é alimentada pela ascensão do nacionalismo em um momento em que houve uma intensificação do avanço imperialista europeu. Enquanto a Europa seria economicamente abalada na década de 1920, as colônias no nordeste da África sofriam as pressões econômicas dez ou vinte anos antes da Crise de 1929. Por causa dessa atuação mais intensa dos europeus, surge nas colônias uma nova onda de militância anti-imperialista (IBRAHIM, 2010a; IBRAHIM, 2010b).

Sayyid falece em 1920, mas a luta continua. Enquanto novos territórios eram anexados e a dominação colonial era consolidada, os colonizadores tinham de enfrentar a crescente maré da militância anticolonialista e o início de uma organização política efetiva na luta pela liberdade e igualdade frente a eles. Nesse momento, o confronto com os britânicos, franceses e italianos na Somália fazia parte da identidade somali, tendo como base seu arraigado nacionalismo étnico (IBRAHIM, 2010a; IBRAHIM, 2010b).

Ademais, a implantação de modelos sociais dos colonizadores e a destruição das instituições sociais e políticas tradicionais dos somalis

contribuíram para a resistência dos mesmos. A mudança havia sido radical. As instituições locais, tradicionalmente autônomas, e o nomadismo, um dos traços característicos da maioria dos somalis, foram substituídos por um sistema de administração centralizado que concentrava todos os poderes nos administradores coloniais e restringiam os somalis a alguns postos subalternos, retirando-lhes qualquer responsabilidade. Na Somalilândia britânica e na italiana, os chefes designados pela administração colonial possuíam um posto meramente consultivo e servia para transmitir as diretrizes coloniais à população. Esse controle sobre os somalis incomodavam o povo que possuíam um forte sentido de independência e desdém por todos os elementos estrangeiros, sobretudo pelos cristãos de raça branca. Portanto, não tardou que a etnia se opusesse à essas inovações (IBRAHIM, 2010b).

Ademais, antes da era colonial os somalis não estavam sujeitos a qualquer imposto governamental, além do foro do cadi e das taxas de importação e exportação. Isso muda com a presença das potências coloniais, que fizeram campanhas para mobilizar e explorar todos os recursos humanos e materiais dos somalis por intermédio dos chefes nomeados, os quais desconsideravam as autoridades tradicionais. Impostos diretos foram instituídos pela primeira vez sob a forma de imposto anual sobre as palhotas na Somalilândia italiana e o gado na Somalilândia britânica. Não bastasse os impostos e o desrespeito pelo modelo tradicional do povo, a mão de obra somali era recrutada à força para as empresas coloniais¹¹. Sendo assim, não é surpresa a existência crescente de um ressentimento geral dos somalis contra o colonialismo, pois este era uma resposta direta às mudanças sociais as quais foram submetidos (IBRAHIM, 2010b).

¹¹ Foram recrutados 2 mil Somali como trabalhadores braçais durante a Primeira Guerra Mundial pelos franceses, dos quais 400 morreram e 1200 ficaram feridos. Os administradores italianos realizavam razias frequentes para conseguir a mão de obra necessária a suas plantações da Somália. Os trabalhadores assim arregimentados eram reunidos de acordo com a origem étnica ou tribal, e obrigados a viver em aldeamentos coloniais, nos consórcios (IBRAHIM, 2010b).

No fim da Segunda Guerra Mundial, a Etiópia, ainda que independente, possuía uma forte presença militar britânica que influenciava sua vida política. Na Somalilândia italiana, o fim da Itália na qualidade de potência colonizadora não implicou em sua independência. Entre a década de 1940 e 1950, algumas partes do Ogaden etíope e grandes zonas fronteiriças com as Somalilândias francesa e italiana, assim como a britânica, se encontravam sob administração militar britânica de forma forçosa e indefinida.

A região havia sofrido profundas modificações a partir de outubro de 1935, mês em que a Itália invadiu o Ogaden. A captura de Addis Abeba, em maio de 1936, forçou a fuga do imperador Selassié e iniciou uma breve ocupação italiana no território. Os etíopes resistiram, mas foi apenas em 1940, quando os italianos declararam guerra à França e à Inglaterra, que essas potências passaram a apoiar os etíopes. Contando com o apoio britânico, os rebeldes etíopes iniciaram a guerra de libertação da Etiópia, resultando na derrota e expulsão dos invasores italianos. No mesmo ano, a Grã-Bretanha ocupou à força as colônias italianas da Eritrêia, Somalilândia e o deserto de Ogaden. A Etiópia reconquistou o controle de parte de seu território em 1944 após negociações com os britânicos, mas o Ogaden e as Zonas Reservadas foram retiradas do acordo, só sendo devolvidas em 1954. (CARDOSO, 2019; HRBEK, 2010).

Nesse período, o movimento pan-somali contava com o apoio britânico¹², que se encontrava frustrado em sua tentativa em dominar a ex África oriental italiana. Em 1946, eles, os britânicos, propuseram a unificação de todas as terras somalis sob um único governo: a Grande Somália. Essa estratégia tinha por objetivo estabelecer uma tutela britânica que, além da Somalilândia britânica, dominaria territórios etíopes e a Somalilândia Francesa. A proposta, conhecida como “Plano Bevin” encontrou forte

¹²Esse apoio era proveniente da frustração britânica para com suas tentativas de dominar a ex África oriental italiana. Afinal, quando foi decidido que os ex-protetorados italianos não retornariam à Itália na Conferência de Potsdam, os britânicos se empenharam em manter esses territórios sob seu domínio. No entanto, perceberam que não conseguiriam controlar os territórios em questão e a partir daí decidiram apoiar ardentemente o movimento pan-somali (CARDOSO, 2019; HRBEK, 2010).

oposição das outras potências (EUA e URSS), sobretudo a francesa, e a da Etiópia. Afinal, os britânicos ocupavam o Ogaden militarmente neste período e a fronteira do protetorado francês. Estima-se, também, que naquele ano a Liga da Juventude Somali (LJS)¹³, criada em 1943, já contava com cerca de 25 mil membros, se tornando rapidamente a principal defensora do nacionalismo somali. Logo, enquanto os britânicos planejavam seu domínio sob a região, os somalis aproveitaram o apoio e a breve unificação do conjunto do território habitado por seu povo para enraizar a ideologia nacionalista somali entre os jovens intelectuais. (CARDOSO, 2019; HRBEK, 2010).

Os italianos esperavam conquistar a tutela do território somali renunciado por eles, mas enquanto negociavam esse domínio na ONU, entre 1948 e 1949, uma onda de manifestações populares estourou no Mogadíscio em oposição. O sentimento anti-italiano era claro nas manifestações da LJS. Apesar dos protestos da população, as três potências ocidentais eram favoráveis à tutela italiana, resultando na da Assembleia Geral por estabelecer uma tutela italiana de 10 anos no sul da atual Somália sob a supervisão da ONU, postergando a independência que a população desejava (HRBEK, 2010).

No entanto, a administração italiana não foi tarefa fácil neste período, pois, segundo Hrbek (2010, p. 181):

Durante a ocupação britânica, a LJS tornara-se o partido político dominante, tomando a dianteira frente os outros partidos, ligados a clãs, igualmente constituídos durante este período. Um dos principais efeitos do retorno dos italianos foi a multiplicação dos partidos políticos, tanto que, em marco de 1954, a época das primeiras eleições municipais, computavam-se vinte agremiações contra oito em 1950. Este quadro refletia muito fielmente a estrutura marcada por clãs, própria a sociedade somali. Embora os partidos ligados a clãs tenham oficialmente feito figurar os objetivos

¹³No mesmo período surgiram outros grupos, como a Hisbia Digil Mirifle (HDM) no Sul, a Liga Nacional Somali (SNL) e o Partido Somali Unido (USP) no Norte. Estes movimentos, no entanto, eram organizados e liderados por uma elite ocidentalizada, diferenciando-se, portanto da LJS. No que diz respeito especificamente à HDM, tem-se um partido marcado por um caráter anti-LJS e que possui indícios de colaboração com os italianos, que lhes dava suporte financeiro para lutar contra a LJS. Neste caso, talvez a educação ocidental, principalmente os filhos dos chefes e aqueles que trabalharam para a administração colonial, recebida pela elite ocidentalizada que o coordenava pode ter favorecido essa inclinação pró-Itália (CARDOSO, 2019)

nacionalistas e pan-somali em seus programas, eles não permaneceriam, contudo e não menos, ligados a defesa e a promoção de seus interesses particulares. Os três primeiros anos da década foram marcados por fortes tensões entre os italianos e a LJS que, por sua vez, reclamava maior participação na administração e organizava numerosas manifestações anti-italianas.

Entretanto, após a LJS confirmar sua dominância nas eleições municipais de 1954, a hostilidade dos italianos em relação ao partido foi gradativamente reduzida pela compreensão italiana de sua impossibilidade em fazer frente à formação de uma Somália independente. Já na Somalilândia britânica, no norte da atual Somália, a formação de um sistema representativo fundado em partidos políticos foi impedida pela Grã-Bretanha. A administração colonial reservava esse papel exclusivamente aos clãs e perseguia os partidos políticos fundados antes de 1950, como a Liga Nacional Somali (LNS) e a Liga da Juventude Somali. O Conselho Legislativo foi instaurado apenas em 1957 e permaneceu com seus poderes extremamente limitados até 1960.

Nessa época, o fervor nacionalista causado pela transferência do Haud e a Zona Reservada para a Etiópia, regiões povoadas por somali, gerou manifestações maciças e a organização de um movimento nacional, a Frente Nacional Unida. Enquanto a Etiópia encarava esse acordo como uma devolução de seu território e fim do domínio militar britânico sobre si, os somalis desejavam o retorno do Haud e a independência, o que levou à organização de uma guerrilha no país na década de 1970 e deu base para a Guerra do Ogaden (1977-1978). A campanha pelo território fracassou, mas o desejo de se tornarem independentes continuou vivo, tornando-se a principal preocupação de todos os partidos (HRBEK, 2010).

Segundo Hrbek (2010, p. 182-183),

A crescente pressão dos nacionalistas, o Conselho Legislativo foi reformado no início de 1959, de forma a compreender doze membros somali eleitos; um ano mais tarde, em razão do julgamento da insuficiência da reforma, foi adotada uma nova Constituição prevendo uma representação somali mais ampla e uma responsabilidade ministerial. Os acontecimentos precipitaram-se

com a aproximação da data da independência da Somália. Desde 1959, os delegados de todos os partidos políticos da Somalilândia participaram, em Mogadíscio, da formação do Movimento Nacional Pan-Somali; em abril de 1960, os membros eleitos do novo Conselho Legislativo votaram, de forma unânime, uma resolução requerendo a declaração da independência para o dia 1º de julho de 1960 e a unificação com a Somália. Uma delegação dirigiu-se a Mogadíscio e concluiu um acordo tangente a futura república unida. A Somalilândia tornar-se-ia plenamente independente em 20 de julho de 1960, a Somália alcançaria a sua independência em 1º de julho e, como acordado, os dois territórios tão logo fusionar-se-iam.

Desse modo, o território unificado formou a atual Somália. Contudo, a Grande Somália permaneceria apenas como um sonho, pois a entrega da Somalilândia abissínia, ou seja, o Ogaden havia sido recusada. Já a Somalilândia francesa, chamada até 1967 de Costa Francesa dos Somalis e posteriormente conhecida como Território Francês dos Afars e dos Issas (TFAI), o clamor local por independência foi por muito tempo ignorado. Os franceses encontravam no território um porto favorável, um notável posicionamento estratégico e a constituição do ponto final da única linha ferroviária etíope. As vantagens, portanto, eram suficientes para garantir uma forte oposição da França a qualquer reivindicação de independência proveniente da população nativa (HRBEK, 2010).

Eles utilizavam a leve predominância dos somalis sobre o segundo maior grupo étnico, os afar, que era quase equivalente em termos numéricos, para postergar indefinidamente a independência. A administração colonial exacerbava a rivalidade entre ambas as etnias e favorecia sistematicamente os afar nômades, denominados *danakil*, em comparação aos somalis mais urbanizados. A política atingiu parcialmente seus objetivos, mas a realidade local era outra. Hrbek (2010) destaca que antes de 1958, os dois principais rivais no cenário político, Mahmud Harbi e Hassan Gouled, recrutavam partidários dos dois grupos étnicos e eram ambos de origem *Issa* (somali). O fator que os opunha, ao invés de ser uma rivalidade étnica, era na realidade o posicionamento favorável à unificação com a Somália independente por Harbi, enquanto Gouled era pró-França, defendendo um estreitamento da relação de união com os franceses. Foi esse posicionamento pró e anti-

administração colonial entre os grupos políticos rivais que fez com que, em 1958, Harbi fugisse para o exterior, mesmo tendo ganhado as eleições de 1957 e tornando-se presidente do Conselho de Ministros. Foi, então, organizado um referendo por de Gaulle que confirmava a adesão do protetorado à Comunidade Francesa¹⁴ (HRBEK, 2010).

Mesmo quando as outras colônias francesas na África iam conquistando suas independências, a França recusava-se a abrir mão da sua Somalilândia. A preparação para a independência ainda teria de esperar vinte anos. Durante esse período, tendo em vista as tendências pan-somali dos *Issa*, a administração colonial apoiou dirigentes políticos Afar. Além disso, os militantes somalis eram, em sua maioria, exilados, além de só conquistarem um partido político oficialmente reconhecido, a Liga Popular Africana pela Independência (LPAI), em 1972, quase quinze anos depois da saída de Harbi motivada por perseguição política.

Apesar disso, os somalis não se mantiveram inertes. A atuação de um partido clandestino com sede em Mogadíscio, a Frente de Libertação da Costa dos Somalis (FLCS) possuía um caráter mais revolucionário. Em 1974, a revolução etíope fortaleceu o movimento de libertação, o que contribuiu para a organização de operações de guerrilha abertamente empreendidas contra os franceses, pela FLCS. Assim, a independência foi reclamada não somente pela LPAI, mas igualmente pela União Nacional pela Independência (UNI), um partido afar. Como consequência, a Assembleia Geral das Nações Unidas adotou uma resolução estipulando a independência imediata do país em 1975. Dois anos depois, sob o nome de República do Djibuti e o comando de Goules, líder de uma coalizão formada entre a FLCS, a LPAI e alguns partidários de 'Ali Arif Bourhan, líder da UNI, que recebeu o nome de União Popular pela Independência (RPI) (HRBEK, 2010).

¹⁴Esse referendo contou com a participação de uma minoria de eleitores, visto a tendência da maioria em favor de Harbi, um líder com posicionamento favorável aos clamores pan-somali (HRBEK, 2010)

Dessa forma, o território que os somalis lutaram para unificar ficou distribuído entre três países, Djibouti, Etiópia e Somália. Enquanto o Movimento Pan-Somali havia conquistado sua independência e unificado a Somalilândia italiana com a Somalilândia britânica, atingindo parcialmente seu objetivo de unificar todos os territórios habitados pelos somalis, à época da independência da Somália, o território da Somalilândia francesa teve suas inclinações favoráveis ao movimento sufocadas de forma vigorosa pela administração francesa, resultando na formação de outro país independente quase vinte anos depois, ao invés da anexação do território pela Somália. O Ogaden, no entanto, nunca conseguiu se tornar independente ou ser anexado pelo Somália, apesar das pressões exercidas pela etnia nessa região, principalmente por meio de oposição armada.

CONCLUSÃO

Portanto, a história dos somalis como povo é marcada desde o século XV por um sentimento nacionalista que foi alimentado por mais duas *jihads* e as resistências aos domínios cristãos entre o fim do século XIX e início do século XX. Seu etnonacionalismo, apesar de não ter evitado a colonização, mobilizou o povo em movimentos de resistência, dificultando o governo dos países invasores e gerando mobilizações políticas significativas em seus territórios.

Sendo uma etnia ativa em movimentos de oposição, os somalis possuem uma atuação social e política que deve ser abordada a partir de uma análise que considere suas raízes e não ignore sua trajetória, podendo, desse modo, compreender melhor suas motivações e ações. Afinal, a compreensão acerca do impacto da dinâmica entre micro e macro no processo de formação da Somália e do Djibuti e das questões domésticas etíopes pode ser aprimorada pelos estudiosos de Relações Internacionais por meio do estudo dessa etnia por meio de uma base histórica mais completa.

Em concordância com as obras Siba Govogui (2001; 2002), é imperativa análise contabilizando um fato no período pré-colonial, colonial e pós-colonial. Considerando que no caso somali, ignorar o passado pré-colonial significa ignorar características de sua identidade que contribuíram para sua expressiva atividade Chifre da África. Nesse trabalho, tentou-se apresentar o contexto internacional, doméstico e a trajetória histórica dos atores abarcados pela análise, pontos importantes para a compreensão do assunto. Além disso, buscou-se abordar a trajetória da etnia do modo mais completo possível, contabilizando a trajetória da etnia no período pré-colonial, seu impacto na atuação da mesma no período colonial e sua participação na construção de um período pós-colonial.

Portanto, o trabalho conclui que o sentimento etnonacionalista desempenhou um importante papel no processo de independência da atual Somália e do Djibuti, assim como, de fato, afetou a população somali na Etiópia, gerou tensões internas no país e a ameaça de secessão ou anexação do território pela Somália. No entanto, múltiplos fatores foram essenciais para determinar o sucesso ou o fracasso do movimento pan-somali em cada um dos países estudados, causando o fracasso do sonho de formação da Grande Somália.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

FAGE, John Donnely. A Expansão do Poderio Europeu no Século XIX, 2: Sul, Norte e Oriente da África. In: **História Geral da África**; Edições 70; Lisboa. 2002. p. 365-399.

GROVOGUI, Siba N'Zatioula. **Come to Africa**: A Hermeneutic of Race in International Theory. In: *Alternatives*, vol.26, no.4, Dez., 2001. p. 425-448.

GROVOGUI, Siba N'Zatioula. **Regimes of Sovereignty: International Morality and the African Condition**. The Johns Hopkins University, *European Journal of International Relations*, Vol. 8 (3), p. 315-338, 2002.

HABERLAND, E.. O Chifre da África. In: OGOT, Bethwell Allan (org). **História geral da África V: África do século XVI ao XVIII**. Brasília: UNESCO Office Brasília, Brasil. Ministério da Educação, Universidade Federal de São Carlos

(Brasil). 2010. 1208 p. Disponível em:
<<https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000190253>>. Acesso em:
03Jun. 2019.

HRBEK, Ivan. A África setentrional e o chifre da África. In: MAZRUI, A. A.; WONDJI, C. (Org). **História Geral da África, VIII: África desde 1935**. Brasília: UNESCO, 2010. p. 1-30. Disponível em:
<<http://unesdoc.unesco.org/images/0019/001902/190256por.pdf>>. Acesso em: 03 Fev. 2019.

IBRAHIM, Hassab Ahmed. Iniciativas e resistência africanas no nordeste da África. In: BOAHEN, Albert Adu (org). **História Geral da África, VII: África sob dominação colonial, 1880-1935 – 2ªed**. Brasília: UNESCO, 2010a. P.73-98. Disponível em: <<https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000190255>>. Acesso em: 03 Jun. 2019.

IBRAHIM, Hassab Ahmed. Política e nacionalismo no nordeste da África, 1919-1935.. In: BOAHEN, Albert Adu (org). **História Geral da África, VII: África sob dominação colonial, 1880-1935 – 2ªed**. Brasília: UNESCO, 2010b. p. 675-702. Disponível em:
<<https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000190255>>. Acesso em: 03 Jun. 2019.

PEREIRA, Mariana Morena. **O Modelo de Estado Africano não Convencional: uma análise crítica nas implicações da definição e designação do Estado Falido aliado aos princípios da construção do Estado nos moldes Ocidentais modernos**. Santana do Livramento: Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Universidade Federal do Pampa, RELAÇÕES INTERNACIONAIS, 2016b. "Orientação: Nathaly Silva Xavier Schütz".

TOUVAL, Saadia. **Somali Nationalism: International Politics and the drive for unity in the Horn of Africa**. Cambridge: Harvard University Press. 1963.

A METODOLOGIA DE LAKATOS E O PROGRAMA DE PESQUISA CIENTÍFICO DE EPI: TEORIA DA TRANSIÇÃO HEGEMÔNICA

JULIANY SANTOS BERNARDINO¹

TAIS ALEXANDRA DA SILVA CHIQUITELLI²

VICTOR HUGO GUSMÃO DOS ANJOS³

Resumo: No presente artigo buscamos aplicar a metodologia dos programas de pesquisa científicos, desenvolvido por Lakatos, no programa de pesquisa da Economia Política Internacional, em específico a Teoria da Transição Hegemônica. Para tanto, o texto será composto por três seções: (i) discussão da Metodologia dos Programas de Pesquisa Científicos e de seus critérios de aplicação; (ii) construção do programa de pesquisa da EPI, identificando seus elementos de acordo com a proposta epistemológica de Lakatos e buscando compará-los com outros programas de pesquisa como o realista, o liberal e o da teoria crítica; (iii) avaliação do teor de progressividade gerado ao longo do desenvolvimento dessa teoria, segundo os critérios de Lakatos – conclusão.

Palavras-chave: Teoria da Transição Hegemônica; Lakatos; Teoria das Relações Internacionais; Economia Política Internacional; Metodologia.

INTRODUÇÃO

O presente trabalho se propõe a realizar uma análise da Teoria da Transição Hegemônica (TTH), originalmente desenvolvida pelo Gilpin, essa e outras teorias como a Teoria da Transição de Poder do Organski e a Teoria dos Longos Ciclos de Liderança e Declínio Global do Modelski e do Thompson postulam que hegemonias frequentemente formam concentrações extremas de poder que, por sua vez, viabilizam a estabilização do sistema e que as

¹Graduanda de Relações Internacionais da Universidade Federal de Santa Maria. E-mail: julianyasantos26@hotmail.com. 2019.

²Graduanda de Relações Internacionais da Universidade Federal de Santa Maria. E-mail: taischiquitelli2@gmail.com. 2019.

³Graduando de Relações Internacionais da Universidade Federal de Santa Maria. E-mail: victorhugogusmao@outlook.com. 2019.

coalizões de bloqueio geralmente não se formam contra os estados dominantes, contrário ao que afirma a teoria de balanço de poder, por exemplo. (ELMAN e ELMAN, 2003, p. 110-111).

Considerando que:

[...] uma teoria deve ser consistente com outras teorias aceitas que alcançaram consenso entre a comunidade científica; isto é, ela precisa ter a capacidade de ser integrada em um corpo de teorias existentes. (JACCARD e JACOBY, 2010, p.32, tradução nossa)⁴

Para realizar a análise da TTH foi utilizado a metodologia dos Programas de Pesquisa Científico desenvolvido por Lakatos. O autor (1978, p. 5) afirma que “a unidade descritiva típica das grandes realizações científicas não é uma hipótese isolada, mas antes um programa de investigação”. Portanto, as teorias já citadas podem ser encaixadas como teorias que fazem parte do Programa de Pesquisa Científica da Economia Política Internacional e, por isso, o texto faz uso do núcleo-duro do PPC da Economia Política Internacional comum a todas essas teorias.

Como já exposto, o trabalho analisa a TTH pela metodologia de Lakatos e para tanto encontra-se dividido em três seções: a primeira seção apresenta uma discussão sobre a Metodologia dos Programas de Pesquisa Científicos e de seus critérios de aplicação; a seção seguinte demonstra como se dá a construção do programa de pesquisa da EPI, identificando seus elementos de acordo com a proposta epistemológica de Lakatos e buscando compará-los com outros programas de pesquisa como o realista, o liberal e o da teoria crítica; por fim, na conclusão do trabalho apresenta-se uma avaliação do teor de progressividade gerado ao longo do desenvolvimento dessa teoria aplicando os critérios de Lakatos expostos na primeira seção além da organização dos itens apresentados durante a segunda seção em um dispositivo heurístico

⁴No original: “[...] *a theory should be consistent with other accepted theories that have achieved consensus among the scientific community; that is, it should be able to be integrated into existing bodies of theory*”.

1. LAKATOS E A METODOLOGIA DOS PROGRAMAS DE PESQUISA CIENTÍFICOS

Irme Lakatos desenvolveu o que é chamado nas ciências de metateoria, ou seja, Lakatos é responsável pelo desenvolvimento de uma visão sobre o conhecimento, uma maneira de descrever e avaliar a trajetória de diferentes agregados (ELMAN e ELMAN, 2003, p. 2 e 19).

Segundo Elman e Elman (2003, p. 7-10) a avaliação de uma disciplina exige uma metateoria e, de acordo com os autores existem pelo menos quatro motivos pelos quais a metodologia de Lakatos dos PPC's (programas de pesquisa científicos) deve ser aplicada: (i) a metodologia de Lakatos possui uma lógica de análise consistente; (ii) Lakatos encara a ciência como um conjunto de teorias conectadas por um núcleo comum e não, somente, como teorias isoladas; (iii) Lakatos coloca a possibilidade de utilizar a metateoria para entender as críticas as revisões teóricas como “respostas as anomalias” e compreender se um PPC é progressivo ou regressivo; (iv) Lakatos desenvolve um “conjunto razoável de critérios para avaliar uma pesquisa”. Sendo assim, a metodologia dos programas de pesquisa científicos não é apenas uma maneira de para descrever programas de pesquisa, ela, também, fornece os critérios para comparar as diferentes teorias entre si (ELMAN e ELMAN, 2003, p. 28).

Como foi a apresentado no texto do Silveira (1996, p. 221-222), um PPC pode ser descrito pelos seguintes elementos: (a) núcleo-duro – é o conjunto de premissas fundamentais contra as quais o princípio da falseabilidade não pode ser aplicado; (b) cinturão protetor das hipóteses auxiliares – são as hipóteses e teorias auxiliares que protegem o núcleo-duro, sendo, constantemente, modificado, expandido e complicado; (c) heurística positiva – é o conjunto de regras que, frente a algum fato problemático, refutação teórica ou anomalia, orienta como desenvolver modificações no cinturão protetor com o objetivo de superá-los; e (d) heurística negativa – é o conjunto

de regras que proíbe, diante de qualquer problemática, refutação ou anomalia; que o núcleo-duro do PPC seja declarado falso, já que o princípio da falseabilidade reside sobre o cinturão protetor.

Assim, o método de Lakatos cria critérios para comparação e avaliação das teorias, como é explicado no texto do Elman e Elman (2003, p. 28), Lakatos classifica as mudanças nos programas de pesquisa como mudanças intra-programa, que modificam o cinturão de hipóteses auxiliares; e mudanças inter-programa, que muda elementos do núcleo duro, movendo a corrente teórica de um programa para outro. Com base nessa classificação das mudanças em um programa de pesquisa científico, Lakatos define se um PPC é progressivo ou regressivo (ELMAN; ELMAN, 2002, p. 33).

Por fim, como defendido pelos autores Elman e Elman (2003, p. 65-68) a metodologia dos programas de pesquisa científica é uma alternativa que permite destacar os problemas inerentes a avaliação teórica admitindo a confrontação entre teorias e dados, muitas vezes resultando em ambiguidade. Tendo isso em vista, os autores defendem que os teóricos de Relações Internacionais devem ter tenacidade em proteger as teorias e generosidade em relação aos fatos contraditórios, perceber que ajustes teóricos não produzem novidade por isso não possuem valor ao progresso da teoria, além disso, Elman e Elman defendem que Lakatos não deve ser o único método aplicado/que pode ser aplicado as RI.

1. O PROGRAMA DE PESQUISA CIENTÍFICA DE EPI

A Teoria da Transição Hegemônica corresponde a uma das Teorias das Hegemonia que está dentro do guarda-chuva do PPC de Economia Política Internacional (EPI). Sendo assim, é preciso compreender o que caracteriza o PPC de EPI para a partir de seu núcleo duro, analisar as hipóteses da teoria. Como Robert Cox (2004, p. 307) aponta, a configuração de Economia Política interacional deve-se aos esforços de Susan Strange que defendia a necessidade de multidisciplinaridade dentro dessa área, principalmente

envolvendo os estudos de Economia Internacional e Relações Internacionais. Relacionado a esse aspecto multidisciplinar, EPI passou a abranger outros fatores dentro de suas pesquisas, como questões éticas, culturais e de gênero, entre outras devido à complexidade da realidade (COX, 2004, p. 307).

Segundo Strange, o desenvolvimento econômico afeta as relações internacionais direta e indiretamente (1970, p. 305), ou seja, nesse PPC, a economia e a política estão ligadas de maneira estreita. Como exposto na seção anterior, um Programa de Pesquisa Científica é composto, por Núcleo Duro (ND) e Cinturão protetor de hipóteses auxiliares, heurística negativa e positiva que serão abordados ao longo desse artigo. O PPC de Economia Política Internacional, que moldou-se para acompanhar a complexificação da realidade (COX, 2004, p. 307), tem como premissas do ND que: (i) o processo histórico é ininterrupto (GILPIN, 1981, p. 11); (ii) o hegemom necessita de poder e ordem (GILPIN, 1981, passim); (iii) sempre vai existir uma hegemonia (GILPIN, 1981, passim; BURGES, 2016) (v) historicamente o Estado é o ator principal (GILPIN, 1981, p. 6, 7, 11; COX, 1996a, p. 113) ; e (vi) a mudança ao longo da história se dá por relações de crise (GILPIN, 1981, p. 15).

A premissa (i) o processo histórico é ininterrupto refere-se as transformações que ocorrem continuamente ao longo de toda história, sem que haja um início e um fim, e segundo esse programa de pesquisa, (vi) essas transformações ocorrerão por meio de crises. Ou seja, são em momentos de insatisfação com a ordem vigente são momentos em que as mudanças estão mais propensas a ocorrerem. E dentro desse PPC, as transições ocorrem de maneira conflituosa. Como o processo histórico é contínuo, (iii) sempre haverá uma hegemonia, e a teoria da Transição Hegemônica buscará analisar os fatores causais da transição de uma hegemonia para outra. Para isso, é preciso esclarecer de que forma ela é compreendida. Uma definição mais tradicional e neorrealista do termo relaciona-o diretamente com coerção (BURGES, 2008, p. 65), isto é, capacidade material para obrigar os outros Estados a seguirem aquela ordem. Esse aspecto de uma hegemonia não está

incorreto, a questão é que o conceito é muito mais complexo que apenas capacidades materiais e envolve outros fatores menos palpáveis.

Sendo assim, outra premissa desse PPC é que (ii) o hegemon necessita de poder e ordem. O poder corresponde a aspectos econômicos, militares e geográficos que garantem o cumprimento das regras estabelecidas pelo hegemon, o fornecimento de benefícios para os outros Estados e a manutenção da ordem. Ao passo que a ordem está mais associada a questão de legitimidade da estrutura criada pelo hegemon, ou seja, a aceitação por parte dos restos dos países da hierarquia e valores difundidos. Com base nas ideias de Gramsci, Robert Cox trabalha muito com o poder mais sutil da hegemonia, em que essa estrutura não seja totalmente imposta pelo dominante. Partindo disso, a hegemonia precisa de um nível de internalização para que seja mantida e nesse cenário, para Cox, a hegemonia é:

Um modo de produção dominante que penetra em todos os países e se conecta em outros modos de produção subordinados. Hegemonia é, portanto, mais do que um conceito aplicado somente às relações políticas interestatais. É um sistema que abrange e ordena as relações econômicas, políticas e sociais dentro e entre países. (BURGES, 2008, p. 77, tradução nossa)⁵

Dessa forma, pode-se observar a relação entre economia e política como base da criação e manutenção de uma ordem hegemônica. Não apenas a economia interna do Estado – é imprescindível possuir recursos econômicos para o desenvolvimento de capacidades militares e tecnológicas fundamentais para um hegemon (RASLER e THOMPSON, 2000) – a ordem econômica internacional tem a relação dual de ser um reflexo de uma hegemonia e, também, o que a mantém estável.

⁵No original: “*dominant mode of production which penetrates into all countries and links into other subordinate modes of production*”. *Hegemony is thus more than a concept applying solely to interstate political relations. It is an all-embracing system ordering economic, political and social relations within and between countries*”.

Salienta-se a importância de diferenciar uma “anarquia”, a ausência de um governo central que, não necessariamente, significa uma falta de organização e onde o conflito tendeu ao surgimento de uma ordem; do chamado “caos sistêmico”, referido como a total falta de organização onde qualquer Estado que se encontra apto tem a oportunidade de tornar-se hegemônico ao determinar uma nova ordem ao sistema, com isso, observamos que o hegemôn é um agente estabilizador que possibilita uma ordem e um desenvolvimento regional. (ARRIGHI, 1996, p. 30; MENDES, 2013b, p. 15-16)

As Teorias da Hegemonia fazem parte do Programa de Pesquisa Científica de Economia Política Internacional, estando entre elas: Transição de Poder, Estabilidade Hegemônica, Ciclos Sistêmicos de Acumulação e Transição Hegemônica. Além do ND mencionado acima, elas compartilham a abordagem segundo a qual quanto mais concentração de poder há, menor é a chance de ocorrerem guerras (DICCICO E LEVY, 2003, p. 111). Apesar de possuírem pontos semelhantes, já que fazem parte de um mesmo PPC, o objeto desse trabalho é a Teoria da Transição Hegemônica do Robert Gilpin. Contudo, segundo Diccico e Levy (2003, p. 113), é complicado aplicar a metateoria de Lakatos a essa teoria pois há um déficit de testes e comprovação empíricos posteriores.

Cada teoria dentro de um PPC possui seu próprio cinturão protetor das hipóteses auxiliares. Sendo assim, o cinturão protetor construído para a Teoria da Transição Hegemônica com base em autores como o Gilpin, Cox, Burges, Layne, Rasler e Thompson foi: (I) O poder que compõe uma hegemonia seria uma combinação entre consentimento e coerção (Cox, 1996a, p. 105) (II) O processo histórico é marcado por ascensões sucessivas de Estados poderosos que governaram o sistema e determinaram os padrões de interações internacionais (GILPIN, 1981, p. 25); (III) A transição hegemônica se dá pela relação custo-benefício (GILPIN, 1981 passim; Burgues, 2016 p. 361); (IV) Para manter ou contestar a ordem, a concentração de capacidades (militares e econômicas) do poder dominante ou poder desafiante, é

fundamental (RASLER e THOMPSON, 2000, p.302); (V) O hegemon fornece bens públicos que são usufruídos por todos os Estados (GILPIN, 1981, p. 33-34 ; BURGES, 2016, p. 366-370); e (VI) O Estado visa mudar ou contestar os arranjos sociais, o sistema internacional, afim de assegurar seus interesses (GILPIN, 1981, p. 15).

A Hipótese (I) está relacionada a premissa (ii) pois considera que o consentimento dos outros Estados também é relevante para a manutenção da hegemonia. Como aponta Cox, a hegemonia é criada de acordo com alguns princípios com base no consentimento, em que até mesmo os Estados menores alcançam um certo nível de satisfação (BURGES, 2008, p. 70).

Entretanto, isso não significa que a coerção é inexistente. O uso do poder coercitivo é muito importante, mas o exagero dessa força demonstra um enfraquecimento do hegemon que já não consegue controlar a ações dos outros Estados. As outras hipóteses estão de acordo com o núcleo duro do PPC de Economia Política Internacional, destacando o aspecto da transformação contínua do processo histórico, bem como a ascensão e queda de um hegemon, e da determinação da economia na criação e manutenção da hegemonia.

O fator do custo-benefício apresentado na hipótese (III) é referente ao custo de manter (hegemon) uma e de submeter-se (resto dos Estados) a uma ordem hegemônica em comparação com os benefícios advindos desses papeis exercidos. Quando os custos os custos de submeter-se a uma hegemonia superam os benefícios, os Estados que possuem capacidades (hipótese IV) tenderão a contestar essa hegemonia. E enquanto os benefícios forem maiores para o hegemon, ele tentará manter a sua posição. Dentro desse cenário, Gilpin preocupa-se com guerras geradas pela transição, momento em que a coerção é mais utilizada.

O foco coercitivo está nas preocupações de Gilpin com as guerras criadas pela ascensão e queda de Estados hegemônicos. Essa preocupação com a dominação permanece no centro das grandes

aplicações teóricas de hegemonia nas escolas centrais de teoria das relações internacionais (BURGES, 2008 p. 68, tradução nossa)⁶.

Os bens públicos fornecidos pelo hegemom (hipótese V) fazem parte dos custos para manter a hegemonia e esses bens, que usufruídos por todos os países, vão gerar a satisfação necessária, o benefício, que legitimará a própria hegemonia. Como aponta Burges “O colapso do sistema vem de um declínio na capacidade ou desejo do ator dominante em continuar provendo os bens públicos necessários”. (2008, p. 68, tradução nossa)⁷

E, por fim, de acordo com a hipótese VI, o Estado buscará configurar a ordem política e econômica de tal forma que seus interesses sejam alcançados. A Susan Strange (1970, p. 305, tradução nossa)⁸, em seu artigo *International Economics and International Relations: A case of mutual neglect* afirma que um dos efeitos que o desenvolvimento econômico internacional trouxe para as relações internacionais foi a “política de ‘mendigar aos vizinhos’ pela qual Estados almejam servir seus próprios interesses econômicos nacionais (...)”. Dessa forma, a estrutura hegemônica modifica-se a casa novo hegemom, pois este visará outros objetivos.

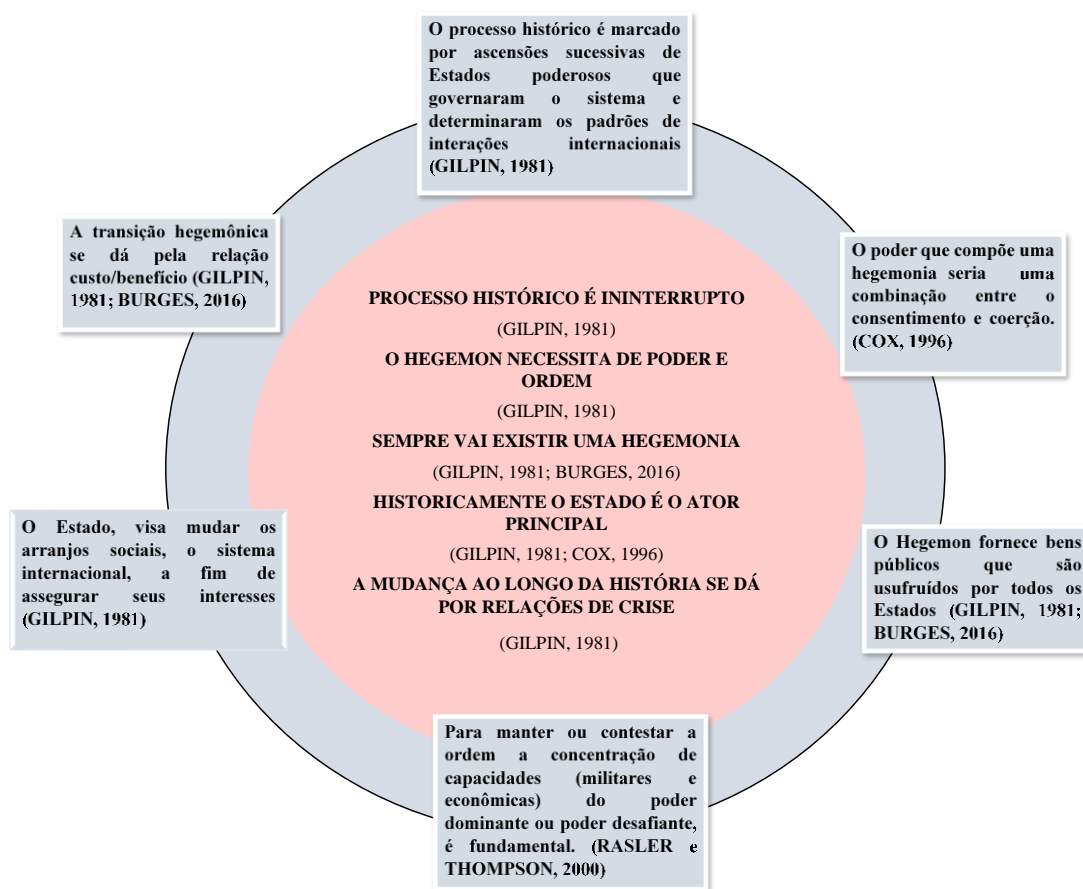
Ainda na metateoria de Lakatos, a heurística negativa do Programa de Pesquisa Científico de Economia Política Internacional proíbe uma argumentação contrária a premissa de que sempre irá existir uma hegemonia. Ou seja, se não segue essa restrição, não poderia encaixar-se dentro desse PPC. Por outro lado, a heurística positiva orienta o desenvolvimento de teorias sobre o poder e como ele configura-se no Sistema Internacional, sua concentração e distribuição (MENDES, 2013a, p. 8; GILPIN, 1981, passim).

⁶No original: “*The coercive focus remains in Gilpin’s concern with the wars created by the rise and fall of hegemonic states. This preoccupation with dominance stands at the centre of the major theoretical application of hegemony in mainstream schools of international relations theory*”.

⁷“Collapse of the system comes from a decline in the capability or willingness of the major actor to continue providing the necessary public goods”.

⁸“‘beggar-y-neighbour’ policies, by which states seeking to serve their own national economic interests (...)”.

Figura 1 – Núcleo-duro e hipóteses da TTH



Fonte: Elaboração própria.

1.1 Relação com o Realismo

O PPC Realista, como exposto em Feng e Ruizhuang (2006, p. 1-3), possui diferentes vertentes que desenvolvem esse programa de pesquisa e que acabam por criar, inevitavelmente, dificuldades em classificar os diferentes tipos de teorias realistas. Por isso, como argumenta os autores, é necessário considerar cuidadosamente as diferentes classificações realismo, esclarecer os padrões que devem ser usados para criar tais classificações e proceder ao estabelecimento de um sistema de classificação coerente.

Com base no texto *The Tragedy of Great Power Politics* do Mearsheimer (2001, p. 51-53), extrai-se que o núcleo-duro da teoria realista possui como premissas: (i) o sistema internacional é anárquico; (ii) o poder, principalmente

o militar, é visto como um meio e um fim; (iii) os Estados nunca podem ter certeza das intenções de outros Estados, causando a autoajuda; (iv) os Estados buscam a sua sobrevivência no sistema; (v) os Estados são os principais atores das relações internacionais e (vi) as relações internacionais são conflituosas.

Assim como já foi mencionado na seção 2, o PPC de EPI possui como premissas: (i) a existência de uma hegemonia; (ii) a necessidade do hegemom em possuir ordem e poder; (iii) o processo histórico é ininterrupto; (iv) o Estado, historicamente, é o principal ator das relações internacionais; (v) a mudança ao longo da história se dá por relações de crise.

Dessa forma ao comparar os dois núcleos-duro dos dois programas é possível observar que os dois PPC's possuem como premissa comum o Estado como o ator central nas relações internacionais e, apesar de possuírem conceitos em comum; como é o caso do poder e da hegemonia – esse especificamente no realismo ofensivo; o entendimento desses conceitos se dá de uma forma diferente, em EPI o conceito de poder vem aliado com o conceito de ordem como um requisito a construção e manutenção da hegemonia, enquanto, no Realismo o entendimento do poder pode ser tanto um meio como um fim.

Alguns acadêmicos argumentam que o principal objetivo que os Estados buscam é a sobrevivência e segurança. Para esses acadêmicos, poder é uma ferramenta para alcançar esse objetivo e não um fim por si só. Aqueles que possuem essa visão são considerados realistas defensivos. Outro grupo de acadêmicos, aqueles que adentram no campo do realismo ofensivo, assumem que Estados almejam poder tanto como meio quanto fim. (FENG e RUIZHUANG, 2006, p. 127, tradução nossa)⁹

No caso da hegemonia, Mearsheimer diz que:

⁹No original: “*Some scholars contend that the primary goals that states seek to achieve are survival and security. For these scholars, power is a tool for achieving a goal, and not a goal in itself. Those holding this view are considered defensive realists. Another group of scholars, those that fall within the camp of offensive realism, assume that states seek power as both a means and as an end*”.

Hegemon é um Estado que é tão poderoso que domina todos os outros Estados no sistema. Nenhum outro estado possui meios militares para se engajar em uma luta séria contra ele. Em essência, o hegemon é a única grande potência no sistema. O Estado que é substancialmente mais poderoso que as outras grandes potências no sistema não é o hegemon, porque isso vai de encontro, por definição, a outras grandes potências. [...] Hegemonia significa dominar o sistema, o qual é normalmente interpretado significando o mundo inteiro. (2001, p. 63, tradução nossa)¹⁰

Assim, pode-se perceber que o autor coloca a hegemonia enfatizando elementos de coerção e exclusão. Enquanto, tanto na TTH como no PPC de EPI como um todo temos que

A hegemonia, logo, é percebida como mais do que a dominação, ela consiste no exercício de uma liderança que acaba por aumentar o poder de uma nação dominante e se enquadra como uma característica definidora das hegemonias mundiais, esse tipo de dominação pode ser feito sem o uso da força, desde que os grupos subordinados confiem em seus governantes. (ARRIGHI e SILVER, 2001, p. 36)

Enquanto o aspecto consensual do poder está em primeiro plano, a hegemonia prevalece. A coerção está sempre latente, mas só é aplicada em casos marginais, anômalos. A hegemonia é suficiente para garantir o comportamento submisso da maioria das pessoas durante a maior parte do tempo. (COX, 1996a, p. 105)

Dessa forma, pode-se perceber que os dois PPC's possuem pontos em comum, mas o PPC de EPI rompe com o núcleo-duro e com as premissas do PPC realista ao interpretar conceitos como poder e hegemonia com outra visão.

1.2 Relação com o Liberalismo

Para o Programa de Pesquisa Liberal, por sua vez, Moravcsik (2003, 161-167) cita o que seriam as três premissas a compor o núcleo duro do PPC do

¹⁰No original: “*hegemon is a state that is so powerful that it dominates all the other states in the system. No other state has the military wherewithal to put up a serious fight against it. In essence, a hegemon is the only great power in the system. A state that is substantially more powerful than the other great powers in the system is not a hegemon, because it faces, by definition, other great powers. [...] Hegemony means domination of the system, which is usually interpreted to mean the entire world*”.

Liberalismo. O primeiro deles seria que os atores do sistema internacional seriam indivíduos racionais e grupos privados. Já o segundo seria, para o autor, que os Estados seriam a representação de sua sociedade doméstica e que, portanto, seus interesses seriam determinados pela média dos interesses de sua sociedade. Por fim, a última premissa é que as preferências dos Estados são responsáveis por guiar as ações dos mesmos no sistema internacional.

Dando um maior foco analítico a essa última premissa liberal, é possível perceber que possui grande relação com a hipótese da Teoria da Transição Hegemônica. Gilpin (1981, *passim*) e Burges (2008, p. 361) afirmam, conforme explicado no subitem 3 a, que as transições hegemônicas ocorrem observando os custos/benefícios dela. Sendo as preferências dos Estados formados pelas médias das preferências dos indivíduos domésticos ao Estado, é possível relacionar que, a partir do momento em que os benefícios de se construir uma hegemonia superarem os custos da mesma para a sociedade doméstica ao Estado, o mesmo terá a preferência pela construção da hegemonia e, portanto, usará de suas capacidades para assim fazer.

1.3 Relação com a Teoria Crítica

No PPC da Teoria Crítica, também é possível observar algumas relações com o PPC de EPI e, inclusive, algumas outras hipóteses que também estão presentes na teoria da Transição Hegemônica. De início, Cox (1996b, p. 217) o que seriam as premissas do PPC da Teoria Crítica sendo elas: (i) analisa a experiência humana como sendo dela que surge a necessidade de teorias; (ii) a Teoria Crítica é consciente de sua relatividade no tempo e espaço e que a própria teoria também é moldada por aquilo que se estuda; (iii) a camada das ações mudam com o tempo e a Teoria Crítica está focada em compreender essa mudança; (iv) a camada das ações assumem a forma de uma estrutura histórica que é uma combinação entre ideias, capacidades materiais e instituições humanas que possuem certa coerência entre si; (v) a camada da

estrutura com suas ações não devem ser vistas com as lentes do equilíbrio ou reprodução, mas de fora desse conflito que pode trazer mudança.

Realizando uma análise mais profunda, percebe-se uma semelhança entre as premissas (iii), (iv) e (v) citadas anteriormente com as premissas de EPI. O ponto (iii) pode ser entendido como que a camada da estrutura muda com o tempo não sendo eterna e tendo uma característica de histórica contínua. Por sua vez, o ponto (iv) afirma que ideias, capacidades materiais e instituições humanas se relacionam para formar a estrutura. Instiga-se a interpretar que a hegemonia, para se formar a partir do hegemom, necessita de ordem que é construído, dentre outras coisas, com ideias (entendido como consenso e prestígio) e instituições além das capacidades materiais por si só. Por fim, o ponto (v) novamente nos traz a ideia de que a estrutura não pode ser analisada pensando que será eterna e possível de reproduzir, mas sim como algo que pode ser alterado com algum conflito, ou seja, está presente a ideia de que crises geram.

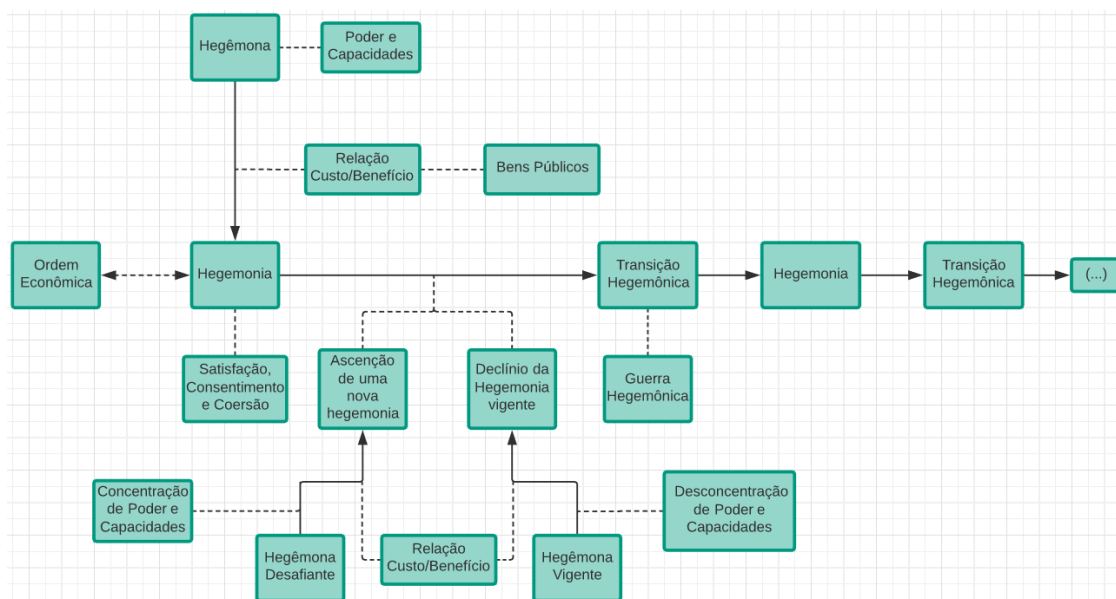
Em outro momento, Cox afirma “Domínio por um Estado poderoso pode ser necessário, mas não condição suficiente de hegemonia” (1996b, p. 223, tradução nossa)¹¹. Com esse trecho, Cox ressalta que uma hegemonia mantida pela força não se mantém. Para o Estado, possuir capacidades militares que o permitam arcar com os custos de conseguir a sua hegemonia é essencial, mas essa variável sozinha não é suficiente. Um complemento para isso seria, para Cox (1996b), o que ele chama de “pensamentos humanos” sendo eles interpretados como um certo nível de aceitação por parte dos outros dessa hegemonia. Dentre outras questões que poderiam ser abordadas, esta seção apenas buscou elucidar as relações próximas que as teorias do PPC de EPI possuem com o PPC de Teoria Crítica.

CONCLUSÃO

¹¹No original: “*Dominance by a powerful state may be a necessary but not a sufficient condition of hegemony*”.

‘Para fins de melhor visualização, opta-se pela utilização de um dispositivo heurístico organizando os pontos abordados durante a segunda seção deste trabalho de maneira a melhor evidenciar uma relação entre eles. Dessa forma, tem-se:

Figura 2 - Dispositivo Heurístico da Teoria da Transição Hegemônica.



Fonte: autoria própria

Transição Hegemônica, com base nos pontos da Teoria de Lakatos abordados na primeira seção deste trabalho, seria considerado uma teoria progressiva ou cairia em algum dos casos de *Ad-Hoc*. Além disso, também é importante ressaltar que, segundo Elman e Elman, “[...] A escassez de esforços subsequentes para testar a teoria de Gilpin empiricamente torna difícil de aplicar a metateoria Lakatosiana, a qual enfatiza a corroboração empírica de novos fatos.” (2003, p. 113, tradução nossa)¹².

Dessa forma, é possível concluir que a Teoria da Transição Hegemônica possui dificuldades para produzir uma previsão de novos fatos empíricos. Por tanto, essa teoria não se classifica como progressiva, mas sim

¹² No original: “[...] *the paucity of subsequent efforts to test Gilpin’s theory empirically makes it difficult to apply Lakatosian metatheory, which emphasizes the empirical corroboration of novel facts*”.

como uma teoria de resolução de problemas baseado no Adhoc1 de Lakatos. Existe uma necessidade de a teoria prever novos fatos conforme afirma o autor: “A problemática precisa ser teoricamente progressiva, e produzir predições de novos fatos ou consequências, porque “explicar coisas que já são conhecidas é um ‘sucesso barato’ e não serve para nada””. (ELMAN e ELMAN, 2003, p. 29)¹³

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARRIGHI, G. **O longo século XX: dinheiro, poder e as origens de nosso tempo**. Rio de Janeiro: Contraponto; São Paulo: UNESP, 1996.

ARRIGHI, Giovanni; SILVER, Beverly J. **Caos e governabilidade no moderno sistema mundial**. Rio de Janeiro: UFRJ-Contraponto, 2001.

BURGES, Sean W. “Consensual Hegemony: Theorizing Brazilian Foreign Policy after the Cold War.” **International Relations** 22 (1): 65–84, 2008.

COX, Robert W. “Gramsci, Hegemony, and International Relations: An Essay in Method.” In **Approaches to World Order, edited by Robert W. Cox and Timothy Sinclair**, 124–43. Cambridge: Cambridge University Press, 1996a.

COX, Robert W. “Social Forces, States, and World Orders: Beyond International Relations Theory.” In **Approaches to World Order**, edited by Robert W. Cox and Tomothy J. Sinclair, 85–123. Cambridge: Cambridge University Press, 1996b.

COX, Robert W. “The Way Ahead: Toward a New Ontology of World Order.” In **Critical Theory and World Politics**, edited by Richard Wyn Jones, 45–60. London: Lynne Rienner Publishers, 2001.

COX, Robert W. “Beyond Empire and Terror: Critical Reflections on the Political Economy of World Order.” **New Political Economy** 9 (3): 307–23, 2004.

ELMAN, Colin, and ELMAN, Miriam F. **Progress in International Relations Theory: Apraising the Field**. Cambridge: BCSIA, 2003.

¹³No original: “*Problemshifts must be theoretically progressive, and produce predictions of novel facts or consequences, because “explaining things which were already known is ‘cheap success’ and counts for nothing”*”.

FENG, Liu, and RUIZHUANG, Zhang. "The Typologies of Realism." **Chinese Journal of International Politics** 1: 109–34, 2006. doi:10.1093/cjip/pol006.

GILPIN, Robert. **War and Change in World Politics**. Vasa. Camb: Cambridge University Press, 1981.

JACCARD, James, and JACOBY, Jacob. Theory Construction and Model-Building Skills: A Practical Guide for Social Scientists. In: **Methodology in the Social Sciences**. 2010.

Lakatos, Imre. **História Da Ciência E Suas Reconstruções Racionais**. Lisboa: Edições 70, 1978.

MENDES, Flávio Pedroso. **Lakatos, o Realismo Ofensivo e o Programa de Pesquisa Científico do Realismo Estrutural**. Tese (Doutorado em Relações Internacionais) - Instituto de Relações Internacionais, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013a. doi:10.11606/T.101.2013.tde-17072013-152543. Acesso em: 12 de maio de 2019.

MENDES, Marcos Vinícius Isaías. **As teorias dos ciclos sistêmicos de acumulação e da estabilidade hegemônica: uma análise comparada** - Limeira, SP: [s.n.], 2013b.

MORAVCSIK, Andrew. "Liberal International Relations Theory: A Scientific Assessment." In **Progress in International Relations Theory: Apraising the Field**, edited by Colin Elman and Miriam F Elman, 159–204. Cambridge: BCSIA, 2003.

RASLER, Karen; THOMPSON, William R. "Global War and the Political Economy of Structural Change." In **Handbook of War Studies II**, edited by Manus Midlarsky, 301–31. Ann Arbo-MI: University of Michigan Press, 2000.

SILVEIRA, Fernando Lang da. "A Metodologia Dos Programas de Pesquisa: A Epistemologia de Imre Lakatos." **Caderno Brasileiro de Ensino de Física** 13 (3): 219–30, 1996.

STRANGE, Susan. International Economics And International Relations: A Case Of Mutual Neglect. **International Affairs** (Royal Institute of International Affairs 1944-), Vol. 46, No.2 (Apr., 1970), pp. 304-315

A COOPERAÇÃO SUL-SUL NAS RELAÇÕES SINO-AFRICANAS

JULIANY SANTOS BERNARDINO¹

TAIS ALEXANDRA DA SILVA CHIQUITELLI²

VICTOR HUGO GUSMÃO DOS ANJOS³

Resumo: O presente artigo busca analisar se a política de cooperação da China com o continente africano se estrutura como um modelo de cooperação Sul-Sul ou se a China vem desempenhando o papel de um neocolonizador do continente. Utilizando do método hipotético-dedutivo através de uma revisão bibliográfica, explora-se um estudo de caso da macrorregião África. Sendo assim, o texto está composto por uma seção introdutória, uma seção sobre o que caracteriza a cooperação Sul-Sul, uma terceira seção com um breve levantamento histórico das relações entre a China e a África, uma explicação sobre os principais pontos da política externa chinesa para região e uma exposição sobre os fundamentos do argumento de que as relações sino-africanas seriam neocoloniais e a conclusão.

INTRODUÇÃO

China, o maior país em desenvolvimento do mundo, está pronto para unir esforços com a África, o maior continente em desenvolvimento no mundo.
Jiang Zemin, em 2006.
(Tradução livre)

A Política Externa Chinesa, em tempos recentes, está dando foco especial para os países da América Latina e da África. Sua crescente ascendência no sistema internacional faz com que sua demanda por recursos energéticos e commodities aumente em igual proporção. Segundo Carmen Amado Mendes, seu crescimento na política internacional

¹Graduanda de Relações Internacionais da Universidade Federal de Santa Maria. E-mail: julianysantos26@hotmail.com. 2019.

²Graduanda de Relações Internacionais da Universidade Federal de Santa Maria. E-mail: taischiquitelli2@gmail.com. 2019.

³Graduando de Relações Internacionais da Universidade Federal de Santa Maria. E-mail: victorhugogusmao@outlook.com. 2019.

[...] agravou a dependência de recursos naturais externos, sendo o Médio Oriente o fornecedor tradicional. No entanto, as crescentes vagas de instabilidade nesta região e o reforço da presença dos Estados Unidos [...] levaram os líderes Chineses a procurarem outros parceiros energéticos. (2010, p. 40)

Esses “outros parceiros”, ao qual a autora se refere são os países Latino-Americanos e Africanos. Por sua vez, críticas têm surgido dessa crescente influência chinesa na região como sendo apenas uma substituição de um imperialismo americano por um imperialismo chinês reforçado por, segundo a autora, “[...] uma mudança de paradigma na forma como a China é percebida – de fraca e politicamente frágil a forte – e o sucesso do seu modelo econômico” (MENDES, 2010, p. 40).

Assim, o problema norteador deste artigo está em questionar se a relação da China com os países do continente africano pode ser caracterizada como cooperação Sul-Sul. Através de uma revisão bibliográfica, a literatura utilizada e o ponto de vista principal se dá sobre aspectos relacionados com a República Popular da China e a sua perspectiva para o continente africano. Para isso, o trabalho aborda, na segunda seção, o que constitui a cooperação Sul-Sul; na terceira, as relações sino-africanas, tratando do histórico da relação, da política externa chinesa para a África e uma discussão sobre a China como um novo colonizador; e, por fim, a conclusão de que a cooperação sino-africana produz desenvolvimento de ambas as partes, mas, também, gera consequências negativas para os países africanos. E, por isso, seria melhor encaixada como uma cooperação híbrida.

1. COOPERAÇÃO SUL-SUL

Quando falamos em cooperação, a literatura elenca que existem pontos de divergência entre o que é dito cooperação Sul-Sul com a Norte-Sul. Buscaremos, nesta seção, elucidar alguns deles com o objetivo de formar os

pontos bases para serem aplicados às relações da China com o continente africano.

Um primeiro ponto a ser tratado é que não há um legado histórico de colonização, mas sim uma maior receptividade intercultural com base na cooperação (BURGES, 2012). Pode-se pensar em uma solidariedade baseada em um passado comum de submissão aos países do norte durante a fase de colônia. Isso gera um grande sentimento de “pertença” e companheirismo entre os países do Sul Global que vêem a cooperação com seus “irmãos” como a melhor maneira de superar o seu atraso desenvolvimentista frente às nações do Norte. Essa diferença em aspectos culturais e de formação projetam-se nas características dessa cooperação que se difere quando se tem um elemento do Norte na equação. Dessa forma, de maneira sumarizada, Sean Burges (2012) afirma que:

Por sua natureza, a cooperação técnica Sul-Sul apresenta potencial para um tipo diferente de desenvolvimento daquele apresentado pela assistência tradicional do DAC, já que se baseia na premissa de que “os países em desenvolvimento compartilham conhecimento, habilidades, competências e recursos para atender suas metas de desenvolvimento através de esforços conjuntos” (p. 239, apud, UNITED NATIONS, 2012)

Com isso, já fica evidenciado uma característica desse tipo de cooperação (Sul-Sul) que é a ideia de que ambos podem ganhar na relação (relações *win-win*) se desenvolvendo e alcançando seus interesses nacionais juntos. Ademais, encontra-se, de maneira explícita, no site do Escritório das Nações Unidas para Cooperação Sul-Sul outros princípios que norteiam esse tipo de relação. Dentre eles, citam-se:

A agenda de cooperação Sul-Sul e as iniciativas de cooperação Sul-Sul precisam ser determinadas por países do Sul, guiados por princípios de respeito à soberania nacional, domínio nacional e independência, equidade, não condicional, não interferência nos assuntos domésticos e benefício mútuo. (UNITED NATIONS, 2018, tradução nossa)⁴

⁴ The South-South cooperation agenda and South-South cooperation initiatives must be determined by the countries of the South, guided by the principles of respect for national sovereignty, national ownership and independence, equality, non-conditionality, non-interference in domestic affairs and mutual benefit

Seria ingenuidade acreditar que as nações do Sul Global não possuem interesses nacionais ao cooperar com outras nações do Sul. A grande diferença é que a lógica de operar é, como já dito, *win-win*, ou seja, a possibilidade de que os interesses nacionais de ambas as nações sejam atendidos mediante a cooperação. Ademais, existe, sim, a possibilidade de cooperação sem esperar nada além do prestígio em troca (relação, que dificilmente se encontra no Norte).

Ainda no mesmo escritório das Nações Unidas, há uma série de objetivos convencionalmente estabelecidos no Plano de Ação de Buenos Aires para Promover e Implementar a Cooperação Técnica entre Países em Desenvolvimento. Não convém, para este trabalho, realizar uma análise detalhada de cada um deles. Por sua vez, é importante ressaltar que, de maneira generalizada, tais objetivos estão centrados no mútuo desenvolvimento de capacidades tecnológicas, comunicativas e de fortalecimento da participação dos mesmos no comércio internacional (UNITED NATIONS, 2018).

O mesmo órgão, também, produz um relatório anual sobre a Cooperação Sul-Sul atualmente. Em sua versão de 2019, o mesmo afirma haver 5 pontos principais que diferenciam a cooperação Sul-Sul da Norte-Sul. Dentre elas, cita-se: “*They are in terms of (i) approach, (ii) relationship with other flows, (iii) modality, (iv) sectoral focus and (v) policy conditionality.*” (UNITED NATIONS, 2019, p. 15)

Na tentativa de melhor explicar os pontos supracitados, o relatório afirma que as relações sul-sul possuem um caráter de mútuo benefício, já as Norte-Sul, assistencialista. Em seguida, para o primeiro tipo de relação existe uma indiscriminação nas áreas de atuação da cooperação. Enquanto, para o segundo, existe um esforço para excluir as assistências desenvolvimentistas daquelas não-concessionais ou não-oficiais. Novamente, na primeira relação existe um foco de investimentos em setores como infraestrutura e outros setores produtivos pautados pelas demandas dos países do sul e, por sua vez,

as relações com o Norte são baseadas em investimentos em setores sociais e governança sempre pautados em uma prévia estratégia de desenvolvimento nacional do país do norte. Por fim, vale ressaltar que as relações com o Sul não possuem condicionantes para os acordos enquanto, com o norte, sim.

Um último tópico que precisa ser abordado para melhor diferenciar a cooperação Sul-Sul da Norte-Sul está explícito no trabalho de Burges (2012). O autor, em sua análise mais detalhada sobre os investimentos que são feitos dentro dos moldes de cooperação Sul-Sul e Norte-Sul, percebeu que, a priori, os investidores do Sul possuem uma maior propensão a investimentos considerados “de risco elevado” pelos investidores do Norte e isso confere um melhoramento da “inovatividade” do Sul em relação ao Norte. Por possuir uma defasagem de atores privados para investimentos, os países do Sul costumam realizar tais investimentos através do Estado. Dessa forma, torna-se possível maiores flexibilidades nos termos do contrato e, tal fatores, são repassados para as empresas, que recebem os investimentos, e podem trabalhar com a ideia de lucros decenais ao invés de trimestrais como frequentemente emprega os atores do Norte. (BURGES, 2012).

2. RELAÇÕES CHINA-ÁFRICA

2.1 Histórico

Desde que se juntou à Organização Mundial do Comércio em 2001, a China vem se tornando, rapidamente, uma força econômica. Esse abrupto crescimento relaciona-se a uma base produtiva específica sobre a qual o país vem se desenvolvendo ao longo dos anos. O seu tamanho populacional, a sua baixa quantidade de terras agricultáveis e a sua reduzida oferta de recursos energéticos vem impondo limites ao seu crescimento econômico. Assim, o envolvimento da China no continente africano associa-se aos limites internos chineses, principalmente na questão energética, as quais os financiamentos e a assistências técnicas aos países africanos vão ser fornecidos em troca da

garantia de fornecimento de matérias-primas que permitam a continuidade do desenvolvimento da economia chinesa (ALVES, 2010 e RIBEIRO, 2010).

Contudo, desde o século passado, a República Popular da China (RPC) tem promovido projetos na área de infraestrutura, recursos naturais, agricultura e indústria têxtil no continente africano, podendo a sua presença no continente ser dividida em três fases: (i) a China maoísta até o final dos anos 1970, com seu compromisso "revolucionário"; (ii) o período da reforma até o final dos anos 1990; (iii) e a atual ascensão após 1998 baseada na estratégia chinesa *going out* (BRITO e ESTEVES *et al*, 2011)

Durante o período pós Revolução Chinesa (1949), o país tinha como objetivo exportar a revolução e, como coincidia com a proliferação dos movimentos de libertação africanos, os chineses concentram-se na sustentação dos movimentos com os quais possuíam afinidade ideológica. Assim essas relações são baseadas nos princípios comuns de anticolonialismo, soberania nacional e não alinhamento, os quais foram confirmados na Conferência de Bandung em 1955 (ALVES, 2010 e BRITO). O estreitamento das relações com a África foi usado, também, como meio de impedir a aproximação desses países com Taiwan e o seu reconhecimento como uma nação independente – política que se mantém até os dias atuais já que a maioria dos países que reconhecem Taiwan são africanos ou latino-americanos – o que gerou resultados na Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas, em que o apoio africano foi importante para que Pequim conseguisse o status de representante legítimo do povo chinês em 1971 (BRITO; MENDES, 2010 e ALVES, 2010).

Na década seguinte, a China inicia mudanças internas da era Deng Xiaoping, onde as suas prioridades passam a ser o desenvolvimento e a modernização interna do país, conseqüentemente, o envolvimento com os países africanos foram limitados e sofrem uma reorientação voltando-se mais para o comércio (BRITO). Todavia, no final da década de 1980, a China se torna alvo de críticas na comunidade internacional devido aos fatos ocorridos na Praça Tiananmen, ao mesmo tempo, os países em

desenvolvimento eram submetidos a pressões da comunidade internacional para se democratizarem, assim, as relações sino-africanas acabam por serem fortalecidas nesse cenário (ALVES, 2010).

A partir da década de 1990 a China começou a criar uma “grande estratégia” e reafirmou, ativamente seus princípios de soberania igualitária e não interferência, resultando no Fórum para Cooperação entre China e África (FOCAC) em Beijing (BRITO, 2011). A criação do Fórum, no âmbito de uma Conferência Ministerial em 2000, marcou o início do processo de revitalização e fortalecimento das relações entre a China e os países africanos. A instituição se destaca por estreitar as relações fundamentadas em um discurso de igualdade política, confiança recíproca, cooperação econômica *win-win* e no intercâmbio cultural o que vem a refletir no aumento da corrente comercial, no volume de investimentos e na provisão de recursos de ajuda por parte da China. Assim, embora, o continente africano não seja a prioridade número um da diplomacia da China, esse exerceu, desde o início, forte atração sobre os governantes da RPC, como fonte de matérias-primas e mercado para exportações. Recentemente, com a expansão da economia e o aumento progressivo da necessidade de bens primários e matérias-primas, o relacionamento da China com os países africanos coloca-se como questão central da política externa chinesa (LOPES *et al*, 2013, RIBEIRO, 2010 e ESTEVES *et al*, 2011).

2.2 Parâmetros da Política Externa

Segundo o China's African Policy (2006), a China e o continente africano partilham de uma experiência histórica semelhante, por isso, ambos simpatizam e se respaldam mutuamente na luta pela libertação nacional ao compartilharem de uma amizade profunda. A China rege as suas relações com o mundo em desenvolvimento com base na doutrina dos “Cinco Princípios da Coexistência Pacífica” sendo eles: respeito mútuo da integridade territorial e da soberania; não agressão mútua; não interferência

em assuntos internos de outros países; vantagens mútuas e igualitárias; e coexistência pacífica. (PEREIRA, 2006; LOPES *et al*, 2013; MENDES, 2010 e ALVES, 2010).

Entre os cinco princípios, o que mais transparece a estratégia atual em relação aos governos africanos é o de não interferência em assuntos internos, já que deixa claro que a presença chinesa no continente é guiada pela busca por recursos naturais. Sendo assim, a China não discrimina os países por conta das suas políticas internas, o que muitas vezes é criticado pelos governos ocidentais (ALVES, 2010).

Ainda de acordo com o China's African Policy, a China se limita a estabelecer relações com nações que respeitem o princípio de uma só China, como explicitado no trecho a seguir:

O princípio da China única é a fundação política para o estabelecimento e desenvolvimento das relações da China com países da África e organizações regionais. O governo chinês aprecia o fato de que a maioria dos países africanos acatam o princípio da China única, recusam a ter relações oficiais com Taiwan e apoiam a grande causa chinesa de reunificação. A China está pronta para estabelecer e desenvolver relações estatais com países que ainda não estabeleceram laços diplomáticos com a China na base do princípio da China única. (CHINA'S AFRICAN POLICY, 2006, tradução nossa)⁵

De acordo com Esteves *et al*(2011), do ponto de vista normativo, a China tende a prevalecer os princípios do benefício mútuo, desenvolvimento comum e ausência de condicionalidade políticas como norteadores de suas decisões de política externa em relação não somente à África, mas ao Sul Global em si. Ainda segundo a análise dos autores a promoção de assistência ao desenvolvimento no continente africano pelos chineses tende a acontecer

⁵ No original: “*The one China principle is the political foundation for the establishment and development of China's relations with African countries and regional organizations. The Chinese Government appreciates the fact that the overwhelming majority of African countries abide by the one China principle, refuse to have official relations and contacts with Taiwan and support China's great cause of reunification. China stands ready to establish and develop state-to-state relations with countries that have not yet established diplomatic ties with China on the basis of the one China principle*”.

através de três instrumentos: (a) empréstimos, (b) doações e (c) cooperação/assistência técnica.

Os empréstimos chineses (a) aos países africanos ocorrem, principalmente, através do EXIMBANK e do Ministério do Comércio e possui uma tendência, cada vez maior, de seguir o chamado “modelo de Angola”, no qual os empréstimos que seriam para a implantação de projetos sociais, industriais ou de infraestrutura teriam como garantia de pagamento o acesso da China aos recursos naturais do país africano. Por exemplo em Angola, a China assegurou o em torno de 10.000 barris de petróleo por dia (ESTEVEZ *et al*, 2011 e ALVES, 2010). A linha de crédito fornecida pelo EXIMBANK não é um empréstimo em dinheiro, o crédito fica disponível em uma conta bloqueada na China em nome do Governo angolano. Os desembolsos são feitos diretamente para os empreiteiros, pelo EXIMBANK. Após a conclusão do projeto. Contudo, como o empréstimo é em forma de crédito, o custo real acaba por ser maior do que aparece nas taxas públicas, já que afeta a importação de bens e serviços (BRITO, 2011; AARSÆTHER, 2011).

Uma das principais críticas desse tipo de empréstimo é que os projetos de construção têm 70% do trabalho reservado, por exigência do governo chinês, para empresas chinesas que acabam por importar grande parte da sua força de trabalho (BRITO, 2011). Segundo Anshan (2007 apud ALVES, 2010), há várias justificativas para a baixa utilização dos trabalhadores locais, desde afinidades culturais e idiomáticas entre os operários e a administração da empresa até o nível de adaptabilidade às jornadas trabalhistas da China. Contudo, conforme Brautigam afirma (2011 apud BRITO, 2011), países como a Angola, onde as empresas chinesas são uma presença mais nova, a força de trabalho acaba por ser em média 50% importada da China. Já em países como a Tanzânia, Egito e Zâmbia, em que a China já possui uma presença consolidada, as empresas tendem a contratar de 80% a 90% da força de trabalho localmente.

A segunda forma de assistência envolve (b) as doações e os cancelamentos de dívidas. As doações são concedidas pelo governo chinês e

distribuídas à vários projetos nos países receptores, essas doações são voltadas, principalmente, ao auxílio na construção de hospitais, escolas, moradias de baixo custo, à escavação de poços e ao abastecimento de água. De acordo com Esteves *et al* (2011), a China prefere os empréstimos às doações por cultivar a imagem da China como “país generoso”. Já o cancelamento das dívidas pode ser visto no âmbito da FOCAC, tanto na primeira como na segunda Conferência. Estima-se que o valor da cooperação chinesa para países da África, América Latina e Sudeste Asiático foi, somente em 2007, de US\$16,6 bilhões, sendo 5% deste valor utilizado em forma de doações e perdão de dívidas. Já entre os anos de 2002 e 2007, a China teria cancelado cerca de 850 milhões de dólares do montante geral das dívidas africanas. Esse cancelamento é contabilizado, assim, como uma forma de cooperação chinesa com o continente africano. Em números, até 2009, a China perdoou 35 países africanos de 312 dívidas contraídas, totalizando um montante de 18,96 bilhões de yuans, aproximadamente US\$ 3.06 bilhões (LOPES, 2013; ESTEVES *et al*, 2011).

A última modalidade de assistência chinesa ao continente africano se dá na forma de (c) cooperação técnica que envolve o envio técnico de especialistas para a orientação na produção, operação ou manutenção de projetos, treinamento da população em administração e atividades técnicas. Essa é uma forma de presença importante da RPC por permitir que os países fortaleçam suas capacidades e, com isso, a China contribui para o desenvolvimento do continente.

Os gastos em assistência técnica são menores apenas em que os gastos nos projetos em infraestrutura e projetos públicos e, também, é perceptível que a maioria dos gastos em infraestrutura, ajuda humanitária, auxílio militar, assistência técnica e formas não específicas de cooperação foram direcionadas ao continente africano (ESTEVES *et al*, 2011).

2.3 Neocolonialismo?

A respeito da presença chinesa no continente africano, Beijing é visto, normalmente, sobre dois vieses. O primeiro como um neocolonizador, despreocupado com os direitos humanos e, unicamente, interessado nos recursos naturais que o continente pode oferecer para suprir as suas demandas. Do outro lado, tem-se o discurso político oficial da RPC em que as relações com a África são apresentadas como uma cooperação *win-win* entre blocos regionais respeitosos e soberanos, contrastando, com a presença ocidental (LANGAN, 2018).

Conforme Zhao (2014) destaca, alguns líderes africanos também compartilham da visão oficial chinesa e descrevem a relação como neutra e orientada para os negócios com o objetivo de gerar crescimento econômico tanto para os países africanos quanto para ela mesma, já que a China quer comprar os minerais e a África os têm. E enquanto os recursos africanos ajudam a alimentar o crescimento econômico chinês, o crescimento econômico da África se beneficia do comércio e da infraestrutura construído e financiado pela China (PEREIRA, 2006).

Todavia autores como Langan (2018) argumentam que o interesse da China na África é semelhante ao interesse que as potências europeias tiveram no continente séculos antes. Em ambos os casos, o “colonizador” busca fortuna nos recursos naturais da África e explora os mercados insipientes com seus produtos manufaturados. Além disso, o autor expõe uma preocupação com o que ele chama de “processo de democratização reversa” onde as elites políticas locais têm sido acusadas de conluir com as empresas chinesas para garantir a sua ascendência política. Assim, o autor demonstra uma típica crítica da comunidade internacional a respeito da intervenção chinesa na soberania e na genuína autogovernança dos Estados africanos.

As principais críticas, principalmente ocidentais, a esse respeito da presença da China na África, segundo Zhao (2014), falam sobre desrespeito aos direitos humanos, corrupção, parcerias comerciais desiguais e exploração de recursos e jornadas de trabalho desumanas. As críticas sobre os direitos humanos se devem, principalmente, porque o governo chinês

trabalhou com qualquer governo que poderia ajudar a garantir seus investimentos em mineração e perfuração, incluindo aqueles acusado de corrupção desenfreada ou graves violações dos direitos humanos. A maior influência da China na África levantou preocupações de que a China não está apenas desafiando o domínio histórico dos países ocidentais, mas, também, minando os esforços para promover a democracia, a boa governação e os direitos humanos no continente (PEREIRA, 2006; LANGAN, 2018).

Outra razão para a acusação de que a China está engajada em uma forma de novo colonialismo é a importação de recursos do continente africano e dumping de produtos manufaturados. Enquanto, as principais importações da China são produtos primários com pouco valor acrescentado incluindo petróleo bruto, cobre, minérios e minerais, a África é um grande comprador de produtos manufaturados, como máquinas e têxteis da China, como é possível observar na tabela 2 (ZHAO, 2014, LANGAN, 2018 e PEREIRA 2006).

Além disso, é interessante notar que alguns países africanos permanecem extremamente dependente da China em termos de suas exportações totais para parceiros internacionais. Eritreia, República Centro-Africana, Angola, Sudão, Mauritânia e a República Democrática do Congo enviam 40% ou mais das suas exportações à China. Muitos outros Estados africanos permanecem relativamente dependentes, como a Zâmbia e a Libéria, que enviam aproximadamente 28 e 27% de suas exportações para a China, respectivamente (LANGAN, 2018).

A China é criticada por tirar proveito da necessidade de investimentos dos países africanos e por oferecer financiamento em troca de direitos de extração de recursos naturais. Além disso, ativistas acusam os chineses de explorar funcionários locais ignorando preocupações de saúde, segurança e ambientais. Enquanto a China obtém os recursos necessários para continuar sua rápida ascensão, ao final do processo, as nações africanas estagnam e seu povo não terão mais os recursos preciosos e escassos que necessitam para sair da pobreza. De fato, ao garantir acordos e recursos naturais, a China

avançou agressivamente para o continente (ZHAO, 2014, LANGAN,2018 e PEREIRA 2006).

Um dos fatores mais prejudiciais para a imagem e reputação da China são as práticas trabalhistas ligadas a projetos chineses na África. As tensões entre os trabalhadores chineses e os africanos ocorrerem com frequência porque muitos chineses tendem a viver em isolamento com pouco ou nenhum contato com a população local. Eles não têm incentivos ou oportunidades para aprender sobre a cultura local ou mesmo o idioma falado pela população africana e, portanto, são insensíveis às preocupações locais (ZHAO, 2014).

Todavia, China não está sozinha na perpetuação das condições de má governança. Atores ocidentais, bem como outras potências emergentes, facilitam sua própria política econômica e política de interesses através da ajuda e do comércio em detrimento da soberania africana (LANGAN, 2018).

CONCLUSÃO

Com base no que foi exposto neste trabalho, as interpretações sobre o tipo de cooperação que China mantém com alguns países do continente africano - se ela pode ser considerada como cooperação sul-sul - não são homogêneas. De fato, do ponto de vista normativo, a China busca benefícios mútuos e desenvolvimento comum com os países africanos, além de assegurar a ausência de condicionalidades, pressupostos da Cooperação Sul-Sul. Entretanto, é preciso questionar se esses aspectos são refletidos na prática.

No que se refere aos benefícios mútuos e desenvolvimento comum, há algumas consequências da relação China-África que não se enquadram nestes pontos. Primeiro, o tipo de comércio mantido - China exporta bens manufaturados para países como Angola e importa bens primários - além de gerar uma dependência de exportação por parte dos países africanos (característica também presente na cooperação Norte-Sul), os produtos

chineses entram nesses Estados de forma mais competitiva, prejudicando as fábricas nacionais (MENDES, 2010, p. 43).

Outro ponto contrário à ideia de que os interesses de todas as partes sejam atendidos com o propósito de benefício e crescimento mútuo é a questão da China utilizando os recursos dos países africanos de tal maneira que se torna mais difícil o desenvolvimento das nações africanas. Ademais, a inexistência de condicionalidades poderia ser questionada no âmbito político visto que o reconhecimento da política de uma única China é um fator relevantes para firmar um acordo.

Dessa forma, ainda que a cooperação sino-africana seja considerada como Sul-Sul e os impactos desta relação sejam interpretados por alguns analistas como mais favoráveis para os países da África se comparados com os Norte-Sul, não poderia ser enquadrada totalmente no âmbito Sul-Sul devido às consequências negativas para as nações africanas, que já foram abordadas. Entretanto, ainda é uma relação frutífera para os dois lados e promove crescimento econômico. Assim, poderia ser considerada uma cooperação híbrida com aspectos dos princípios de ambos os tipos de cooperação.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AARSÆTHER, Aslaug. **Chinese Colonialism or South-South Cooperation? The Case of Chinese Resources for Infrastructure Contracts in Angola.** Master thesis, Department of Comparative Politics - University of Bergen, 2011. Disponível em : <https://bora.uib.no/bitstream/1956/4930/1/84870016.pdf>>. Acesso em 04 jul. 2019.
- ALVES, André G. M. **Os interesses econômicos da China na África.** Boletim de Economia e Política Internacional. Número 1, 2009.
- BRITO, Lana. **A presença chinesa em Angola: ameaças e oportunidades para o Brasil.** 2011.
- BURGES, Sean; **Desenvolvendo a Partir do Sul: Cooperação Sul-Sul no Jogo de Desenvolvimento Global;** Austral: Revista Brasileira de Estratégia e Relações Internacionais; vol.1, nº2, Jul-Dec 2012; p. 237-263.

ESTEVEES, Paulo; ABREU, Aline; FONSECA; João Moura E. M. da; MAIA, Fernando; NIV, Amir. **Os Brics, a cooperação para o desenvolvimento e a presença chinesa na África**. Carta Internacional, vol. 6, no. 2, 2011.

FOCAC. (2006). **China's African Policy, 2006**. Disponível em: <http://www.FOCAC.org/eng/zt/zgdfzccwj/t230479.htm>. Acesso em: 04 jul. 2019

LANGAN, Mark. **Neo-Colonialism and the Poverty of Development in Africa**. Palgrave Macmillan, 2018.

LOPES, Bárbara; NASCIMENTO, Daniele e VADELL, Javier. **“FOCAC: estratégia econômica e política de cooperação Sul-Sul Sino-Africana”**. Carta Internacional. v. 8, n. 2, jul.-dez. 2013, pp. 81-99.

MENDES, Carmen. **A China e a cooperação Sul-Sul**. Relações Internacionais (R:I). 39-46, 2010.

PEREIRA, Rui P. **A nova política da China em África**. Relações Internacionais (R:I). 19-38, 2006.

RIBEIRO, Valéria L.. **A expansão chinesa na África: o desafio do crescimento e a nova face do imperialismo**. Revista Oikos, Rio de Janeiro, Vol. 9, Nº. 2, p. 13-35. Disponível em: <http://www.revistaoikos.org/seer/index.php/oikos/article/viewFile/223/138>. Acesso em: 04 jul. 2010.

UNITED NATIONS; **About South-South and Triangular Cooperation**, 2018.. Disponível em: <https://www.unsouthsouth.org/about/about-sstc/>. Acesso em 06 de Julho de 2019.

UNITED NATIONS; **South South Ideas - South South Cooperation: A Theoretical and Institutional Framework**; United Nations Office for South-South Cooperation; United Nations Development Programme; New York, Março 2019.

ZHAO, Suisheng. **A Neo-Colonialist Predator or Development Partner? China's engagement and rebalance in Africa**. Journal of Contemporary China, 23:90, 2010.

O LEPLAC E A MUDANÇA DA PLATAFORMA CONTINENTAL BRASILEIRA POR MEIO DA CLPC

CARLOS OTAVIANO PASSOS¹

Resumo: O presente trabalho tem por escopo a realização de uma análise no que tange ao Levantamento da Plataforma Continental (LEPLAC) por parte do estado brasileiro, em consonância com os termos estabelecidos no II Anexo na Convenção das Nações Unidas para o Direito do Mar (CONVEMAR). Utilizando de trabalhos doutrinários e dados secundários, além de fazer uma análise de partes essenciais, para o entendimento do tema proposto, da CONVEMAR. Analisando como foram estabelecidos os limites marinhos na CONVEMAR com um enfoque principal na Plataforma Continental, trazendo também breves ponderações acerca da CONVEMAR e suas consequências que refletiram na motivação do Estado brasileiro para o LEPLAC. Após isso, traz como foi realizada a elaboração do projeto do LEPLAC e os motivos pelos quais o Brasil engajou-se na construção do engenhoso projeto, enumera os desafios do ambicioso projeto e coloca como participou os diversos órgãos do poder público. E por fim, o artigo retrata como foi resolvida a questão do LEPLAC e as considerações acerca do resultado final do projeto, tendo em vista as condições em que ele atualmente se encontra e como se foi dada a recepção da contra-proposta da CLPC sobre o LEPLAC pelo governo do Brasil.

Palavras-chave: Comissão de Limites da Plataforma Continental; Levantamento da Plataforma Continental – LEPLAC; Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar; Direito Internacional Público; Direito do Mar.

INTRODUÇÃO

A importância do oceano para o Brasil é confundida com a sua própria história, o país que é banhado unicamente pelo Oceano Atlântico, teve pelo seu litoral a chegada dos colonizadores europeus. A costa brasileira possui aproximadamente 7.500 quilômetros de extensão e os arquipélagos de São Pedro e São Paulo que expande um pouco mais as fronteiras marítimas brasileiras com o continente africano (WIESEBRON, 2013, p. 107).

¹Graduando do quarto semestre de Relações Internacionais da Universidade Federal do Rio Grande (FURG). Membro do grupo de pesquisa Interseccionalidade e Decolonialidade nas Relações Internacionais. E-mail: carlosotaviano@furg.br. 2019.

A Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 determina os bens que são considerados da União em seu artigo 20, precisamente trabalharemos no presente artigo com os bens descritos na Carta Magna nos incisos V, VI e IX, que respectivamente dizem respeito, aos recursos naturais da Zona Econômica Exclusiva e da Plataforma Continental; ao mar territorial do Brasil; e aos recursos minerais sendo os do subsolo incluídos.

No Estado brasileiro se adota aos conceitos anteriormente mencionados as definições que a Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar (CONVEMAR) traz acerca deles. A CONVEMAR analisa os mais diversos aspectos da relação dos Estados com o mar regulamentando sobre os espaços marinhos, a solução pacífica das controvérsias entre os Estados a respeito do mar, a preservação dos ecossistemas oceânicos e entre outros temas de relevância internacional no que tange o direito do mar (MATTOS, 2014).

Em primeiro lugar se pondera acerca da CONVEMAR, especificamente a terceira, que aconteceu entre 1973 e 1982 em Montego Bay na Jamaica, inaugurando uma nova normatização para o uso dos oceanos pelos Estados-nação (ALBUQUERQUE; NASCIMENTO, 2002, p. 131). A CONVEMAR entrou em vigor depois de ter o mínimo de países signatários, isso se deu após a ratificação do 60º signatário em 16 de novembro de 1994, quando a Guiana ratificou os termos da Convenção. No Brasil ocorreu o início da vigência na mesma data por determinação do decreto n. 1530 de 22 de junho de 1995, considerando que anteriormente teve realizado todos os trâmites necessários para a internalização dos termos da CONVEMAR (DEL'OLMO, 2011, p. 283).

Emprega-se na metodologia de construção do trabalho o uso de trabalhos teóricos e dados secundários que o Estado brasileiro disponibiliza acerca do LEPLAC, fazendo também uma análise dos dispositivos necessários da CONVEMAR para o entendimento do tema proposto. O objetivo do presente trabalho é ponderar acerca da construção do LEPLAC por parte do Brasil elencando as propostas apresentadas à CLPC e as

motivações do Estado brasileiro para o investimento. A pertinência do trabalho se dá devido a importância da temática para o Estado brasileiro e também no entendimento e popularização do Levantamento da Plataforma Continental Brasileira, relacionando com o envio do projeto final à CLPC.

A seguir serão analisados os espaços marítimos essenciais para a compreensão da expansão da plataforma continental brasileira, a construção e importância do LEPLAC para os interesses nacionais do Brasil e também o processo de submissão da proposta de conclusão do Levantamento de Plataforma Continental (LEPLAC) para a Comissão de Limites da Plataforma Continental das Nações Unidas (CLPC).

1. ESPAÇOS MARÍTIMOS

Os espaços marítimos são de importância fundamental para o entendimento do presente estudo, em específico serão retratados aqueles que já foram mencionados anteriormente, isto é, os conceitos de mar territorial, zona econômica exclusiva e plataforma continental. Como já anteriormente mencionado, adota-se no presente trabalho as definições da CONVEMAR.

O mar territorial é definido pela CONVEMAR (artigos 2 e 3) como um espaço onde o Estado costeiro possui uma soberania plena e total domínio sobre as águas, o espaço aéreo adjacente e o subsolo. Estende-se a partir da linha de base até uma largura de 12 milhas náuticas, sendo que cada milha náutica é equivalente a 1852 metros (SOUZA, 1999, p. 1). A partir daqui é importante também delimitar o conceito de linha de base que é considerado pela CONVEMAR como sendo um limite de onde se começa o território marítimo e terrestre, conforme as cartas náuticas, oficialmente reconhecidas, independente da forma utilizada para a medição (MATTOS, 2014, p. 2).

A parte V da CONVEMAR trata sobre a regulamentação da Zona Econômica Exclusiva sendo do artigo 55 ao 75. No artigo 55 a ZEE é definida

como “A zona econômica exclusiva é uma zona situada além do mar territorial e a este adjacente [...]”, dessa forma, a ZEE está 188 milhas náuticas de extensão a partir do mar territorial.

O Estado costeiro tem soberania para a exploração com fins econômicos dos recursos naturais vivos e não vivos da água, do leito do mar e do subsolo. Além de jurisdição para a colocação de ilhas artificiais, instalações e estruturas; também de investigação e pesquisas científicas; e por fim, para a proteção e preservação do meio ambiente marinho (PENNAS, 2010, p. 26).

A Plataforma Continental é definida através de duas formas na conferência que se iniciou em 1973; diferentemente da definição de plataforma continental da conferência realizada em 1958, que para Silva (2015, p. 171) trazia imprecisão e era impossível de ser praticada, pois ignorava aspectos geomorfológicos. Então ficou a seguinte definição acerca da plataforma continental de acordo com o artigo 76 da terceira Convenção em seu primeiro parágrafo:

A plataforma continental de um Estado costeiro compreende o leito e o subsolo das áreas submarinas que se estendem além do seu mar territorial, em toda a extensão do prolongamento natural do seu território terrestre, até ao bordo exterior da margem continental, ou até uma distância de 200 milhas marítimas das linhas de base a partir das quais se mede a largura do mar territorial, nos casos em que o bordo exterior da margem continental não atinja essa distância.

Apesar de não considerar exclusivamente os aspectos geomorfológicos para a definição da plataforma continental, a definição da III CONVEMAR é de acordo com Robert Smith e George Taft (apud SILVA, 2015, p. 171): “define a plataforma continental de uma maneira em que é cientificamente embasada, legalmente defensável e politicamente aceitável.”, isto é, tanto a maneira geomorfológica e quanto a da distância, onde uma delimita a plataforma continental a partir da borda continental e a outra da distância de 200 milhas respectivamente, indica uma forma mais consistente de delimitação das plataformas continentais dos Estados costeiros.

A autora Maria Augusta Paim (2014, p. 321), ainda traz dois conceitos para a definição da plataforma continental, quando essa obedece a delimitação de 200 milhas será chamada de plataforma continental normal, no entanto aquela plataforma continental cujo Estado costeiro pleiteia a extensão será chamada de estendida.

O país de posse da plataforma continental possui a soberania da exploração dos recursos naturais ali presentes, além do exercício de jurisdição do uso e operação de estruturas, de pesquisa científica na região da plataforma continental e da proteção e preservação do meio ambiente subaquático (PENNAS, 2010, p. 26).

A problematização tange a seguir sobre as propostas de expansão da plataforma continental, dado que para o Estado costeiro ampliar sua margem continental exterior, nos termos da CONVEMAR, ele conseqüentemente reduzirá o tamanho da área, que é o leito do mar, os fundos marinhos e o subsolo de regiões do oceano que não são mar territorial ou ZEE de outro Estado, a área é considerada um patrimônio comum da humanidade, o que prejudicaria terceiros Estados. Para isso, os Estados-partes da Convenção fizeram a Comissão de Limites da Plataforma Continental que será retratada a seguir (SILVA, 2015, p. 181-2).

2. COMISSÃO DE LIMITES DA PLATAFORMA CONTINENTAL – CLPC

Como já fora anteriormente mencionado, existem casos onde os Estados costeiros possuem plataforma continental que não acabam na margem continental, isto é, eles possuem a possibilidade de expandir a plataforma continental para fins de exploração. Apesar da extensão da plataforma continental ser uma declaração unilateral de cada Estado, necessita-se do “endosso” da CLPC, pois como fora supracitado, a expansão da plataforma continental causa a diminuição da área (PAIM, 2014, p. 327).

O Anexo II da CONVEMAR traz algumas disposições acerca da CLPC, que serão explanados de maneira sucinta a seguir. É um órgão independente

que tem a composição de 21 membros que são especialistas nas áreas de hidrografia, geologia e também geofísica. A partir de uma distribuição geográfica que represente as diversas regiões do globo, os Estados-partes indicam os representantes para que estes sejam eleitos, sendo que o Estado que indicou um determinado membro é responsável pelo custeio e manutenção enquanto o mandato durar. Cada mandato tem a duração de cinco anos, havendo a possibilidade de reeleição (PAIM, 2014, p. 328-9; SILVA, 2015, p. 173).

No artigo 3 do Anexo II da CONVEMAR se tem as funções da CLPC:

- a) examinar os dados e outros elementos de informação apresentados pelos Estados costeiro sobre os limites exteriores da plataforma continental nas zonas em que tais limites se estenderem além de 200 milhas marítimas e formular recomendações de conformidade com o artigo 76 e a Declaração de Entendimento adotada em 29 de Agosto de 1980 pela Terceira Conferência das Nações Unidas sobre o Direito do Mar;
- b) prestar assessoria científica e técnica, se o Estado costeiro interessado a solicitar, durante a preparação dos dados referidos na alínea a).

Portanto, a CLPC tem a função de auxiliar os Estados costeiros com o suporte técnico necessário para que esses possam pleitear a expansão de plataformas continentais que não acabam antes do fim da margem continental, além de examinar as propostas dos Estados costeiros.

Um ponto importante a ser destacado é sobre as “recomendações definitivas e obrigatórias” que a CLPC faz ao Estado costeiro disposto no parágrafo 8 do artigo 76, isto é, qual o real impacto das recomendações definitivas e obrigatórias da CLPC ao Estado costeiro? O autor Silva (2015, p. 175) destaca o efeito ping-pong disso, pois nas palavras do autor:

Na hipótese de que um Estado costeiro venha discordar das recomendações, deve apresentar à Comissão “dentro de um razoável uma proposta revista ou uma nova proposta” (artigo 8º, Anexo II)¹⁹. Decorrente dessa previsão legal, pode se criar uma interminável situação de “ping-pong”, ou seja, submissão por parte do Estado costeiro, depois recomendações da Comissão, nova submissão por parte do Estado costeiro, novas recomendações da Comissão etc.

No entanto as recomendações devem ser analisadas a partir da perspectiva de serem apenas recomendações que podem servir para que o Estado costeiro possa fixar a sua margem continental além das 200 milhas náuticas, sendo que tal não impede que o mesmo Estado possa fixar limites não correspondentes às recomendações (SILVA, 2015, p. 176).

O artigo 4 do Anexo II ainda traz que os Estados possuíam um prazo limite de 10 anos para a submissão das propostas para as recomendações da CLPC, assim que o tratado entrasse em vigor. Entretanto, Paim (2014, p. 330) diz que no ano de 2001 os Estados-partes optaram por alterar o prazo de dez anos para os pleitos de extensão da plataforma continental para aqueles Estados que teriam adotado a CONVEMAR antes da data de 13 de maio de 1999, sendo assim, prorrogou a data limite de apresentação para a data de 13 de maio de 2009.

3. PLANO DE LEVANTAMENTO DA PLATAFORMA CONTINENTAL BRASILEIRA – LEPLAC

O LEPLAC foi um programa instituído pelo Estado brasileiro através do decreto nº 98.145 de 15 de setembro de 1989, que tem por escopo o estabelecimento da Plataforma Continental Brasileira, sob o prisma jurídico, além das 200 milhas náuticas propostas no artigo 76 da CONVEMAR (MARINHA, 2019).

Como Adherbal Meira Matos (apud PAIM, 2014, p. 332) coloca que a estrutura organizacional do LEPLAC envolve a Marinha do Brasil (cuja Comissão Interministerial para os Recursos do Mar (CIRM) controla o programa), a Petróleo Brasileiro S/A (Petrobras), o Departamento Nacional da Produção Mineral (DNPM), universidades brasileiras e membros da comunidade científica. Ademais, a CIRM que é coordenada pela Marinha, possui representação de vários outros ministérios como das Relações Exteriores, Educação, Minas e Energia, Fazenda, Meio Ambiente e Ciência e

Tecnologia e Inovação. Sendo formada por uma Secretaria, uma Subcomissão e um Comitê Executivo estruturado em três Subcomitês que são o da Logística, o da Batimetria e Cartografia e o da Geologia e Geofísica.

Partindo do pressuposto da Escola Realista das Relações Internacionais que defende que no Sistema Internacional anárquico, ou seja, sem um órgão supranacional, os Estados (únicos capazes de fazer relações internacionais) visavam a maximização dos próprios ganhos (MORGENTHAU *apud* RIBEIRO, 2016, p. 25). Isto é, o Brasil parte do princípio da maximização dos próprios ganhos, pois como visto os recursos do subsolo, da Plataforma Continental, da Zona Econômica Exclusiva e do mar territorial são bens do Estado brasileiro de acordo com a Constituição.

Ainda sobre as motivações econômicas além do aumento da margem exterior da borda continental que angaria maior quantidade de recursos vivos e não vivos ao Brasil para exploração econômica. Estima-se que as jazidas de petróleo do Pré-Sal estejam em parte nas áreas pleiteadas ao Brasil, portanto é de suma importância o reconhecimento da Comissão da jurisdição do Brasil sobre a Plataforma Continental estendida pretendida (PENNAS, 2010, p. 32).

As motivações brasileiras também podem ser consideradas da perspectiva da segurança nacional, visto que o Brasil é uma das nações mais importantes no Atlântico Sul, portanto ampliar seu espaço sob jurisdição nessa área é de extrema importância para a garantia da soberania nacional (WIESEBRON, 2013, p. 124).

3.1 A recepção da proposta brasileira na CLPC e segunda fase do LEPLAC

O Brasil apresentou o seu pleito de extensão da Plataforma Continental em 17 de maio de 2004, solicitando uma ampliação de aproximadamente 960 mil km² além das 200 milhas náuticas contadas a partir da linha de base. O documento enviado pelo Estado brasileiro era composto de um sumário executivo contendo gráficos, mapa e coordenadas geográficas de pontos

que delimitam a Plataforma Continental estendida. Tal documento é público, entretanto a CLPC não divulga as razões e os dados científicos da solicitação (PAIM, 2014, p. 333). O pleito de aproximadamente 960 mil km² pretendido pelo Brasil era distribuído ao longo da costa brasileira nas regiões Norte (na região do Cone do Amazonas e na região da Cadeia Norte Brasileira), Sudeste (Platô de São Paulo e região da Cadeia de Vitória-Trindade) e Sul (Cone do Rio Grande e região de Platô de Santa Catarina). A área de pleito era equivalente a somatória da área de toda a região Sul e do Estado de São Paulo, advém daí o apelido de “Amazônia Azul”, pois o Brasil teria sob jurisdição uma área oceânica de 4,4 milhões de km², o que dá aproximadamente metade da área do território terrestre brasileiro.

No ano de 2007 a Comissão apresentou suas recomendações sobre os pleitos do Brasil e endossou a extensão de aproximadamente 771 mil km², entretanto, deixou de fora cerca de outros 190 mil km² localizados no Cone do Amazonas, na margem continental sul e nas Cadeias de Vitória-Trindade e na Norte Brasileira (PAIM, 2014, p. 335). O Brasil acabou não aceitando as recomendações da CLPC em não endossar a totalidade do seu pleito, conseqüente a este fato, o Brasil, através da CIRM, começou uma nova fase do LEPLAC para que se fosse elaborada uma nova proposta de expansão da plataforma continental para que fosse submetida à CLPC. Na segunda fase do LEPLAC os pleitos brasileiros de plataforma continental são divididos em três partes, a margem continental sul, a margem continental equatorial e a margem continental oriental/meridional.

Sendo que na proposta da Margem Continental Sul, esta sendo em parte pertencente na Margem Continental Meridional, o Brasil submeteu os estudos e dados coletados das pesquisas à CLPC em abril de 2015 e apresentou em 25 de agosto do mesmo ano, tendo sido aprovada a proposta brasileira em sua totalidade em março de 2019 pela Comissão. Já a proposta da Margem Continental Equatorial foi encaminhada ao órgão competente da Organização das Nações Unidas (ONU), na data de 8 de setembro de 2017 e foi apresentada para a CLPC em 08 de março de 2018. A previsão é que a

proposta tenha a análise iniciada no corrente ano, 2019. Por último a proposta da Margem Continental Meridional que contou com a inclusão da elevação de Rio Grande (ERG) em 07 de dezembro de 2018. A previsão inicial da CLPC para os inícios das análises dessa proposta se dará a partir do ano de 2023. Com a adesão da ERG, a proposta da Amazônia Azul passará a ter uma área pretendida de 5,7 milhões de km² (MARINHA, 2019).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Estado brasileiro signatário da Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar motivado economicamente e estrategicamente, então buscou construir através da Comissão Interministerial para os Recursos do Mar (CIRM) um projeto para pleitear a expansão da sua Plataforma Continental, por meio das disposições normativas da Comissão de Limites da Plataforma Continental.

Como visto o projeto atualmente está em sua segunda fase esperando pelo endosso da CLPC em duas partes das três que foram submetidas, que são a Margem Continental Equatorial e a Margem Continental Meridional. O Brasil, portanto, esteve motivado para a construção do LEPLAC na busca de explorar economicamente os recursos vivos e não vivos além das 200 milhas náuticas da Plataforma Continental, acrescenta-se também que por questão estratégica de predominância marítima no Atlântico Sul. Ademais, ressalta a importância de instituições como a Comissão de Limites da Plataforma Continental, para garantir aos Estados uma maior segurança em suas ambições territoriais soberanas e jurisdicionais, em outras palavras, a relevância da CLPC com o seu endossamento dos pleitos dos Estados costeiros, para que estes tenham uma maior segurança jurídica das plataformas continentais estendidas.

Conclui-se que o Brasil utilizou-se dos mecanismos criados pela Convenção para expandir sua borda exterior continental além das 200 milhas jurídicas pré-estabelecidas pelo artigo 76, adotando então os

critérios técnicos geomorfológicos para conseguir pleitear uma maior Plataforma Continental.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBUQUERQUE, Leticia; NASCIMENTO, Januário. Os princípios da Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar de 1982. **Sequência: Estudos Jurídicos e Políticos**, Florianópolis, p. 129-148, jn. 2002. ISSN 2177-7055. Disponível em:

<https://periodicos.ufsc.br/index.php/sequencia/article/view/15335>.

Acesso em: 02 set. 2019.

BRASIL. **Constituição Federal de 1988**. Promulgada em 5 de outubro de 1988. Disponível em

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm.

Acesso: em 02 set. 2019.

BRASIL. **Decreto Nº 99.165**, de 12 de março de 1990. Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar. Brasília. Disponível em:

<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1990/decreto-99165-12-marco-1990-328535-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 01 set 2019.

CHEDID, Thaiz da Silva Vescovi. SANTOS, Edmilson Moutinho dos. Aspectos de regulação internacional do petróleo: o caso Brasil. **Estudos avançados**. São Paulo v.33, n.95. p.113-132, jan. 2019.

Disponível em:

http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142019000100113&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 16 out. 2019.

DEL'OLMO, Florisbal de Souza. **Curso de Direito Internacional Público**. 5º ed. Rio de Janeiro: Forense, 2011.

MARINHA DO BRASIL. Plano de Levantamento da Plataforma Continental Brasileira, 2019. Disponível em:

<https://www.marinha.mil.br/secirm/leplac>. Acesso em: 9 set. 2019.

MATTOS, Adherbal Meira. O Novo Direito do Mar, Amazônia Azul e Pré-Sal. **Revista Eletrônica da Faculdade de Direito da UFPEL**. v. 01, n. 1, jan./jun., 2014.

PAIM, Maria Augusta. A expansão da Amazônia Azul: a plataforma continental do Brasil além das 200 milhas náuticas. In **Reflexões sobre a Convenção do Direito do Mar** / André Panno Beirão, Antônio Celso Alves Pereira (organizadores). – Brasília: FUNAG, 2014. p. 313-346.

PENNAS, Fernanda. Aspectos constitucionais da Exploração de Petróleo e Gás Natural e o Panorama de Exploração do Pré-Sal. **Revista Brasileira de Direito Constitucional – RBDC**, n. 16 – jul./dez., p. 25-34, 2010.

RIBEIRO, Renato Ferreira. **Nacional-desenvolvimentismo e política externa brasileira : o pensamento político de San Tiago Dantas entre 1950 e 1960**. 174 f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política). Centro de Educação e Ciências Humanas, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2016. Disponível em: <https://repositorio.ufscar.br/handle/ufscar/8028>. Acesso em: 12 set 2019.

SOUZA, J. M. de. Mar territorial, zona econômica exclusiva ou plataforma continental?. **Rev. Bras. Geof.** São Paulo, v. 17,n. 1, p. 79-82, mar. 1999. Disponível em:

http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102261X199900100007&lng=pt&nrm=iso. Acesso em 08 set. 2019.

SILVA, Alexandre Pereira da. O novo pleito brasileiro no mar: a plataforma continental estendida e o Projeto Amazônia Azul. **Rev. bras. polít. int.**, Brasília , v. 56, n. 1, p. 104-121, 2013. Disponível em:

http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S00347329201300100006&lng=en&nrm=iso Acesso em 09 set. 2019.

SILVA, Alexandre Pereira da. A comissão de limites da plataforma continental (CLPC) e os desafios na delimitação das plataformas continentais estendidas. **Revista de Direito Internacional**, Brasília, v. 12, n. 1, p. 169-184, 2015.

WIESEBRON, Marianne L. Amazônia Azul: pensando a defesa do território marítimo brasileiro. **Austral: Revista Brasileira de Estratégia e Relações Internacionais**, Porto Alegre, v.2, n.3, jan.-jul.,p.107-131, 2013

A POLÍTICA MIGRATÓRIA DO GOVERNO TRUMP E OS IMPACTOS IMEDIATOS NA POLÍTICA REGIONAL

DAVI ANTUNES DA LUZ¹

JOÃO PAULO CAVAZZANI BOSSO²

Resumo: A construção da figura dos Estados Unidos da América, no imaginário popular, como a terra da oportunidade – onde o sonho americano pode se realizar – trata-se de um processo desenvolvido desde o início do século XIX. Muitas vezes caracterizado como um país formado a base do recebimento irrestrito de imigrantes, a realidade estadunidense é outra, haja vista que, desde os primeiros anos de sua independência, os Estados Unidos sempre possuíram leis migratórias bem específicas. O acolhimento aos candidatos ao sonho americano durante o século XIX era amplo, o que alçava os Estados Unidos como um dos países responsáveis por acolher um dos maiores contingentes populacionais no período, entretanto, esse é um fato marcado pelas especificidades do país que são expressas diretamente no perfil populacional que os locais buscavam: brancos, religiosos e com qualificações no trabalho rural, sendo assim, essa postura não se repete em relação aos negros, vindos dos países africanos, ou dos latinos. Ao longo dos anos torna-se evidente que esse padrão de recebimento se altera mediante a necessidade, haja vista que a escalada pelo segundo setor da economia acaba por demandar mão de obra qualificada – a medida que a ideia do consumo de massas se estabelece – e a população imigrante sem qualificação é barrada com a criação de leis e decretos presidenciais. Assim, mesmo com avanços na criação de leis que humanizam o recebimento dos contingentes populacionais, buscando reduzir o número de ilegais no país, a eleição de Donald Trump como presidente dos Estados Unidos marca um novo período migratório. Com a construção de uma campanha eleitoral na qual a figura do migrante era posta como matriz de crises e problemas, o discurso nacionalista de Trump nunca escondeu o desejo de elaborar propostas que acabam por atacar as liberdades individuais em prol do protecionismo e da defesa dos estadunidenses, de modo a criar um discurso de ódio contra os países do Oriente Médio e da América Latina – em particular com o México. Deste modo, o presente trabalho analisa a formação das políticas migratórias dos Estados Unidos com enfoque nas principais medidas tomadas pela gestão de Donald Trump, no período de 2016 a 2019, e suas consequências imediatas à nível regional.

Palavras-Chave: Imigração; Donald Trump; Estados Unidos da América

¹Graduando de Relações Internacionais. Universidade Federal de Santa Catarina. E-mail: antunnesdavi@gmail.com. 2019.

²Graduando de Relações Internacionais. Universidade Federal de Santa Catarina. E-mail: jpaulobosso@gmail.com. 2019.

INTRODUÇÃO

A construção simbólica dos Estados Unidos da América, no imaginário popular, como a terra da oportunidade, trata-se do resultado de um processo que se desenvolve desde o início do século XIX e perdura até os dias atuais. Como um país estruturado com muito auxílio da força de trabalho estrangeira, é comum observar análises que ressaltam a diversidade étnica dos EUA como um resultado do recebimento irrestrito de migrantes principalmente em seus anos iniciais. Essa análise, todavia, gera discussões, tendo em vista que, desde os primeiros anos de sua independência, os Estados Unidos sempre possuíram leis migratórias específicas e que criaram um cenário propenso a formação e a perpetuação de atos xenófobos e preconceituosos.

Passando por ondas conservadoras e liberalizantes, os Estados Unidos da América experimentaram diferentes comportamentos em relação a sua política migratória. Mais recentemente, em um cenário de intolerância e receio, a política mundial tem se reestruturando, principalmente no segundo decênio dos anos 2000. Em 2015, no caso norte-americano, a ascensão de Donald Trump na carreira política e sua eleição ao cargo de presidente da república no ano seguinte, marcam o início de uma onda conservadora que, além de apresentar um viés liberalizante nos aspectos econômicos, mostra uma concentração de esforços em medidas que cerceiam as liberdades individuais em prol do protecionismo e do nacionalismo exacerbado.

A construção política de Trump se consolidou na figura de ataque a população migrante nos EUA. Seu *slogan* de campanha, *Make America Great Again*, fazia clara analogia a presença de estrangeiros nos EUA, reforçando a visão e o desejo do então candidato pelo partido Republicano de realizar um enrijecimento das fronteiras. Sustentado pela intolerância expressa em propostas como a criação de um muro físico entre EUA e México e a deportação imediata de milhões de imigrantes, o presidente eleito representa e ajuda a dar força a uma nova onda conservadora que propagada

a intolerância e reflete negativamente nos indicadores político-econômicos dos países ao seu entorno que absorvem muito do que se propõe nos EUA.

Assim, observar a posição internacional que essas medidas se enquadram, rompem com o imaginário popular construído desde o início do século XX que alavancam os EUA como a terra da oportunidade, onde seria possível desenvolver o sonho americano. O discurso de intolerância de Trump, abre questionamentos que envolvem não somente o âmbito interno do país, mas sobretudo quais os efeitos a níveis regional. Nesse sentido, o presente trabalho analisa a formação das políticas migratórias dos Estados Unidos com enfoque nas principais medidas tomadas pela gestão de Donald Trump, no período de 2016 a 2019, e suas consequências imediatas à nível regional

1. O HISTÓRICO DOS FLUXOS MIGRATÓRIOS ESTADUNIDENSE

Constituído pela presença inglesa na América do Norte, a formação dos Estados Unidos da América se inicia pela fixação das 13 Colônias na região, entretanto, sua história só tem efetivo início com sua independência. Pela necessidade da construção de uma economia nacional e de mão-de-obra apta aos trabalhos desenvolvidos na região, a política migratória desenvolvida nos primeiros anos do século XIX nos EUA era claramente irrestrita, o que gera o recebimento de imigrantes europeus por quase todo o século, pela construção de campanhas "que vinculam os Estados Unidos como a terra da liberdade e da oportunidade" (SILVA, 2013, p. 10). Fixado no imaginário nacional, essa visão utópica se mantém como oportunidade de migração, de modo que, até na contemporaneidade esse conceito se mantém.

Assim, familiarizados com os trabalhos rurais e observando as terras atlânticas como um novo começo, a migração do século XIX para os Estados Unidos se constrói juntamente com o processo de expansão territorial conhecido Marcha para o Oeste, que acaba por povoar a região, bem como movimentar a economia nacional. Vale destacar, sobretudo, que o fato da receptividade irrestrita aos europeus estava diretamente relacionado ao

perfil populacional que os locais buscavam: brancos, postura essa que não se repete em relação aos negros, vindos dos países africanos, ou dos latinos na contemporaneidade. Por se tratar de um trabalho compulsório, os escravizados não contabilizam as estatísticas como imigrantes, entretanto, se destaca que na construção nacional norte-americana, seu papel é significativo e relevante principalmente no contexto do sul dos Estados Unidos, o que, entre outras razões gera conflitos internos no território.

Esse cenário constituído pelos imigrantes voltados ao meio rural, conforme aponta Santos (2013), se altera significativamente após a Guerra de Secessão, no qual o desenvolvimento da indústria nacional ganha relevância, rumando a força de trabalho imigrante para o segundo setor da economia. Assim, os Estados Unidos passam a construir a ideia do consumo de massas (PECEQUILO, 2005), criando um cenário propenso ao desenvolvimento de um setor terciário de forma acelerada, para suprir as demandas industriais e que, no início do século XX, transformam a nação em uma das maiores potências industriais da época, ultrapassando inclusive a Europa.

Esse período corresponde a uma fase de realização das conquistas territoriais, com o máximo aproveitamento dos recursos que o país oferecia continentalmente. Tais oportunidades, somadas à imagem da América como terra da igualdade, da democracia, da liberdade anárquica e das oportunidade ilimitada, serviam também de atrativo para os imigrantes que deixavam o Velho Continente (italianos, irlandeses e alemães), que, além de trazerem know-how para a economia norte-americana, também passaram a funcionar como exército de reserva de mão de obra (...). (PECEQUILO, 2005, pg.62)

Conforme aponta Pecequilo (2005), a sociedade norte-americana se constrói como um *melting pot*, ou seja, pela associação de diversas etnias e culturas, associando-se por uma multiplicidade cultural que se perpetua, mesmo que a hegemonia racial branca e religiosa ainda seja uma realidade problemática. É nesse mesmo contexto de comunhão cultural que observamos o surgimento de um sentimento anti-estrangeiro e que, segundo Reis (apud SANTOS, 2013), se baseia nos preceitos do anti-catolicismo, no anti-radicalismo e no nativismo radical, gerando uma postura xenofóbica e que resulta em uma mudança de postura por parte do próprio governo, que

passa a ponderar os fluxos migratórios.

O Ponto marcante na mudança do padrão migratório dos Estados Unidos é, sem dúvida, o período entreguerras, no qual, a partir da vinda exorbitante da população europeia em estado de miséria, observa-se a criação de medidas protetivas que restringem em número a vinda de europeus ao território estadunidense e que culminam na sanção do *Immigration Act* de 1924 – responsável por restringir as migrações para o território dos EUA que fossem de fora da Europa Ocidental. A lei que durou quatro décadas, como define Rossana Reis (apud SILVA, 2013), foi importante para assentar a "discriminação racial na legislação, sob o argumento de que ela refletia os interesses para a população já assentada, que era basicamente manter a homogeneidade racial". De certa forma o que isso quer dizer é que desde muito cedo, apesar do fluxo de imigração ser parte essencial para o movimento de produção capitalista da sociedade estadunidense, existia uma ideia do que seria o "cidadão americano" e quem poderia se encaixar em tal – que deve ser vista como intensamente apoiada pelas classes de poder.

Assim, as relações migratórias dos Estados Unidos se estabelecem, de modo que, ainda perpetuando a ideia de uma terra de oportunidades, o território norte-americano realmente mostra-se como um objetivo a se alcançar, entretanto, apenas para as populações desejadas por ele. Nos anos 1960, observamos o aumento do número registrado de latinos nos EUA, o que se amplia significativamente com o novo *Immigration Act* de 1965, “que estabelece o fim de uma política migratória que estabelecia padrões raciais e étnicos.” (SILVA, 2013, p.13). A partir disso, se inicia uma onda migratória latino-americana que diretamente se relaciona a crise das economias subdesenvolvidas dos anos 1960 e que se agravam nos anos 1970 e 1980. Esse número de documentados no país está relacionado ao recebimento de uma mão-de-obra a baixo custo e que, não representa um problema ao Estado, já que os vistos passam a ser concedidos mediante critérios, como habilidades profissionais.

É a partir deste fechamento seletivo das fronteiras que os Estados Unidos da América focalizam sua ação na grande preocupação do final do

século XX: A Imigração Não Documentada. As políticas migratórias no avanço do século XX flutuam, assim, entre a facilitação da concessão de vistos aos imigrantes e o fortalecimento das fronteiras.

Em 1994, entre reformas na Lei de Imigração - que se alteram com debates acalorados e que não necessariamente envolviam a participação popular - é liberado um dos principais regimes de combate à imigração ilegal - que definiu não somente um aumento substancial nos orçamentos dos órgãos ligados ao controle da imigração, mas alterou as fronteiras sul dos Estados Unidos com o México. É assim na denominada Operação Gatekeeper que marca a construção do muro que se estende por mais de 900 quilômetros - $\frac{1}{3}$ da fronteira entre os dois países. De tal forma, o movimento político de conter a imigração com medidas de contenção como as *hard borders* não é uma novidade.

Talvez o ponto central de interesse no entendimento da situação dos imigrantes na sociedade estadunidense atualmente e que motiva as políticas do governo esteja no desenvolvimento do cenário após os atentados do 11 de setembro. O que acontece é que os imigrantes - e agora especialmente os que não são do mundo ocidental - são acusados pela insegurança do país, de forma que a política de migração assume também o caráter de política de segurança, ou seja, a imigração passa a ser uma temática securitizada. Durante o governo Bush, pode-se destacar o aumento drástico dos gastos com as políticas de migração, não somente o número de agentes nas fronteiras duplicou, mas também a ação de vigilância interna em questão de imigrantes ilegais foi intensificada. Por outro lado, é interessante apontar que o Presidente reconhecia nos imigrantes uma importância econômica em relação a mão de obra nos Estados Unidos, tentando algumas vezes passar pelo Congresso mudanças na lei que permitissem que imigrantes pudessem trabalhar legalmente no país por um tempo determinado e depois retornar ao seu país de origem.

Com a eleição de Barack Obama, a agenda de imigração também foi tema de forte debate popular e nas instâncias do governo. De fato, o presidente tomou diversas medidas para prover alívio temporário a diversos

imigrantes sem documentos - o programa Deferred Action for Childhood Arrivals (DACA) concedeu vistos de estadia e de trabalho por dois anos renováveis para aqueles que chegaram ilegalmente no país ainda crianças. Em 2014 também o presidente tentou aprovar o programa denominado Deferred Action for Parents of Americans (DAPA) que visava oferecer um caminho a cidadania a imigrantes ilegais que fossem pais de cidadãos estadunidenses, entretanto, o programa foi bloqueado pela Corte Federal em 2015 e nunca foi formalmente implementado. Deve-se ter em mente, entretanto, que a administração Obama foi marcada por um elevado número de deportações de imigrantes que fez com o que o presidente fosse amiúde chamado de *deporter-in-chief* pela mídia, mas como acontece atualmente, o discurso de Obama nunca adquiriu contornos de xenofobia (VENTURA, 2017).

Nesse cenário em que os Estados Unidos possuem uma noção consolidada acerca de seu nacionalismo, com apreço ao território e as celebrações populares comuns, a questão étnica passa a ser um motivo de preocupação que legitima discursos como o que molda a campanha de Donald Trump, em 2016. Nos Estados Unidos "o nacionalismo sempre esteve presente na cultura política, entretanto raramente detém as rédeas do poder" (MILLER, 2018, tradução nossa), e a eleição de Trump para o cargo de presidente da república inverte este panorama. É interessante, também notar que a eleição de Trump não se trata de um fenômeno isolado, mas sim trata-se de um acontecimento político que marca uma resposta global a necessidade de rejeição da globalização no sistema vigente. Assim, a plataforma de enrijecimento de fronteiras, com justificativas nacionalistas, torna-se o caminho político do presidente para representar essa proposta antiglobalista.

2. A PROPOSTA DE ENRIJECIMENTO DE FRONTEIRAS POR DONALD TRUMP

A abordagem feita por Donald Trump em relação a sua política migratória é claramente distinta em comparação a seus predecessores (PIERCE, 2018). Não somente trazendo um maior grau de importância e

atenção ao tópico, a questão migratória recebe um contorno alarmista, à medida que o ato de imigrar e os efeitos dessa prática são vistos como negativos ou prejudiciais aos Estados Unidos e sua população. Assim, centralizado nesta temática, a atuação de Donald Trump na construção de uma nova ideia acerca da imigração não fica restrita apenas ao período posterior a sua posse, haja vista que o discurso de campanha utilizado pelo norte-americano dialoga constantemente com os imigrantes nos EUA.

Boa parte da campanha presidencial de Trump esteve centrada no sentido expresso por seu slogan *Make America Great Again*. A expressão cunhada fazia clara analogia a presença de estrangeiros nos EUA, reiterando a visão dos malefícios relativos à presença destes no país. Mesmo com indicativos que destacam a presença de aproximadamente 44 milhões de imigrantes no país – o que representa 13% de toda a população estadunidense – a xenofobia e a intolerância se construíram nas palavras de Trump que manteve uma postura extremamente radical inclusive realizando associações entre imigração e terrorismo (BEVILACQUA, 2017). Assim, o discurso “trumpista” realizou ataques diretos a grandes contingentes populacionais como os mexicanos, que representam um total de 26% do número de imigrantes no país e boa parte dos imigrantes não documentados que residem nos EUA, e os povos islâmicos, que integram um foco de ataque devido aos resquícios xenófobos dos atentados de 11 de setembro.

Segundo o Relatório do *Migration Policy Institute*, de 2018, a abordagem de Trump para a questão migratória centralizou seus esforços em alguns objetivos principais que, conseqüentemente, ficaram marcados como o foco do governo e também como o foco de atenção da grande mídia. De forma simplificada, os objetivos de campanha de Trump, assim, ficaram marcados principalmente pela construção de um muro físico na fronteira sul entre México e Estados Unidos – sendo as despesas da construção pagas pelo governo mexicano – no intuito de deter a imigração ilegal, deportar milhões de imigrantes não documentados e banir a admissão de refugiados de países de maioria islâmica (PIERCE, 2018). Com essas medidas, Trump e seu suposto gabinete buscavam não somente criar um sentimento imediatista da

necessidade de mudança da política migratória como, sobretudo, criar um consenso que possibilitasse reestruturar e redefinir a política migratória dos Estados Unidos após a eleição.

3. AS PRINCIPAIS MUDANÇAS FEITAS SOB A GESTÃO TRUMP

A eleição de Trump, em novembro de 2016 e a posse do cargo em 20 janeiro de 2017 como o 45º Presidente dos Estados Unidos da América, foi acompanhado de muito temor e receio por parte da população estrangeira nos EUA. Entre o período de sua vitória no pleito e sua posse no ano seguinte, as declarações de Trump à mídia mantiveram o mesmo tom alarmista de sua campanha, o que preocupou boa parte dos imigrantes. Segundo Clara Barata (2016), em entrevista para CBS, o presidente norte-americano prometeu expulsar imediatamente três milhões de imigrantes após sua posse, bem como garantir a construção do muro entre EUA e México em zonas consideradas perigosas.

Para realizar o cumprimento de suas promessas de campanha e dar início a uma mudança profunda na estrutura da política migratória estadunidense, Trump utilizou-se da emissão de Ordens Executivas (BEVILACQUA, 2017) para pôr em prática seus objetivos. Segundo Bevilacqua (2017), nos Estados Unidos, as Ordens Executivas possuem o intuito de instruir como o governo deve trabalhar dentro dos parâmetros que serão ajustados pelo Congresso, assim, não é capaz de criar uma nova lei, mas apenas definir quais assuntos devem ser prioritários no trabalho do Congresso e dos departamentos envolvidos.

Segundo informações dos arquivos nacionais dos Estados Unidos, em seu primeiro ano de mandato, Donald Trump foi responsável por emitir 55 ordens executivas, número superior a seus últimos 3 antecessores. Segundo Sarah Pierce (2018), no seu primeiro mês de mandato, o gabinete do presidente emitiu nove ordens executivas assinadas por Donald Trump relacionadas a questão imigratória. Segundo a autora, no relatório emitido pela *Migration Policy Institute*,

Essas ordens prometeram amplas mudanças no sistema de imigração, incluindo: a construção de um muro ao longo de toda a fronteira sul; contratação de 15.000 agentes adicionais de fronteira e de atuação interna e a eliminação das chamadas "cidades-santuário", ou seja, cidades que se recusam a cooperar proativamente com os agentes de imigração dos EUA para deter imigrantes não documentados. O que começou como uma promessa de campanha para proibir a entrada de indivíduos muçulmanos no país também se transformou em uma série de três ordens executivas tentando iniciar uma proibição de visitantes, imigrantes e refugiados de países selecionados da maioria muçulmana. (PIERCE *et al*, 2018, p. 3, tradução nossa)

Conforme aponta Pierce *et al* (2018), as mudanças na política imigratória derivadas das Ordens Executivas de Trump foram, no entanto, modestas em relação as extensas promessas do presidente. As ordens executivas propostas pelo gabinete trouxeram os debates em pauta, entretanto, o avanço público das discussões a respeito do tema, conforme aponta ainda o relatório do MPI (PIERCE *et al*, 2018), aconteceram de forma lenta e relutante por parte da oposição. O jogo político que segue a posse de Trump trata-se, assim, de um longo processo no qual o partido democrata se recusa a ceder aos anseios do presidente e dos republicanos que, por sua vez, utilizam do poder de veto presidencial em questões prioritárias para o partido da oposição, criando um ambiente de impasse político que não permite o avanço das principais propostas. Isso ocorre pois, embora tais objetivos de campanha tenham sido endossados pelas Ordens Executivas de Trump, tais discussões não avançaram já que “muitas das outras mudanças obrigatórias do presidente Trump exigem fundos que precisariam ser aprovados pelo Congresso” (PIERCE *et al*, p. 17, 2018).

O fato dos objetivos de Trump terem sido resumidos e centralizados em pontos específicos de sua campanha (especificamente a construção do muro fronteiro entre México e EUA, a deportação imediata de milhões de imigrantes e a pausa do recebimento de refugiados de países de maioria islâmica), acaba por criar um cenário onde a atenção pública se centraliza principalmente nesses quesitos. Assim, boa parte do que tem sido feito pela gestão do então presidente, conforme indica ainda o relatório do MPI (2018), acontece sem maiores repercussões pois não refletem o alcance de seus

objetivos principais. Esse panorama acaba por nutrir uma diferença grandiosa, entre o que foi proposto pelo presidente em campanha e o que vem sendo realmente feito no interior do país.

Conforme indica Pierce *et al* (2018), nesse panorama em que as principais mudanças na política migratória do país têm encontrado dificuldades em avançar, as ações de Trump se concretizam principalmente na ação contra os imigrantes documentados e não documentados pelo país. Em seus três primeiros meses de mandato, o governo do presidente Trump através da Agência de Imigração e Alfândega dos Estados Unidos (AIA), realizaram a deportação de 61.000 imigrantes por todo o país, o que indica um aumento de 37% em relação ao mesmo período do ano anterior, 2016. Além de realizar a deportação, por ordens presidenciais, a Agência de Imigração e Alfândega realizaram também a prisão de mais de 110000 pessoas em situação de irregularidade de visto e documentação, indicando um aumento de 43% em relação ao mesmo período do ano de 2016. Tais medidas não se restringiram apenas aos seus primeiros meses de mandato, já que, segundo o relatório do MPI, nos últimos três meses do ano de 2017, a AIA também consumara a prisão de mais 39000 pessoas, valor 43% superior ao mesmo período no ano de 2016. Vale destacar que política de cárcere da população imigrante feita por Trump busca ampliar os contingentes populacionais a todo custo, já que no anseio de priorizar a deportação de imigrantes, praticas como a prisão de pessoas sem registros criminais ou que não apresentam riscos a sociedade tem aumentado significativamente, o que se comprova, segundo dados do relatório do MPI, que apontam que entre os 110000 migrantes presos durante a gestão de Trump, em 2017, 32000 (29%) “não tinha condenação criminal” (PIERCE *et al*, p. 8, 2018).

Outro aspecto relativo à prisão de imigrantes não documentados está diretamente ligado a fronteira sul entre México e Estados Unidos. Enquanto o avanço na construção do muro acontece de forma lenta devido à pressão do Congresso, a instituição da Política de Tolerância Zero, em maio de 2017 pelo Departamento de Justiça e pelo Departamento de Segurança Nacional, novamente criminaliza a entrada de imigrantes não documentados no país.

Conforme indica os relatórios nacionais fornecidos pelo Departamento de Justiça dos EUA, a Política de Tolerância Zero consiste na criminalização dos indivíduos que foram pegos cruzando a fronteira de forma não documentado. Entre seus aspectos mais polêmicos e que causou grande comoção internacional (CARAZZAI, 2018) a política prevê a separação de crianças migrantes de seus pais. Segundo a política, as crianças ficam reclusas em abrigos enquanto seus pais ou tutores legais são direcionados para o processo de custódia, o que gere uma dificuldade ao reunir as famílias, já que o processo realizado entre os pais e os seus filhos é feito por órgãos distintos do governo. Tal mecanismo utilizado com as famílias na política de tolerância zero, busca reduzir o número de famílias não documentadas no país, já que, segundo Pierce *et al*(2018), um terço dos imigrantes cruzando a fronteira são famílias. Vale destacar também que embora os dados AIA indiquem que o número de individuais interceptados, presos ou deportados na fronteira no primeiro ano de mandato tenha sido inferior aos anos anteriores, segundo o relatório da *Migration Policy Institute* (2017), o governo não reduziu sua atenção com a fronteira sul, realizando a contratação de mais agentes especializados para dificultar a entrada ilegal.

Outro aspecto marcante feito por Trump relativo a questão migratória é a suspensão de programas de acolhimento de refugiados, o que se concretiza em números pela redução de refugiados recebidos pelo país. Segundo o relatório do MPI, após o governo de Obama, que devido ao reconhecimento da crise de refugiados em 2017 realizou o recebimento de 110000 pessoas nos Estados Unidos, a administração de Trump anunciou que o teto máximo de pessoas em situação de refúgio foi de 45000 em 2018, o valor mais baixo desde que o programa se iniciou em 1980. “No entanto, é provável que o número real de admissões seja ainda menor. Nos primeiros nove meses de 2018, os Estados Unidos admitiram apenas 16.000 refugiados” (PIERCE *et al*, p. 10, 2018) indicando que o governo não espera cumprir as cotas máximas que se propôs a receber ao longo do ano.

Além dos aspectos ressaltados, o governo Trump tem utilizado, além do seu poder de veto para impedir admissão de novos imigrantes do país, a

extinção de órgãos criados em gestões passadas que realizam o recebimento de estrangeiros no país, como é o caso do DACA (Deferred Action for Childhood Arrivals). O DACA, como ficou conhecido, trata-se de um programa de concessão de vistos de estadia e de trabalho por dois anos renováveis para aqueles que chegaram ilegalmente no país ainda crianças. O programa criado na gestão Obama recebeu duras críticas por parte de seus opositores e sua extinção, segundo Pierce *et al*(2018) impacta negativamente na proteção e na remoção de vistos trabalhistas para aproximadamente 700000 imigrantes não documentados trazidos ainda crianças aos Estados Unidos. A decisão da gestão de Trump em relação ao programa, entretanto, não foi bem vista, o que causou no ano de 2018 uma série de manifestações por parte dos estados pedindo que a decisão fosse revogada por parte do Executivo e que mais aplicações para o programa fossem aceitas. O tópico, no entanto, ainda não está concluído, já que o congresso discute a possibilidade de aceitar a cidadania dos jovens participantes do DACA, entretanto, até o início de 2019 não realizaram a criação de nenhuma nova lei a respeito do tema.

Por fim, vale observar que as dificuldades encontradas por Trump na reestruturação das políticas migratórias são decorrentes da quebra do consenso que vinha sendo criado durante o processo eleitoral acerca da questão imigratória. O que se nota é a criação de um novo espectro político, amplo, e que caracteriza a imigração de diferentes formas e não apenas da forma calamitosa e urgente como o presidente avaliara. Assim, a redefinição da política migratória segue a passos lentos, a medida que a atuação do governo se concentra na criminalização da questão imigratória, através de seus órgãos federais e nas prisões em massa dos não documentados por todo o país e principalmente na fronteira.

4. OS IMPACTOS IMEDIATOS NA POLÍTICA REGIONAL

A eleição de Donald Trump impacta diversos aspectos da vida pública e do processo decisório em muitos países, afinal, enquanto um dos Estrados

centrais em aspectos econômicos, militares e diplomáticos, sua atuação pode corroborar para legitimar discursos e ações. Num sentido amplo, as políticas antiglobalista do governo Trump – que se concretizam no abandono de tratados internacionais e nas próprias políticas migratórias enrijecidas, por exemplo – são o início de uma onda conservadora que se propaga. A xenofobia dos discursos de Trump e seu caráter agressivo também passam a se manifestar com maior frequência além de auxiliar na eleição de outros líderes mundiais com as mesmas características do presidente eleito.

A nível regional, é possível observar que o conservadorismo do discurso trumpista impacta as sociedades latino-americanas, à medida que a onda conservadora em curso no continente, desde o início de 2010, mostra ganhar força pela eleição de mais de cinco presidentes conservadores, entre eles Jair Bolsonaro, no Brasil e Mauricio Macri, na Argentina. Os novos chefes de Estado, não somente observam na postura de Trump uma partilha de interesses como também um caminho para alianças, haja vista que, torna-se comum o interesse dos países latino-americanos com os objetivos do governo estadunidense. No que diz respeito ao aspecto migratório, o conservadorismo e o nacionalismo expresso nos novos governos de direita dos países latino-americanos também atingem esse âmbito, haja vista que se torna comum o enrijecimento no recebimento de refugiados e imigrantes além do abandono de espaços de discussão multilateral, como feito, por exemplo pelo Brasil que abandonou o Pacto Global de Migrações das Nações Unidas (CERIONI, 2018).

Embora sua influência atinja toda América Latina, o maior impactado no aspecto regional pelas decisões tomadas por Trump na questão migratória é o México, não somente por ser o país com maior fluxo de imigrantes para os EUA, mas sobretudo devido a sua fronteira terrestre de mais de 3mil quilômetros com os estados do Texas, Novo México, Arizona e Califórnia. As diversas declarações xenófobas do presidente em relação ao povo mexicano já causaram diversas indisposições diplomáticas com o país, além de estabelecer uma tensão entre as partes para que a imigração não documentada seja contida por parte do México. Mesmo diante de um tom de

cobrança por parte do governo estadunidense para que o governo mexicano assumira responsabilidades com a crise migratória em questão, é válido destacar que sob a administração de Trump, o governo dos Estados Unidos continua a enrijecer a fronteira, realizando a contratação de novos oficiais de segurança, além de prosseguir com a construção da maior proposta de campanha do candidato republicano: o muro fronteiro.

Outro aspecto relevante e quem tem sido frequentemente utilizado pelo governo estadunidense trata-se uma estratégia de barganha. Devido a sua posição relevante e poderosa no sistema econômico e diplomático, torna-se cada vez mais comum a utilização da técnica de ameaça por parte do governo de Trump. Em maio de 2019, o presidente norte-americano anunciou a aplicação de sanções comerciais e sobretaxas nas tarifas de importação dos produtos mexicanos caso o governo do presidente López Obrador não tomasse medidas que atenuassem a entrada de imigrantes ilegais nos Estados Unidos. Vale destacar que o México atualmente lida com a passagem de imigrantes de toda a América Central – principalmente de países como Honduras, Guatemala e El Salvador – o que tem feito que o número de imigrantes ilegais cruzando a fronteira tenha crescido significativamente até a declaração do gabinete presencial acerca das tarifas e sanções.

Por fim, é necessário destacar que a ameaça diplomática feita pelo presidente norte-americano ao governo mexicano mostra surtir efeitos, a medida que em setembro de 2019, apenas 3 meses após o anúncio oficial do governo estadunidense acerca das tarifas e sanções, o governo mexicano já aponta a redução de mais de 58% no total de imigrantes na fronteira sul entre México e Estados Unidos (PRESSE, 2019). Assim, o que vale se analisar, em termos de longo prazo, é se essa postura imediata e agressiva do governo Donald Trump em seus primeiros anos de mandato surtirá efeitos positivos na conquista de seus objetivos ou se apenas representa os desdobramentos iniciais desta onda conservadora e nacionalista, que propaga ideias xenófobas e que representam um grande retrocesso dos direitos sociais pelo mundo, a medida que se espalha legitimando novos governos não somente pela América Latina.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGÊNCIA ANSA. **Trump anuncia taxas contra México por imigração ilegal.** 2019. Disponível em: <https://epocanegocios.globo.com/Mundo/noticia/2019/05/trump-anuncia-taxas-contr-mexico-por-imigracao-ilegal.html>. Acesso em: 03 out. 2019.

Após onda bolivariana, governos conservadores avançam na América do Sul. 2018. Disponível em: <https://www.opovo.com.br/noticias/mundo/2018/04/o-que-explica-o-avanco-do-conservadorismo-na-america-do-sul.html>. Acesso em: 01 out. 2019.

BARATA, Clara. **Trump promete expulsar dois a três milhões de imigrantes "imediatamente":** Declaração do Presidente eleito em entrevista à CBS.. 2016. Disponível em: <https://www.publico.pt/2016/11/13/mundo/noticia/trump-promote-expulsar-dois-a-tres-milhoes-de-imigrantes-1751017>. Acesso em: 07 out. 2019.

Brasil informa à ONU que vai deixar Pacto de Migração. 2019. Disponível em: <https://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2019/01/08/brasil-informa-a-onu-que-vai-deixar-pacto-de-migracao.ghtml>. Acesso em: 04 jan. 2019.

CARAZZAI, Estelita Hass. **Tolerância zero com migrantes nos EUA leva a 'julgamentos expressos'.** Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2018/06/tolerancia-zero-com-migrantes-nos-eua-leva-a-julgamentos-expressos.shtml>. Acesso em: 12 out. 2019.

ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA. NATIONAL ARCHIVES AND RECORDS ADMINISTRATION. (Comp.). **Federal Register: Executive Orders.** Disponível em: <https://www.federalregister.gov/presidential-documents/executive-orders>. Acesso em: 29 set. 2019.

FRANCE PRESSE (França). **Veja como Donald Trump pretende construir o muro na fronteira dos EUA com o México.** 2019. Disponível em: <https://g1.globo.com/mundo/noticia/2019/02/15/veja-como-os-eua-vao-construir-o-muro-na-fronteira-com-o-mexico.ghtml>. Acesso em: 17 set. 2019.

JACOBSEN, Kjeld. A política migratória de Trump e impactos possíveis na América Latina. In: BERRON, Gonzalo; MOURA, Katharina Hofmann de; RIBEIRO, Lys (Org.). **Os impactos da eleição de Trump para a América Latina e o Brasil.**São Paulo, 2017. p. 36 - 38.

LAFUENTE, Erich de. **U.S. Foreign Policy Towards Latin America Under Trump: Beyond Business as Usual**. Barcelona: Llorente & Cuenca, 2017. 14 p. Disponível em: https://ideas.llorenteycuenca.com/wp-content/uploads/sites/5/2017/07/170720_DI_Report_Foreign_Policy_US_LATAM_ENG-1.pdf. Acesso em: 17 set. 2019.

MARTÍNEZ, Alfredo Juan Guevara; PEDROSO, Carolina; FRANZONI, Marcela. Trump e a América Latina: a política externa para Venezuela, Cuba e México. **Revista do Instituto de Estudos Econômicos e Internacionais**, São Paulo, v. 1, n. 1, p. 116-135, 27 nov. 2018.

PALLEY, Thomas. Trumponomics: neoliberalismo neoconservador camuflado com circo antiglobalização. In: BERRON, Gonzalo; MOURA, Katharina Hofmann de; RIBEIRO, Lys (Org.). **Os impactos da eleição de Trump para a América Latina e o Brasil**. São Paulo, 2017. p. 25-28.

PECEQUILO, Cristina Soreanu. **A Política Externa dos Estados Unidos**. Porto Alegre: Editora Ufrgs, 2005.

PIERCE, Sarah *et al.* **U.S. Immigration Policy under Trump: Deep Changes and Lasting Impacts**. Washington DC, Estados Unidos: Migration Policy Institute, 2018

PRESSE, France. **Trump Promete Deportação Imediata de 3 Milhões de Imigrantes**. 2016. Disponível em: <http://g1.globo.com/mundo/eleicoes-nos-eua/2016/noticia/2016/11/donald-trump-promete-deportacao-imediata-de-3-milhoes-de-imigrantes.html>. Acesso em: 25 jun. 2019.

O BRASIL NA ANTÁRTICA: AS PROJEÇÕES GEOESTRATÉGICAS NO CONTINENTE GELADO

BRUNO ANDRADE TEIXEIRA¹

Resumo: Diante do lançamento da Política Nacional de Defesa e do Livro Branco de Defesa Nacional, em 2012, faz-se relevante o estudo da projeção brasileira na Antártida. Deste modo, o artigo abordará o Regime Antártico e o Brasil; as ações do Brasil na Antártida; a Antártica como entorno estratégico; e o Programa Antártico Brasileiro e os investimentos na pesquisa no continente gelado. Diante de uma perspectiva histórica bibliográfica e documental serão levantados e analisados os interesses da projeção brasileira no continente austral, buscando-se identificar os interesses geoestratégicos do país na Antártica, analisar os investimentos do país no continente gelado e compreender a política brasileira para a Antártida.

Palavras-chave: Brasil; Antártica; geoestratégia; Relações Internacionais; defesa e estratégia.

INTRODUÇÃO

A Antártida, também conhecida como Continente Gelado, possui uma temperatura média no inverno de -60°C , e no verão de -30°C . Além disso, a Antártica tem cerca de 98% da sua área coberta de gelo, possuindo 70% da água doce do planeta, em uma área total de 13.661.000 km² (equivalente a 1,6 vezes o tamanho do território brasileiro), na qual é estimado uma grande quantidade de riquezas minerais, como petróleo, gás, cobre, urânio, entre outros (MATTOS, 2014).

Como problema de pesquisa, dado estes elementos acerca das características geográficas e estratégicas para o desenvolvimento de uma nação potência ou emergente, faz-se interessante estudar qual a projeção e quais os interesses geoestratégicos do Brasil na Antártida. O país está a par do assunto desde a década de 1950, porém foi dado maior importância apenas

¹Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA). 2019.

na década de 1980 e, mais recentemente, nos anos 2000, foram lançados a Política Nacional de Defesa (2012) e o Livro Branco de Defesa Nacional (2012), os quais trouxeram novamente o tema antártico para as discussões da política de defesa brasileira. Para tanto, o presente artigo buscará, como objetivo geral, identificar os interesses geoestratégicos do país na Antártica e, como objetivos específicos, analisar os investimentos do país no continente gelado e compreender a política brasileira para a Antártida. Assim, foi levantada a seguinte hipótese: as intenções do Brasil na Antártica estão na necessidade brasileira de defender a soberania da fronteira marítima do país.

Metodologicamente, a pesquisa é de caráter qualitativa, quanto ao procedimento ela é bibliográfica e documental. O artigo se caracteriza como um estudo hipotético-dedutivo e descritivo-explicativo dos aspectos estratégicos sobre a inserção do Brasil nos assuntos acerca do continente antártico, utilizando-se de materiais bibliográficos e documentais, como a Política Nacional de Defesa (2012) e o Livro Branco de Defesa Nacional (2012).

1. REGIME INTERNACIONAL DA ANTÁRTICA E O BRASIL

No início da década de 1950 ocorreu o Ano Geofísico Internacional (AGI), o qual pretendia ter maiores e melhores discussões acerca dos fenômenos da Terra. Diante disto, continuando as discussões da AGI, o presidente norte-americano Dwight Eisenhower convidou um reduzido número de países para a Conferência de Washington, em dezembro de 1959. Em tal conferência a maioria dos países estavam dispostos a fazer concessões para que a União Soviética não inserisse uma presença militar na Antártida (IPEA, 2018). Em dezembro de 1959, após uma série de alterações e discussões foi, então, assinado o Tratado da Antártica com doze países signatários.

O Tratado da Antártica é composto por 14 artigos, dentre os principais estão: o uso da Antártica para fins pacíficos (proibindo o desenvolvimento e testes de armas, principalmente nucleares); a proibição da militarização da área; a liberdade de pesquisa científica na região; a facilitação da cooperação internacional, inclusive no intercâmbio de informações e pesquisas no

continente; o congelamento das reivindicações territoriais do território antártico (MATTOS, 2014). Tais questões eram delicadas e mostram a preocupação dos países, principalmente as potências, sobre o tema antártico, visualizando desde aquela época a importância estratégica da região no Sistema Internacional. Outro ponto do tratado é a proibição da militarização do continente, ele não proíbe o uso de pessoal e de equipamentos militares para o apoio à pesquisa científica, os quais contribuem em diversas bases, principalmente nas questões de logística (IPEA, 2018). Neste sentido, diversos países utilizam das Forças Armadas para a manutenção das suas atividades nas estações científicas, como é o caso brasileiro. Há também órgãos que servem para a tomada de decisão no que se refere à Antártida, os quais pertencem ao Secretariado do Tratado da Antártica (STA). Dentre tais órgãos estão: o Comitê Científico sobre Pesquisa Antártica (SCAR), o Comitê de Proteção Ambiental (CEP) e o Conselho de Gestores dos Programas Nacionais Antárticos (Comnap) (IPEA, 2018).

O Brasil não percebeu a importância e oportunidade do AGI de 1957/58, perdendo as discussões acerca do tema antártico. O País, além disso, devido a sua ausência até aquele momento nas discussões sobre o continente antártico e ao não envio de expedição até aquele ano, não foi convidado pelo presidente norte-americano Dwight Eisenhower para a Conferência de Washington (MATTOS, 2014).

Mais tarde, já em 16 de maio de 1975, o Brasil comunicou aos EUA (depositário do Tratado da Antártica), sua decisão em aderir ao Tratado. E via Decreto 75.963, em julho do mesmo ano, foi promulgado o tratado (IPEA, 2018). Diante da ratificação do documento, Brasília deu ênfase a sua ascensão como parte consultiva do tratado, além de buscar a participação plena no Sistema do Trato, com o objetivo de poder decidir sobre as futuras configurações no continente (MATTOS, 2014). Devido a procura pela adesão ao documento, ao envio de uma expedição científica em dezembro de 1982, e o respeito ao que foi acordado, o Estado brasileiro foi aprovado, em setembro de 1983, como membro consultivo do Tratado Antártico, assim passando a ter direito a voto nas reuniões (MATTOS, 2014).

Ademais, ao que se refere ao STA, há uma série de instrumentos que visam a promoção da cooperação da questão antártida. Dentre tais instrumentos destaca-se o Protocolo de Madrid, criado em 1991, que visava a prorrogação por mais cinquenta anos da extração mineral no continente gelado, consolidando a característica ambientalista do tratado (IPEA, 2018). Neste quesito, de participação dos acordos e protocolos, o Brasil tem destaque. O país tem uma forte política ambientalista para a região, além de ter uma obrigação e respeito às normas do Sistema Antártida, sendo signatário de todas as convenções e protocolos do STA (MATTOS, 2014). Tal característica da inserção internacional do Brasil na Antártica pode ser visualizada na adesão do país ao Protocolo de Madrid, na sua adesão ao instrumento de Convenção para a Conservação das Focas Antárticas e na Comissão para a Conservação dos Recursos Vivos Marinhos Antárticos (IPEA 2018). Assim, atualmente o Brasil está plenamente integrado ao STA, tendo a proteção ambiental como um dos princípios fundamentais das políticas nacionais para a Antártica. Nas negociações do Protocolo de Madrid, por exemplo, o país se mostrou a favor da proteção máxima do meio ambiente, além de ser a favor à máxima extensão do período de proibição das explorações (FERREIRA, 2009). O Brasil, portanto, apesar de no começo não ter dado a devida atenção às discussões do Sistema do Tratado Antártica, atualmente demonstra uma ativa presença nos assuntos derivados de protocolos e convenções, principalmente àqueles ligados à matéria de meio ambiente.

No que diz respeito às contribuições ao Tratado da Antártica, o Brasil como parte consultiva tem o compromisso de colaborar junto ao Secretariado Permanente do Tratado, localizado em Buenos Aires. As contribuições para o Tratado possuem uma escala de contribuição, de “A” até “E”, sendo que a participação brasileira está localizada na categoria “D”, tendo que enviar anualmente um valor aproximado de US\$ 40 mil ao organismo (STA, 2017 *apud* IPEA, 2018). Por fim, um rival pela posição de hegemonia regional, a Argentina, encontra-se na categoria “A” de doação, demonstrando a importância do continente para o país. Neste ponto, para Hashimoto faz-

se interessante que o Brasil aumente sua contribuição, justamente porque segundo Hashimoto (2018, p. 129), “um dos principais interesses geopolíticos brasileiro tem relação em não ficar atrás dos outros países sul-americanos, como da Argentina e do Chile, e com isso, perder espaço geopolítico sul americano”.

2. HISTÓRICO DE AÇÕES DO BRASIL SOBRE A ANTÁRTICA

Durante o governo Juscelino Kubitschek (1956-1961), período que agregava as discussões do AGI, o Brasil não levou em conta as questões referentes à Antártica. No governo JK as discussões estavam voltadas mais para o âmbito interno, para o desenvolvimento e a industrialização do país (MATTOS, 2014). Além disso, o Brasil não havia realizado uma expedição ao país até então, pois na época ainda não possuía navios nem treinamento adequados para realizar atividades no Pólo Sul. Tais fatores fizeram com que o país não fosse convidado para a Conferência de Washington, realizada em 1959. Isto fez com que o Brasil enviasse uma nota diplomática de protesto aos Estados Unidos, informando que o Brasil reservava os direitos de livre acesso à Antártica e que poderia apresentar reivindicações caso julgasse necessárias (IPEA, 2018).

Por mais que o governo brasileiro não estivesse uma ativa discussão acerca do tema antártico, na segunda metade da década de 1950 já haviam discussões nos círculos acadêmicos e militares sobre como deveria ser a atuação brasileira no continente, como em 1957, com a Escola Superior de Guerra (ESG) (IPEA, 2018) e o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), com a teoria da defrontação² (CARDONE, 2015). Além disso, foi levantado pelos estudiosos da época, que devido à forte influência da região austral no clima brasileiro, o Brasil teria motivo para reivindicação (IPEA, 2018).

²Conforme a teoria, a Antártica deveria ser dividida pelos meridianos extremos dos territórios dos países do Hemisfério Sul, assim o Brasil teria direito a parcela do território antártico (IPEA, 2018).

Já na década de 1970, o diplomata João Frank da Costa elaborou um estudo aprofundado sobre o tema no Itamaraty. O estudo apontava que o acordo firmado em Washington era um fato e o Brasil deveria dar início a adesão ao tratado, além de buscar ir para o nível de parte consultiva e, por conseguinte, participar plenamente das decisões sobre o continente austral (IPEA, 2018). Posteriormente, em 1975, o Itamaraty enviou uma exposição de motivos à Presidência da República, apontando a importância do continente a curto, médio e longo prazo, levantando questões estratégicas e de defesa nacional e que o Brasil poderia participar do futuro aproveitamento comercial dos recursos da região (IPEA, 2018). Além disso, o documento já apresentava a importância da pesquisa científica na região como fator determinante para a adesão ao tratado, o que mostra a preocupação dos estudiosos com a inserção do Brasil no continente (IPEA, 2018).

Em 16 de maio de 1975, o Brasil comunicou aos EUA seu desejo em aderir ao Tratado Antártico (IPEA, 2018). O Brasil, por ter uma condição de país atlântico, situado em relativa proximidade da região antártica e por ter seu clima e fenômenos naturais influenciados pelo continente austral, justificou o interesse do país nas tratativas da região (JESUS; SOUZA, 2007). Além de tais motivações estratégicas, a ordem geopolítica, científica e econômica foram fatores fundamentais para que o país aderisse ao Tratado (JESUS, SOUZA, 2007).

Em 1979 foi criada a Secretaria da Comissão Interministerial para os Recursos do Mar (SECIRM). Já em 1982 foi criado o programa brasileiro para as pesquisas na Antártica, o Programa Antártico Brasileiro (PROANTAR) (JESUS; SOUZA, 2007). Ainda no ano de 1982, o Brasil adquiriu para a Marinha o navio de apoio oceanográfico “Barão de Teffé”, o qual serviria para o reconhecimento hidrográfico, oceanográfico e meteorológico do continente branco (LIVRO BRANCO NACIONAL DE DEFESA, 2012). Entre dezembro de 1982 e fevereiro de 1983, o mesmo navio foi utilizado na Operação Antártica I, a qual teve como um de seus principais objetivos buscar regiões propícias para a instalação da estação brasileira no continente (FERREIRA, 2009). Diante de tais atividades, a presença brasileira foi reconhecida

internacionalmente e, então, em 1983, o país foi aceito como parte consultiva do Tratado da Antártida (LIVRO BRANCO DE DEFESA NACIONAL, 2012).

Assim, no início da década de 1980, a política nacional se distanciava gradualmente dos interesses meramente territoriais. A partir da primeira expedição brasileira, consolidava-se a motivação científica e a vontade política de participar dos processos de decisão em relação a Antártida (FERREIRA, 2009). Nesta lógica, em janeiro de 1982 foi criada a Comissão Nacional para Assuntos Antárticos (Conantar) e a PROANTAR foi atribuída à Comissão Interministerial para Recursos do Mar (CIRM), cuja coordenação está sob o Comandante da Marinha (IPEA, 2018). Além disso, após a adesão ao Tratado, seguiu-se a elaboração de diretrizes governamentais, para ajudar na elaboração de tais políticas foi em 1987 estabelecido a Política Nacional para Assuntos Antárticos (POLANTAR) (HASHIMOTO, 2018).

Entre 1983 e 1984 o navio “Barão de Teffé”, da Marinha do Brasil, no âmbito da Operação Antártica II, dirigiu-se à Antártica com o intuito de transportar e instalar uma estação antártica brasileira (JESUS; SOUZA, 2007). O local escolhido foi a Península Keller, na Ilha Rei George. Em fevereiro de 1984, foi inaugurada a Estação Antártica Comandante Ferraz, sendo ocupada permanentemente apenas em 1985 por pesquisadores e militar brasileiros (JESUS; SOUZA, 2007).

No que tange à década de 1990, conforme Ferreira (2009), foi apresentando um relativo afastamento entre as questões antárticas e as políticas nacionais, não havendo nenhuma reunião no âmbito da Conantar entre 1995 e 2005. Sendo que as únicas atividades que tiveram continuidade foram as operacionais e as de pesquisa.

Na década de 2010 ocorreram novidades na política nacional para Antártica, além do acontecimento na Estação Antártica Comandante Ferraz (EACF). Em 2012 a Antártida foi incluída junto com a América do Sul, o Atlântico Sul e os países limítrofes da África como entorno estratégico do Brasil pela Política Nacional de Defesa (PND) (IPEA, 2018). Além disso, foi lançado o Livro Branco de Defesa Nacional (2012), o qual inclui a Antártida

dentro das áreas marítimas estratégicas de maior prioridade e importância para o Brasil.

Ainda neste mesmo ano, ocorreu um incêndio na EACF, o qual danificou cerca de 70% das instalações e causou a morte de dois militares da Marinha do Brasil (IPEA, 2018). Em decorrência do incêndio, foram montados já no verão seguinte os módulos antárticos emergenciais, que seguem sendo utilizados até hoje para dar continuidade a pesquisa nacional, além da cooperação com outros países para dar continuidade às atividades conjuntas (IPEA, 2018). Em 2012 houve a operação para a retirada dos escombros derivados do incêndio, além da montagem dos módulos emergenciais. O início da construção da nova estação ocorreu em fevereiro de 2016 e custou US\$ 99,6 milhões aos cofres públicos (IPEA, 2018). Com a rápida reação brasileira ao incêndio, é possível perceber a relevância das pesquisas no continente para o país. Pois, assim como discute Carpes (2006), o aumento dos investimentos na ciência e na tecnologia é essencial para o reconhecimento da força produtiva e para alcançar um maior grau de poder no cenário internacional. Tal perspectiva demonstra a importância da atuação do Brasil e a necessidade de maiores investimentos no continente austral.

Conforme aponta o IPEA (2018, p. 49) “[...] a atual prioridade do Brasil no continente é a reconstrução da Estação Antártica Comandante Ferraz, com a finalidade de dar continuidade às atividades de pesquisa científica realizadas e ampliá-las”. A reconstrução da EACF é, por conseguinte, de um caráter emergencial, para que o país possa continuar e aumentar seu ritmo de pesquisas, além do melhoramento da estação brasileira.

O Brasil, portanto, apesar de se comparado a outros países ser ainda um médio ator na Antártica, ele apresenta iniciativas bem vistas pela comunidade internacional. E, diante dos documentos de defesa e estratégia lançados pelo Brasil em 2012, se faz interessante averiguá-los e entender esta nova visão brasileira. Para tanto, no próximo capítulo será visualizado o Brasil como entorno estratégico.

3. A ANTÁRTICA COMO ENTORNO ESTRATÉGICO BRASILEIRO

O Continente Gelado mostra-se como importante instrumento na configuração geoestratégica mundial. Uma série de características do continente mais inóspito da Terra fazem com que países invistam em pesquisas e instalações no continente. Dentre estes países está o Brasil, que ao lançar a Política Nacional de Defesa e o Livro Branco de Defesa Nacional colocam o assunto como um dos temas centrais na projeção regional e mundial do país.

A visão sobre a inserção estratégica da Antártida em documentos oficiais da Defesa só veio a ocorrer em 2012, com o lançamento do PND. O documento manteve a prioridade estratégica de defesa para a Amazônia e o oceano Atlântico, mas agora junto da América do Sul, Atlântico Sul, e países lindeiros da África, traria a Antártica para o conceito de entorno estratégico brasileiro (MATTOS, 2014). Diante disto, é destacado por Fiori (2013 *apud* MATTOS, 2014) que com esta política o Brasil também irradiaria para essa região sua influência e sua liderança diplomática, seja econômica seja militar. A partir disto, a atuação brasileira na Antártida, por meio da presença e produção científica, mostra-se como um forte elemento de estratégia nacional, resultando na melhor inserção internacional do Brasil, além de dar visibilidade aos projetos de pesquisa desenvolvido na região (IPEA, 2018).

Outrossim, em 2012 foi lançado o Livro Branco de Defesa Nacional (LBDN), o qual traz diferentes características geoestratégicas da região antártica. O Livro, neste aspecto, destaca que as áreas marítimas de maior prioridade e importância para o Brasil são representadas além das águas jurisdicionais brasileiras, comportando também a região entre o Paralelo 16 norte, que diz respeito a costa oeste africana, o leste da América do Sul, o leste das Antilhas Menores e a Antártica (LIVRO BRANCO DE DEFESA NACIONAL, 2012). O Livro Branco de Defesa Nacional (2012) ainda afirma que parte significativa da costa brasileira é atingida pelos ventos da região antártica e as correntes marinhas trazem recursos vivos, nutrientes e oxigênio para o litoral do país, o que influencia diretamente na costa da sua

região sul, o que reflete na disponibilidade de pescado no litoral brasileiro. Nesse ponto, consoante o IPEA (2018, p. 23) “investigar sobre as mudanças na circulação do oceano Austral, a variação do manto de gelo antártico e as mudanças climáticas ocorridas naquela região torna-se significativo para o Brasil”. Além do mais, o Livro Branco aponta que os processos internacionais sobre as decisões referentes ao destino da região antártica são significativos na inserção internacional do país (LIVRO BRANCO DE DEFESA NACIONAL, 2012).

O Livro Branco (2012) mostra ainda que a melhor rota para a Antártica, que é a rota do cabo da Boa Esperança, é a que conecta o Atlântico Sul ao Oceano Índico. Neste ponto, é considerável a preocupação brasileira, visto que outros países poderiam estar ao redor da costa brasileira, no Atlântico Sul. Assim, torna-se inegável a relevância do tópico para o Brasil, visto que o mesmo possui a maior costa atlântica do mundo. Para tanto, o Estado brasileiro possui interesse na paz e na segurança do Atlântico Sul, já que esse oceano possui áreas estratégicas, de rotas até o continente gelado, de circulação de navios estrangeiros, da vasta bacia petrolífera existente na plataforma continental brasileira (principalmente após a descoberta do pré-sal) e, ainda, é onde está sua fronteira marítima e suas rotas comerciais, turísticas e de comunicação (IPEA, 2018).

Além do que foi apresentado pelo PND e pelo LBDN, outras características de valor estratégico podem servir para os interesses do Brasil na Antártica. Para tanto, em uma guia elaborado pelo Ministério da Educação, é exposto o porquê e os motivos do exercício do Brasil na região. O guia traz que o Brasil é o sétimo país mais próximo do continente e que por isso não poderia deixar de investir na pesquisa científica nacional em torno do tema. Ademais, o guia resume os motivos dos interesses do Brasil na região:

[...] a) situação geográfica do Brasil, no tocante ao continente antártico, sujeitando o país, diretamente e constantemente, a fenômenos meteorológicos e oceanográficos que lá têm sua origem; b) há indícios muito significativos da existência de imensas reservas de recursos minerais, tanto em solo antártico como em sua plataforma continental; c) as águas antárticas sustentam fauna

marinha abundante, passível de exploração em grande escala; d) a intensificação do tráfego marítimo internacional pelas rotas do Cabo e dos estreitos de Drake e de Magalhães, com reflexos ponderáveis nas águas jurisdicionais brasileiras; e) o interesse cada vez maior da comunidade internacional quanto à Antártica, com implicações decisivas nas relações entre os Estados e no Direito Internacional (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2006, p. 135).

Com efeito, tais motivações apresentam-se fundamentais para o entendimento da projeção do país na Antártida. Ademais, conforme García (2005 *apud* HASHIMOTO, 2018), a Antártica tem uma localização geográfica de magnitude no cenário internacional. Isto se dá porque a posição do continente permite a localização de ataque aéreo em boa parte do globo, inclusive no próprio continente; pode permitir o controle das comunicações marítimas, principalmente aqueles existentes nas divisões entre os oceanos; e pode servir como base para operações estratégicas de aeronaves e de base logística. Portanto, a extensão e posição do continente antártico é de importância geoestratégica inclusive para táticas de guerra.

Além disso, no que se refere às reservas naturais, a CIA (2018 *apud* HASHIMOTO) informa que no continente austral há reservas de minério de ferro, cromo, cobre, níquel, platina, entre outros minerais. Além do mais, o continente possui grandes lençóis de gás natural e uma quantidade de gelo armazenado de 25 milhões de quilômetros cúbicos, que condiz a cerca de 70% da água potável do planeta (IPEA, 2018). Tais fatores elevam a característica geoestratégica da região e faz com que o Brasil pense em alternativas de política para lidar com tais informações. Sobre isto, Mattos (2014) afirma que o Brasil não possui carência em minerais estratégicos, como o petróleo, o gás natural e a água, concluindo que o país não necessitará explorar essas riquezas dentro de um horizonte de tempo previsível. O autor diz ainda que o Brasil deveria manter o continente sob o resguardo do Tratado Antártico, deixando como está hoje, pois as questões ambientais devem prevalecer.

O tema ambiental é também de extrema importância para o Brasil, sendo um dos carros chefes para a pesquisa no continente. Assim, ao longo das últimas décadas pesquisas ambientais sobre a redução da camada

protetora de ozônio da atmosfera, sobre a poluição atmosférica e acerca da desintegração parcial do gelo na periferia do continente, mostraram o quão sensível é a região em relação às mudanças climáticas (JESUS; SOUZA, 2007). Além de que, toda a alteração do meio no continente antártico acarreta mudanças ambientais no continente sul-americano. Esta, então, é uma razão pela qual o Brasil tem participado desde o final do século XX das pesquisas relacionadas ao meio ambiente na Antártida (JESUS; SOUZA, 2007).

No que se refere a promoção da ciência, o Tratado da Antártica sustenta que a posição de parte consultiva está atrelada ao desenvolvimento da atividade de pesquisa científica na região, assim como o estabelecimento de estação científica e envio de expedições científicas (IPEA, 2018). Isto posto, é perceptível a relevância da ciência produzida no contexto do Sistema do Tratado Antártico, caracterizando a ciência inclusive como instrumento político (SIMÕES, 2018 *apud* IPEA, 2018). Neste quesito, o Brasil apresenta-se em processo de desenvolvimento da sua ciência antártica, pensando também na inserção internacional e elevação do *status quo* do país por intermédio da ciência, como pôde ser visto na elevação do país como parte consultiva do Tratado.

No que se refere ao aspecto comercial-marítimo, a Antártica presencia duas rotas importantes para o transporte marítimo brasileiro. Neste sentido, a China é o maior parceiro comercial do Brasil e o comércio com a Índia tem crescido nos últimos anos (MATOS, 2014). Desta forma, os navios que transportam os produtos desse comércio passam pelo Estreito de Drake e pela Rota do Cabo, rotas próximas ao pólo sul, assim sendo, é de extrema importância para a defesa do país que a Antártica fique livre de meios militares de qualquer país, para que não atrapalhe as relações comerciais brasileiras (MATOS, 2014). Por fim, desde a Guerra Fria, os atores Estados Unidos e Rússia estão constantemente ligados a região antártica e ambos foram e são relevantes nas discussões que regem o Tratado da Antártida (IPEA, 2018).

Todos estes fatores demonstram a importância da inclusão da Antártida como entorno estratégico do Brasil. A partir disto, faz-se necessária a

discussão e os investimentos em órgãos que atuam no continente, como a PROANTAR. Este, sendo um dos principais programas relacionados à área no governo, será trabalhado no capítulo seguinte. Além disso, será visto o papel da marinha, de outros órgãos federais e os investimentos do país para as políticas antárticas.

4. PROGRAMA ANTÁRTICO BRASILEIRO (PROANTAR) E OS INVESTIMENTOS DO PAÍS NA ANTÁRTIDA

O Programa Antártico Brasileiro (PROANTAR) foi aprovado em 1982. Por causa da relevância para a humanidade e fundamentalmente para o Brasil, o PROANTAR estabelece como o Brasil participará das explorações científicas do continente. O Programa é delineado pela Política Nacional para Assuntos Antárticos, executado pela Subcomissão para o Programa Antártico Brasileiro, formada pela Secretaria da CIRM (JESUS; SOUZA, 2007). O PROANTAR é um programa interinstitucional, cuja execução é compartilhada pelos seguintes órgãos: Ministério da Defesa, por intermédio da Marinha do Brasil, responsável pelas atividades operacionais e logísticas, e da Força Aérea Brasileira (FAB), que realiza voos de apoio ao programa; Ministério das Relações Exteriores (MRE), responsável pelos aspectos políticos; Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC); Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq); Ministério de Minas e Energia (MME), que, por meio da Petrobras, fornece os combustíveis para o programa; e Ministério do Meio Ambiente (MMA), cuja participação é voltada para os aspectos ambientais. Além disso, universidades e institutos de pesquisa nacionais estão envolvidos atualmente nas atividades e pesquisas antárticas. Desta maneira, a integração dos diferentes órgãos federais é de extrema importância para o melhor funcionamento do PROANTAR (IPEA, 2018).

Em 2013, o MCTIC, com foco entre 2013 e 2022, prevê a execução de pesquisas na Antártica e no oceano Austral em cinco programas. Tais programas desenvolvidos visam contribuir para o aumento do protagonismo

do Brasil no STA e vai ter como base o Programa Antártico Brasileiro (IPEA, 2018). Estes programas refletem principalmente sobre o meio ambiente, a geologia e os laços geográficos entre a Antártida e a América do Sul. Esta última visa inclusive compreender os mecanismos que configuraram geograficamente a Antártida. As linhas de pesquisa representam a preocupação brasileira com o tema ambiental, sendo que o território brasileiro é intrinsecamente afetado pelas modificações no ambiente glacial. Mas não só isso, há também uma forte visão geopolítica, a qual está delineada pelas pesquisas geológicas, que podem conter informações sobre reserva de petróleo ou outros hidrocarbonetos.

No que se refere ao financiamento do PROANTAR, o Programa tem diferentes fontes de contribuição, como MCTIC, CNPq, MEC, entre outros (IPEA, 2018). Os financiamentos das atividades são direcionados principalmente para o custo dos equipamentos, para as atividades de logística, para o fornecimento de alimentos, medicamentos, materiais de acampamento e vestimentas específicas para antártica. Além de ser direcionados para a manutenção de embarcações, aeronaves, veículos de apoio, geradores e maquinários e para a execução dos treinamentos pré-antárticos, contribuindo para o desempenho das atividades de pesquisa na região (IPEA, 2018).

Ainda no que diz respeito aos investimentos, os dois anos iniciais do PROANTAR contaram com altos valores, chegando a valores superiores a R\$ 3.5 milhões. Todavia, de 1985 até 1991 houve um débil investimento nas pesquisas, com valores não superando os R\$ 500 mil. Já na década de 1990, a partir de 1991, houve um aumento dos investimentos, porém ficando na faixa de R\$ 1 milhão. Na primeira metade da década 2000 os valores voltam a subir, porém de maneira instável, sendo o menor valor inferior a R\$ 1 milhão e o maior chegando a casa dos R\$ 3 milhões. O alto investimento inicial pode ter sido por conta dos investimentos iniciais para o envio de expedição e construção da estação brasileira. No que se refere aos demais anos da segunda metade da década de 1980 e o início da década 1990, há uma falta de investimentos necessários para a execução das pesquisas, deixando um certo

vácuo para o bom funcionamento do programa. E, conforme o MCT (2006), nos anos 2000 há um incremento no valor devido à entrada de recursos provindos do Ministério do Meio Ambiente.

Já no que se refere aos recursos destinados para a ciência antártica entre 2018 e 2017, os números são bastante superiores aos outros anos. Em 2008, por exemplo, os valores chegaram a R\$ 71,96 milhões. Depois houve em 2010 uma queda brusca, que chegou a R\$ 1 milhão. De 2011 a 2013 o investimento volta a subir, chegando aos R\$ 15,4 milhões em 2013. Depois deite houve queda nos investimentos e os valores não ultrapassaram os R\$ 4,83 milhões de 2016. Segundo o IPEA (2018), o alto valor de 2008 refere-se a compra do Navio Polar Almirante Maximiano (R\$ 71 milhões) e em 2009 o valor referia-se a equipamentos destinados para este navio (cerca de R\$ 10 milhões). Ainda em 2009, outras quantias foram destinadas aos Institutos Nacionais de Ciência e Tecnologia antárticos.

Além disso, é apontado pelo IPEA (2018) que em 2012 foram utilizados cerca de R\$ 4,2 milhões para a reposição dos equipamentos perdidos em decorrência do incêndio da EACF, em 2012. Já no que tange aos números do ano de 2013, são justificados pela realização de editais, na qual foram disponibilizados o montante de R\$ 13,8 milhões. Ademais, o IPEA (2018) aponta que em 2016 houve a compra de novos equipamentos científicos para os navios polares brasileiros e outras atividades de manutenção, que chegou a ordem de R\$ 4 milhões. Em 2017 foram destinados aproximadamente R\$ 2,1 milhões oriundos do MCTIC e de emendas da Frente Parlamentar.

Sobre a PROANTAR, o Projeto é de extrema importância para a inserção do Brasil nas discussões do continente e também nos assuntos que se referem a defesa nacional. Deste modo, o IPEA (2018) coloca que se faz essencial que os recursos aplicados na atuação do Brasil ao continente sejam adequados aos propósitos do desenvolvimento científico, de projeção de poder e de participação no Sistema do Tratado da Antártica. O instituto ainda infere que, as políticas públicas e investimentos voltados para o PROANTAR devem garantir previsibilidade, a fim de gerar e segurança e melhor planejamento do Programa. Diante dos principais aspectos da ciência

antártica desenvolvida pelo Brasil, conforme cita o IPEA (2018), foi identificado importantes avanços, sendo que a atividade científica no continente antártico contribui, ainda, para o progresso científico-tecnológico do país e para a continuidade e o fortalecimento da participação brasileira no STA. Além disso, a projeção tecnológica e científica do Brasil sobre o continente austral, pode estar diante de um projeto geopolítico maior, de um Brasil-Potência (GANDRA, 2010).

Diante dos dados levantados, desde a primeira vez que o Brasil foi à Antártica até os dias de hoje, o PROANTAR tem tido papel fundamental para o desenvolvimento da ciência antártica e brasileira. Além disso, vale ressaltar que a Marinha do Brasil é de importante contribuição para todo este Projeto, uma vez que coordena todas as atividades logísticas na região (JESUS; SOUZA, 2007).

CONCLUSÃO

Como resultado, pode-se verificar que os interesses brasileiros na Antártida ultrapassam apenas o interesse da defesa da fronteira marítima do Brasil. Durante o artigo pode-se também perceber a importância da projeção do Brasil na Antártica como forma de inserção como potência regional e defesa da costa brasileira, assim, defendendo seus fios de comunicação, sua fronteira marítima, seus recursos naturais, suas rotas comerciais. Além de que, a importância do Atlântico Sul como rota para grandes potências, faz com que o país tenha que ficar atento contra ameaças extrarregionais.

Além disso, a projeção do Brasil na antártica se dá no caráter de inserção internacional diplomática do Brasil, de respeito aos Tratados, aos acordos e aos protocolos. Ademais, o país tem como interesse geoestratégico a defesa do ambiente antártico, já que as modificações no meio antártico afetam largamente o território brasileiro. Além do país estudar as modificações do continente antártico que afetam o país, desenvolve seu campo científico, o que pode ajudar a prevenir futuros e desastrosos arranjos climáticos. A inserção do país na Antártica ainda permite que o país desenvolva sua ciência

e tecnologia, as quais servem como força para o desenvolvimento interno do Brasil. Logo, além de desenvolver-se, o Estado brasileiro obtém melhora no seu *status quo* internacional. Outra questão que pode vir a condizer com os interesses brasileiros futuramente, é o fato de pesquisas mostrarem que o continente gelado possui uma variada gama de recursos naturais, incluindo petróleo, gás natural, água, entre outros. Isto faz com que o Brasil busque ficar sempre perto das discussões acerca do continente, para que quando necessário, ele realmente tenha influência nas decisões sobre o continente.

Outro ponto a ser levantado, é a ligação da projeção na Antártica com a motivação do imaginário do “Brasil Potência”. Tal aspecto permite inferir que os interesses do Estado brasileiro no continente estão ligados a projeção de poder regionalmente e até mundialmente. Além do mais, a histórica disputa com a Argentina e outros países da região sul-americana pelo cargo de potência regional pode ser um fator de intensificação das atividades relacionadas ao continente.

Uma questão a ser levantada é a falta de estabilidade dos investimentos no Programa Nacional Antártico. Este fator acarreta o mal funcionamento do Programa, o que pode levar ao distanciamento dos objetivos do Brasil no continente. Isto posto, faz-se necessário uma política de Estado ao que se refere aos investimentos da política nacional para a Antártica, como modo de garantir a plena e melhor realização das atividades no continente austral.

Por fim, por mais que o Brasil não invista como deveria nas políticas voltadas a Antártica, o país apresenta boa reputação no que se refere ao respeito do Tratado e dos protocolos. Isto sozinho não garante a conclusão dos interesses brasileiro, mas ajuda na participação brasileira nos processos de decisão que venham a ser discutidos sobre o Tratado Antártico.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BALDRIGHI, Rafael de Moraes. **Antártida**: Uma análise histórico-comparada das presenças brasileira e argentina no continente gelado. III Seminário de Relações Internacionais Faculdade ASCES. Sergipe: Universidade Federal de Sergipe (UFS). 2016. Disponível em:

<http://repositorio.asces.edu.br/handle/123456789/183>. Acesso em: 09 jun. 2019.

CARDONE, Ignacio Javier. **O Brasil e a Antártida: entre o territorialismo e a promoção da ciência**. I Seminário Internacional de Ciência Política. UFRGS: Porto Alegre, 2015. Disponível em: <https://www.ufrgs.br/sicp/wp-content/uploads/2015/09/CARDONE-2015-O-Brasil-e-a-Ant%C3%A1rtida.pdf>. Acesso em: 29 maio 2019.

CARPES, Mariana Montez. **A política nuclear brasileira no contexto das relações internacionais contemporâneas**. Domínio tecnológico como estratégia de inserção internacional. Dissertação. (Mestrado em Relações Internacionais) - PUC-Rio. 2006. Disponível em: <https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/colecao.php?strSecao=resultado&nrSeq=9614@1>. Acesso em: 08 jun. 2019.

FERREIRA, Felipe Rodrigues Gomes. **O Sistema do Tratado da Antártica: evolução do regime e seu impacto na política externa brasileira**. Dissertação de mestrado. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2009.

GANDRA, Rogério Madruga. **Geopolítica antártica no limiar do século XXI: a definição de um projeto estratégico-científico para o Brasil na Antártida**. Tese de doutorado. - Porto Alegre : IGEO/UFRGS, 2013. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/76143>. Acesso em: 23 jun. 2019.

HASHIMOTO, Flávio Henrique Navarro. Geopolítica da Antártica: a atuação do Brasil no continente de gelo. **Revista Intellector**, Rio de Janeiro. Ano 14, v. 16, nº 30 Julho/Dezembro 2018.

IPEA. **Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada**. - Brasília : Rio de Janeiro : Ipea, 2018. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td_rrr2425.pdf. Acesso em: 13 maio 2019.

JESUS, Dennis Teixeira; SOUZA, Haynnee Trad. As atividades da Marinha do Brasil na Antártica. **Oecol. Bras.**, Rio de Janeiro, v. 11 (1): 07-13, 2007. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/oa/article/download/8054/6498>. Acesso em: 19 maio 2019.

LIVRO BRANCO DE DEFESA NACIONAL (BRASIL). 2012. Disponível em: https://www.defesa.gov.br/arquivos/estado_e_defesa/livro_branco/livro_branco.pdf. Acesso em: 14 jun. 2019.

MATTOS, Leonardo Faria de. **Antártica e o pensamento geopolítico brasileiro**. Mestrando PPGEST-UFF. Niterói: UFF. Disponível em: <https://www.esg.br/estudos-estrategicos/labsdef/antartica.pdf>. Acesso em: 15 maio 2019.

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA. **Avaliação Preliminar do Programa Antártico Brasileiro**. Centro de Gestão e Estudos Estratégicos.

2006. Disponível em:

https://www.cgee.org.br/documents/10195/734063/29proantar_Rel_final_e_resumo_executivo_6430.pdf/31f0c143-9e90-48a6-879f-16d0b3d6e53a?version=1.0. Acesso em: 26 jun. 2019.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Antártica**: ensino fundamental e ensino médio. Brasília: Secretaria de Educação Básica, v. 9. 2006. Disponível em: http://livroaberto.ibict.br/bitstream/1/683/4/Ant%C3%A1rtica_ensino%20fundamental%20e%20ensino%20m%C3%A9dio.pdf Acesso em: 01 jul. 2019.

POLÍTICA NACIONAL DE DEFESA (MINISTÉRIO DA DEFESA). Brasília, 2012. Disponível em: https://www.defesa.gov.br/arquivos/estado_e_defesa/END-PND_Optimized.pdf. Acesso em: 14 jun. 2019.

PROTAGONISMO DAS MULHERES NA REVOLUÇÃO NICARAGUENSE

STÉPHANI CASTILHOS¹

Resumo: A revolução nicaraguense foi um ato de libertação das classes mais pobres da opressão sofrida pelas classes mais ricas, libertando o país da ditadura somozista e da influência estadunidense. Essa libertação também atingiu as mulheres nicaraguenses, que tiveram ativa participação nessa revolução, tanto na frente de batalha quanto na ajuda aos/as guerrilheiros(as). Por meio de uma pesquisa bibliográfica qualitativa, com informações coletadas em fontes secundárias, como livros e artigos, a presente pesquisa busca estudar de que forma as mulheres participaram da revolução, quais eram seus papéis e qual foi o prestígio que estas alcançaram por tal feito. Além disso, apontam-se quais direitos foram conquistados com essa atuação e porque ela foi tão primordial para tal conquista. Posteriormente, com a entrada do governo revolucionário no poder, aborda-se a presença das mulheres no novo cenário político e qual importância foi dada aos seus direitos, até alcançar o fim do governo sandinista.

Palavras-chave: revolução nicaraguense; mulheres; revolução sandinista; Associação de Mulheres Nicaraguenses Luisa Amanda Espinoza; Frente Sandinista de Libertação Nacional.

INTRODUÇÃO

A revolução nicaraguense foi um ato de libertação das classes mais pobres da opressão sofrida pelas classes mais ricas, libertando o país da ditadura somozista e da influência estadunidense. Essa libertação também atingiu as mulheres nicaraguenses, que tiveram ativa participação nessa revolução, tanto na frente de batalha quanto na ajuda aos/as guerrilheiros(as).

A presente pesquisa busca estudar de que forma as mulheres participaram da revolução, quais eram seus papéis e qual foi o prestígio que estas alcançaram por tal feito. Além disso, apontam-se quais direitos foram conquistados com essa atuação e porque ela foi tão primordial para tal

¹Graduanda de Relações Internacionais pela Universidade Federal do Rio Grande – FURG, e membro do Grupo de Pesquisa do CNPq: Interseccionalidades e Decolonialidade nas Relações Internacionais – INDERI – FADIR – FURG. E-mail: castilhostefa@outlook.com. 2019.

conquista. Posteriormente, com a entrada do governo revolucionário no poder, aborda-se a presença das mulheres no novo cenário político e a importância dada aos seus direitos, até alcançar o fim do governo sandinista. Para obter os resultados deste trabalho foi feita uma pesquisa bibliográfica qualitativa, sendo coletadas informações de fontes secundárias, como livros e artigos de caráter científico, para maior embasamento no estudo do assunto proposto.

É de suma importância olhar esta revolução no seu âmbito histórico e no seu âmbito feminista, pois até então não havia acontecido algo similar, com uma participação tão substantiva e histórica em termos de movimentos de mulheres latino-americanas. Esta revolução evidencia como as mulheres fizeram parte de batalhas, de forma totalmente ativa, deixando sua marca e modificando as estruturas sociais de uma nação.

1. A REVOLUÇÃO

A independência da Nicarágua não foi obtida a partir de uma guerra de libertação, e sua área tornou-se parte de um império mexicano de curta duração e de uma Federação Centro-americana para somente depois tornar-se uma nação com independência, fruto de disputas pelo poder entre famílias dominantes na região (ZIMMERMANN, 2006). Mesmo ocupando a maior extensão territorial entre os países de toda a América Central, nos anos 30 a Nicarágua tinha menos de setecentos mil habitantes, uma consequência direta da invasão espanhola, que trouxe várias doenças contra as quais as populações indígenas não tinham imunidade (ZIMMERMANN, 2006). “Entre 1849 e 1933, os fuzileiros navais americanos invadiram a Nicarágua nada menos que catorze vezes [...]” (ZIMMERMANN, 2006, p. 27) para empossar presidentes subservientes aos interesses dos Estados Unidos, que diversas vezes interveio no país para proteger empréstimos e investimentos estadunidenses.

Em 1934, os liberais apoiadores de Anastasio Somoza García, com ajuda dos conservadores, derrotaram o presidente liberal eleito Sacasa por 33

votos a quatro, em uma votação na Assembleia Nacional para conceder anistia aos assassinos de Augusto Sandino, guerrilheiro, alegando que qualquer crítica à Guarda Nacional era um ataque à segurança nacional (ZIMMERMANN, 2006). O golpe de Somoza contra Sacasa ocorreu em 1936, contendo considerável apoio popular e, logo depois, o mesmo foi eleito presidente facilmente, visto que o eleitorado era controlado e muitos camponeses votavam de acordo com os seus patrões (ZIMMERMANN, 2006). O novo presidente da Nicarágua era um homem de inglês fluente, que já havia provado tanto sua brutalidade quanto sua lealdade aos Estados Unidos, perpetuando a situação de subserviência da Nicarágua (ZIMMERMANN, 2006).

A Revolução Nicaraguense marcou a história da América Latina por ser uma revolução legítima, onde o povo tomou o poder da nação, além de ter sido diretamente influenciada pela revolução cubana. Os sandinistas lutavam pela reforma agrária e pelos direitos dos trabalhadores, além de lutarem contra a ditadura somozista e contra a dominação estadunidense (ZIMMERMANN, 2006). Os revolucionários formaram um partido, que mais tarde se chamaria Frente Sandinista de Libertação Nacional (FSLN), para lutar contra a ditadura de Somoza. Sandino, que dá nome ao partido, foi um guerrilheiro que disponibilizou todas as suas economias como empréstimo para revolucionários que lutavam contra as invasões ianques, além de lançar um manifesto convocando o povo para unir-se a essa luta (ZIMMERMANN, 2006).

Quando Anastasio Somoza é assassinado, seu filho, Luis Somoza, assume o poder, perpetuando o domínio da família no governo. Quando uma expedição militar contra Somoza é organizada, o Exército Nacional de Honduras em conjunto com a Guarda Nacional nicaraguense cercam e matam nove revoltosos, além de capturarem praticamente todos os demais. Foram feitos protestos contra a brutalidade da Guarda Nacional, onde quatro estudantes foram mortos e centenas foram feridos, o que impulsionou a ala radical do movimento estudantil, trazendo mais apoiadores para a revolução (ZIMMERMANN, 2006).

Carlos Fonseca, nome importante da revolução, é quem apresenta a vida de Sandino e os ideais cubanos ao resto dos revolucionários. Fonseca viveu em Cuba e estudou a revolução cubana, o que o convenceu a buscar uma revolução social no seu país. A notória influência de Carlos no seio revolucionário fez com que este fosse preso inúmeras vezes e, em uma nova prisão, o revolucionário tem seu discurso de defesa impresso e divulgado pelo jornal “La Prensa”, tornando-se literatura do movimento, junto ao manifesto que escreveu na prisão. Posteriormente, Fonseca deixa o país para esboçar um programa que pudesse ser analisado e votado pela organização, voltando alguns meses depois para apresentar o que foi conhecido como “Programa Histórico”.

Quando um terremoto devasta Manágua, em 1972, a FSLN começa a tomar força, visto que Somoza buscou enriquecer com a calamidade, por meio da ajuda humanitária oferecida por outros países. Com a revolta da população, os/as guerrilheiros/as invadem a casa de um importante empresário somozista, batizando o ataque de “Rompendo o Silêncio”, pois este atraiu os holofotes novamente para o movimento. Após o ataque, foi decretado um novo estado de sítio violento, que matou cerca de três mil pessoas, dentre estas “[...] estudantes e os trabalhadores radicais e os ativistas católicos nas cidades, mas a maioria das vítimas eram camponeses suspeitos de ajudar os guerrilheiros. Brotaram novas organizações de protesto ligadas à FSLN” (ZIMMERMANN, 2006, p. 72).

Além desse episódio de violência estatal, em 1978 o editor do jornal “La Prensa”, Pedro Joaquín Chamorro, que era opositor e líder do Partido Conservador, foi assassinado. Em 1979 a violência da Guarda Nacional aumentou, tendo ápice na passeata pelo aniversário da morte de Chamorro, onde a polícia abriu fogo contra dez mil pessoas. Esses casos aumentaram significativamente a adesão de novos membros na FSLN. Houve rebelião em Estelí, que deu o controle da cidade para os rebeldes por dez dias, uma greve geral que perduraria até Somoza cair e outra rebelião em Manágua, que culminaram no abandono pela Guarda Nacional das cidades de León e Matagalpa (ZIMMERMANN, 2006).

Em 16 de julho, Somoza nomeou um deputado para sucedê-lo na presidência e indicou um novo comandante para a Guarda Nacional. Depois da meia noite, em 17 de julho, fugiu para Miami. No dia seguinte seu “sucessor” e o novo comandante fizeram o mesmo. A Guarda Nacional se desintegrou. No dia 18, três membros do governo revolucionário voaram até León, que foi declarada capital provisória da Nicarágua (ZIMMERMANN, 2006).

2. AS MULHERES NA REVOLUÇÃO NICARAGUENSE

Nos primeiros anos, a posição das mulheres na luta armada não foi fácil, pois funções ditas femininas², como manter os aparelhos limpos, alimentar fugitivos e cuidar deles, datilografar comunicados e manifestos quase sempre recaía sobre elas (ZIMMERMANN, 2006). Porém, o fato destas mulheres estarem recebendo armas e treinamento militar altera profundamente tanto o pensamento dessas mulheres, quanto de seus colegas sobre elas. Alguns relatos provam essa admiração conquistada:

Recordo uma vez em que Luisa Amanda vinha até a montanha e foi detida por três guardas. Estava vestida de enfermeira. Eles a agarraram e um queria violenta-la. Levaram-na para o rio e, no princípio, ela deixou que ele pensasse que poderia ter o que queria. Assim que chegaram à margem do rio, ela o matou. Essa é a integridade das mulheres nicaraguenses (ZIMMERMANN, 2006, p. 55).

Outro colega descreve como duas mulheres entraram para o movimento e logo começaram o treinamento armado:

Ao terminar, já tarde, apesar de toda a exaustão do dia (para nós, elas pareciam frescas como lírios), mostraram-se empolgadas e satisfeitas, e até desejosas, disseram alguns, de encarar pela frente

²Essa divisão de funções entre homens e mulheres é explicada pela autora Joan Scott, que entende que “o gênero é um elemento constitutivo de relações sociais baseado nas diferenças percebidas entre os sexos, e o gênero é uma forma primeira de significar as relações de poder” (SCOTT, Joan, 1989, p. 21). Segundo Scott, o gênero é um meio de entender as relações entre diversas formas de interação humana (1989).

o primeiro animal da segurança para fazer dele um selo plantado no chão, no meio da rua (ZIMMERMANN, 2006, p. 55).

Doris Tijerino é um grande nome feminino na luta contra a ditadura somozista. “Cresceu em um lar de classe média na área cafeeira de Matagalpa, e teve seu primeiro contato com a política no Partido Comunista da Nicarágua, que lhe concedeu uma bolsa para estudar na Universidade Patrice Lumumba, em Moscou” (ZIMMERMANN, 2006, p. 54). Mais tarde ela sai do Partido e torna-se membro da FSLN, assinando, em 1966, o manifesto político intitulado “Sandino sim, Somoza não”, na qualidade de membro do Diretório Nacional. Foi presa e violentada inúmeras vezes pelos guardas, além de ser considerada uma rebelde traidora, tanto de sua classe social quanto de seu sexo, sendo odiada pelos regentes da Nicarágua, como mostra uma publicação no jornal dirigido por Somoza:

Para manter em primeiro plano, perante o interesse público, a Frente Terrorista da Escravidão, a senhora Doris Tijerino Haslam, comunista fanática, não teve escrúpulos em oferecer sua intimidade feminina como elemento de escândalo em uma denúncia cuja falsidade se comprovou exaustivamente, como manda a lei (ZIMMERMANN, 2006).

Outra heroína muito lembrada nas memórias da guerra revolucionária é Dora Maria Tellez, a “comandante dois” do ataque ao Palácio Nacional, e comandante da Frente Ocidental do exército guerrilheiro (ZIMMERMANN, 2006). Em 22 de agosto de 1978, cerca de vinte guerrilheiros dominaram o Palácio Nacional em Manágua, tornando políticos e empresários reféns, em troca de membros da FSLN, e Dora Maria foi a vice comandante da operação, tornando-se figura legendária: “Dora María Téllez/ de 22 anos/ miúda e pálida/ de botas, boina negra/ o uniforme da Guarda/ muito folgado... Dora María/ a moça aguerrida/ que fez tremer de fúria/ o coração do tirano” (ZIMMERMANN, 2006, p. 83).

Vinte e sete combatentes foram elevados à categoria de Comandante Guerrilheiro, sendo nove escolhidos em cada tendência. Havia somente três mulheres: Dora María Téllez, Leticia Herrera e Mónica Baltodano (ZIMMERMANN, 2006, p. 86).

Monica Baltodano, recrutada no movimento estudantil cristão, tornou-se figura central no movimento urbano clandestino. Manteve sua fé por algum tempo, mas terminou abandonando suas crenças, e explicou que a FSLN era ilegal: “mas podíamos ir aos bairros, falar de política e ainda contar com a proteção do cristianismo” (ZIMMERMANN, 2006).

As mulheres eram cerca de 25% do exército guerrilheiro, e uma porcentagem ainda maior na luta pelos direitos humanos e nas redes de assistência comunitária de apoio aos e as combatentes sandinistas. “Nos primeiros anos após a vitória, as mulheres e meninas constituíam 60% da força de trabalho da campanha de alfabetização, e 80% da força de brigadistas da saúde” (ZIMMERMANN, 2006, p. 125). Mesmo que o confronto guerrilheiro fosse o ponto considerado mais importante na época, nem todas as mulheres engajaram-se na luta armada, procurando outros postos onde adotariam diversas estratégias de luta contra a repressão, o que as levou a assumir funções dentro do Estado revolucionário que triunfara após a revolução, bem como dentro dos sindicatos (MEZA, TATAGIBA, 2016). Ainda sim, o número de mulheres participando diretamente da frente de batalha é alto, e muitas mulheres fizeram história ao ocupar este espaço. As mulheres estavam presentes nas fileiras guerrilheiras, empunhando armas pesadas e comandando tropas inteiras, tomando postos dentro da FSLN e executando tarefas que antes não lhes eram designadas (MATHIAS, PEREIRA, 2017).

As mulheres sandinistas formaram um grupo chamado “Associação das Mulheres Enfrentando o Problema Nacional” (AMPRONAC), onde o Problema Nacional era o ditador Somoza, considerado o pontapé inicial do movimento feminista nicaraguense. Seu objetivo era concretizar a participação de mulheres urbanas de classe média no apoio humanitários as presas e presos políticos, e depois, acabou por ampliar suas bases sociais, incorporando camponesas e trabalhadoras para diversificar suas ações de resistência à ditadura. Essa organização realizou manifestações contra a violação dos direitos humanos, em especial os abusos cometidos pelos homens da Guarda às mulheres do campo e prisioneiras. Foi a mais bem sucedida organização

de mulheres ligada a um partido revolucionário de esquerda na América Latina naquela época, dado ao fato de que houve a:

[...] capacidade de tomar como objeto uma questão geral, os direitos humanos, que afetavam as mulheres de modo particular, e de enfrentá-los com táticas e formas organizacionais nascidas das experiências específicas das mulheres (CHINCHILLA, 1993, p. 325).

Com o sucesso do movimento guerrilheiro e o início do governo revolucionário, a FSLN precisava aumentar o controle sobre as organizações de massa, submetendo suas agendas à “agenda da revolução”. Por causa disso, o grupo foi transformado em uma organização popular chamada Associação de Mulheres Nicaraguenses Luisa Amanda Espinoza (AMNLAE) em homenagem à primeira mulher da FSLN a ser morta pela Guarda Nacional (ZIMMERMANN, 2006), submetido ao total controle do novo partido. Acreditando que as mulheres mudariam a imagem que a sociedade possuía delas, de serem unicamente mães e cuidadoras do lar, por meio do trabalho duro na tarefa de reconstrução da Nicarágua, a AMNLAE se concentrou em apoiar campanhas de reconstrução que foram definidas pela FSLN como prioritárias para o período, fazendo com que ativistas vissem a organização como não suficientemente feminista ou militante na defesa da mulher, ou que não tinha autonomia diante da FSLN para tomar iniciativas estratégicas (CHINCHILLA, 1993). Muitas mulheres rapidamente perceberam que seus interesses não seriam mais representados, e que precisavam buscar saídas que lhes garantissem uma maior participação política.

Nos sindicatos, as mulheres experimentaram um ativismo mais autônomo, influenciadas pelas feministas europeias que chegaram à Nicarágua atraídas pelo projeto revolucionário. Em pouco tempo foi implementada uma série de projetos como a criação de clínicas de saúde sexual e reprodutiva para atender trabalhadoras agrícolas, creches que funcionavam especialmente no período de colheita, e desenvolvimento de cursos de formação em feminismo e mundo laboral, ministrados por mulheres espanholas (MEZA, TATAGIBA, 2016). Esse trabalho resultou na

participação dessas mulheres na Assembleia Constituinte em 1986, onde aprovaram o divórcio unilateral e o reconhecimento de direitos de união estável, além de um pacote mais amplo incluindo temas como a criminalização da violência contra a mulher, o direito da mulher sobre seu corpo e as punições aos assédios no mundo laboral (MEZA, TATAGIBA, 2016).

Ou seja, além de representarem cerca de 30% da militância revolucionária sandinista no período de guerrilhas e da guerra civil, após o triunfo as mulheres passam a ocupar postos de poder, como comandantes de exércitos, ministras e liderança de povoados, algo que até então não havia acontecido, por isso uma participação tão substantiva, histórica e paradigmática em termos movimento de mulheres na América Latina (MATHIAS, PEREIRA, 2017, p. 8).

As mulheres também estavam presentes no “Programa Histórico da FSLN”, emitido em 1969, que contém um capítulo completo dedicado à “emancipação da mulher”, no qual é afirmada a necessidade de estender os direitos para filhos (as) de mães solteiras, creches para crianças de mães trabalhadoras, igualdade econômica e política entre homens e mulheres, dentre outros direitos relacionados:

VII. Emancipación de la mujer

La Revolución Popular Sandinista abolirá la odiosa discriminación que la mujer ha padecido con respecto al hombre; establecerá la igualdad económica, política y cultural entre la mujer y el hombre [...] (p. 8).

Porém, somente a partir de 1974 as mulheres começam a ganhar destaque nas ações armadas contra a ditadura, inclusive ocupando postos de liderança (MATHIAS, PEREIRA, 2017).

Nos primeiros anos, a posição das mulheres na luta armada não foi fácil, pois funções ditas femininas, como manter os aparelhos limpos, alimentar fugitivos e cuidar deles, datilografar comunicados e manifestos quase sempre recaía sobre elas (ZIMMERMANN, 2006). Porém, o fato destas mulheres estarem recebendo armas e treinamento militar mexe profundamente tanto com o pensamento dessas mulheres, quanto de seus colegas sobre elas.

Doris Tijerino é um grande nome feminino na luta contra a ditadura somozista. “Cresceu em um lar de classe média na área cafeeira de Matagalpa, e teve seu primeiro contato com a política no Partido Comunista da Nicarágua, que lhe concedeu uma bolsa para estudar na Universidade Patrice Lumumba, em Moscou” (Ibidem, p. 54). Mais tarde ela sai do Partido e torna-se membro da FSLN, assinando, em 1966, o manifesto político intitulado “Sandino sim, Somoza não”, na qualidade de membro do Diretório Nacional. Foi presa e violentada inúmeras vezes pelos guardas, além de ser considerada uma rebelde traidora, tanto de sua classe social quanto de seu sexo, sendo odiada pelos regentes da Nicarágua.

Outra heroína muito lembrada nas memórias da guerra revolucionária é Dora Maria Tellez, a “comandante dois” do ataque ao Palácio Nacional, e comandante da Frente Ocidental do exército guerrilheiro (Ibidem). Em 22 de agosto de 1978, cerca de vinte guerrilheiros dominaram o Palácio Nacional em Manágua, tornando políticos e empresários reféns, em troca de membros da FSLN, e Dora Maria foi a vice comandante da operação, tornando-se figura legendária:

Dora María Téllez/ de 22 anos/ miúda e pálida/ de botas, boina negra/ o uniforme da Guarda/ muito folgado... Dora María/ a moça aguerrida/ que fez tremer de fúria/ o coração do tirano”. “Vinte e sete combatentes foram elevados à categoria de Comandante Guerrilheiro, sendo nove escolhidos em cada tendência. Havia somente três mulheres: Dora María Téllez, Leticia Herrera e Mónica Baltodano (Ibidem, p. 86).

Monica Baltodano, recrutada no movimento estudantil cristão, tornou-se figura central no movimento urbano clandestino. Manteve sua fé por algum tempo, mas terminou abandonando suas crenças, e explicou que a FSLN era ilegal: “mas podíamos ir aos bairros, falar de política e ainda contar com a proteção do cristianismo” (Ibidem, p. 86).

Houve diversos avanços imediatos em relação às mulheres após a vitória dos revolucionários, como o reconhecimento e igualdade formal perante a lei, ascensão aos cargos de poder, políticos e militares, como ministérios, liderança de povoados e treinamento de exércitos, o que consolidou uma

larga modificação na participação política das mulheres nicaraguenses, alterações no Código Familiar que procuravam garantir às mulheres uma divisão igualitária de responsabilidade quanto aos filhos e aos serviços domésticos, e a proibição da exploração sexual da mulher, reiterando o direito ao corpo que é apenas da mulher (MATHIAS, PEREIRA, 2017). Infelizmente, se nos atentarmos às datas a maioria dessas conquistas ocorreram entre 1979 e 1983, pois a partir deste momento as pautas feministas passaram a ser totalmente excluídas.

3. GOVERNO REVOLUCIONÁRIO E AS PAUTAS DAS MULHERES

Após a vitória sandinista na luta armada criou-se o Exército Popular Sandinista e, mesmo com a destacada atuação das mulheres nos confrontos, ele foi transformado pelo Diretório Nacional, que começou a discutir sobre as dificuldades dos homens e das mulheres de conviverem em barracas militares, insinuando pela primeira vez que as mulheres não deveriam fazer parte do exército guerrilheiro (BELLI, 2010). Assim, “[...] Durante o período insurrecional, a FSLN estimulou o ativismo das mulheres, ao mesmo tempo em que buscou mantê-lo sob o seu controle, submetendo as demandas de gênero às causas da revolução” (MEZA, TATAGIBA, 2016, p. 361). Porém, essa nova consciência feminista, instaurada principalmente nas mulheres presentes nas centrais sindicais, gerou conflitos com o novo governo revolucionário, que acusava as mulheres de promoverem uma guerra entre os sexos que seria contrária aos reais interesses das classes trabalhadoras.

As conquistas sociais adquiridas na luta revolucionária eram apagadas por cortes e demissões em massa, e as conquistas políticas foram enfraquecidas pela falta de apoio do Diretório Nacional aos direitos das mulheres, além de recusarem a entrada de Dora María Téllez, notável militar do exército e líder política, no Diretório Nacional (ZIMMERMANN, 2016). Quando a AMNLAE declarou que faria uma nova legislação para legalizar o aborto e aumentar a pena dos estupradores o Diretório se opôs, fazendo as lideranças femininas recuarem, pois a legislação seria uma “criadora de

divisões” em um momento em que se dava atenção à campanha de reeleição da FSLN.

Em pouco tempo de governo revolucionário, a Frente decide que mulheres apenas ocupariam cargos administrativos, as excluindo de cargos políticos de confiança, causando insatisfação para grande parte delas (GONTIJO, 2019). As mulheres, portanto, nunca foram consideradas para serem mobilizadas ao conflito civil contra a contrarrevolução, e as que desenvolviam trabalhos estratégicos no Exército Popular eram rapidamente deslocadas para trabalhos menos estratégicos e considerados “naturais” das mulheres pela sociedade, uma vez que concluíam suas funções militares, invisibilizando toda a contribuição das mulheres para a reorganização do Exército Popular Sandinista nos anos 1980 (MEZA, 2015).

As justificativas do governo revolucionário para não avançar nas demandas das mulheres eram de que tiveram que focar em medidas específicas e em questões econômicas, em razão da guerra contrarrevolucionária, enfatizando a existência de questões mais urgentes³ (GONTIJO, 2019). Portanto, a mulher nicaraguense, vendo suas lutas sendo apagadas, acabou por acumular a tarefa da militância e a carga de trabalho, além do papel que tradicionalmente lhe era imposto. Quando a FSLN tira de suas prioridades as demandas de gênero, muitas mulheres respondem retirando seu apoio ao governo, o que reflete na derrota eleitoral de 1990.

A incorporação das mulheres ao sistema político por meio dos partidos e das centrais sindicais lhes proporcionou ganhos, mas adiou o problema da formação de organizações próprias. Sara Henríquez, uma das líderes do Coletivo de Mulheres de León explica que foi uma revolução de homens:

Una cosa es la lucha revolucionaria, en donde las mujeres nos vamos a pelear contra una dictadura y ese era el objetivo. Ese fue el foco, siempre tuvimos claro de que nuestro objetivo era derrocar al

³No Brasil, há uma história similar na luta feminista durante o período ditatorial. Havia divergências entre o grupo Brasil Mulher, que pensava na luta feminista em conjunto com o combate a opressão capitalista e a opressão patriarcal, e o grupo Nós Mulheres, que era considerado mais direcionado ao feminismo, mas por sua vez era acusado de ser uma luta burguesa, que dividia a classe trabalhadora (PEDRO, 2006).

dictador, pero sobre un montaje patriarcal. ¿Qué cambio ibas a pedir, si todo venía de los machos y cuántos abusos no se cometieron? La revolución también fue eso. Las mujeres no teníamos conciencia de género, ni teníamos bien claro lo del feminismo. Yo me acuerdo que esto lo aprendí después de la revolución. Eso requirió mucha educación, pero los estudios de género son demasiado recientes. En definitiva, la revolución fue macha (MEZA, TATAGIBA, 2016, p. 361).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Mesmo tendo avançado significativamente no âmbito dos direitos das mulheres nicaraguenses, a estrutura da sociedade não foi favorável a elas quando a Frente Sandinista de Libertação Nacional (FSLN) tomou seu lugar no poder. No início o lugar delas na frente de batalha fora reservado, pois toda a força era mais do que necessária para atingir o que era entendido como o inimigo comum do povo nicaraguense. Quando o objetivo é por fim alcançado, as demandas das mulheres e o devido lugar de destaque de muitas guerrilheiras são esquecidos e até mesmo considerados “inimigos” da revolução. Mesmo tendo seu lugar na frente de batalha, as mulheres foram diversas vezes deixadas de lado, afastadas de posições de comando, sendo que nenhuma mulher chegou a fazer parte do Diretório Nacional.

Com a precária situação da Nicarágua após a retirada de Somoza, os direitos das mulheres conquistados começaram a ruir, enfraquecidas pela falta de apoio do Diretório e, mesmo com esforços da AMNLAE, muitas reivindicações foram totalmente ignoradas pelo novo comando do país. As conquistas feministas, portanto, vieram durante as batalhas, e as mulheres que participaram delas conquistaram certa emancipação, mas as pautas feministas começaram a ser excluídas, reforçando a cultura machista e as relações de gênero enquanto desiguais, tendo o poder concentrado nas mãos de homens (MATHIAS, PEREIRA, 2017).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BELLI, Gioconda. **El país bajo mi piel**: Memórias de amor y guerra. 1ª ed. Barcelona: Plaza & Janes Editores, S.A., 2000. 218 pág.

CHINCHILLA, Norma. Classe, Gênero e Soberania na Nicarágua. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 1, n. 2, p. 321, jan. 1993. ISSN 1806-9584. Disponível em:

<https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/16067/14598>.

Acesso em: 01 out. 2019.

GONTIJO, Stella. **Hasta que seamos libres**: feminismo e revolução sandinista nas obras de Gioconda Belli (1972 – 1993). Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal Fluminense. Niterói, p. 209. 2019.

MATHIAS, Meire, PEREIRA, Nicolle. **As mulheres e a Revolução Sandinista**: Hegemonia e transformismo na construção de uma nova Nicarágua.

Disponível em:

http://alas2017.easyplanners.info/opc/tl/6823_nicolle_montalvao_pereira.pdf. Acesso em: 08 jun. 2019.

MEZA, Humberto. **Autonomia em movimento**: Análise da trajetória das relações do movimento de mulheres com os partidos políticos na Nicarágua pós-revolucionária. Dissertação (Doutorado em Ciência Política) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, p. 223. 2015.

MEZA, Humberto, TATAGIBA, Luciana. **Movimentos sociais e partidos políticos**: as relações entre o movimento feminista e o sistema de partidos na Nicarágua (1974-2012). Disponível em:

http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-62762016000200350&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso em: 08 jun. 2019.

PEDRO, Joana Maria. **Narrativas fundadoras do feminismo**: poderes e conflitos (1970-1978). *Rev. Bras. Hist.*, São Paulo, v. 26, n. 52, p. 249-272, dez. 2006.

PROGRAMA HISTÓRICO DE FSLN. Disponível em:

<http://americo.usal.es/oir/opal/Documentos/Nicaragua/FSLN/PROGRAMA%20HISTORICO%20DEL%20FSLN.pdf>. Acesso em: 30 set. 19.

SCOTT, Joan. **Gênero**: uma categoria útil para análise histórica. Disponível em:

https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/185058/mod_resource/content/2/G%C3%AAnero-Joan%20Scott.pdf Acesso em: 14 out. 19.

ZIMMERMANN, Matilde. **A Revolução Nicaraguense**. 1ª edição. São Paulo: Editora UNESP, 2006. 160 pág.

AS CAPACIDADES DE DEFESA E SEGURANÇA CIBERNÉTICA DE BRASIL E ISRAEL: UMA ANÁLISE COMPARATIVA

ADRIELLY MOROZ DE OLIVEIRA¹

HENRIQUE RIBEIRO DA ROCHA²

JOÃO PAULO CAVAZZANI BOSSO³

Resumo: Em uma Sociedade Internacional globalizada e extremamente interconectada, passa a ser desafiador pensar e entender as formas de atuação dos Estados ao redor do globo. Para além das ameaças tradicionais, há tempo estudadas no âmbito dos Estudos Estratégicos, há o surgimento de novas ameaças no cenário internacional, na medida em que novas dimensões de poder, como o ciberespaço, consolidam-se como vitais às infraestruturas críticas nacionais. Uma vez que as fronteiras tradicionais - geográficas - não são mais capazes de impedir todo e qualquer acesso, os Estados encontram-se vulneráveis a possibilidade de invasões provenientes de qualquer região do mundo por meio do espaço cibernético, podendo essas invasões serem advindas de atores Estatais ou não-estatais. Torna-se fundamental, portanto, compreender a atuação dos Estados sobre a temática da cibernética, haja vista que, a partir do surgimento de parcerias intergovernamentais, observamos a movimentação dos atores Estatais em busca de uma maior capacidade tecnológica e de defesa no campo cibernético. Nesse sentido, a recente aproximação entre Brasil e Israel mostra-se como uma importante associação diplomática diante desta temática, haja vista que a partir de encontros oficiais entre esses atores, constantemente se nota interesse na formação de parcerias para desenvolvimento conjunto da capacidade cibernética entre os Estados em questão. Assim, a pesquisa busca compreender e traçar um cenário comparativo entre as capacidades cibernéticas de Brasil e Israel, tendo em vista a recente cooperação entre estes atores.

Palavras-Chave: Segurança Cibernética; Brasil; Israel

INTRODUÇÃO

Na atual conjuntura é fácil notar que o conteúdo *online* é parte essencial da composição de diversas áreas do conhecimento e também de ações

¹Graduanda de Relações Internacionais. Universidade Federal de Santa Catarina. E-mail: moroz.adrielly@gmail.com. 2019.

²Graduando de Relações Internacionais. Universidade Federal de Santa Catarina. E-mail: riques.ribeiro@gmail.com. 2019.

³Graduando de Relações Internacionais. Universidade Federal de Santa Catarina. E-mail: jpaulobosso@gmail.com. 2019.

básicas do cotidiano. Não somente agindo como um facilitador, o espaço cibernético se torna meio de ação e, conseqüentemente, sua relevância cresce significativamente. Desde uma simples troca de mensagens entre civis, até uma profunda ação de espionagem entre Estados no contexto internacional, a relevância do ciberespaço e o seu ineditismo demandam não somente uma análise a nível doméstico como também a nível internacional.

Nesse panorama em que a Sociedade Internacional globalizada e extremamente interconectada se insere, torna-se um desafio entender os modos de atuação dos Estados ao redor do globo, haja vista os diferentes níveis de acesso e o impacto inovador deste campo. Para além das ameaças tradicionais, há tempo estudadas no âmbito dos Estudos Estratégicos, o surgimento de novas ameaças no cenário internacional advindas dessa nova dimensões de poder consolidam-se como vitais às infraestruturas críticas nacionais. Uma vez que as fronteiras tradicionais - geográficas - não são mais capazes de impedir todo e qualquer acesso, os Estados encontram-se vulneráveis e o surgimento de novos atores Estatais e não-Estatais geram novas discussões pertinentes sobre o tema.

As parcerias intergovernamentais no campo cibernético, tornam-se um caminho para ampliação das capacidades tecnológicas, de segurança e defesa nesse campo. O alinhamento entre os Estados se apresenta como um meio de não somente de conter possíveis ataques mas, sobretudo, uma alternativa para reduzir as diferenças de acesso à capacidades do mundo *online*. Nesse sentido, a recente aproximação entre Brasil e Israel mostra-se como uma importante associação diplomática diante desta temática, haja vista que a partir de encontros oficiais entre esses atores, constantemente se nota interesse na formação de parcerias para desenvolvimento conjunto da capacidade cibernética entre os Estados em questão.

Tendo em vista a posição de destaque de Israel no contexto da cibernética, a presente aproximação mostra-se como uma oportunidade ao Brasil, nesse sentido, haja vista que a parceria pode resultar no desenvolvimento estratégico do país. Assim, apresentando conceitos

relevantes sobre a questão securitária e sobre o campo cibernético, buscase analisar comparativamente as capacidades cibernéticas de Brasil e Israel.

1. A SEGURANÇA CIBERNÉTICA NO SÉCULO XXI

A partir do século XXI, com o avanço cada vez mais intenso e rápido da Sociedade da Informação, a segurança cibernética assume maior importância em questões securitárias nacionais e regionais. A priorização da agenda cibernética começa na transição de países da Europa Ocidental, Estado Unidos e Japão, no final da década de 1970, quando se acirra a corrida por desenvolvimento tecnológico, porém a securitização do tema se aprofunda a partir dos ataques de 2009, que ocorreram contra sites governamentais e instituições financeiras dos Estados Unidos e Coreia do Sul, principalmente uma vez que cada vez mais serviços de base do funcionamento estatal estão em servidores online.

Para o autor Walfredo Bento Neto (2014), a cibernética pode ser considerada a partir de 2 perspectivas, como recurso prático a disposição da política ou dimensão espacial, sendo essa estrutura sustentada na tríade formada por *hardware* (componentes do sistema), *peopleware* (indivíduos que atuam no setor) e *software* (relacionado a programação). A ausência de delimitações físicas e fronteiras bem definidas, torna a problemática ainda mais delicada, conjuntamente com a difusão do poder nessa esfera e a multiplicidade de atores, inclusive não-estatais, presentes.

O espaço cibernético e seu funcionamento desafiam conceitos securitários clássicos por suas características como a desterritorialização e fluidez, dessa forma, fazendo com que conceitos da estratégia militar sejam aplicáveis da maneira tradicional, necessitando considerações específicas e adaptadas ao contexto cibernético. Nesse cenário, as informações têm papel central, tanto a ser protegida, quanto a verificação de sua veracidade, podendo ser utilizadas como meio de exercer tanto *soft* como *hard power*.

Para o FBI, são identificados 3 principais grupos que representam uma ameaça à nível cibernético, crime organizado, ciberespionagem e grupos terroristas (TSAKANYAN, 2017, p. 343). Outras características do domínio ciberespacial é o uso das redes como plataformas para execução de outros crimes como o tráfico humano e a dificuldade de determinação da autoria dos ataques realizados, que podem ter sérias consequências econômicas e estruturais.

Sobre as guerras cibernéticas, seguindo um viés construtivista, as principais características são o poder concentrado em atores pequenos, que de outra forma não teriam tanta relevância, facilita a agenda estratégica sem conflito armado, a fluidez entre a fronteira civil-militar. As ações no espaço cibernético, normalmente, estão relacionadas a outros conflitos, podendo afetar estruturas vitais dos Estados, com o sistema financeiro ou de transporte. (CIOLAN, 2014)

É importante notar que a execução de políticas públicas voltadas a segurança cibernética envolve a necessidade de alocação de extensos recursos financeiros, o que faz com que muitos países se tornem interdependentes de países com maior desenvolvimento tecnológico e, isso, acarrete uma maior vulnerabilidade desses. Para Nye (2010), o poder cibernético se solidifica em recursos ligados à criação e controle de eletrônicos e informações computadorizadas.

Os autores Claudia Conangia e Raphael Mandarino Júnior (2009), citam que para a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), os pontos destacados sobre o assunto são a convergência de tecnologias, o aumento das ameaças e vulnerabilidade e as constantes mudanças desse ambiente. As estratégias desses países estão sendo desenvolvidas sobre princípios que são sensibilização sobre riscos; responsabilidade; resposta; ética; democracia e avaliação de riscos.

Entretanto, existem diferenças fundamentais entre defesa e segurança cibernéticas, a primeira refere-se à prevenção e combate de crimes que aconteçam na esfera cibernética pública, em um nível político. Por outro

lado, a defesa é definida por Carvalho (2011) como “conjunto de ações defensivas, exploratórias e ofensivas, no contexto de um planejamento militar, realizadas no espaço cibernético”.

2. A CAPACIDADE CIBERNÉTICA BRASILEIRA

O Brasil apresenta-se como um dos Estados com maior extensão territorial do mundo. Essa perspectiva reflete em diversos de seus aspectos estruturais, entre eles a grande diversidade de biomas e o nível da população absoluta que, por sua vez, impacta em diversos indicativos estatísticos. No que tange ao espaço cibernético, esse cenário também é impactado por essa sombra de grandeza do Brasil, o que o coloca em destaque quando em comparação com os Estados latino-americanos, por exemplo (GUEDES DE OLIVEIRA *et al*, 2017).

Atualmente o Brasil se coloca como o Estado latino-americano com maior número de usuários de Internet, o que se justifica, devido a grande população absoluta do país (DE OLIVEIRA *et al*, 2017). Esse panorama, todavia, não se concretiza no que diz respeito ao número de usuários em relação a porcentagem total da população, haja vista, que segundo a base de dados *World Bank*, em 2017, apenas 67,47% do país teria acesso à internet fixa ou móvel, assim “apesar de o Brasil apresentar uma população de usuários considerável, a sociedade brasileira ainda não dispõe totalmente de imersão digital.” (GUEDES DE OLIVEIRA *et al*, 2017, p. 62). Portanto, embora o Brasil seja o Estado latino-americano com maior número de usuários, também se mostra com uma das maiores disparidades em relação a acessibilidade ao espaço cibernético.

Diante desse panorama e, tendo em vista informações que colocam o Brasil como “o país que mais sofreu ataques cibernéticos na América Latina nos últimos anos” (GUEDES DE OLIVEIRA *et al*, 2017, p. 65) bem como um dos países que mais realiza ataques cibernéticos no mundo (GUEDES DE OLIVEIRA *et al*, 2017, p. 65 *apud* FARINACCIO, 2015), é necessário observar

que a institucionalização progressiva da segurança cibernética mostra-se como uma função estratégica dos Estados, para funcionamento de estruturas fundamentais ao país como Energia, Telecomunicações, Transporte, Defesa, Finanças (HOSANG, 2011, p. 3-4). No Brasil, a distribuição de competências entre os organismos para o desenvolvimento da segurança e defesa cibernética é ainda um fato recente (DA CRUZ JÚNIOR, 2013), que devido a posição de destaque internacional do Brasil, merece atenção.

Os gastos brasileiros com os setores de segurança e defesa, desde os anos 1990, com a criação do Ministério da Defesa, representam um orçamento médio de 1,5% do PIB (MACHADO *et al*, 2017), o qual está inserido neste orçamento também os gastos com a segurança cibernética. Segundo Hurel e Lobato (2013), a Estratégia Nacional de Defesa (END), criada em 2008 durante o governo Lula, foi o primeiro documento oficial a reconhecer a importância do espaço cibernético, assim, é considerada o ponto inicial da segurança cibernética como parte da agenda nacional. Embora anterior a essa data já existissem órgãos e políticas que trabalhassem com o meio cibernético, como o Centro de Estudos, Resposta e Tratamento de Incidentes de Segurança no Brasil (CERT.br), o END representa um marco na medida que pontua, junto ao setor espacial e nuclear, o espaço cibernético como um setor estratégico para o Brasil. A política, por fim, como um marco inicial, “objetiva orientar, no âmbito do Ministério da Defesa, as atividades de Defesa Cibernética, no nível estratégico, e de Guerra Cibernética, nos níveis operacional e tático, visando a consecução dos seus objetivos” (GUEDES DE OLIVEIRA *et al*, 2017, p. 70, apud BRASIL, 2013, p. 90).

Como um país que não possui uma proteção de dados robusta mas regulamentações e leis limitadas sobre o tema (GUEDES DE OLIVEIRA *et al*, 2017), a publicação do *Livro Verde* de Segurança Cibernética em 2010, representa um passo além na criação de propostas e fixação de diretrizes sobre o tema, assim, trazendo uma visão sobre a situação brasileira, o trabalho busca “fomentar o debate social, econômico, político e técnico científico sobre a segurança cibernética” (GUEDES DE OLIVEIRA *et*

al, 2017, p. 69) de modo a avançar na criação de uma política nacional de segurança cibernética.

O Livro Branco de Defesa Nacional, de 2012, representa o passo além na construção das políticas de defesa do Brasil iniciadas pelos documentos anteriormente citados. Segundo o Ministério da Defesa (2012), sua abrangência busca definir de forma transparente a atuação das Forças Armadas, esclarecendo a sociedade brasileira e a comunidade internacional as políticas e ações que norteiam os procedimentos de segurança e proteção à soberania nacional. Como um documento que busca estabelecer a cooperação multilateral através do compartilhamento das motivações e finalidades do instrumento militar brasileiro, o documento também institui amplamente a estrutura de ação e trabalho dentro do campo da segurança cibernética, destacando setores responsáveis e seus objetivos. Conforme se nota:

A segurança cibernética brasileira é de responsabilidade do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República, que, apesar de ter esse nome, não pertence à hierarquia militar brasileira, mas à Presidência da República. Por sua vez, a defesa cibernética brasileira é de responsabilidade da esfera militar, especialmente do Exército. Embora a Estratégia Nacional de Defesa do Brasil determine ao Exército a responsabilidade pela defesa cibernética do País, todas as demais forças também terão estruturas próprias de defesa cibernética. Entretanto, elas operarão em cooperação com o CDCiber, estrutura do Exército que lida com esse tema. (GUEDES DE OLIVEIRA *et al*, 2017, p. 72).

Conforme pontuado por Guedes de Oliveira, boa parte da estrutura de defesa cibernética do Brasil está centrada no CDCiber, estrutura comandada pelo exército - e gerida pelo Ministério da Defesa - e que, segundo o Livro Branco de Defesa Nacional, objetiva “melhoria da capacitação dos recursos humanos; a atualização doutrinária; o fortalecimento da segurança; as respostas a incidentes de redes; a incorporação de lições aprendidas; e a proteção contra ataques cibernéticos” (BRASIL, 2012, p. 69). A proteção do espaço cibernético envolve a cobertura de diversos pontos como a inteligência, a pesquisa científica, a doutrina, o preparo e o emprego

operacional, além da gestão pessoal e, segundo Guedes de Oliveira *et al* (2017), esse sistema de defesa do ciberespaço obedece a uma relação de níveis estratégicos.

Vale destacar que mesmo possuindo uma estrutura de segurança e defesa sistematizada e estruturada pelos documentos de segurança nacional, o governo brasileiro tem objetivos em relação ao campo cibernético voltados somente ao aspecto da defesa, ou seja, suas pretensões são pacíficas. Conforme reiterado pelo Livro Branco de Defesa Nacional (2012) e a Estratégia Nacional de Defesa (2008), os investimentos em segurança cibernética são feitos em busca da construção de uma capacidade tecnológica autônoma derivada do campo, entretanto, os investimentos no setor ainda são baixos, não ultrapassando a marca dos US\$7 milhões anuais, segundo dados fornecidos pelo comando das Forças Armadas do Brasil.

No sentido da cooperação internacional no aspecto cibernético, vale destacar também que, segundo Guedes de Oliveira *et al* (2017), os acordos bilaterais e multilaterais brasileiros também seguem a linha da defesa. Os acordos principalmente envolvem compartilhamento de tecnologia e troca ou proteção mútua de informações classificadas, assim, seguem a linha da construção da capacidade tecnológica do país, conforme citado.

3. A CAPACIDADES CIBERNÉTICAS DE ISRAEL

O primeiro documento de Defesa nacional a ser divulgado por Israel (e também o principal) é o *Israel Defense Forces Strategy* (2015), no qual o Estado israelense já trata o ciberespaço como uma dimensão de Defesa, assim como ar, terra, mar e o espaço sideral. Nele, o país deixa claro que o esforço cibernético israelense irá apoiar tanto os esforços defensivos como ofensivos das Forças de Defesa israelenses quando o país estiver em situação emergencial ou de guerra, auxiliando no combate nos níveis estratégico, operacional e tático, o que é um grande diferencial das políticas cibernéticas de Israel em comparação com o Brasil, tendo em vista que o Brasil, por

possuir uma postura pacífica no cenário internacional, se utiliza dos meios cibernéticos apenas para questões de Defesa. Israel entende que a defesa cibernética é vital para manter o funcionamento das instituições do Estado quando em confronto e, também, para manter o pleno funcionamento das Estratégias das Forças de Defesa do país, que é baseado no trabalho em rede (IDF, 2015).

As posições da IDF sobre segurança cibernética, estabelecidas no documento, incluem o entendimento de que o ciberespaço é um domínio militar; a priorização do fortalecimento contínuo da capacidade de defesa cibernética e ofensiva nos níveis estratégico, operacional e tático; a conscientização sobre ameaças no ciberespaço; e, no nível organizacional, o início de um processo para estabelecer a estrutura de comando cibernético nas IDF. O documento ainda observa que a defesa cibernética em situações de guerra e emergência é essencial para garantir a operação contínua das instituições nacionais em tempos de tensão, bem como o desempenho efetivo da IDF, tendo em vista que este é baseado no trabalho em rede.

Para além disso, Israel também se utiliza do espaço cibernético para desenvolver capacidades ofensivas contra Estados com os quais não possui fronteiras, de maneira a desenvolver formas de dissuasão estratégica e tática por meio da guerra cibernética.

No documento *National Cyber Concept for Crisis Preparedness and Management*, o Estado israelense fornece duas definições para o ciberespaço, sendo estas:

1. Ciberespaço global: que compreende o complexo de infraestrutura de tecnologia da informação, a internet, as redes de comunicação, sistemas informatizados e todos os processadores e controladores informatizados incorporadas em sistemas tecnológicos, bem como os usuários de todos eles.
2. Ciberespaço civil de Israel: esta definição compreende todas as partes governamentais e privadas do Estado israelense, com exceção

de entidades particulares, como as Forças de Defesa de Israel, a Polícia de Israel, a Agência de Segurança de Israel, o Instituto de Inteligência e Operações Especiais).

A partir das definições supracitadas, é possível perceber que Israel faz uma separação do espaço cibernético como um todo e do espaço cibernético soberano de Israel, buscando, desta maneira, se proteger neste território.

Além dessas definições, outras duas definições cruciais divulgadas por Israel por meio de resoluções são as seguintes. O ciberespaço é definido na Resolução 3611 como:

o domínio físico e não físico que é criado ou composto de parte ou de todos os componentes seguintes: sistemas mecanizados e computadorizados, redes de computadores e comunicações, programas, informações computadorizadas, conteúdo transmitido por computador, tráfego e dados de supervisão e aqueles que usam esses dados (p. 33).

Esta definição oferece uma conceitualização do ciberespaço bastante parecida com a definição do ciberespaço global desenvolvida no âmbito do *National Cyber Concept for Crisis Preparedness and Management*.

A resolução 2444 define cibersegurança como “a gama de ações para a prevenção, mitigação, investigação e manejo de ameaças cibernéticas e incidentes, e também para a redução de seus efeitos e danos causados por eles antes, durante e depois de sua ocorrência.” (p. 36). Nesta definição, também pode-se observar o desenvolvimento da resiliência israelense no espaço cibernético, uma vez que nem sempre um ataque inimigo será combatido, portanto, Israel preocupa-se em se organizar para recuperar os seus sistemas de forma rápida e efetiva.

Portanto, apesar das fontes oficiais sobre Defesa e Segurança cibernética de Israel serem bastante restritas e dificilmente divulgadas, a partir da análise daquelas que estão disponíveis é possível percebermos a imensa preocupação do Estado israelense com essa dimensão que se torna cada vez mais relevante. É possível identificar, por exemplo, o

desenvolvimento de capacidades cibernéticas ofensivas - uma empreitada que raramente é assumida por Estados - até mesmo para uma possível guerra cibernética com países e ou atores não-estatais inimigos de Israel, como é trazido no documento *Israel Defense Forces Strategy*, do ano de 2015.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao traçar um paralelo comparativo entre Brasil e Israel é necessário ter em mente o panorama histórico, geográfico e cultural que cada um destes Estados se insere. Suas semelhanças e diferenças são pontos relevantes, entretanto, é necessário ter em mente que os processos de formação de cada um destes Estados e suas posições na cadeia produtiva de valores e no mundo geopolítico e diplomático interferem diretamente em diversos indicativos acerca de suas capacidades. O cenário cibernético, por sua vez, também é impactado por essa perspectiva, já que a dominação desse campo se associa muito a capacidade de domínio tecnológico e do volume de capital.

O Brasil é um país muito conhecido por suas relações diplomáticas amistosas e por ser um ator global que roga pela conservação da paz. Sua inserção no ambiente latino-americano, assim como seu discurso, é pacífica, não apresentando possíveis ameaças de atores estatais ou não estatais contra sua soberania. No caso de Israel, a condição é totalmente oposta. Atualmente o Estado judeu encontra-se em momento de conflito e disputa territorial. Essa posição regional diferencia o modo pelo qual Israel molda suas relações político diplomáticas, de modo que a bandeira do pacifismo não é erguida do mesmo modo que a defesa dos interesses nacionais. No sentido cibernético, a comparação entre esses dois Estados se faz no sentido antagônico, ou seja, o Estado de Israel utiliza dessa dimensão para o desenvolvimento de suas capacidades defensivas, mas sobretudo ofensiva, enquanto o Brasil busca focalizar o desenvolvimento das capacidades cibernéticas apenas para defesa do país.

Na questão do investimento na capacidade cibernética a discrepância entre os dois países é clara. Enquanto os investimentos brasileiros ficam em

torno dos US\$7 milhões, o investimento israelita fica em torno dos US\$100 milhões. No sentido à legislação e transparência com a documentação do setor cibernético, o Brasil possui uma documentação mais robusta e uma maior transparência com seus objetivos, já que o Estado de Israel libera dados e estatísticas do setor com menor frequência.

Por fim, vale destacar que a principal preocupação do Brasil com o setor cibernético, conforme indica também sua legislação interna, é que este campo torne-se um caminho para o desenvolvimento econômico e tecnológico do país, enquanto que, Israel foca seus investimentos e esforços no desenvolvimento da capacidade cibernética como um aparato militar capaz de aumentar o poder ofensivo do país.

As capacidades cibernéticas de Brasil e Israel, desse modo, apresentam-se como pontos distantes no sentido comparativo. Além de ambos os Estados apresentarem uma formação histórica complexa e muito distinta, seus objetivos com a dimensão cibernética também não são os mesmos. Enquanto o Brasil ainda apresenta um longo caminho de desenvolvimento e investimentos no setor, o setor israelita tem uma preocupação mais imediata, no sentido do desenvolvimento de uma capacidade bélica que o Brasil não aparenta almejar como forma do seu desenvolvimento nacional.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACÁCIO, Igor Daniel P.; SOUZA, Gills Lopes M.. **Segurança internacional no século XXI: o que as teorias de Relações Internacionais têm a falar sobre o ciberespaço?** Disponível em:

<https://anpocs.com/index.php/encontros/papers/36-encontro-anual-da-anpocs/gt-2/gt28-2/8169-seguranca-internacional-no-seculo-xxi-o-que-as-teorias-de-relacoes-internacionais-tem-a-falar-sobre-o-ciberespaço/file>. Acesso em: 03 set. 2019

BRASIL. Ministério da Defesa. **Estratégia Nacional de Defesa**. Brasília, 2009.

BRASIL. Ministério da Defesa. **Livro Branco de Defesa Nacional**. Brasília, 2012a. Disponível em:

<https://www.defesa.gov.br/arquivos/2012/mes07/lbdn.pdf>. Acesso em: 16 set. 2019

BRASIL. Ministério da Defesa. **Livro Verde de Segurança Cibernética no Brasil**. Brasília, 2012a. Disponível em: http://dsic.planalto.gov.br/legislacao/1_Livro_Verde_SEG_CIBER.pdf. Acesso em: 16 set. 2019

BRASIL. Ministério da Defesa. **Política Nacional de Defesa, Estratégia Nacional de Defesa**. Brasília, 2012b. Disponível em: . Acesso em: 10 set. 2019

CANONGIA, Claudia; MANDARINO JUNIOR, Raphael. Segurança cibernética: o desafio da nova Sociedade da Informação. **Parcerias Estratégicas**, Brasília, v. 14, n. 29, p. 21-46, dez. 2009ais: a Cibernética como Espaço e Recurso de Poder. **Coleção Meira Mattos**, Rio de Janeiro, v. 8, n. 31, p. 07-18, abr. 2014.

CIOLAN, Ionela Maria. Defining Cybersecurity as The Security Issue of The Twenty First Century. A Constructivist Approach. **The Public Administration And Social Policies Review**, Bucharest, v. 1, n. 1, p. 120-136, jun. 2014.

HOSANG, Alexandre. **Política Nacional de Segurança Cibernética: uma necessidade para o Brasil**. Disponível em: <https://abeic.org.br/Admin/Publicacoes/29/PolNacSegCib.pdf>. Acesso em: 10 set. 2019.

HUREL, Louise Marie; LOBATO, Luisa Cruz. **Uma Estratégia para a Governança da Segurança Cibernética no Brasil**. Rio de Janeiro: Instituto Igarapé, 2018.

ISRAEL. **National Cyber Concept For Crisis Preparedness and Management**. 2018. Disponível em: <https://www.gov.il/BlobFolder/news/cybercrisispreparedness/en/Management%20of%20crisis%20situations%20english%20final.pdf>. Acesso em: 10. set. 2019.

ISRAEL. **Strategy of the Israel Defense Forces**. 2015 Disponível em: <https://www.belfercenter.org/sites/default/files/legacy/files/IDFDoctrineTranslation.pdf>. Acesso em: 10. set. 2019.

MACHADO, Arthur Victor Baptista Carvalho Soares *et al.* Defesa Cibernética Comparada: Um Estudo do Brasil e da África do Sul. In: XIV CONGRESSO ACADÊMICO SOBRE DEFESA NACIONAL, 14., 2017, Rio de Janeiro. **Anais...** . Rio de Janeiro: Ministério da Defesa, 2017. p. 1 - 16. Disponível em: https://www.defesa.gov.br/arquivos/ensino_e_pesquisa/defesa_academia/cadn/artigos/xiv_cadn/defesa_cibernetica_comparada_um_estudo_do_brasil_e_da_africa_do_sul.pdf. Acesso em: 16 set. 2019.

NETO, Walfredo Bento. Territorializando o “Novo” e (Re)territorializando os Tradicionais: a Cibernética como Espaço e Recurso de Poder. **Coleção Meira Mattos**, Rio de Janeiro, v. 8, n. 31, p. 07-18, abr. 2014.

NYE, Joseph S.. Cyber power. 2010. Disponível em:
<https://www.belfercenter.org/sites/default/files/legacy/files/cyber-power.pdf>. Acesso em: 03 set. 2019.

OLIVEIRA, Marcos Aurélio Guedes de *et al.* **Guia de Defesa Cibernética na América do Sul**. Recife: Editora Ufpe, 2017.

TSAKANYAN, V.T.. THE ROLE OF CYBERSECURITY IN WORLD POLITICS. **Vestnik Rudn. International Relations**, Moscou, v. 2, n. 17, p. 339-348, jan. 2017.

RIVALIDADE POR DISPUTA DE PODER ENTRE IRÃ E ARÁBIA SAUDITA NO ORIENTE MÉDIO

LURIAN PINHEIRO RAMOS¹

MAIARA SOARES NOGUEIRA²

Resumo: O presente artigo tem por finalidade fazer uma breve análise e contextualização sobre os moldes nos quais se deu a Revolução Islâmica no Irã e quais os principais reflexos nas relações com os países vizinhos, principalmente com a Arábia Saudita, devido a essa inflexão de política Interna e externa do mesmo. Além disso, a questão petrolífera também será abordada visto a influência e a importância da Arábia Saudita no comércio do petróleo principalmente com países ocidentais e como um ponto de referência dentre as petromonarquias. Outro ponto a ser considerado de extrema relevância para a discussão aqui presente é a contextualização do Conselho de Cooperação do Golfo. Por fim, o trabalho em questão abordará acerca do crescente potencial nuclear iraniano e como esse desenvolvimento para o país e esse crescente poder de influência intimida muitos países vizinhos incluindo a Arábia Saudita que se inquieta mais devido ao receio de perder o postulado de maior influenciador e núcleo de poder regional do Oriente Médio. Acerca da metodologia utilizada o artigo é baseado em fontes secundárias e com caráter qualitativo e também é composto através do método de pesquisa hipotético-dedutivo.

Palavras-chave: Irã; Arábia Saudita; Disputa; Influência.

INTRODUÇÃO

A análise das disputas de poder, das relações entre alguns dos principais países da região do Oriente Médio e das influências das discordâncias e posicionamentos diferentes de alguns países pontuais para toda a região é extremamente importante e relevante para um bom entendimento da situação atual do globo e do mecanismo de funcionamento do Sistema

¹Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais da Universidade Federal de Santa Maria. lurian.ramos@hotmail.com. 2019

²Graduanda do 8º semestre do curso de Relações Internacionais pela Universidade Federal do Pampa campus Santana do Livramento. maiara.nogue@gmail.com. 2019

Internacional com foco nos Estados do Oriente Médio. Baseando-se nessa afirmação, o presente artigo tem como objetivo analisar como se dá a disputa de poder no Oriente Médio entre o Irã e a Arábia Saudita e quais os impactos desse acirramento e tensões presentes nas relações entre os dois países para a região.

A região abordada neste trabalho possui alto valia estratégica, caracterizada pela grande quantidade de recursos petrolíferos e pela combinação de etnias e culturas. A relação Irã- Arábia Saudita é historicamente marcada por intensas disputas de poder, passando por regimes políticos diferentes, política econômica e diferentes cultos do Islamismo. O Irã e a Arábia Saudita têm pretensões de liderança no Golfo Pérsico, relação de essencial entendimento para os estudos de relações internacionais.

As relações entre Irã e Arábia Saudita se caracterizam pela instabilidade e rivalidade, no contexto religioso do mundo muçulmano e na questão petrolífera. Culturalmente os dois países se distanciam pela corrente xiita iraniana e pan-islamista, e a sunita do reino Saudita. Também acredita que a Arábia Saudita possui mais recursos petrolíferos e sempre manteve seu preço baixo, tendo o poder de manipular de acordo com suas políticas econômicas. Entretanto o Irã possui recursos em menor quantidade e sofre sanções desde a Revolução Iraniana (1979) e atualmente devido ao enriquecimento de urânio.

Neste contexto, a Arábia Saudita defende o isolamento do Irã e fortalecimento da cooperação entre as outras nações do Golfo Pérsico através do Conselho de Cooperação do Golfo (CCG). A crescente influência iraniana na região, sua força nuclear e aproximação dos Estados Unidos são considerados ameaças para a Arábia Saudita, ator que busca resgatar o controle na região.

Além dessas perspectivas, o presente artigo conta com uma metodologia tem caráter qualitativo, uma vez que possui dados qualitativos e por meio dos quais procura, fundamentando-se em bases históricas,

esclarecer os assuntos aqui pontuados. O presente artigo conta com uma distribuição conteudista que será feita da seguinte maneira. Primeiramente trabalhará acerca da contextualização do período pré-Revolução Islâmica até o momento em que a mesma ocorre e como as relações do Irã com o Oriente Médio se dão a partir dessa inflexão. Seguido a essa questão, abordará a temática dos reservatórios naturais de petróleo e da influência das petromonarquias, principalmente da Arábia Saudita, na região. Posteriormente, a temática acerca da estruturação do Conselho de Cooperação do Golfo e sua funcionalidade para a região será tratada. E por fim, a temática do crescente potencial nuclear e influência iraniana na região e da intimidação que essas questões causam para muitos países vizinhos incluindo a Arábia Saudita que se inquieta devido ao receio de perder sua zona de influência serão discutidas.

1. RELAÇÕES IRÃ X ORIENTE MÉDIO NO PÓS REVOLUÇÃO ISLÂMICA (1979)

Apesar da grande história anterior que o Irã possui, o presente artigo retratará a partir de 1951 com a posse de Mahmud Mossadegh no cargo de Primeiro Ministro Iraniano. Nessa época o contexto interno iraniano era marcado pela abertura internacional, principalmente nas relações com o ocidente, Estados Unidos e Grã-Bretanha, mas que também fazia concessões à URSS. Outra característica interna do país era a questão social, onde uma onda de movimentos nacionalistas estourava e era fomentada por grupos distintos, mas com um único objetivo em comum, a proteção nacional dos recursos iranianos e da manutenção e desenvolvimento do país como um todo.

Em 1951, com a posse de Mossadegh como Primeiro Ministro, uma das primeiras ações em favor da economia e desenvolvimento iraniano feita pelo então Primeiro Ministro, foi a nacionalização da Companhia de Petróleo Anglo-Iraniana (APOC). Essa medida foi prontamente instaurada visto que outros países, como a Grã-Bretanha por exemplo, tinham um lucro

exorbitante acerca da exploração de recursos iranianos e que grande parte desse dinheiro não retornava para o país nem como forma de investimentos e tampouco era passado para a população.

Outras medidas de cunho nacionalista foram tomadas por Mahmud em prol da população, o que tencionou as relações com os países ocidentais visto o prejuízo financeiro aos mesmos e a diminuição da influência, principalmente norte americana, na região com o retraimento das relações. Em 1953, o governo de Mahmud Mossadegh é taxado perante a potências ocidentais como comunista e as mesmas defendem a necessidade de uma intervenção visto o perigo que tal governo traz ao Sistema Internacional. Baseando-se nesse perigo e na necessidade de ingerência ocidental na região do Oriente Médio, o Plano Ajax é orquestrado pela CIA e aprovado pelo presidente estadunidense que há pouco havia assumido Dwight D. Eisenhower. Tal golpe anglo-americano visou a destituição do então Primeiro Ministro Iraniano. Apesar de os argumentos utilizados para a implementação de tal ato ocidental terem se baseado no "perigo comunista", utilizando-se do contexto mundial que estava inserido na bipolarização global, algumas informações que não podem ser deixadas de se analisar são de grande importância, talvez para mera especulação, mas ainda assim, para o entendimento dos interesses envolvidos. No período em questão, o Irã era o segundo maior exportador de petróleo do mundo, principalmente para os países ocidentais, e tinha a terceira maior reserva mundial do hidrocarboneto. Questões essas que influenciaram bastante nas articulações do Reino Unido para com o país do Oriente Médio.

A partir da destituição de Mossadegh, e colocada do Xá Reza Pahlevi no poder, o cenário interno e externo do país sofrem drásticas mudanças. No âmbito interno, a principal característica do novo governo era a forte repressão aos seus opositores, principalmente ao partido comunista do Irã, o Tudeh. Já no âmbito externo, o cenário inverte-se visto que a abertura econômica, abrangendo os demais países do Sistema Internacional. Além dessa abertura, o Irã entra oficialmente no sistema norte-americano de

alianças com o Pacto de Bagdá (1955) e começa a receber dos EUA apoio financeiro e de estrutura militar até o ano de 1977. Tal pacto era uma organização de caráter militar, instituição securitária para o Oriente Médio e a Ásia central, tinha como integrantes além do Irã, o Iraque a Grã-Bretanha, a Turquia e o Paquistão. Essa aliança tinha como objetivo conter o avanço soviético ao redor do globo e manter países específicos do ocidente a par de questões internas da Região do Oriente. Ainda sobre o Pacto de Bagdá, este deixa de existir devido ao golpe estatal no Iraque, pois assim que um novo governante toma o poder ele tira o Estado do pacto e o mesmo transforma-se na Organização do Tratado Central (CENTO).

Entre esse período de alianças com o ocidente, internamente no Oriente Médio, explode uma forte onda de movimentos nacionalistas de caráter antiamericano, o Pan-arabismo. Tal movimento, apoiado e financiado pela União Soviética, buscava o fortalecimento dos países do Ocidente e defendia uma não ingerência ocidental nos assuntos que não cabiam aos mesmos. Nesse contexto, torna-se mais importante a presença geografia-estratégica do Irã uma vez que o mesmo tinha um alinhamento automático com os EUA e que isso permitia a entrada de mais forças do ocidente na região para abafar o movimento, visto que este atrapalhava as negociações comerciais dos países exportadores de petróleo para com os Estados Unidos e o Reino Unido.

Devido a questões nas transações comerciais internacionais, durante os anos de 1950 e 1970, houve um aumento no preço do petróleo o que foi de caráter positivo para a economia iraniana. Independente desse aumento, devido ao não repasse da verba para a população, em forma de investimentos para o próprio país e melhorias nas áreas de necessidades básicas, a insatisfação com o atual governo começa a tomar proporções maiores e a reprovação é tamanha que, independentemente de o partido comunista iraniano, o Tudeh, ter sido fechado no início do governo de Xá, os clérigos Xiitas começaram a fazer o papel da oposição.

Nesse contexto e com a classe religiosa se opondo e criticando abertamente a postura e ações tomadas pelo atual governo, um nome se sobressai por tecer críticas fortes e influentes na sociedade, é o do Aiatolá Ruhollah Khomeini. A influência e intimidação de suas críticas ao governo é tamanha que Xá Pahlevi declara a expulsão do Aiatolá do Irã, e o mesmo de exila em uma região iraquiana de predomínio xiita. Após o envio do Aiatolá para o exílio, Pahlevi tenta reverter a situação de estabilidade política, econômica e principalmente social no âmbito interno adotando algumas medidas pragmáticas e outras um tanto quanto populistas, como a adoção de um único partido em todo o país, o Rastakhiz, e a estipulação de um piso salarial.

Além dessa instabilidade geral interna, podemos acrescentar o fomento do Aiatolá Khomeini para a crise interna do país, visto que o mesmo afirmava a necessidade do fim do regime monárquico e a instauração de um governo islâmico que voltasse a cumprir a tradição da religião, uma vez que a vertente sunita que está no poder com representação do Xá, toma vários posicionamentos não benéficos para a população e para o Estado como um todo. Além de posicionamentos políticos, Khomeini critica a ocidentalização da população iraniana e a quebra com a tradição e a religião, ou seja, a atual gestão da época estava contra os bons costumes e a maneira certa de se portar tanto socialmente quanto politicamente.

Em 1979, a impopularidade do governo do Xá Reza Pahlevi é tamanha que estouram manifestações populares em toda a extensão do país as quais reivindicam por mudanças estruturais e políticas. No mesmo ano, devido à força dos levantes populares e a ameaça sentida por Reza Pahlevi, ele e toda sua família deixam o Irã e vão buscar exílio e proteção em Paris. Ainda em 1979, o Aiatolá Ruhollah Khomeini volta ao Irã o que fomenta mais a irá popular contra o governo que gestava até então e inspira na sociedade e intenção de mudanças sociopolíticas profundas, visto que Ruhollah Khomeini já havia se tornado uma referência.

Em suma, o país antes da revolução de 1979 seguia um viés político-social baseado nos países ocidentais. Sua cultura tinha fortes traços de ocidentalização e a secularização era presente na estruturação do país. Depois da revolução, um país baseado nas crenças e culturas orientais tendo como base de sua organização sociopolítica o Islã, foi constituído. Para que houvesse essas principais mudanças destituiu o uso da constituição de 1907 que regia o país até então para uma que trouxesse os valores do Islamismo xiita como base para a nova organização social do Irã. Outra importante mudança, além da mudança constitucional no país, foi a criação da guarda revolucionária que basicamente tinha a função de proteger o aiatolá, então líder político do país e a elite clerical e apoiar e legitimar o novo governo.

Devido à mudança interna de estruturação e governo, mudanças na política externa iraniana foram rapidamente sentidas não só por agentes estatais, mas por toda a sociedade internacional. Acerca da nova política externa do país, segundo Leães (2012, p. 24):

o país se colocava contrário a todas as formas de colonialismo, autoritarismo e imperialismo e prestava integral solidariedade aos interessados das outras nações muçulmanas. Mais importante, estava explícita a noção de que a exportação da revolução constituía objetivo fundamental para o novo governo.

Após a instauração de algumas medidas de caráter internacional para resgatar o país, o Aiatolá nacionaliza algumas empresas que antes eram internacionais, para restaurar a economia do país e assim conseguir se reerguer e melhorar a qualidade de vida de toda sua população. Essa medida de nacionalização enfurece os Estados ocidentais, principalmente a Grã-Bretanha. Outra ação nacional que tenciona as relações dentro do próprio Oriente Médio é a de relacionar toda a legislação iraniana com a lei da Sharia.

O acirramento com a Arábia Saudita começa a se aprofundar quando, no conflito que o Irã tem com o Iraque a petromonarquia entra em apoio ao país rival ao iraniano. Além desse tensionamento, tanto a Arábia saudita, quanto as outras petromonarquias presentes no Oriente Médio se sentiram

extremamente ameaçadas com a revolução islâmica que se iniciara em 1979. Esses países se incomodavam com o posicionamento do Aiatolá pois o mesmo pregava que o alinhamento com os EUA e com os países ocidentais iam contra os princípios islâmicos e, portanto, esses países estavam indo contra a religião e a tradição. Baseando-se nessa traição à religião Khomeini pregava que os súditos desses governantes deveriam se revoltar e tomar as medidas necessárias para que esses corruptos saíssem do poder.

A tensão interna na parte Ocidental que os Estados que se sentem ameaçados pelo crescente poder iraniano se unem. Dessa união para a proteção nasce o Conselho de cooperação do Golfo (CGC). A Arábia Saudita juntamente com Bahrein, Catar, Emirados Árabes Unidos e o Kwait, criam o Conselho de cooperação do Golfo com o intuito de frear o avanço da revolução islâmica para outros países muçumanos.

2. QUESTÃO PETROLÍFERA

Quando a temática é petróleo, o mais natural é que o Sistema Internacional volte os olhos para o Oriente Médio, principalmente para a Arábia Saudita, principal e mais influente petromonarquia da Região. O termo petromonarquia é usado para se referir aos países do golfo pérsico que contém regimes políticos monárquicos e que tem grande quantidade de petróleo e tem como base de sua economia a comercialização de tal produto. A Arábia Saudita, como já foi dito, é a maior e mais influente petromonarquia da região, entretanto várias outras como por exemplo o Kuwait, Emirados Árabes Unidos, Omã, Qatar e Barein também são reconhecidos no Sistema Internacional e tem voz, mesmo que pouca, devido à sua produção petrolífera. Esses países em conjunto formam o Conselho de Cooperação do Golfo.

Acerca da questão petrolífera é extremamente válido ressaltar a estruturação da economia da Arábia Saudita. O país, por ter uma das maiores reservas de petróleo do mundo tem como base de sua economia a

comercialização do bem, mas apesar de o Estado conseguiu um bom faturamento com a exportação, devido a questões geográficas e climáticas, o país não tem capacidade produtiva de bens de consumos não duráveis, o país não consegue se manter com a pequena produção nativa de alimentos então o desenvolvimento interno é frágil, visto a dependência de comercialização do petróleo para que consiga importar produtos básicos para sua população.

A Arábia e outros países produtores de petróleo se uniram e, através da Conferência de Bagdá, criaram a Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP) para melhor organizar a comercialização do produto. Essa organização tem como objetivo principal a organização e coordenação centralizada das políticas petrolíferas para que assim seja possível o controle da quantidade de petróleo ofertado no Sistema e assim sendo possível também, controlar e impulsionar o preço do produto no mercado internacional não ficando completamente subordinados às decisões ocidentais. Como ressalta Torres (2004, p. 23):

Do ponto de vista da oferta, os EUA foram, paulatinamente, cedendo sua liderança absoluta no imediato pós-guerra para um conjunto limitado de grandes produtores. Liderados pela Arábia Saudita, o grupo é formado basicamente pelos membros da OPEP – entre os quais se destacam as nações do Golfo Pérsico – e pela Rússia. Metade da produção mundial hoje tem origem nesses países.

Apesar de a Arábia Saudita ter grande influência na produção mundial de petróleo e comercializar principalmente com os Estados Unidos, segundo Fiori (2005, p. 7):

Hoje, a Arábia Saudita só atende a 16% da demanda interna dos Estados Unidos que já conseguiu deslocar a maior parte do seu fornecimento de energia para dentro de sua zona imediata de segurança estratégica, situada no México e no Canadá, aparecendo a Venezuela logo em seguida, como seu quarto fornecedor mais importante. Mas, além disso, os Estados Unidos vêm trabalhando ativamente para obter um acordo estratégico de longo prazo com a Rússia, e vêm avançando de forma agressiva e competitiva em cima dos novos territórios petrolíferos situados na África sub-sahariana e na Ásia Central, na região do Mar Cáspio.

Considerando as mudanças no contexto internacional, e o poderio de influência e jogos de poder inclusive no Oriente Médio e considerando também que países que dependem da exportação/importação excessiva como forma de manutenção da sua economia, apesar de terem certa margem de manobra no Sistema Internacional, serem apenas peões do jogo das relações que se dá no grande tabuleiro que é o globo, aceita-se e espera-se que muitos países só se mantenham no auge das relações com as potências quando as convém. Tendo por essa ótica, a relação do Ocidente com o Oriente, principalmente com a Arábia Saudita dentro do Oriente Médio, é mais uma estratégia para a promoção da influência de potências ocidentais e para o uso de combustíveis e produtos que aumente a influência/poder das mesmas no Sistema.

3. CONSELHO DE COOPERAÇÃO DO GOLFO

O Conselho de Cooperação do Golfo (CCG) foi instituído em maio de 1981 pela Arábia Saudita, Qatar, Bahrain, Omã, Kuwait e Emirados Árabes Unidos (FRANCO, 2012, p. 23). A ameaça crescente a partir da Revolução Iraniana em 1979 levou a construção do conselho nos Estados do Golfo Pérsico, tais países compartilhavam de sistemas políticos semelhantes em estrutura política e caráter conservador. Essas convergências juntamente com o aprofundamento da revolução do Irã levaram a construção deste conselho, com o intuito de compartilhar e estabelecer estratégias de defesa ao crescimento do xiismo na região.

No contexto pós-Revolução Iraniana e desenrolar da I Guerra do Golfo entre Irã e Iraque, os países do Golfo Pérsico construíram um órgão com a finalidade de nortear as estratégias de segurança por meio da cooperação. O intuito original era formar um bloco regional que visasse a segurança regional através de vários pontos de cooperação, concorda-se com Franco (2012, p. 23)

De acordo com o artigo 4º da Carta constitutiva do CCG², o órgão foi instituído com o objetivo de promover integração e coordenação entre os países nos setores financeiros, comerciais, econômicos, educacionais, culturais, científico, tecnológico, da indústria, da agricultura, e de recursos naturais. No entanto, as relações entre os membros têm sido permeadas pela prevalência de acordos bilaterais com outros países fora do CCG, dificultando o seu fortalecimento enquanto bloco regional (FRANCO, 2012, p. 23).

A ameaça que levou a formação deste bloco era tanto doméstica quanto externa, devido às discussões sectárias religiosas entre xiismo e sunismo, que estão intrínsecas a tensões. Os Estados do Conselho de Cooperação do Golfo são caracterizados pela maior parte da população e elite política sunita, o que contrapõe a revolução xiita e crescente conservadorismo no Irã na década de 1980. A ameaça era principalmente a Arábia Saudita, país líder no Golfo Pérsico de monarquia apoiada pelos Estados Unidos, que teve *status quo* criticado e desestabilizado pela Revolução Iraniana. O elemento norteador da política doméstica e externa tanto da Arábia Saudita quando dos outros Estados do Golfo Pérsico é a segmentação entre xiitas e sunitas, diferenciando os países pelas suas identidades culturais e religiosas, desta forma a distinção entre os países do Conselho de Cooperação do Golfo e Irã se desenvolveu. Os elementos identitários dos Estados levaram ao fortalecimento da rivalidade regional, devido a sua utilização como instrumento político. Além da questão religiosa, a Revolução Iraniana promoveu um movimento antimonárquico, se posicionando em confronto aos Estados árabes do Golfo que constituíam o Conselho de Cooperação do Golfo (OLIVEIRA, 2013, p. 101).

A Arábia Saudita defendeu o isolamento do Irã e fortalecimento da cooperação entre as outras nações do Golfo Pérsico através do Conselho de Cooperação do Golfo. Como demonstra Grinberg (2000, p. 117) apontando a atuação da Arábia Saudita:

Afinal, este país dominava o Conselho de Cooperação do Golfo, criado em 1981, em detrimento do Irã, favorável a uma organização islâmica, e do Iraque, partidário de um conselho geral árabe; assim, fazendo uma política que favorece os países do golfo em prejuízo

das outras regiões árabes do Oriente Médio, a Arábia Saudita contribui para o acirramento de rivalidades, além de permitir o aumento das desigualdades sociais entre os países de maiores e menores reservas petrolíferas (GRINGERG, 2000, p. 117).

O posicionamento saudita buscava deixar clara política de projeção de poder no Golfo, tendo em vista a maior atuação do Irã na região. O interesse de sua política externa para a região não era apenas de cooperação, mas sua ambição era consolidar sua imagem de líder regional a fim de comandar o Conselho de Cooperação do Golfo. Desta forma a Arábia Saudita posicionou-se fortemente contra as ideologias e movimentos que levassem a instabilidade regional assim como modificação do *status quo*. O seu papel de líder tinha como objetivo manter a hegemonia das petromonarquias sunitas na região, o que ia de encontro com os interesses estadunidenses no Golfo Pérsico. Para Cepik, Borba e Brancher (2012, p. 45) "Em troca da garantia da estabilidade nos preços do petróleo, o regime saudita recebe proteção e o apoio militar das potências ocidentais" (CEPIK, BORBA, BRANCHER, 2012, p. 45). A aliança com os Estados Unidos manteve a presença norte-americana na região a fins de segurança regional, mas observa-se que a relação se torna mais pragmática.

Neste contexto é criado um sistema de defesa coletiva pelo Conselho de Cooperação do Golfo. A Força de Proteção da Península (FPP) foi um mecanismo instituído em 1984, mas logo demonstrou sua incapacidade efetiva de proteção e segurança. A invasão do Iraque no Kuwait em agosto de 1990 foi o primeiro conflito em que a Força de Proteção da Península poderia atuar, mas mostrou-se reticente a participação e nunca envolveu-se. Desde então a atuação tanto do Conselho quanto do seu mecanismo de defesa no setor de segurança regional se tornaram inertes até a virada do século, quando se viram obrigados a repensar suas estratégias e posicionamentos de segurança. Em 2003 o Iraque foi invadido pelos Estados Unidos e o Conselho de Cooperação do Golfo voltou-se para seu objetivo original que era manter a segurança regional. A agenda de segurança no bloco foi restabelecida e reformulada para o estabelecimento de estratégias

autônomas dos Estados Unidos. A intervenção em conjunto do Bahrein dos países do Conselho efetivou seu posicionamento no Golfo e representou sua concentração como bloco na área de segurança. A intervenção mostrou uma nova formação de estrutura de poder do Oriente Médio, na qual a Arábia Saudita é mais assertiva e soube controlar a situação. Franco (2012, p. 27) elucida a nova atuação da Conselho no trecho:

Para garantir a sua própria sobrevivência, as monarquias têm buscado articular uma frente coletiva de enfrentamento da ameaça democrática. Esta coordenação de ações tem sido feita a partir de um organismo pré-existente, o Conselho de Cooperação do Golfo que, além de adquirir uma roupagem mais militarizada, tem buscado ampliar-se para agrupar monarcas igualmente ansiosos por preservarem-se no poder.

A nova atitude da Arábia Saudita indica que as relações com os Estados Unidos já não são próximas como eram, a ação independente desse Estado se deu pelo enfraquecimento das relações. Os Estados Unidos não se mostram como parceiros leais no Golfo Pérsico, ainda mais depois do apoio aos opositores de Mubarak no Egito. Mas essa nova política externa independente em conjunto restabelece o isolamento do Irã e a percepção de ameaça proveniente desse país. Para os demais países integrantes do Conselho o protagonismo saudita é favorável a estabilização da região e *status quo*. A nova fase do Conselho indica seu fortalecimento e tentativa de aumentar a influência na região convidando as demais monarquias do Oriente Médio a integrarem seu bloco, mais especificamente o Marrocos e a Jordânia.

4. POTENCIAL NUCLEAR IRANIANO E A AMEAÇA A LIDERANÇA DA ARÁBIA SAUDITA NA REGIÃO

O Programa Nuclear Iraniano é um projeto que vem sendo desenvolvido desde a década de 1950, quando o Irã era aliado dos Estados Unidos e o programa era em parceria com este. Em 1970 o Irã assinou o Tratado de Não

Proliferação Nuclear e em 1974 o acordo de salvaguardas da International Atomic Energy Agency (AIEA). Entretanto diversos países como Índia, Paquistão e Coreia do Norte (MORAES, 2015, p. 86) permanecem com seus programas nucleares. Com a Revolução Iraniana em 1979 as relações com os Estados Unidos foram rompidas e o projeto seguiu devido ao aumento da população e conseqüente aumento de consumo. O programa possuía fins pacíficos de energia elétrica, entretanto as desconfianças dos vizinhos em um ambiente instável do Oriente Médio eram inevitáveis.

Foi montado um programa de investigação pelos Estados Unidos e potências regionais como Arábia Saudita e Israel em que foram tiradas fotos por satélites de instalações em construção, a investigação foi inconclusiva. Segundo Ramos (2012 *apud* MORAES, 2015, p. 86) "[a] justificativa da organização era de que, com algumas modificações, a planta dedicada a produzir combustível nuclear também seria capaz de ser usada para a produção de dispositivos de bombas nucleares" (RAMOS, 2012 *apud* MORAES, 2015, p. 86). O governo iraniano não forneceu novas informações sobre seu programa nuclear, portanto, as investigações via satélite de suas construções permanecem sendo feitas pela International Atomic Energy Agency juntamente com os países citados anteriormente. Para Moraes (2015, p. 87)

Isto posto e tendo em vista a dificuldade de se obter acesso a informações no Irã, em 2010, o Conselho de Segurança da ONU adotou resolução 1929 requerendo que o Irã colaborasse com a IAEA e suspendesse seu programa de enriquecimento de urânio, a construção de um reator a base de água pesada (também importante no uso de armas nucleares) e parasse com projetos correlatos, freando qualquer atividade relacionada a produção de mísseis balísticos capazes de carregarem armamento nuclear.

A Arábia Saudita, principalmente, observa o Irã como grande ameaça aos seus interesses no Oriente Médio. O Irã tem seus próprios objetivos na região e o programa de utilização de energia nuclear deixa as relações entre Irã e Arábia Saudita cada vez mais tensas. O Irã mostra-se disposto ao desenvolvimento pacífico de energia nuclear, entretanto sem intervenções maiores por parte de agentes externos. Segundo Moraes (2015, p. 88) "O

presidente da virada do século, Seyed Muhammad Khatami, eleito em 1997 e reeleito em 2001, defendia, por exemplo, a política nuclear positiva. Dizia-se a favor da abolição de armas químicas e biológicas" (MORAES, 2015, p. 88). Sua política externa para a região promove a criação de uma República Islâmica, livre de ingerência externa e fortalecimento de um mecanismo de segurança com cooperação de todos os países do Golfo (LIBRELOTTO, PAIXÃO E CASARÕES, 2017, p. 10). O sucessor de Khatami, Ahmadinejad, um ultraconservador modificou a política externa e o uso da energia nuclear, causando tensões na região. A mudança do uso do enriquecimento de urânio foi argumentada pela região em que o Irã se encontra, entre potências nucleares como Índia e Paquistão (MORAES, 2015).

Caso o Irã confirme o uso de seu programa nuclear para armas militares a balança de poder no Oriente Médio muda drasticamente e a segurança regional seria fortemente afetada. Na região a Índia, Rússia e Afeganistão possuem armas nucleares, é possível que Israel também possua, apenas pequenas evidências mudam as posições dos atores. Moraes (2015, p. 89) aponta que

As explicações demonstram, com a recusa em liberar informações a instituições especializadas e com a continuação de seu programa, que a política externa do Irã, embora pareça ideológica, é norteadada pela percepção dos interesses do país.

A falta de informações oficiais dos países aumenta a instabilidade da região, a Arábia Saudita sente-se ameaçada por não saber as reais intenções de seu vizinho com o programa nuclear, ainda mais pelas pretensões e atitudes já observadas pelo Irã na região.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As relações entre Arábia Saudita e Irã são marcadas desde a Revolução Islâmica por desconfianças mútuas, atritos e por um breve momento tentativa de cooperação. A relação Arábia Saudita e Irã é historicamente

marcada por intensas disputas de poder, passando por regimes políticos diferentes, política econômica e diferentes cultos do Islamismo. Culturalmente os dois países se distanciam pela corrente xiita iraniana e pan-islamista, e a sunita do reino Saudita. Também acredita que a Arábia Saudita possui mais recursos petrolíferos e sempre manteve seu preço baixo, tendo o poder de manipular de acordo com suas políticas econômicas. O Irã e a Arábia Saudita têm pretensões de liderança no Golfo Pérsico, relação de essencial entendimento para os estudos de relações internacionais.

Para garantir a sobrevivência da monarquia da Arábia Saudita e a manutenção do *status quo* como líder do mundo árabe, esse Estado tem articulado contraposição maciça. Ator que sempre se manteve líder sem intervir diretamente ou se envolver em problemas na região. Possui uma das monarquias que sobreviveu a Primavera Árabe, mas que por consequência desse fato remodelou sua política externa para ser mais assertiva, tomou frente no Conselho de Cooperação do Golfo e em outras organizações internacionais regionais. O posicionamento saudita de protagonista no Golfo Pérsico e no Oriente Médio de forma geral é há muito contestado pelo Irã.

É imprescindível observar como o Irã consolidou-se geopoliticamente nos últimos anos no Oriente Médio, seu combate a toda forma de imperialismo marca sua política externa. O país antes da revolução de 1979 seguia um viés político-social baseado nos países ocidentais. Sua cultura tinha fortes traços de ocidentalização e a secularização era presente na estruturação do país. Devido à mudança interna de estruturação e governo, mudanças na política externa iraniana foram rapidamente sentidas não só por agentes estatais, mas por toda a sociedade internacional. O acirramento com a Arábia Saudita começa a se aprofundar quando, no conflito que o Irã tem com o Iraque a petromonarquia entra em apoio ao país rival ao iraniano. Além desse tensionamento, tanto a Arábia saudita, quanto as outras petromonarquias presentes no Oriente Médio se sentiram extremamente ameaçadas com a revolução islâmica que se iniciara em 1979. O Irã se posiciona em todos os pontos de tensão na região, enfrenta o ISIS, apoia o

Hezbollah na Síria e o Hamas em Gaza. Além de seu desenvolvimento nuclear silencioso que afronta o enriquecimento de urânio também existente em Israel.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AL-SAUD, Faisal bin Salman. Iran, Saudi Arabia and the Gulf: Power Politics in Transition. **Business and Economics**. 2003. p. 188.

CEPIK, Marco; BORBA, Pedro; BRANCHER, Pedro. Arábia Saudita e segurança regional após as revoltas no mundo. **Boletim Meridiano** 47, [s. L.], v. 13, n. 130, p. 44-49, mar. 2012. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10183/78586>. Acesso em: 13 maio 2018.

CERIOLO, Luíza Gimenez. **A rivalidade entre Irã e Arábia Saudita através da Teoria dos Papéis após a Primavera Árabe: os casos do Bahrein e o Iêmen**. 2016. 111 f. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) – Universidade de Brasília, Brasília, 2016.

CHAISE, Julia Escobar. **A relação entre poderes no regime político do Irã (Pós 1979)**. 2014.

CHUBIN, Shahram; TRIPP, Charles. **Iran-Saudi Arabia Relations and Regional Order: Iran and Saudi Arabia in the balance of power in the Gulf**. Editora Routledge. 2014. p. 88.

DO ESPIRITO SANTO, Murillo Müller; BALDASSO, Tiago Oliveira. A Revolução Iraniana: rupturas e continuidades na política externa do Irã. **Revista Perspectiva: reflexões sobre a temática internacional**, v. 10, n. 8.

FIORI, José Luís. Mudanças estruturais e crise de liderança no sistema mundial. **Economia Política**, 2005.

FRANCO, Raquel Trabazo Carballal. **O redimensionamento da Arábia Saudita como centro de poder no Oriente Médio e seus reflexos nas relações internacionais**. 2012. Trabalho de conclusão de curso (Especialização em Relações Internacionais) – Universidade de Brasília, Brasília, 2012.

GRINBERG, Keila. O mundo árabe e as guerras árabe-israelenses. AARÃO REIS FILHO, Daniel; FERREIRA, Jorge; ZENHA, Celeste (org). **O século XX: o tempo das dúvidas – do declínio das utopias às globalizações** (vol. III). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000. p 98-131.

LEÃES, Ricardo. **Irã e Turquia: construção nacional e projeto de poder regional**. Trabalho de Conclusão de Curso. Universidade Federal do Rio Grande do Sul; 2012.

LIBRELOTTO, Mariana; PAIXÃO E CASARÕES, Guilherme. Geopolítica e Religião no Oriente Médio: o papel do Islã na disputa entre Irã e Arábia Saudita. **Seminário de Iniciação Científica ESPM**. São Paulo: out/ 2017.

MORAES, Elize Carpes de. **Irã X Arábia Saudita: as consequências da rivalidade no Oriente Médio**. 2015. 110 f. TCC (Graduação) - Curso de Relações Internacionais, Universidade do Sul de Santa Catarina, Florianópolis, 2015

OLIVEIRA, João Paulo Ferraz. **O Conselho de Cooperação do Golfo e sua atuação na manutenção do *status quo* na Primavera Árabe**. 2013. 119 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Ciência Política, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2013. Disponível em: <http://www.bibliotecadigital.ufmg.br/dspace/handle/1843/BUBD-9FYF6M>. Acesso em: 01/jun/2018

PINTO, Maria do Céu. Nacionalismo árabe e pan-arabismo. **JANUS** 2015-2016-Integração regional e multilateralismo, p. 84-85, 2016.

PIQUET, Rosélia. Indústria do petróleo e dinâmica regional: reflexões teóricometodológicas. **Petróleo e Região no Brasil: O Desafio da Abundância**. Rio de Janeiro, Garamond, p. 15-34, 2007.

ROCHE, Alexandre AE. A primavera do mundo árabe-sunita: o islã árabe-sunita entre o wahhabismo conservador e o espírito crítico, entre a política do petróleo e a independência econômica. **Conjuntura Austral**, v. 2, n. 7, p. 3-15, 2011.

TORRES FILHO, Ernani T. Petróleo: concorrência, regulação e estratégia. **Economia Política Internacional: análise estratégica**. São Paulo, n. 2, p. 20-25, 2004.

TOURINHO, Marcos. O Acordo Nuclear com o Irã: o papel e as contribuições das sanções internacionais. **Política externa**, v. 24, n. 1, 2015.

TRAUMANN, Andrew Patrick. **Os militares e os Aiatolás: relações Brasil-Irã (1979-1985)**. 2013. 186 f. Tese (Doutorado) - Curso de História, Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Federal do Paraná - Ufpr, Curitiba, 2013. Disponível em: <http://www.humanas.ufpr.br/portal/historiapos/files/2013/05/ANDREW.pdf>. Acesso em: 15 maio 2018.

ULLRICH, Danielle; CARRION, Rosinha. Em Análise a Cooperação "Sul- Sul": ruptura ideológica ou reprodução? **1º Seminário Nacional de Pós-Graduação em Relações Internacionais**. Brasília: jul. 2012.

ZANONI, David Anderson. Do Xá ao Aiatolá: as representações sobre a Revolução Iraniana através da Revista Veja (1978-1979). **Cantareira**, [S. I.], v. 18, p. 41-52, jan. 2013.

VIOLÊNCIA SEXUAL EM SITUAÇÕES DE CONFLITO

ADRIELLY MOROZ DE OLIVEIRA¹

Resumo: Esse artigo tem como objetivo reunir, de maneira informativa, e compilar materiais sobre as violências de gênero e caráter sexual em situações de conflito, trazendo a abordagem da teoria feminista no campo das relações internacionais. Buscando, assim, compreender a relação entre as guerras e a adoção de uma postura violenta e “masculinizada” que não tem o estupro como consequência, mas estratégia militar e violência sistêmica executada de forma planejada como meio de atingir objetivos como o controle social, além de serem uma demonstração clara de poder e dominação. Ademais, procura explorar os mecanismos existentes no Direito Internacional que compreendem essa prática como crime de guerra, a criação destes e a possibilidade de enquadramento do estupro na guerra como genocídio. Além disso, o presente artigo traz a compreensão dessas violências sexuais em conflitos como fator central na migração forçada dessa população e a vulnerabilidade e invisibilidade desse processo de deslocamento.

Palavras-chave: Guerra; Violência de gênero; Violência sexual; Feminismo; Relações Internacionais.

INTRODUÇÃO

No último relatório da ONU sobre violência sexual relacionada à conflitos², publicado em 2017 cobrindo o período correspondente à janeiro até dezembro de 2016, compreendeu-se violência sexual como: estupro, escravidão sexual, prostituição forçada, gravidez forçada, aborto forçado, esterilização forçada, casamento forçado e qualquer outra violência de gravidade comparável perpetrada contra mulheres, homens e crianças ligadas de forma direta ou indireta à situação de conflito. Esse relatório também aborda o reconhecimento do uso do corpo de mulheres e meninas

¹Graduanda em Relações Internacionais pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). 2019.

²Disponível em: <http://www.un.org/en/events/elimination-of-sexual-violence-in-conflict/pdf/1494280398.pdf>. Acesso em: 15 jun. 2018.

como forma de política econômica da guerra e a compreensão de que a violência sexual é uma estratégia, também, utilizada por grupos terroristas.

Tentar compreender e denunciar a violência contra mulheres na guerra é pensar essa violência de um ponto de vista macro e de maneira sistêmica não só contra a vítima, mas analisando a estrutura social na qual essa se encontra. Esse comportamento acontece não só localizadamente em áreas de conflito, mas também com as mulheres que tentam sair dessas situações e de maneira institucionalizadas, em missões de paz³ oficiais, por exemplo. A possibilidade de usar a violência sexual como estratégia militar - autorizada e formalizada pelas autoridades - e meio de alcançar objetivos políticos parte de entender a mulher como propriedade nacional, de entender nessas agressões um modo de ameaçar, humilhar, torturar e desestabilizar o inimigo. (PEREIRA; CAVALCANTI, 2015)

A valorização de aspectos considerados masculinos nas guerras, com apelo à virilidade, reforça a dicotomia entre os gêneros, enfatizando a desigualdade e redefinindo as motivações e especificidades da violência de gênero constantes. (SCHOLZ, 2018)

A violência praticada na guerra está completamente ligada à construção social de gênero, fazendo com que os conflitos sejam um ambiente especialmente hostil para mulheres, mesmo as inseridas como combatentes. O livro “A guerra não tem rosto de mulher” da autora Svetlana Aleksievitch (2016) relata a realidade das mulheres que participaram da Segunda Guerra Mundial através de depoimentos e demonstra como essas mulheres foram subjugadas mesmo quando qualificadas, como tiveram suas vozes caladas durante e após a guerra, tendo sua participação invisibilizada e esquecida na história.

O poder tem um papel intrínseco no estupro na guerra, afirmando a posição das mulheres como propriedade dos homens, emasculando os inimigos conquistados. Além disso, a relação entre poder e estupro é um

³Disponível em: <https://internacional.estadao.com.br/noticias/geral.escandalos-sexuais-das-forcas-de-paz-imp-,770180>. Acesso em: 15 jun. 2018.

componente na socialização militar que condiciona os soldados a desumanizar o adversário, sendo também uma estratégia utilizada em limpezas étnicas e genocídios. (VITO; GILL; SHORT, 2009)

1. TEORIA FEMINISTA EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS

A teoria de Relações Internacionais se orienta por meio de seus três debates teóricos centrais, o primeiro na década de 1920, entre realismo e liberalismo, tratando de questões relacionadas à guerra e paz, à estrutura anárquica do Sistema Internacional e ao comportamento dos Estados. O segundo debate, na década de 1950/1960, focou em questões metodológicas com o embate entre behavioristas e tradicionalistas.

E o terceiro debate, no qual se encaixam os estudos de gênero e relações internacionais, no cenário pós Guerra Fria em um momento onde assuntos *soft*, sem a ameaça iminente de outra guerra mundial, passam a integrar mais a agenda internacional, diante dessa desmilitarização e dessecuritização das agendas nacionais dos Estados. Em um lado, os positivistas com utilização de métodos e pressupostos do liberalismo clássico e ciência econômica. E no outro os pós-positivistas defendendo uma análise dos fenômenos internacionais por meio de uma abordagem mais sociológica. (MONTE, 2013)

A produção acadêmica feminista em relações internacionais se vincula mais ao pós-positivismo, ao propor uma discussão pautada em análises históricas e sociológicas, observando como se estruturam as relações de poder do micro ao macro. A inclusão de uma perspectiva feminista parte da noção de que a maioria das áreas do conhecimento são androcêntricas, e em relações internacionais isso é especialmente enfático uma vez que a disciplina baseia seus pressupostos e explicações essencialmente em atividades e experiências masculinas. (SCHOLZ, 2018)

Dessa forma, a crítica proposta seria compreender que as instituições internacionais se determinam, ao mesmo tempo, perpetuando a

desigualdade de gênero. E, para além disso, a corrente feminista procura estabelecer objetivos emancipatórios, entendendo que a inserção das mulheres nos cargos políticos estatais e nas organizações internacionais é o meio de alterar essa ordem. Porém, é importante considerar que da maneira como se estruturam as relações de poder no contexto atual, a inclusão das mulheres na esfera decisória não representa, necessariamente, mudança no comportamento estrutural dos Estados, pois muitas vezes essas mulheres adotam uma postura masculinizada como forma de se adaptar às demandas.(MONTE, 2013)

A valorização superior do masculino faz com que identidades e atividades construídas socialmente como masculinas tenham maior prestígio. A ideia de virilidade e hegemonia masculina impactam intensamente nas definições de política externas e comportamento estatal, principalmente na tendência à violência e guerras. (MONTE, 2013)

A abordagem feminista das relações internacionais possui várias vertentes com divergências teóricas, o início da discussão de gênero em Relações Internacionais é marcado pela perspectiva liberal e suas demandas com ênfase na extensão de direitos políticos e civis “masculinos” às mulheres, compreendendo que a opressão de gênero seria resultado das barreiras legais impostas pelos Estados. Em oposição, as feministas radicais afirmam que o patriarcado e as opressões vão muito além da esfera legal. (ISQUIERDO, 2012)

O feminismo socialista também é uma das abordagens na área de relações internacionais, e traz o argumento de que a opressão de gênero tem por base o desprivilégio material das mulheres, sendo o poder do patriarcado proveniente do controle sobre o trabalho feminino, em especial ao trabalho não-remunerado que, por sua vez, é compreendido como parte do papel social das mulheres. Outra vertente, é o feminismo pós-colonialista que apresenta crítica às abordagens anteriores questionando a legitimidade da representação e essencialismo da produção teórica do Norte global sobre a identidade e necessidades das mulheres “terceiro mundistas”. Alguns

pontos centrais desses questionamentos são quem se fala e em nome de quem; quem ouve e para quem se fala e como se representa e representa o outro. (ISQUIERDO, 2012)

2. VIOLÊNCIA SEXUAL E GUERRA

A literatura referente à violência sexual e guerra abrange diversos aspectos como o deslocamento causado pela violência, terrorismo, refúgio, direitos humanos, desigualdade de gênero, entre outros. Esse assunto é também abordado por várias áreas, como Direito e Relações Internacionais, que, por sua vez, analisam sob diversas perspectivas, como ponto de vista médico e humanitário das questões. E para além da violência durante o conflito, há uma série de consequências que duram muito mais que o período de guerra, por exemplo danos psicológicos, marginalização das vítimas, possíveis gravidez e transmissão de doenças sexualmente transmissíveis. O documentário *The Testimony* (2015) traz essa realidade ao retratar o maior julgamento ocorrido no Congo, no qual 39 soldados são acusados de estuprar concidadãs, porém apenas 2 foram condenados e sentenciados. Os depoimentos demonstram claramente como perante essa sociedade essas mulheres perdem seu “valor social”, sendo culpabilizadas e marginalizadas, o que faz com que várias vítimas sejam caladas pelo medo da reação da família.

Os principais casos citados antes das novas guerras são os *rape camps* na ex-Iugoslávia, Estupro de Nanking e genocídio de Ruanda. Já em um período mais atual, pós Segunda Guerra Mundial, os mais citados são as situações no Congo, Nigéria, Colômbia, República Centro Africana e Sudão do Sul. Muitas dessas situações tem um caráter interseccional na violência sexual, pois além de configurarem violência de gênero, são também estratégias de “limpeza étnica”, tendo a questão da raça muito presente.

2.1 Novas guerras

Nos últimos anos da Segunda Guerra Mundial, com o avanço da tecnologia e dos meios de comunicação, houve também uma diferenciação no formato da guerra, quando comparadas às guerras descritas por Clausewitz e, conseqüentemente, mudanças em outras dimensões como o patriarcado, alterando as formas de violência contra as mulheres também. Essas novas guerras são exploradas por Kaldor (2001) como guerras da era da globalização que se espalham e persistem pelos ganhos políticos e econômicos da violência, mais do que a vitória. (SEGATO, 2014)

Nessa nova configuração globalizada, houve uma mudança da relação entre Estado e violência organizada. O monopólio da força é corroído por baixo e por cima, ou seja, nesse cenário os atores deixam de ser exclusivamente as forças armadas estatais e passam a ser uma combinação entre atores estatais e não-estatais como mercenários, segurança privada e grupos paramilitares, por exemplo. Os objetivos passam de interesses geopolíticos e ideológicos para identitários e o financiamento passando a ser majoritariamente parte de uma economia aberta. (KALDOR, 2001)

Com as condições para guerra e condições de conduta não sendo mais respeitadas, essas guerras acontecem sem início ou término oficializados e de maneira prolongada, o que não permite que o Estado mantenha um bom funcionamento de suas instituições para garantir um pleno funcionamento e desenvolvimento. Outro fator que não se realiza é a identificação dos combatentes e proteção dos civis o que aumenta as taxas de mortalidade dos conflitos, pois além de aumentar o número de mortes indiretas, a violência passa a ser deliberadamente contra os civis. (KALDOR, 2001)

Com base nessas mudanças apontadas por Kaldor (2001), Segato (2014) aponta que a destruição e violência aumentaram em crueldade, com formas inéditas de destruição comercial e exploração da comercialização que esses corpos podem oferecer. Com a alteração no conceito de territorialidade, a partir da transnacionalização dos conflitos, o estupro passa de um método

de apropriação para destruição física e moral do organismo-povo, deixando de ser consequência e passando a ser produto da guerra. Nessa estrutura, a agressão sexual passa a ser central na produção de crueldade e letalidade.

Pela natureza e volume dessas agressões, cada vez mais os crimes de “femigenocídio” estão se aproximando da definição de genocídio. Ao utilizar práticas como o abuso sexual, os combatentes “sexualizam” o assunto, despolitizando a agressão, dificultando a possibilidade de justiça pública, uma vez que a sexualidade e o direito se encontram em esferas separadas, uma privada e a outra pública. (SEGATO, 2014)

2.2 Estupro tipificado como genocídio

Há autoras que defendem que os estupros em massa podem, muitas vezes, ser qualificados como crime de genocídio, como no caso de Ruanda, de maneira semelhante à ideia de 'femigenocídio' exposta pela autora Rita Segato (2014). Pela definição da Convenção da ONU para a Prevenção e Punição do Crime de Genocídio de 1948, apresentada no artigo de Vito, Gill e Short (pg. 32, 2009) entende-se por genocídio:

(...) qualquer dos seguintes atos, cometidos com a intenção de destruir, no todo ou em parte, um grupo nacional, étnico, racial ou religioso, enquanto tal: (a) assassinato de membros do grupo; (b) dano grave à integridade física ou mental de membros do grupo; (c) sujeição intencional do grupo a condições de vida pensadas para provocar sua destruição física total ou parcial; (d) medidas destinadas a impedir os nascimentos no seio do grupo; (e) transferência à força de crianças do grupo para outro grupo.

Em outras palavras, o genocídio é a negação do direito de existência de grupos humanos em sua totalidade. É uma série de atos realizados com a intenção de destruir os grupos, que pela Convenção sobre Genocídio são definidos como nacionais, étnicos, raciais ou religiosos, não constituindo necessariamente minorias, mas que podem estar em minoria em um Estado. No entanto, o crime de estupro é compreendido como violação de direitos

humanos, entendido como ato cometido contra indivíduo. (VITO; GILL; SHORT, 2009)

As autoras Vito, Gill e Short (2009) argumentam que o estupro como violação da autonomia sexual de uma pessoa e como crime de genocídio podem existir nos mesmos parâmetros, o reconhecimento do estupro como método de perpetuar o genocídio seria, nesse sentido, essencial para compreensão integral dos acontecimentos e também para o Direito Internacional. O Tribunal Penal Internacional para a ex-Iugoslávia foi o marco inicial das conexões entre genocídio, estupro e limpeza étnica, mas foi no Tribunal Penal Internacional para Ruanda que se definiu pela primeira vez no Direito Internacional, estupro como genocídio, partindo da interpretação de que as mulheres foram estupradas por serem do grupo étnico tutsi. Nesse caso, o estupro caracterizado como genocídio teve tanto o estatuto de violação contra autonomia do indivíduo (mulheres tutsis), como violação contra o grupo como um todo (os tutsis).

2.3 Mecanismos do Direito Internacional

Apesar dos corpos das mulheres terem sido “conquistados” e violados pelos exércitos conjuntamente com as anexações territoriais desde as guerras tribais continuando nas guerras convencionais da primeira metade do século XX e utilizados como forma de controle social e destruição moral do inimigo nas novas guerras posteriores, segundo a autora Rita Segato (2014), as principais mudanças no direito internacional quanto a punição desses crimes de violência sexual aconteceram na década de 1990. O estupro massivos que aconteceram na ex-Iugoslávia, principalmente Bósnia e Herzegovina, foram os primeiros a serem julgados por uma corte internacional, marco essencial para que o estupro fosse compreendido como crime de guerra, em adição aos estupro no genocídio de Ruanda que também tiveram um papel significativo nessas mudanças.

Nesse sentido, a Declaração de Viena, adotada em 1993 pela Conferência Mundial de Direitos Humanos da ONU, foi o primeiro documento internacional que além de reconhecer a importância da igualdade de gênero e participação feminina em todos os âmbitos, abordou a necessidade de erradicação de todas as formas de discriminação como objetivos prioritários da comunidade internacional. Incluindo nisso a violência e todas as formas de abuso e exploração sexual por serem incompatíveis com a dignidade e valor da pessoa humana, a declaração acrescenta o meio de alcançar isso seria através de medidas legislativas, ações nacionais e cooperação internacional nas áreas do desenvolvimento econômico e social, da educação, da maternidade segura e assistência à saúde e apoio social.

A IV Convenção de Genebra, que outorga proteção aos civis, inclusive em território ocupado, assinada em 1949 conjuntamente com seus protocolos adicionais ratificados em 1977 com intuito de reforçar a proteção das vítimas em conflitos armados internacionais, no Protocolo I, e não internacionais, no Protocolo II, possuem alguns artigos especificamente para proteção das mulheres nessas situações. Tanto a convenção como os protocolos determinam o respeito pelas pessoas, sua honra, seus direitos familiares, convicções e práticas religiosas e seus costumes, sendo protegidos especialmente contra atos de violências ou ameaça. Ambos enfocam a necessidade de proteção especial às mulheres contra qualquer ataque à sua honra, particularmente estupro, prostituição forçada ou qualquer forma de agressão indecente.

O Estatuto de Roma, adotado em 1998 estabelecendo a Corte Penal Internacional, determina agressão sexual, escravatura sexual, prostituição forçada, gravidez forçada, esterilização forçada ou qualquer outra forma de violência no campo sexual de gravidade comparável como crimes de guerra e como crimes contra humanidade. Além de determinar a criação de uma Unidade de Apoio à Vítimas e Testemunhas e estabelecer várias outras medidas sobre o processo e as audiências, visando a proteção dessas vítimas.

2.4 Refugiadas

Pela definição do ACNUR (Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados), refugiado é aquele que deixa seu país por fundado temor de perseguição - seja por raça, religião, nacionalidade, grupo social ou opinião política -, conflitos armados, violência generalizada ou violação massiva de direitos humanos. Esse deslocamento sempre foi uma questão essencial na política dos Estados, mas até o século XX o Direito Internacional não possuía instituições especificamente para essa população que buscava abrigo. (SILVA, 2017)

A Declaração Universal dos Direitos Humanos, em 1948, foi o primeiro documento na luta dos direitos e proteção dos refugiados, mas a primeira definição do termo só veio com a Convenção de Genebra, em 1951, com limitações geográficas e temporais. Em 1967, o Protocolo de Nova Iorque propõe a eliminação dessas limitações, conjuntamente com a Convenção de Genebra, estabelece princípios legais que pautam a agenda e as práticas internacionais, regionais e nacionais relacionadas a refúgio.

Dentro do contingente que procura refúgio há grupos mais sensíveis como: mulheres, crianças, deficientes e idosos. A partir dos anos 80 a ONU passou a desenvolver uma agenda que priorizava as questões de gênero e a atenção às mulheres e, conseqüentemente, às refugiadas, dando maior visibilidade a vulnerabilidade desse grupo. Mais recentemente, a partir de 2016, as manchetes internacionais passaram a denunciar a violência sexual e de gênero como estupros em troca de abrigo e travessias, além das violências dentro dos campos de refugiados. (SILVA, 2017)

Há um movimento de feminização dos fluxos migratórios, cerca de metade dos emigrantes do mundo são mulheres e em países desenvolvidos esse fluxo ultrapassa em número a quantidade de homens migrantes⁴, esse

⁴Disponível em: <https://www.unric.org/pt/novedades-desenvolvimento-economico-e-social/2933>. Acesso em: 15 jun. 2018.

movimento é invisibilizado, segundo a argumentação presente no texto de Silva (2017), pois as mulheres sempre foram consideradas agentes passivos, e não sociais, nesses processos. Ao considerar os dados sobre deslocamento forçado, os resultados são similares, a proporção de mulheres e meninas refugiadas se mantém estável em aproximadamente metade de toda população forçada a migrar⁵.

Utilizar a perspectiva de gênero para análise viabiliza compreender as especificidades desse grupo e, assim, aprofundando o entendimento de todas as dimensões do refúgio, fornecendo diversas perspectivas sobre causas, consequências, integração e intervenções. É também reconhecer a necessidade de políticas públicas adequadas, que mesmo se existentes, muitas vezes não são efetivas nem mesmo para as mulheres nacionais, e a percepção que existe uma preocupação com seu corpo visto como moeda de troca e intensa objetificação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Sendo assim, é possível observar que apesar dos avanços no movimento feminista e relacionados ao direito das mulheres, o patriarcado se mantém em adição a hierarquização dos gêneros. Essas conquistas de direitos, muitas vezes não representam sua real concretização, perpetuando as mulheres em situações de vulnerabilidade social, subjugação e inferiorização e estabelecendo como parâmetro para ações institucionais posturas compreendidas como masculinas na sociedade.

Seguimos sendo vítimas de violência de gênero e de agressão sexual diariamente e, em conflitos e estado de exceção, isso acontece de forma mais explícita e violenta. Nessas situações, as mulheres são sujeitadas além da violência e violação individual, à violência sistêmica como grupo minoritário, tendo seus corpos sendo considerados públicos e propriedade nacional.

⁵Disponível em: <http://www.unhcr.org/5b27be547.pdf>. Acesso em: 15 jun. 2018.

A violência sexual é uma das mais cruéis estratégias de guerra, a imposição do poder e dominação dessa forma têm como consequências danos que permanecem muito além do final do conflito, e mesmo com os mecanismos instituídos na década de 1990 e as denúncias nos relatórios das Nações Unidas, seguem acontecendo em diversos países.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALEKSIÉVITCH, Svetlana. **A guerra não tem rosto de mulher**. Companhia das letras, 2016.

CÔMITE INTERNACIONAL DA CRUZ VERMELHA. **As convenções de genebra de 1949 e seus protocolos adicionais**. Disponível em: . <https://www.icrc.org/por/war-and-law/treaties-customary-law/geneva-conventions/overview-geneva-conventions.htm>. Acesso em: 13 jun. 2018.

ISQUIERDO, Larissa Bozza. Pensando o gênero nas relações internacionais, 2012. Disponível em: <http://www.humanas.ufpr.br/portal/nepri/files/2012/04/Pensando-o-g%C3%AAnero-nas-rela%C3%A7%C3%B5es-internacionais.pdf>. Acesso em: 10 jun. 2018.

JACKSON, Robert; SØRENSEN, Georg. **Introdução às relações internacionais**. 2 ed.: Zahar, 2010.

KALDOR, Mary. **New & old wars. Organized violence in a global era**. California: Stanford University Press, 2001.

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL. Estatuto de Roma do Tribunal Penal Internacional. Disponível em: http://pfdc.pgr.mpf.mp.br/atuacao-e-conteudos-de-apoio/legislacao/segurancapublica/estatuto_roma_tribunal_penal_internacional.pdf. Acesso em: 13 jun. 2018.

MONTE, Izadora Xavier do. O debate e os debates: abordagens feministas para as abordagens feministas para as relações internacionais relações internacionais. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 21, n. 1, p.59-80, Jan/Abr 2013.

ONU MULHERES. **Declaração e Programa de Ação de Viena (1993)**. Disponível em: http://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2013/03/declaracao_viena.pdf. Acesso em: 13 jun. 2018.

PEREIRA, Haula Hamad Timeni Freire Pascoal; CAVALCANTI, Sabrinna Correia Medeiros. A Prática do estupro de mulheres como estratégia de

guerra sob o viés do direito internacional. **Revista Tema**, [s. L.], v. 16, n. 24/25, p. 4-20, jan. 2015.

SCHOLZ, Flávia Werner. Gênero e as Relações Internacionais: o Uso da Violência Sexual como Arma de Guerra. **Cadernos de Relações Internacionais/PUC - Rio** Edição especial “Gênero e Sexualidade nas RI”, Rio de Janeiro, v. 1, abr. 2018.

SEGATO, Rita Laura. Las nuevas formas de la guerra y el cuerpo de las mujeres. **Revista Sociedade e Estado**, [s. L.], v. 29, n. 2, p. 341-371, Maio/Ago 2014.

SILVA, Fábria Antonio da. **MULHERES REFUGIADAS**: um caso de invisibilidade normativa frente à violência sexual e de gênero. 2017. 45 f. Monografia (Especialização) - Curso de Direito, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2017.

THE Testimony. Direção de Vanessa Block. Congo: Atria Film & Escape Artists, 2015. (28 min.), P&B.

UN. **Report of the secretary-general on conflict-related sexual violence**. Disponível em: <http://www.un.org/en/events/elimination-of-sexual-violence-in-conflict/pdf/1494280398.pdf>. Acesso em: 15 jun. 2018.

VITO, Daniela de; GILL, Aisha; SHORT, Damien. A tipificação do estupro como genocídio. **SUR: Revista Internacional de Direitos Humanos**, São Paulo, v. 6, n. 10, p. 29-51, jun. 2009. Disponível em: <http://bdjur.stj.jus.br/dspace/handle/2011/28092>. Acesso em: 13 jun. 2018.

PROJEÇÃO INTERNACIONAL DO CATAR: UMA ANÁLISE DA POLÍTICA EXTERNA DO EMIRADO A PARTIR DO GOVERNO DE HAMAD BIN KHALIFA AL THANI

CAMILLE COSTENARO¹

MURIEL HESSE BLOCK²

Resumo: O Catar é um pequeno emirado que vem conquistando espaço no Sistema Internacional, tornando imprescindível uma análise dos traços de sua política externa, objetivo do presente artigo. A partir do método hipotético-dedutivo e da coleta de dados realizada por revisão bibliográfica e estudos estatísticos, busca-se compreender especificamente como o crescimento econômico vinculado com os instrumentos de poder utilizados pelo governo catari permitiram a construção da política externa nos moldes atuais, pautada por seu caráter flexível e autônomo. O fenômeno é compreendido sob as lentes da Teoria Realista Neoclássica de Análise de política externa, examinando elementos na esfera sistêmica e doméstica. O estudo foi delimitado a partir do governo de Hamad bin Khalifa Al Thani (1995), emir fundamental para a consolidação das relações exteriores do Catar.

Palavras-Chave: Autonomia; Catar; Economia; Política externa; *State branding*, *Soft Power*.

INTRODUÇÃO

Nas atuais dinâmicas e realidades dos Estados do Oriente Médio, emerge um pequeno Estado em tamanho, mas grande em poder relativo: o Catar. De um país pobre e sem relevância, o Catar ganha espaço no cenário internacional a partir de seu boom econômico oriundo de processos decorrentes no período do pós Segunda Guerra Mundial, em grande parte devido às descobertas de suas substanciais reservas de petróleo e gás natural. Tal conjuntura acabou por culminar em uma política externa

¹Graduanda em Relações Internacionais pela Universidade Federal de Santa Maria, e-mail: camille.costenaro@hotmail.com. 2019.

²Graduanda em Relações Internacionais pela Universidade Federal de Santa Maria, e-mail: muriblock@hotmail.com. 2019.

autônoma e independente por parte do país, ideia que desejamos articular ao longo do desenvolvimento do presente trabalho.

Tendo em vista a necessidade de entender as nuances do perfil de inserção internacional desse pequeno emirado do Golfo Pérsico, é relevante realizar uma análise sobre a natureza da política externa catari, principalmente em duas grandes instâncias: a nível sistêmico e a nível doméstico. Levando em consideração que, segundo Rose,

para entender o modo como os Estados interpretam e respondem ao seu ambiente externo, é preciso analisar como as pressões sistêmicas são traduzidas por meio de variáveis intervenientes no nível da unidade, como as percepções dos tomadores de decisão e a estrutura doméstica (ROSE, 1988, p. 148, tradução nossa)³,

Nesse artigo, utilizou-se a ótica adotada pela Teoria Realista Neoclássica de Análise de Política Externa para compreender o objeto de pesquisa proposto, visto que incorpora ambos os níveis de análise. Nessa lógica, é de suma importância compreender, na esfera sistêmica, as dinâmicas regionais e a forma com que o Catar se posiciona frente a elas, diferenciando-se da postura adotada por Estados semelhantes territorialmente e economicamente na região, bem como, cabe aqui entender como o Catar articula suas redes de alianças na esfera global, de forma multilateral, mas focando especialmente em seu grande parceiro de cunho securitário, os Estados Unidos. No contexto interno, é válido ressaltar o protagonismo do líder do Estado, a busca pela construção de uma identidade nacional catari e pela elaboração de um *state branding*, principalmente através do uso de recursos de *soft power*. No desenvolvimento do presente trabalho foi empregado o método hipotético-dedutivo, utilizando em nossa análise os instrumentos de revisão bibliográfica e coleta de dados.

³Texto original: “*To understand the way states interpret and respond to their external environment, they say, one must analyze how systemic pressures are translated through unit level intervening variables such as decision-makers' perceptions and domestic state structure.*”

Para compreender a relevância desse ator que vem ganhando cada vez mais espaço no Sistema Internacional, o presente artigo aborda uma análise sobre a política externa do país, focando principalmente a partir de 1995, com a emergência do governo de Hamad bin Khalifa Al Thani, emir fundamental para a consolidação das relações exteriores do Catar, principalmente de natureza diplomática. O artigo está dividido em três seções. Inicialmente, abordaremos um panorama geral sobre o país, realizando um apanhado histórico e econômico. Em seguida, a segunda seção trata da política externa catari, se subdividindo em dois capítulos: um analisando-a sob o nível sistêmico, e outro sob o nível doméstico. Por fim, a terceira seção aborda os *outputs* gerados pelo modelo de política externa adotada pelo Catar.

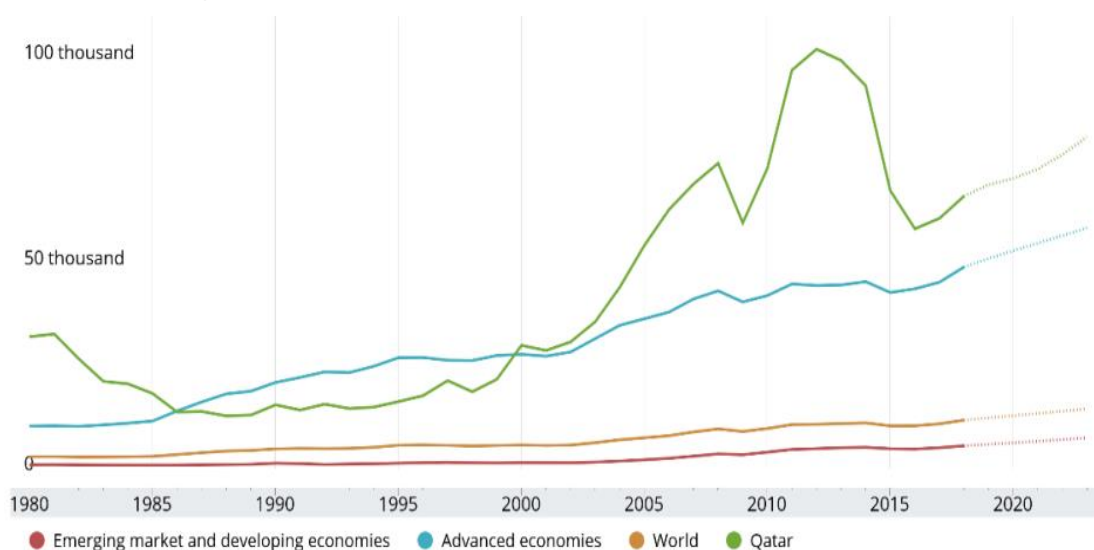
A escolha dessa problemática para o desenvolvimento do trabalho se dá devido à necessidade de compreender com maior profundidade as dinâmicas e estratégias adotadas pelo Catar que possibilitaram ao país a inserção no Sistema Internacional e a articulação das relações com os demais Estados. O tema de pesquisa em questão faz parte de um arcabouço teórico de escassez no âmbito das Relações Internacionais e vincula-se a debates sobre regiões periféricas do Sistema, logo o presente trabalho tende a contribuir para minimizar esse problema ao debater sobre um Estado pouco retratado no âmbito das Relações Internacionais, mas cujas políticas são essenciais para a compreensão das dinâmicas e complexidades que permeiam nosso campo de estudo na contemporaneidade, principalmente em esfera regional.

1. CATAR: O PEQUENO EMIRADO DO GOLFO PÉRSICO

Tão raramente um país [...] parece mudar tão rapidamente em um período tão curto de tempo. A ascensão do Catar de uma área economicamente devastada para a nação com maior riqueza per capita do mundo, em questão de décadas, parece sem precedentes (FROMHERZ, 2012, p. 01, tradução nossa)².

Localizado na costa nordeste da Península Arábica, o Catar é um pequeno emirado situado no Golfo Pérsico, que compartilha fronteiras terrestres com a Arábia Saudita e fronteiras marítimas com os Emirados Árabes Unidos, o Bahrein e o Irã. Hoje, o Catar é um país que vem se inserindo cada vez mais nas dinâmicas do Sistema Internacional: forte economicamente, possui um dos maiores PIB per capita do mundo, ultrapassando a média dos países desenvolvidos (figura 1).

Figura 1 – PIB per capita, preços atuais (US\$ dólares per capita)



Nota: Em verde, o desenvolvimento do Catar ao longo dos anos.
Fonte: Fundo Monetário Internacional, World Economic Outlook (April 2018).

Durante o período da Segunda Guerra Mundial, o Catar vivenciou o que ficou conhecido como “anos de fome” - o emirado possuía uma economia débil, sendo considerado um dos países mais pobres do mundo. Devido à ocorrência da guerra, houve prejuízos nas exportações tradicionais do Golfo, ocasionando uma queda nos preços de pérolas exportadas pelo Catar, a grande fonte da economia do país até então. Na década de 1950, o petróleo começou a substituir as pérolas e a pesca e os lucros começaram a financiar a expansão e a modernização da infraestrutura local. Em 1968, o Reino Unido anunciou oficialmente que em três anos deixaria de controlar politicamente o Golfo Pérsico (sendo que o Catar era protetorado britânico desde 1916) e

em setembro de 1971, o Catar teve seu processo de independência efetivado (FROMHERZ, 2012, p. 02).

Com o término da Segunda Guerra Mundial, uma transformação ocorreu no país e introduziu profundas mudanças de ordem econômica, alterando bruscamente sua posição de país pobre e população carente para uma nação com um dos maiores índices de riqueza per capita do mundo. Ao analisarmos a situação específica do Catar é importante ressaltar que há uma particularidade na maneira como o país passou pelo processo de modernização. De forma distinta, o Catar não foi colonizado – ou ao menos não da mesma maneira que Estados semelhantes da região – e assim também o modelo de modernização ocidental exportado não influenciou de maneira decisiva no país (FROMHERZ, 2012, p. 06). O que se pode observar é um processo endêmico do emirado, um esforço de construção de um modelo próprio de modernização se distanciando do processo que se desdobrou nos demais países árabes, marcados mais fortemente pela ocidentalização e importação cultural.

Tradicionalmente, o antigo sistema político é o primeiro a cair depois do choque entre as forças da modernidade e a tradição. No entanto, o Catar continua sendo uma monarquia absoluta e muitas estruturas sociais permanecem inalteradas – não há legislatura independente, os partidos políticos são proibidos e a mesma família, Al Thani, está no poder desde meados de 1850. Assim, percebe-se que “logo abaixo da superfície reluzente da modernidade comercializada, as realidades políticas, sociais e culturais do Catar permanecem profundamente enraizadas, apesar do aparente efeito anômalo da mudança econômica” (FROMHERZ, 2012, p. 06).

Hoje, após longos anos de mudanças intensas, o Catar conseguiu se tornar um país forte economicamente e, cada vez mais, consegue se inserir nas dinâmicas globais como um Estado independente. Isto se deve não apenas as grandes reservas de petróleo ou gás natural encontradas em território catari, mas também a forma como o país investe em determinados meios de política externa – na maioria das vezes, diferenciando-se da lógica

adotada por outros Estados (semelhantes economicamente e territorialmente na região), construindo assim um modelo autônomo de inserção internacional. Tal aspecto será tratado com mais profundidade a seguir.

2. POLÍTICA EXTERNA DO CATAR

Para entender o protagonismo e a inserção de um país no Sistema Internacional, um dos fatores elementares é a compreensão da lógica que estrutura a política externa desse Estado. Na literatura atual, não há uma conceituação única do que consiste na política externa, porém, de uma maneira genérica, podemos dizer que

a política externa pode ser definida como o conjunto de ações e decisões de um determinado ator, geralmente, mas não necessariamente o Estado, em relação a outros Estados ou atores externos [...] formulada a partir de oportunidades e demandas de natureza doméstica e/ou internacional. Nesse sentido, trata-se da conjugação dos interesses e ideias dos representantes de um Estado sobre sua inserção no Sistema Internacional tal como este se apresenta ou em direção à sua reestruturação, balizados por seus recursos de poder (PINHEIRO, 2010, p. 07).

Ao abordarmos a política externa de um Estado, podemos analisá-la sob a ótica dos diversos fatores que a constitui. Hinnebusch argumenta que para haver uma adequada compreensão dessa multiplicidade de variáveis é importante observar as determinantes da política externa, assim com as estruturas e processos envolvidos (HINNEBUSCH, 2003, p. 91). Nesse sentido, a Teoria Realista Neoclássica de Análise de Política Externa engloba dois níveis analíticos essenciais - o sistêmico e o doméstico, e serve de suporte teórico para determinar os fatores que serão analisados no presente trabalho.

Para essa corrente, “o escopo e a ambição da política externa de um país são impulsionados, primeiramente, pelo seu lugar no Sistema Internacional e, especificamente, por suas capacidades de poder material

relativas” (ROSE, 1998, p. 146, tradução nossa)⁴ – destacando a relevância de uma abordagem que compreenda a dimensão sistêmica. Porém, os analistas realistas neoclássicos adicionam que “o impacto de tais capacidades de poder na política externa é indireto e complexo, porque as pressões sistêmicas devem ser traduzidas através de variáveis intervenientes no nível da unidade” (ROSE, 1998, p. 146)⁵, demonstrando assim a necessidade englobar questões domésticas na análise da política externa de um Estado.

2.1. Nível sistêmico

Segundo Rose, “pressões e incentivos sistêmicos podem moldar contornos e a direção geral da política externa, sem serem suficientemente fortes ou precisos para determinar os detalhes específicos do comportamento do Estado” (ROSE, 1998, p. 147, tradução nossa)⁶. Não é de hoje que o Catar resolve priorizar seus próprios interesses diante das decisões de política externa, desafiando as pressões sistêmicas: ainda na época da Guerra Fria, o pequeno emirado já impunha suas vontades frente às grandes potências da bipolarização da época – Estados Unidos e União Soviética. Grande apoiador da Doutrina Carter, o Catar não exitou em anunciar seu apoio aos soviéticos em agosto de 1988, quando os norte-americanos negaram ao Catar o fornecimento de mísseis Stinger para a defesa da fronteira contra o Bahrein. Conforme escreve Fromherz,

a mensagem do Catar era clara: o Catar pode ser pequeno e poderia ser um parceiro apoiador dos interesses norte-americanos, mas

⁴Texto original: “*the scope and ambition of a country's foreign policy is driven first and foremost by its place in the international system and specifically by its relative material power capabilities.*”

⁵Texto original: “*the impact of such power capabilities on foreign policy is indirect and complex, because systemic pressures must be translated through intervening variables at the unit level.*”

⁶Texto original: “*Systemic pressures and incentives may shape the broad contours and general direction of foreign policy without being strong or precise enough to determine the specific details of state behavior.*”

sempre colocaria seus próprios interesses regionais, políticos e econômicos à frente (FROMHERZ, 2012, p. 106, tradução nossa)⁷.

Assim, a cisão do mundo em dois grandes blocos no período da Guerra Fria e as implicações sistêmicas decorrentes desse fato não foram determinantes para nortear os rumos da política externa adotada pelo Catar, sendo que o governo catari oscilava seu apoio entre Estados Unidos e União Soviética, conforme seus interesses eram atendidos.

O Catar almeja autonomia e busca se consolidar no sistema através da construção de processos endêmicos, mas isso não quer dizer que ele não se sirva de aliados. Hoje, a principal aliança estabelecida pelo Catar de dimensão extrarregional é com os Estados Unidos. Essa parceria é evidenciada pelo Acordo Bilateral Cooperativo de Defesa assinado entre os dois países em junho de 1992, que “inaugurou um período de aproximação na coordenação de assuntos militares que persiste até o presente” (*Congressional Research Service*, 2014, p. 04). Ambos os países possuem seus objetivos particulares ao articularem essa dinâmica de cooperação entre si. Segundo Felsch, os Estados Unidos veem o Catar como um parceiro estável e confiável, com influência em vários grupos e Estados da região (FELSCH, 2016, p. 33). Desta forma, o Catar abriga a maior base militar norte-americana no Oriente Médio, permitindo que os Estados Unidos tenham capacidade de influenciar a região e de realizar penetração extrarregional. Por sua vez, o Catar se beneficia da segurança provida pela aliança (FELSCH, 2016, p. 33).

Tal aspecto ressalta como a formação de alianças é um fator fundamental para a garantia da segurança do Catar, uma vez que o país possui capacidades militares limitadas, como demonstra o Balanço Militar de 2014, elaborado pelo IISS (*International Institute for Strategic Studies*). Segundo o relatório, “o Catar mantém forças armadas pequenas e com

⁷Texto original: “*The message from Qatar was clear: Qatar might be small and it might be a generally supportive partner in preserving US interests, but it would always put its own immediate regional, economic and political interests first.*”

capacidade limitada, contudo os seus equipamentos são relativamente modernos e seu pessoal é bem treinado e motivado⁸ (IISS, 2014, p. 340). No caso do Catar, assim como os demais países do Golfo, a garantia da segurança está intrinsecamente conectada com as dinâmicas de alianças: o Catar confia em suas alianças internacionais para garantir sua segurança, principalmente com os Estados Unidos e através do Conselho de Cooperação do Golfo. Desta forma, mesmo possuindo um contingente militar pequeno, o Catar consegue manter uma capacidade de defesa adequada (IISS, 2014, p. 340).

Vale ressaltar que muitas das parcerias estabelecidas pelo Catar acabam atribuindo uma natureza ambígua a sua política externa. Como elucidado por Brown, “às vezes eles [referindo-se ao Catar] até se atrevem a desafiar o consenso árabe geral – como, por exemplo, as iniciativas do Catar em direção a estabelecer relações comerciais com Israel” (BROWN, 2004, p. 286, tradução nossa)⁹. Ademais, a proximidade com a Irmandade Muçulmana e o apoio provido à Síria para depor Qaddafi demonstram que a política externa do Catar adquiriu uma natureza mais intervencionista em 2011, a partir dos desdobramentos da Primavera Árabe.

Além da lógica de alianças, o Catar tem buscado construir uma política externa de caráter flexível e independente, almejando uma autonomia regional e uma proteção internacional (ULRICHSEN, 2014, p. 67). Para atingir esses objetivos, o Catar estruturou um dos eixos de sua política externa em sua disposição para mediar conflitos. Em 2003, foi adotada no país uma nova constituição permanente, na qual seu Artigo 7 explicita:

A política externa do Estado baseia-se no princípio da consolidação da paz e segurança internacionais, promovendo a solução pacífica de controvérsias internacionais, o direito dos povos à autodeterminação, a não ingerência nos assuntos internos dos Estados e a cooperação com nações amantes da paz (QATAR,

⁸Texto original: “*Qatar maintains small armed forces with limited capability, although its equipment is relatively modern and its personnel are well-trained and motivated.*”

⁹Texto original: “*At times they even dare to challenge the overall Arab consensus—witness Qatar’s tentative moves toward commercial relations with Israel.*”

2003, tradução pelo *Google Translator* com adaptações de coerência)¹⁰.

Essa característica pode ser exemplificada com as mediações de conflito realizadas pelo Catar no Líbano, no Iêmen e também na Palestina. Ademais, o Catar assumiu a liderança de diversas organizações e fez parte do Conselho de Segurança das Nações Unidas entre 2006 e 2007, fator essencial para a consolidação da crescente participação do país na Comunidade Internacional e para a construção de sua política externa.

“A mediação diplomática veio de mãos dadas com a adoção de uma política regional e externa independente e inovadora” (ULRICHSEN, 2014, p. 68, tradução nossa)¹¹. No âmbito regional, essa busca por autonomia se articula em torno da potência do Golfo Pérsico, a Arábia Saudita. Segundo Hinnebusch, os fatores geopolíticos moldam as ambições dos Estados, fazendo com que Estados pequenos (como os países do Golfo) tendessem a procurar a proteção das grandes potências (HINNEBUSCH, 2003 p. 92). No âmbito da política externa, “pequenos Estados” comumente acabam se inserindo na dinâmica internacional e na atividade diplomática principalmente através da Organização das Nações Unidas ou se aliando a uma potência mais poderosa (*bandwagoning*). Em contraposição, o Catar – apesar de seu tamanho – não exerceu essa prática nem procurou se inserir em balanças de poder, mas visou construir sua própria política externa (SANROMÀ, 2015, p. 29).

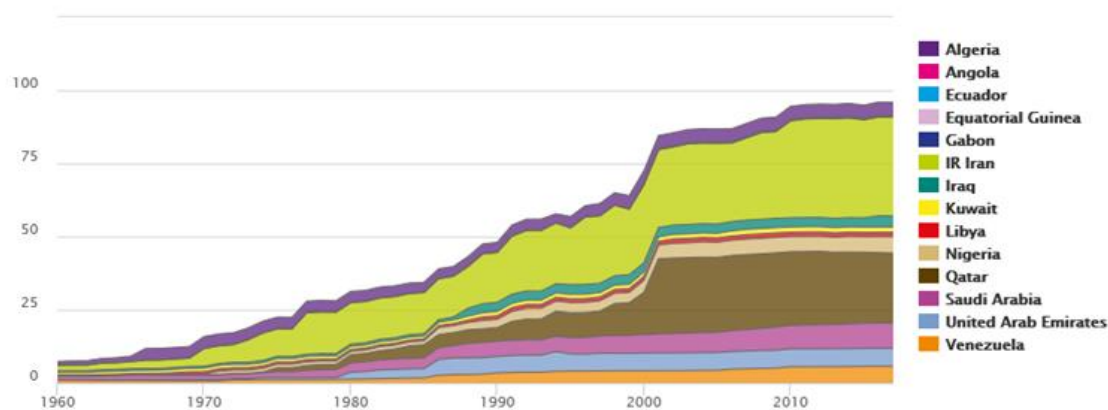
Assim, diferentemente de seus vizinhos, o Catar intenta manter-se independente, especialmente no âmbito econômico. Graças a sua grande reserva de gás natural (figura 2) e sua maior estabilidade que demais países do Golfo (como Bahrein e Omã), o Catar consegue se desenvolver com maior distanciamento da Arábia Saudita, como afirma o *think tank* Stratfor:

¹⁰Texto original: “المادة تقوم السياسة الخارجية للدولة على مبدأ توطيد السلم والأمن الدوليين عن طريق تشجيع فض المنازعات الدولية بالطرق السلمية، ودعم حق الشعوب في تقرير مصيرها، وعدم التدخل في الشؤون الداخلية للدول، والتعاون مع الأمم المتحدة للمحبة للسلام.”

¹¹Texto original: “*Diplomatic mediation went hand in hand with the carving of an independent and innovative regional and foreign policy*”.

As receitas do gás permitiram que Doha buscasse independência econômica e política e saísse das sombras dos gigantes regionais, Arábia Saudita e Irã. Os vizinhos do Catar são ricos em petróleo, mas pobres em gás natural, então Doha contou com um *commodity* que a Arábia Saudita nunca poderia suprir sozinha ou competir vendendo por um preço abaixo do mercado. Livre de políticas domésticas complicadas, como no Kuwait e nos Emirados Árabes Unidos, e economicamente mais estável do que Bahrein ou Omã, o Catar emergiu como o membro do bloco mais adequado não só para buscar uma política externa mais independente, mas também para desafiar a primazia saudita na região (STRATFOR WORLDVIEW, 2014, tradução nossa)¹².

Figura 2 – Reservas de gás comprovadas dos membros da OPEP



Fonte: Organization of the Petroleum Exporting Countries (OPEC), OPEC Annual Statistical Bulletin, 2018

Tabela 1 – Quantidade de gás natural em território catari em relação ao saudita

Qatar	24.68	24.53	24.30	24.07	23.86
Saudi Arabia	8.32	8.49	8.59	8.62	8.71

Fonte: Organization of the Petroleum Exporting Countries (OPEC), 2018

Tal diferencial econômico proporciona ao país uma autonomia frente à Arábia Saudita, sendo que entre os membros do Conselho de Cooperação do Golfo (GCC), é um dos poucos Estados que se atreve a contrariar os ideais propostos pelos sauditas sobre a cultura, economia e, especialmente, sobre política externa. Ademias, o Catar vem estabelecendo relações problemáticas com a Arábia Saudita: há uma forte insatisfação apresentada pelos sauditas em relação à aproximação de Doha e Israel, uma vez que o

¹² O texto original pode ser encontrado em: <https://worldview.stratfor.com>.

conflito Árabe-Israelense “continua sendo política e simbolicamente central, apesar de não ser o epicentro da violência na região” (BUZAN, WEVER, 2003, p. 215, tradução nossa)¹³ e, neste cenário conflituoso, o Catar foi “o primeiro país do GCC a reconhecer oficialmente Israel, estabelecendo relações mútuas de comércio e negócios em 1996” (MACHOWSKI, 2011, s.p)¹⁴. Essa convivência contenciosa:

acentuou de forma mais marcada a ambição do Catar em preconizar uma agenda própria em termos de política externa e independente do típico quadro regional caracterizado pela ausência de relacionamento externo entre os países do Golfo Pérsico e Israel (PEREIRA, 2016, p. 29).

2.2 Nível doméstico

“As escolhas de política externa são feitas por líderes políticos e elites, e assim são suas percepções de poder relativo que importam, não simplesmente quantidades relativas de recursos físicos ou forças em existência” (ROSE, 1998, p. 147, tradução nossa)¹⁵. Nesse sentido, como analisado por Rose, as lideranças políticas são um aspecto central no que diz respeito à esfera doméstica de análise da política externa catari. Como discutido anteriormente, o Catar é uma monarquia absoluta, onde a figura do emir é central e soberana, recaindo a decisão das medidas de política externa majoritariamente a ele – e a eventuais consultores e ministros, quando requeridos pelo emir.

Na medida em que a formulação de políticas externas é excepcionalmente personificada no Oriente Médio, o desempenho da política externa de um Estado é mais dependente do estilo pessoal, capacidades, valores, metas, estratégias e percepções do

¹³Texto original: *“still remains politically and symbolically central, it is no longer the epicentre of the region’s violence.”*

¹⁴Texto original: *“Qatar becoming de facto the first GCC state to grant official recognition to Israel by establishing mutual business and trade relations in 1996.”*

¹⁵Texto original: *“Foreign policy choices are made by actual political leaders and elites, and so it is their perceptions of relative power that matter, not simply relative quantities of physical resources or forces in being.”*

líder do que em estados mais institucionalizados (HINNEBUSCH, 2003, p. 114, tradução nossa)¹⁶.

Devido a este fator, mudanças na liderança do país afetam sensivelmente na sua maneira de gerir sua política externa, desta forma, “talvez um dos momentos que viria a tornar-se decisivo no âmbito da política externa catari esteja relacionado com uma alteração na esfera interna do emirado, designadamente da sua liderança” (PEREIRA, 2016, p. 27). Khalifa bin Hamad Al Thani, emir do Catar entre 1972 e 1995, não desempenhou um papel substancial na instituição de relações de caráter diplomáticos do Catar com demais Estados. Logo, o ano de 1995 constituiu-se como um marco no âmbito doméstico do Catar, uma vez que, em 26 de Junho, Hamad bin Khalifa Al Thani destronou o seu pai Khalifa bin Hamad Al Thani, contando com “o apoio da família Al Thani, das Forças Armadas, do Reino Unido, Estados Unidos e membros do GCC” (MADDY-WEITZMANN, 1997, p. 525 *apud* PEREIRA 2016, p. 27).

Nessa perspectiva, é substancialmente a partir de 1995, com Hamad bin Khalifa Al Thani assumindo o poder, que o Catar iniciou um processo de profundas medidas reformistas na esfera social, política e econômica (PEREIRA, 2016, p. 28), assim como uma mudança incisiva na inserção internacional do emirado, iniciando a cursar os caminhos que a política externa do país iria vir a traçar nos anos sucessores. Nesse sentido,

o governante do Catar, xeque Hamad, adotou um estilo de governo independente e tentou elevar a presença do Catar e da família Al Thani no cenário internacional. [...]O xeque Hamad buscou um papel independente e autossuficiente para o Catar através de uma política externa flexível que alcançou uma ampla gama de interesses políticos na região (FROMHERZ, 2012, p. 24, tradução nossa)¹⁷.

¹⁶Texto original: “*To the extent that foreign policy making is exceptionally person alised in the Middle East, a state’s foreign policy performance is more dependent on the leader’s personal style, capabilities, values, goals, strategies, perceptions – and misperceptions – than in more institutionalised states.*”

¹⁷Texto original: “*Qatar’s ruler, Sheikh Hamad, has adopted an independent style of rule and has attempted to raise Qatar’s, and Al-Thani’s, presence on the international stage. [...] Sheikh Hamad has sought an independent and self-sufficient role for Qatar through a*

No governo de Hamad bin Khalifa Al Thani podemos perceber investimentos em setores como os de logística, finanças e turismo, mas seu objeto principal estava relacionado a óleo e gás. Outro setor que o governo de Hamad Al Thani visou desenvolver foi o militar. Durante o período de 1995-2013, o Catar incrementou as suas capacidades estatais, realizando duas grandes remessas de armamentos: uma em 1997, logo no início do mandato e outra em 2009, antes de irromper a Primavera Árabe (SANROMÀ, 2015, p. 41).

A partir de 2013, assume o poder no emirado Tamim bin Hamad bin Khalifa Al Thani, que permanece no governo até o presente momento (2019). O governo atual volta sua atenção majoritariamente às questões domésticas, buscando consolidação. Porém, apesar desse enfoque no âmbito interno, o Catar permanece articulando dinâmicas regionais e exercendo a diplomacia como elemento chave de sua política externa. Quando Tamim assumiu o poder, deixou evidente estes novos rumos que a construção de políticas domésticas e exteriores viriam a tomar, como expressou em seu discurso inaugural, quando “focalizou principalmente assuntos domésticos, embora tenha indicado também que o Catar continuaria a perseguir seus objetivos de política regional, mas de maneira discreta e menos conflituosa” (ULRICHSEN, 2014, p. 176, tradução nossa)¹⁸.

Segundo Ulrichsen, “embora Doha pretenda manter sua autonomia na formulação de políticas externas, o fará em uma abordagem mais cooperativa e multilateral que também é menos explicitamente ideológica do que antes” (ULRICHSEN, 2014, p. 179, tradução nossa)¹⁹. Para ele, o

flexible foreign policy that has reached out to a wide range of political interests in the region.”

¹⁸Texto original: “*focused primarily on domestic affairs, although it indicated also that Qatar would continue to pursue its regional policy objectives albeit in a lower-key and less confrontational manner.*”

¹⁹Texto original: “[...] *while Doha intends to maintain its autonomy in foreign policy-making, it will do so in a more cooperative and multilateral approach that is also less overtly ideological than before.*”

governo de Tamim será pautado por uma maior ênfase no multilateralismo – substituindo o unilateralismo conflitivo que passou a ser associado com o Catar após as políticas da Primavera Árabe.

3. *OUTPUTS* DA POLÍTICA EXTERNA

A previsão empírica central do Realismo Neoclássico é que, a longo prazo, a quantidade relativa de recursos de poder material que os países possuem moldará a magnitude e a ambição de suas políticas externas: à medida que seu poder relativo sobe, os Estados buscarão influenciar mais no exterior [...] (ROSE, 1998, p. 152, tradução nossa)²⁰.

Essa previsão se confirma claramente com o caso do boom econômico catari no pós Segunda Guerra: foi graças ao crescimento substancial de sua economia que o emirado conseguiu se inserir no Sistema Internacional e se tornar um ator notável. Assim, a capacidade econômica (uma típica forma de poder material), foi a ferramenta necessária para lançar o Catar ao mundo, corroborando diretamente com os argumentos do Realismo Neoclássico.

Com a prosperidade econômica, o Catar teve a possibilidade de investir internamente e consolidar importantes políticas domésticas, apostando em iniciativas internas como o uso de instrumentos de *soft power*, conceito definido por Nye como “a habilidade de um país persuadir outros a fazer o que ele deseja sem força ou coerção” (NYE, 2011, p. 11, tradução nossa)²¹, investindo em diplomacia, esporte, educação e projetos nativos do país – processos incorporados notadamente após o governo de Hamad bin Khalifa Al Thani.

A prática do *soft power* está diretamente ligada à construção de *state branding* no Estado catari. Como coloca Nye, para o poder brando, aquilo que o alvo pensa é particularmente importante (NYE, 2011, p. 104), e é

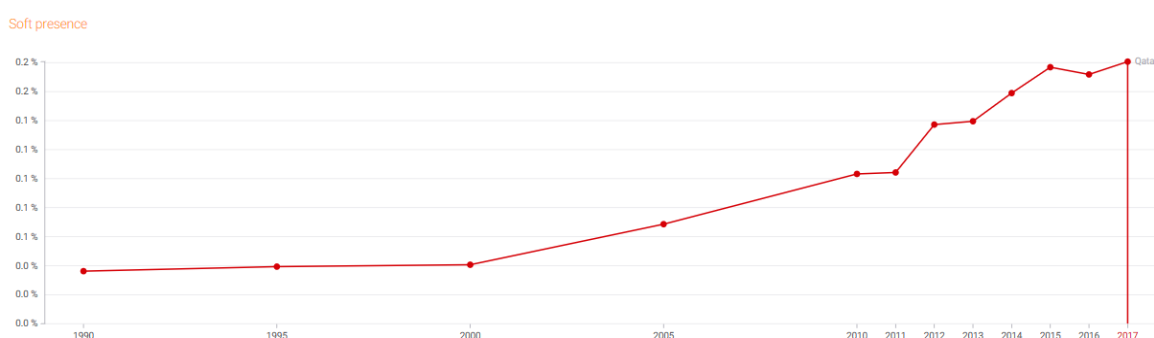
²⁰Texto original: “*The central empirical prediction of neoclassical realism is thus that over the long term the relative amount of material power resources countries possess will shape the magnitude and ambition - the envelope, as it were - of their foreign policies: as their relative power rises states will seek more influence abroad [...].*”

²¹Texto original: “*the ability of a country to persuade others to do what it wants without force or coercion.*”

justamente desse aspecto que o conceito de *state branding* trata, da construção da ideia que terceiros tem do país, em outras palavras, a prática de *state branding* é a estratégia de marketing de um Estado para a promoção de sua imagem. Nesse sentido, verifica-se um vínculo estreito entre essas duas ferramentas de política externa.

No caso específico catari, sobretudo no período pós-independência, admite-se que tenha existido um vazio de “imagem” do país a nível mundial, isto é, a inexistência de imagens pré-concebidas do emirado para a generalidade da população mundial. Esta situação decorre de variáveis distintas como, por exemplo, a fraca expressão do país junto à Comunidade Internacional e a inexistência de publicitação do país nas mídias globais (PEREIRA, 2016, p. 22). Por outro lado, esta representação até então inexistente possibilitou a construção de uma nova visão, totalmente do zero, sem preocupações com ideias previamente estabelecidas relativas à imagem do país no exterior. Este processo de construção é observável no gráfico a seguir (figura 3), que trata do crescente uso de instrumentos de *soft power* pelo governo catari ao longo dos anos, constituindo aos poucos seu *state branding*.

Figura 3 – Uso de soft power pelo Catar (1990-2017)



Fonte: Elcano Global Presence Index, 2017

Como analisa Pereira, “para o cidadão comum é habitual associar alguns países a marcas, situação que decorre da utilização do *branding* para promover [...] a imagem de um país” (PEREIRA, 2016, p. 20), seja essa por

meios turísticos, diplomáticos, educacionais, culturais, entre outros. No caso do Catar, é válido mencionar nomes como a Qatar Airways e a Al Jazeera, que vêm ganhando cada vez mais espaço na mídia internacional. Na questão turística, é de destaque o papel que a Qatar Airways tem desempenhado ao nível da estratégia de marketing do país, em particular pela dimensão alcançada pela empresa (totalizando 189 aeronaves)²² e pelo número de destinos e diversidade geográfica (mais de 150 destinos ofertados)²². Quanto à Al Jazeera, pode-se atribuir um papel central e revolucionário na mídia árabe - conhecidos os constrangimentos ao nível da liberdade de expressão e de imprensa que caracterizavam uma porcentagem assinalável da mídia da região, a Al Jazeera procurou, desde cedo, propagar a ideia de que promovia a liberdade de pensamento e a abertura ao debate de ideias, dando grande espaço à minorias e oposições políticas.

Ainda enquadrado no âmbito do conceito de *state branding*, enquanto variáveis que contribuem para promoção da imagem do Catar, importa assinalar o fato de Doha promover um conjunto de iniciativas das quais se destacam aquelas relacionadas à educação, pesquisa científica e desporto (PEREIRA, 2016, p. 23). No âmbito educacional, o emirado catari tem conseguido atrair para seu território algumas universidades internacionais, tais como a *University of Calgary Qatar*, a *Carnegie Mellon University in Qatar* e a *University College London*. Para além de sediar polos universitários, tem sido ainda capaz de cativar centros de pesquisa e *think tanks* como a *RAND Corporation* e o *Brookings Institute*. No que se refere a iniciativas de caráter desportivo, o Catar tem demonstrado ser capaz de receber eventos de dimensão internacional como os Jogos Asiáticos de 2006, a Copa da Ásia de 2011, e, futuramente, a Copa do Mundo de Futebol de 2022.

Segundo dados divulgados pelo Elcano Global Presence Index, de 2017, dos 20% destinados à presença de instrumentos *soft* no Catar, 5,7% é

²²Dados do site oficial da Qatar Airways, pesquisados em julho de 2018.

composto por migrações, 1,7% por turismo, 0,6% por esportes, 2,2% por informação, 1,4% por ciência, 2,7% por educação e 5,7% por cooperação. No âmbito relativo à cultura, a porcentagem é nula – isto se deve ao problema da manutenção social frente à um emirado cosmopolita, fazendo com que a busca por uma identidade nacional e a manutenção das tradições catari sejam um desafio ao país. Segundo estudo realizado pelo Departamento de Assuntos Econômicos e Sociais da ONU em 2017, 75,5% dos residentes no emirado são estrangeiros, totalizando 1,6 milhões de pessoas – o que remete ao fato de que “semanas, meses, e até mesmo anos podem ser passados no Catar sem conhecer um catari” (FROMHERZ, 2012, p. 02, tradução nossa)²³. O preço da modernidade para o Catar é a existência de uma cultura de expatriados. Ainda conforme descreve Fromherz,

o Catar não é um lugar "sem passado" ou "sem cultura", como foi descrito na literatura popular. Talvez esperando exotismo, aventura e arabismo orientado, o expatriado está desapontado com a modernidade, por lugares que parecem "ocidentais" ou "como em casa" (FROMHERZ, 2012, p. 04, tradução nossa)²⁴.

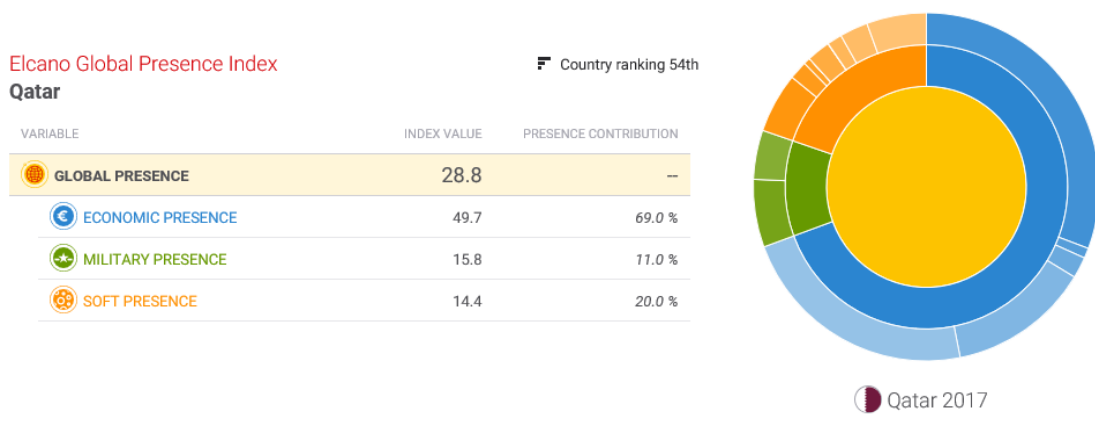
Diante desta perspectiva, o governo catari tenta investir em ferramentas que supram esse lapso e que venham a desenvolver aspectos culturais do emirado, tal como comentado anteriormente. Para arcar com tais demandas, faz uso de seu poderio material (econômico), variável mais representativa da presença do Catar no mundo. Como pode ser observado no gráfico a seguir (figura 4), e, tendo em vista o raciocínio aqui proposto acerca do vínculo entre *state branding* e *soft power* nas dinâmicas internas do Catar, é importante enfatizar que esses instrumentos de política externa só são possibilitados por uma grande base econômica que permite que isto

²³Texto original: “*the fact that weeks, months, even years can be spent in Qatar without even meeting a Qatari.*”

²⁴ Texto original: “*Qatar is not a place ‘without a past’ or ‘without a culture’ as it has been described in popular literature. Perhaps expecting exotica, adventure and orientalized Arabness, the expatriate is disappointed by the modernity, by places that look ‘Western’ or ‘just like home’.*”

ocorra, assim, a presença de instrumentos *soft* e a área militar ficam ambos subordinados ao poderio econômico do emirado.

Figura 4 – Composição do Estado catari nas áreas econômica, militar e de presença soft.



Fonte: Elcano Global Presence Index, 2017.

CONCLUSÃO

Após o estudo das determinantes de política externa catari, podemos compreender com maior clareza o caráter de sua inserção internacional. Analisando o nível sistêmico e doméstico, constatamos que o Catar adota uma política externa visando autonomia e independência, desafiando as ordens regionais, principalmente a saudita. Graças a sua abundância de gás natural, o Catar consegue um poder de barganha na região, mantendo assim uma maior liberdade para conduzir suas políticas. Também, levando em conta o seu processo de independência recente (1971), percebemos a necessidade de uma afirmação de identidade nacional, realizada majoritariamente através da utilização de instrumentos de *soft power* pelo governo, visando a construção de um *state branding* que permita a criação de uma imagem catari para a comunidade internacional.

Em um panorama geral, observamos que a política externa do emirado é pautada pela diplomacia e mediação de conflitos, bem como por sua política de alianças, muitas vezes ambígua. Não somente, tem como parceiro

fundamental os Estados Unidos, que representam uma importante aliança na área securitária do emirado, que carece de grandes capacidades materiais relativas à área de defesa estatal.

Observamos que a construção da política externa catari está intrinsecamente relacionada à liderança do emirado. Nesse sentido, o governo de Hamad bin Khalifa Al Thani constitui-se como um *turning point* na política externa, principalmente pela adoção em larga escala dos recursos diplomáticos. Ademais, a troca de emir em 2013 configura-se como uma variável a ser atentada, uma vez que o governo de Tamim bin Khalifa Al Thani demonstra uma tendência maior a preocupar-se com questões domésticas, procurando uma postura menos incisiva e mais multilateral no âmbito da política externa.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BROWN, L. Carl, ed. 2004. **Diplomacy in the Middle East: The International Relations of Regional and Outside Powers**. London: I. B. Tauris, 2004.
- BUZAN, Barry, and O WAEVER. 2003. **Regions and Powers: The Structure of International Security**. New York: Cambridge University Press; 2003.
- CATAR. Constituição do Estado do Catar (دستور دولة قطر). 2003.
- ELCANO GLOBAL PRESENCE INDEX. Elcano Royal Institute, 2018. Disponível em: www.realinstitutoelcano.org Acesso em 21 de jun de 2018;
- FELSCH, Maximilian. **Qatar's rising international influence: a case of soft power?**. Publicado por Haigazian University. Beirute, Líbano, 2016.
- FROMHERZ, Allen J. **Qatar: A modern history**. Published by Georgetown University Press. Washington DC, 2012.
- FUNDO MONETÁRIO INTERNACIONAL (FMI). **World Economic Outlook: GDP per capita, current prices**. 2018. Disponível em: <http://www.imf.org>. Acesso em 02 de jul de 2018;
- HINNEBUSCH, Raymond. **The International Politics of the Middle East**. Manchester University Press, Nova Iorque, 2003.
- INTERNATIONAL INSTITUTE FOR STRATEGIC STUDIES (IISS). **The Military Balance**; 2014.

MACHOWSKI, Matthew. **Qatar-Israel Relations: A Historical Overview**. MidEastJournal, 2011.

NYE, Joseph Jr. **The Future of Power**. New York: Public Affairs, 2011.

ORGANIZATION OF THE PETROLEUM EXPORTING COUNTRIES (OPEC). **OPEC Annual Statistical Bulletin 2018**. 2018. Disponível em: <https://asb.opec.org>. Acesso em 03 de jun de 2018;

PEREIRA, Francisco Maria Vilas- Boas. **A política externa do Qatar enquanto instrumento de projecção internacional**. Dissertação (mestrado). Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 2016.

PINHEIRO, Letícia. **Política Externa Brasileira (1889 – 2002)**. Editora Jorge Zahar, 2004.

ROSE, Gideon. **Neoclassical Realism and Theories of Foreign Policy**. World Politics, Vol. 51, No. 1, pp. 144-172. Published by Cambridge University Press, 1998.

SANROMÀ, Món 2015, **Qatar during the reign of Hamad Al Thani (1995-2013): from soft power to hard power**. Institut Català Internacional per la Pau. Barcelona.

STRATFOR WORLDVIEW. **Qatar asserts its independence**. Disponível em: <https://worldview.stratfor.com/>. Acesso em 15 de abr de 2018;

ULRICHSEN, Kristian Coates. **Qatar and the Arab Spring**. Oxford University Press, 2014.

UNITED NATIONS. Departament of Economic and Social Affairs. **Global Migration Data Base**. Disponível em: <https://esa.un.org/unmigration/>. Acesso em 05 de jul de 2018;

UNITED STATES. Congressional Research Service, **Qatar: Background and U.S. Relations, 2014**. Disponível em: <https://www.refworld.org/docid/5488096a4.html>. Acesso em 18 de out de 2019.

POLÍTICA ENERGÉTICA BRASIL-BOLÍVIA – GASBOL

BRUNO ANDRADE TEIXEIRA¹

JORDY NAVARRETE QUISPE²

LUCÉLIA IVONETE JULIANI³

Resumo: O objetivo desse estudo é compreender as políticas energéticas entre o Estado brasileiro e o boliviano através da política energética que os dois Estados adotam e também o papel que o gás desempenha nessas economias. A política energética boliviana durante o contexto da Gasbol foi determinada pelos acontecimentos históricos e que irrompeu com o Ato Supremo do presidente Evo Morales, sendo encaminhada uma política nacionalista, distinta da que vinha sendo utilizada até sua posse. No Brasil, as consequências da política boliviana foram sentidas da forma mais desagradável, desencadeando uma crise na política externa do primeiro mandato do presidente Lula, uma vez que o país não produz gás suficiente para abastecer o mercado interno. Sendo assim, o desdobramento diplomático que permitiu que o gás continuasse sendo fornecido é explicado, bem como a evolução da política energética brasileira. É indispensável o investimento em educação que priorizem a geração e substituição de energias que importamos do contrário o país estará sempre sensível a crise como a da Gasbol.

Palavras-Chave: Energia; Gás; Gasbol; Brasil; Bolívia.

INTRODUÇÃO

Os recursos energéticos desempenham papel fundamental na dinâmica econômica dos Estados. Neste sentido, conforme Baldam (2016), a oferta e o consumo de energia impactam no desenvolvimento econômico, social e ambiental dos países. Assim, a busca pelo pleno fornecimento energético como forma de suprir as necessidades econômicas e sociais destacam tal questão na agenda de políticas estatais. Para tanto, as

¹Discente do quarto semestre de Relações Internacionais na Universidade Federal do Pampa, e-mail: bruno.a.teixeira0@gmail.com. 2019.

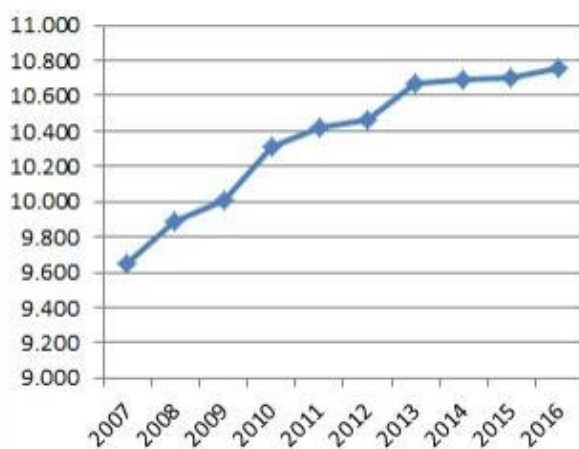
²Discente do segundo semestre de Relações Internacionais na Universidade Federal do Pampa, e-mail: jordynquispe@gmail.com. 2019.

³Docente da Universidade Federal do Pampa, e-mail: luceliajuliani@unipampa.edu.br. 2019.

discussões acerca das políticas energéticas são essenciais não só para as potências mundiais, mas também para os países emergentes.

De acordo com Tolamsquin (2007), a partir da revolução industrial, a energia vem desempenhando papel fundamental nas economias. Durante as próximas décadas, este assunto se apresenta como um desafio para o desenvolvimento econômico social e uma oportunidade uma vez que o Brasil apresenta uma variada diversidade de fontes energéticas. Conforme Tolmasquim (2007), o aumento econômico no século XX, refletiu um aumento na demanda por energia, e desta forma o maior crescimento econômico deve estar acompanhado por um aumento e diversificação na oferta de energia para a população. Conforme Baldam (2016), no que se refere ao gás natural, ele aparece com 25% do consumo primário de energia mundial, o qual possui um crescimento acelerado em relação a outras fontes de energia e tem como um de seus principais fatores a procura da diversificação das fontes energéticas. Neste quesito, o Brasil tem seguido o aumento da demanda deste recurso, sendo que de acordo com a figura 1, o consumo residencial liquefeito no Brasil aumento de 9.650 mil m³ em 2007 para 10.758 mil m³ em 2017. Os dados são do Balanço Energético Nacional (BEN) de 2017.

Figura 1 – Consumo doméstico (em mil m³) de gás liquefeito entre 2007 e 2016



Fonte: Balanço Energético Nacional 2017.

Desta Forma, o gás exerce um papel importante na matriz energética mundial e demonstra maior potencial de utilização para o futuro. Para tanto, este artigo apresenta-se com a proposta de entender o papel que o gás desempenhou nas relações bilaterais entre a República Federativa do Brasil e o Estado Plurinacional da Bolívia, no contexto do Gasoduto Brasil-Bolívia (GASBOL). Assim, a GASBOL, fruto de negociações diplomáticas que buscava abastecer a indústria brasileira, se viu afetada diante do marco histórico de desigualdade social que assolava a Bolívia e irrompeu com o Ato Supremo do Presidente Morales.

A partir disto, o objetivo deste estudo é compreender as políticas energéticas entre o Estado brasileiro e o Estado boliviano, por meio da política energética que os dois Estados adotam e também o papel que o gás desempenha nessas economias. Para tanto, este estudo se caracteriza como um estudo de cunho qualitativo, descritivo-explicativo quanto ao objetivo, bibliográfico e documental quanto a técnica de pesquisa. Para a realização da pesquisa bibliográfica e documental, foram utilizados dados do Balanço Energético Nacional e livros e artigos disponíveis no portal de periódicos Capes (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior).

Este trabalho, está dividido da seguinte forma: primeiramente será abordado as principais características e conceitos de política energética; no capítulo a seguinte, será abordado a política energética brasileira; em seguida, a participação do gás natural na economia nacional e quadro político econômico no contexto da GASBOL; e por último serão apresentados os resultados.

1. POLÍTICA ENERGÉTICA: PRINCIPAIS CARACTERÍSTICAS E CONCEITO

Segundo Junior *et al* (2016), a política energética pode ser definida como uma intervenção estratégica do Estado, que envolve e impacta os diversos setores da sociedade. Desta forma, uma política energética visa a

alocação eficiente e otimização recursos energéticos presentes a fim de proporcionar o desenvolvimento econômico e o bem-estar de uma sociedade.

Ainda neste ponto, conforme Tolmasquim (2007), o Estado é uma peça fundamental para condução de políticas energéticas, como barreiras de mercado e conflitos de interesses nesse setor. Essas ações, vêm sendo empreendidas sobretudo para uma maior ampliação de consumo das camadas sociais menos desfavorecidas. Constatase que a alocação ineficiente de recursos energéticos, podem ocasionar consequências macroeconômicas e de segurança nacional. A exemplo disso, a “greve dos caminhoneiros”, de 2018, impactou em diversos setores da atividade econômica em todo o país, colocando em risco a segurança no suprimento de alimentos durante aquele período. O elevado valor do hidrocarboneto no mercado brasileiro trouxe consequências estruturais na economia naquele período. O aumento geral dos preços, e muitas vezes a ausência de produtos nas prateleiras foram uma das características calamitosas daquele momento, e demonstram o importante papel que este recurso desempenha no cotidiano da sociedade.

É possível notar um aumento no consumo global de gás, reforçando a ideia de ser um insumo energético com grande potencial. Neste aspecto, conforme os dados da Confederação Nacional das Indústrias (2014), há um aumento global na demanda de gás. A partir do ano de 1992, a China passou a demandar nove vezes mais gás natural desde, porquanto a Coreia do Sul consome hoje 11 vezes mais. Já o crescimento da demanda americana, de 26% em vinte anos, é menor que a evolução verificada na produção, que foi de 35%. No que tange aos países do Oriente Médio, como a Arábia Saudita, experimentaram forte crescimento no consumo de gás, principalmente em decorrência de políticas de estímulo a setores industriais que utilizam o energético como matéria-prima. E o Brasil apresenta crescimento de mais de 700% em seu consumo de gás nos últimos 20 anos, evolução comparável apenas a Coreia do Sul e China.

Este panorama do incremento do setor de gás é determinado, conforme a Asociación Española del Gas (SEDIGAS) (2017), por dois fatores principais: pela tentativa mundial de reduzir a dependência do carvão e a busca pela garantia da segurança energética. Tal estudo ainda aponta que o gás natural está em auge ao redor do globo e que há uma projeção do aumento da demanda em 1,6% por ano. Naturalmente as preocupações com relação ao fornecimento de energia estão orientadas a um debate que assegure além do desenvolvimento econômico, a sustentabilidade que dependem também da ação governamental. Diante disso, a participação do Estado no gerenciamento dos recursos energéticos é importante para o desenvolvimento socioeconômico. Para tanto, é preciso se utilizar de políticas que otimizem a utilização de energia no país.

De acordo com Hage (2008), após os acontecimentos advindos dos dois choques do petróleo e o apagão de 2001, o tema de política energética ganhou maior espaço nos debates acadêmicos e diplomáticos. A política externa brasileira começou a priorizar assuntos sobre energia, os quais estavam presentes como um importante tópico nos discursos do primeiro mandato do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Com efeito, pode-se considerar que o desenvolvimento e crescimento de uma economia, pode ser beneficiada significativamente pelo suprimento de energia. No entanto, isso não se aplica como uma regra fixa. Segundo Goldemberg e Moreira (2005), fontes energéticas eficientes podem garantir um maior crescimento e desenvolvimento econômico. A exemplo disso, o Brasil faz parte do grupo países com grande rendimento energético, pois consegue um resultado econômico – medido pelo Produto Nacional Bruto *per capita* (PNB) – igual ao da média mundial, porém usando apenas da metade de energia média *per capita* mundial.

Embora o Brasil ainda precise alcançar patamares mais elevados para comparar sua economia com a de potências mundiais, sua produção opera de forma eficiente. Portanto, fontes de energia eficiente, assim como, a otimização na utilização desses recursos através de tecnologias avançadas,

podem proporcionar patamares de desenvolvimento e crescimento econômico de um Estado. De fato, se o Brasil objetivasse maior crescimento da sua produção, seria preciso alocar maiores recursos energéticos e de forma eficiente. No entanto, tais medidas não seriam suficientes. Seria preciso também novas tecnologias afins de proporcionar maior aproveitamento dos recursos disponíveis, assim como, políticas que orientassem tal finalidade.

Portanto, a política energética se trata de uma decisão estratégica estatal, a qual reflete interesses políticos, culturais, ideológicos, e econômicos, determinada a partir dos princípios de oferta e demanda em que cada país se encontra.

2. CARACTERÍSTICAS DA POLÍTICA ENERGÉTICA BRASILEIRA

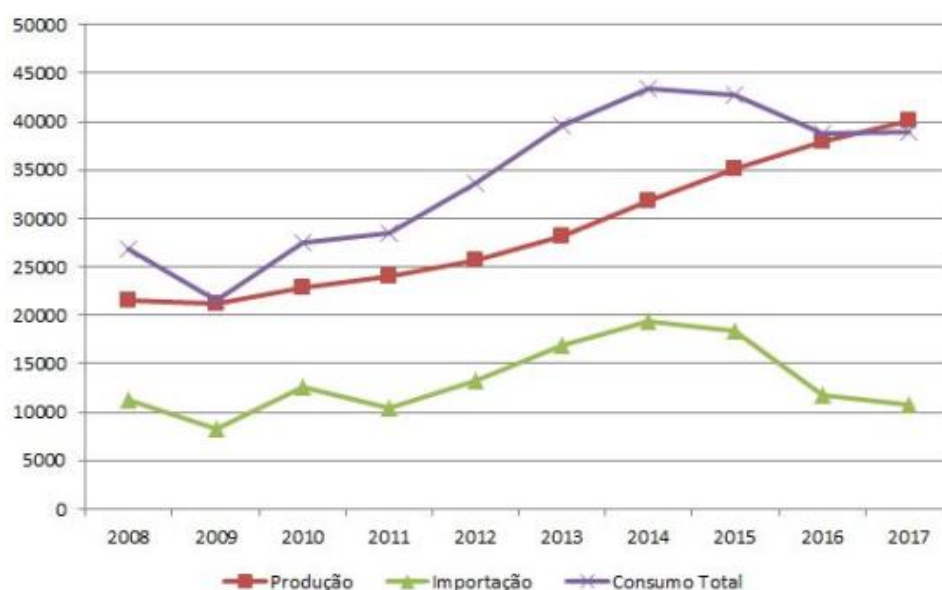
De acordo com Hage (2008), há dois níveis em que países podem operar segundo sua disponibilidade de energia. No primeiro, há países exportadores de petróleo, cujo estabilidade político-econômica são determinados pela venda desses recursos como na Arábia Saudita e Rússia. O segundo é constituído por países cuja economia é suscetível a importação de energia, ainda mais quando trata-se de hidrocarbonetos. Grande parte dos países industrializados encaixa-se nessa última situação, pois são importadores de petróleo e gás natural.

No caso brasileiro, a situação configura-se de forma distinta. O petróleo responde com grande participação nas exportações do país. Porém, o país vem importado óleos leves, petróleo refinado e gás trazido da Bolívia, tornando a sua economia sensível às importações desses insumos.

No que se refere ao gás, por exemplo, o Consumo Total desde os anos de 2008 até 2017 foi de $26.898 \cdot 10^6 \text{m}^3$ para $39.016 \cdot 10^6 \text{m}^3$, registrando queda no ano de 2009, seguido de um aumento e registrando novamente queda a partir de 2015, mantendo-se estável nos anos de 2016 e 2017. O consumo total foi acompanhado pela produção nacional que

registrou crescimento de 21.593 10⁶m³ para 40.103 10⁶m³no período entre 2008 e 2017. As importações registraram um aumento na participação do consumo, ainda que demonstrando quedas nos anos de 2009 e 2011, registrou um crescimento até o ano de 2014. Estagnadas as importações a partir de 2014, sua participação diminuiu até o ano de 2017.

Figura 2 – Produção, Importação e consumo total de gás natural



Fonte: Balanço Energético Nacional 2018.

Segundo Baldam (2016), o Brasil sempre foi contemplado por um conjunto de energias fósseis e renováveis disponíveis. A questão da política energética se manifesta na necessidade de otimizar a transformação desses recursos, seja através de investimentos seja na procura por novas fontes para compor a oferta interna.

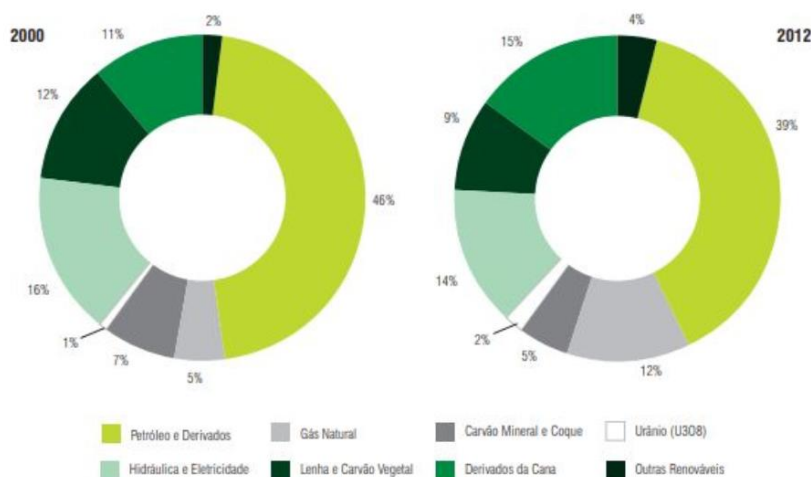
Ainda o mesmo autor, o Brasil, nas últimas décadas do século XX, foi marcado por uma situação de equilíbrio de oferta e demanda. Sem pressões sobre o mercado, os assuntos de suprimento energético tomaram uma posição subalterna. De tal maneira que os outros assuntos foram o centro de preocupação da política energética brasileira.

No entanto, o cenário político demonstra que as políticas energéticas eram pautadas na procura de novas fontes de energia. De acordo com Calle e Bezzon (2000, p. 2018) *apud* Goldemberg, [...] “uma característica particular do Brasil é o desenvolvimento industrial em grande escala e a aplicação de tecnologias de energia de biomassa”. Exemplo disso se tem a produção do etanol a partir da cana de açúcar, e do carvão vegetal oriundo de plantações de eucaliptos, e outras provindas da biomassa.

A utilização de biomassa no Brasil é resultado de uma combinação de fatores incluindo a disponibilidade de recursos de biomassa e mão-de-obra baratas, rápida industrialização e urbanização, e experiência histórica com aplicações industriais da energia de biomassa em grande escala. (GOLDEMBERG E MOREIRA, 2008, p. 218).

Com efeito, o fio condutor das políticas energéticas no Brasil, desde o primeiro choque do petróleo, era pautado na tentativa de alcançar a autossuficiência deste recurso, abrindo espaço à participação de novas fontes na matriz energética brasileira. De acordo com os dados do Confederação Nacional das Indústrias (CNI) (2014), percebe-se que a participação do gás na matriz energética nacional entre os anos de 2000 e 2012 teve o maior aumento em comparação aos outros recursos. O percentual de participação mais do que dobrou, demonstrando maior relevância relativa na matriz energética nacional.

Figura 3 – Evolução da Matriz Energética Nacional



Ainda conforme a figura 3, pode-se notar que a participação do gás teve um aumento de 7%, enquanto outros insumos como o Petróleo, o qual ainda possui uma participação maior em termos absolutos, diminuiu 7%. Já a energia hidráulica teve uma diminuição de 2% e os derivados de cana obtiveram um aumento em 3%.

Neste quesito, a oferta de gás natural também é obtida a partir da importação de outros países da América do Sul. Para tanto, a Empresa de Pesquisa Energética (EPE) (2018) aponta que tal fator permite os países usufruírem das vantagens logísticas nas regiões de fronteira, diversificando a origem da importação deste bem, dando mais segurança energética e fortalecendo os laços de cooperação e desenvolvimento entre os países sul-americanos. A EPE (2018) ainda ressalta que o Brasil poderia contar com o gás natural excedente de outros países do subcontinente, já que estudos apontam que há um potencial relevante de recursos na América do Sul. Deste modo, o próximo capítulo abordará um dos principais acordos de cooperação energética entre o Brasil e a Bolívia, denominado Gasbol.

3. O GÁS NATURAL E O QUADRO POLÍTICO-ECONÔMICO NO CONTEXTO DA GASBOL

Portanto, o gás apresenta-se como um insumo com potencial energético e econômico. Conforme Holanda (2001), o gás natural foi introduzido na matriz energética brasileira com a utilização das reservas na região Nordeste do país, em 1968, o que teve maior impulso com as descobertas da Bacia de Campos, na década de 1970. A combinação entre o forte potencial produtivo de Campos e o proximidade de centros consumidores do Sul-Sudeste motivaram os investimentos da Petrobrás. Seu objetivo, colocar o gás numa posição não mais secundária na estratégia comercial da estatal.

A presença do gás no Brasil data aproximadamente desde o século XIX, com a participação do gás manufacturado a partir do carvão, este abastecia a iluminação pública, e que a partir de 1930 o combustível passava a abastecer, também, as residências através de dutos. As primeiras descobertas de gás natural em solo nacional se deram em 1956 com a descoberta de petróleo e gás associado no Recôncavo Baiano e Sergipe; as pesquisas petrolíferas levaram descoberta de gás associado na bacia de Campos nos anos 70; e a descoberta do campo de Merluza no litoral de Santos, a primeira reserva *offshore* (FUSER, 2001, p. 97-98).

Segundo Goldemberg e Moreira (2005), desde 1980, o gás natural tem aumentado sua participação nas fontes primárias de energia no Brasil e vem crescendo uma taxa anual de quase 13% no país.

Conforme a Confederação Nacional da Indústria (2014), o Gás tem aumentado sua participação na oferta interna desde 2000, com um aumento de 5,4% para 11,5% até o final da primeira década, ao passo que outras fontes como carvão mineral, carvão vegetal, lenha e os derivados de petróleo diminuíram.

De acordo com Fuser (2011), o gás é uma das fontes que mais vem crescendo no mundo, sua participação na matriz energética mundial é de 20,5% e a previsão de crescimento anual é de 2,6%, o que em 2020 terá uma participação de 30%. No que se refere ao gás nacional, ele está geralmente relacionado a produção associada de petróleo. Desta forma, o desenvolvimento industrial do gás natural exige maiores investimentos em infraestrutura para transportá-lo desde a plataforma continental do pré-sal. Sendo, conseqüentemente, mais conveniente importar este insumo dos países vizinhos, no caso a Bolívia. Tal perspectiva é vista por Fuser: “O custo do escoamento do gás encontrado em Campos e Santos era elevado, já que o gás era extraído offshore, o que justificou sua queima nos campos de produção por muito tempo” (FUSER, 2011, p. 98). Os interesses pelo gás boliviano datam de muito tempo, mas a materialização desse propósito só se concluiu com o Tratado de la Paz, de 1993, e a construção do

gasoduto Gasbol. De acordo Hage (2008, p. 5) “[...] No ano de 1958, o Rio de Janeiro havia se interessado pelo petróleo da Bolívia, procurando converter os dados diplomáticos em tratado propriamente dito”.

[...], mas o impulso decisivo para a construção da GASBOL se deu em 17 de fevereiro de 1993 no encontro dos presidentes Jaime Paz Zamora e Itamar Franco, em Cochabamba. O contrato contém elementos fundamentais do Acordo sobre Venda de Gás ao Brasil (Gas Supply Agreement, GSA), que entrou em vigor em 1996. Definiu-se, então, que o gasoduto se estenderia de Rio Grande, na Bolívia, até Campina, no Estado de São Paulo, passando por Puerto Suárez, na fronteira entre os dois países, percorrendo uma distância de 557 km em território boliviano e 2.593 km em território brasileiro. Nos termos estabelecidos, a Bolívia forneceria gás ao Brasil pelo período de vinte anos em remessas progressivamente maiores, passando do volume inicial de 8 milhões de metro cúbicos por dia (mmmc/dia) para 16 milhões de mmmc/dia após os primeiros oito anos de vigência do contrato. O preço-base do gás boliviano foi definido em US\$ 0,90 por British Thermal Unit (BTU) na entrada do gasoduto. Quanto aos prazos, o contrato firmado no encontro entre os dois presidentes previa o início das obras do gasoduto em 1995, como o início do funcionamento em 1997. O projeto se cumpriu, com dois anos de atraso - um período marcado por intensas negociações em termos de temas como o preço do gás, o volume de exportações, o trajeto e a capacidade do gasoduto e a participação acionária nas partes bolivianas e brasileira do empreendimento, até, em 1997, as obras finalmente tiveram início (FUSER, 2011, p. 125).

Para geopolítica brasileira, a Bolívia era atraente devido a sua posição geográfica. Segundo Hage (2008), atrair a Bolívia era importante para o Brasil, o maior grau de relacionamento o tornaria peça chave no Mercado Comum do Sul (MERCOSUL). Desta forma, o autor cita que o bloco regional havia sido concebido a partir do Tratado de Assunção em 1991, com o intuito de que o Estado brasileiro construísse meios de atrair os Estados vizinhos. Trata-se de um assunto de interesse antigo, datado desde 1950, quando os projetos nacionais colocariam o Brasil como potência responsável pelo Cone Sul.

Em 2003, havia somente 8.000 km de gasodutos de transporte e quase 9.000 km de gasodutos de distribuição, estando os últimos concentrados no Sudeste do Brasil. O fornecimento de gás natural na região Sul tornou-se disponível somente em 2000, com a operação de gasodutos trazendo o combustível da Argentina e da Bolívia. A Linha Boliviana em 2003 tinha capacidade de 30

Mm3/dia. A inauguração do Gasoduto Bolívia-Brasil em 1999 foi um grande passo na introdução do gás no Brasil, mas a amortização dos investimentos em infraestrutura dependerá, em parte, do desenvolvimento de uma massa crítica de grandes consumidores industriais. (GOLDEMBERG E MOREIRA, 2005, p. 218 *apud* FUSER).

Em vista disso, os interesses tanto econômicos quanto políticos, levaram a uma integração física através do gasoduto. No entanto, como aponta Fuser (2011), a distribuição do gás através de gasodutos é mais sensível a crises, pois seu fornecimento depende de um único pólo fornecedor. Em contrapartida, o Gás Liquefeito tem maior flexibilidade em negociações, uma vez que ele é comprimido e transportado em navios metaneiros, não dependendo de altos investimentos na construção de gasodutos.

Desta forma Hage (2008), conclui de que o gás natural seria uma ferramenta interessante no enfrentamento da dificuldade nacional em energia elétrica. A construção do Gasbol, uma medida viável no médio prazo, teve apoio do Banco Mundial e das grandes petrolíferas internacionais. A obra, ainda, passou a ligar as zonas de produção bolivianas aos grandes centros urbanos do país, beneficiando a produção nacional, mas o uso deste insumo foi além, passando a ser utilizado como combustível.

Segundo Gonçalves (2009), a história da Bolívia é marcada por um forte contraste social, onde uma oligarquia se beneficia da exploração dos vastos recursos naturais existentes no país, enquanto uma grande parcela sofre a margem da miséria e subsistência. A entrada de Morales à presidência representaria o sucesso de movimentos nacionalistas, trazendo uma nova configuração a política externa da Bolívia. Ainda a autora, o governo de caráter nacionalista, se caracteriza por decisões radicais que priorizam interesses da população e não estrangeiro.

De acordo com Hage (2008) a eleição de Morales na Bolívia e a nacionalização da GASBOL em 2006, representa o marco de justiça social, historicamente desfavorecidos por políticas de uma “oligarquia urbana”.

Desta forma, o fornecimento do gás boliviano estava na sorte do governo Morales.

Conforme Gonçalves (2009), o presidente Morales iniciou seu mandato com a nacionalização do petróleo e gás sem expropriação. Por outro lado, o presidente Lula, acatou a decisão de Morales e respeitou o direito de soberania do Estado boliviano. Iniciou-se a partir daí uma série de negociações a fim de minimizar os prejuízos. A Petrobras tinha que aceitar o novo marco regulatório caso ela quisesse continuar operando, conseqüentemente, renovou-se o contrato por mais vinte anos, com uma reforma da taxa arrecadada pelo governo (*governant take*) na participação da empresa na exploração dos hidrocarbonetos. Deste modo, o Brasil ampliou a produção nacional, desistindo das importações, diminuindo a exploração em solo boliviano. Isto posto, é importante considerar o efeito das políticas neoliberais que antecederam o processo de nacionalização da GASBOL, e irromperam da forma como se deu em 2006.

Conforme Fuser (2013), o processo de nacionalização dos hidrocarbonetos em solo boliviano, trata-se de uma decisão unilateral por parte da Bolívia, que apesar de não ser uma decisão amistosa, trata-se de medidas que evocam a vontade do povo indígena, assim como nas duas Guerras da Água pelo qual o país passou. A instabilidade política vivida desde antes da saída do presidente Sánchez de Lozada, em 2003, até às vésperas das eleições antecipadas, em dezembro de 2005, demonstram a vontade popular de se fazer justiça perante os regimes neoliberais. Todavia, a revisão dos contratos das transnacionais, estabelecidos nos termos do Decreto Supremo 28.701, de 1º de maio de 2006, não foram nada agradáveis para o Estado brasileiro e a Petrobrás.

Segundo Guevara Ávila (2007) *apud* Gonçalves, o novo governo era marcado por um exercício efetivo da soberania e redução e superação das assimetrias sociais. Assim como, pautava uma diplomacia dos povos, baseados nos princípios de igualdade e reciprocidade. O objetivo era, “promover o relacionamento do país não apenas com chancelarias, mas

também com os povos, e priorizar os direitos humanos e princípios da vida, e não a lógica do mercado” (DEHEZA, 2008 *apud* GONÇALVES, 2009, p. 39). Conforme Confederação Nacional da Indústria, as medidas tomadas em 2007 fizeram diminuir a demanda interna por gás, o que levou à procura de novas fontes mais baratas.

[...] Morales fez o Decreto Supremo, de maio de 2006, que nacionalizava os insumos e a produção. A história é deveras conhecida. A Petrobrás vende as duas refinarias, San Alberto e San Antônio, recebendo bem menos do que o valor real, 112 milhões de dólares. Em outra instância, há contas que indicam ser mais de um bilhão de dólares os investimentos brasileiros na Bolívia. Extrai-se do conflito não somente o prejuízo econômico, mas também o político, menos comentado, mas igualmente perturbador para uma relação de longo prazo. (HAGE, 2008, p. 12).

Por outro lado, segundo Fuser (2013), o governo do presidente Lula no período da nacionalização dos hidrocarbonetos, sofreu bastante pressão por parte de empresas dependentes da sorte deste cenário, assim como, por pressões da mídia brasileira, alegando que a posição do então presidente necessitava tomar retaliações contra uma decisão unilateral e ilegítima. Num encontro entre os presidentes Lula, Chavez, Evo Morales e Kichner, na cidade Puerto Iguazu, na Argentina, o presidente brasileiro alegou a decisão de Morales como legítima e legal. Por outro lado, Morales afirmou que o fornecimento do gás para o Brasil não seria afetado, apenas os contratos seriam revistos. Seis meses depois do Decreto Supremo, os contratos do governo boliviano e os petroleiros foram anunciados. Desta forma, as negociações foram concluídas em forma que as duas partes saíssem beneficiadas; a Petrobrás garantiu suas operações nos dois campos, com uma margem de lucro acima de 15%; a Bolívia aumentou sua apropriação de renda petroleira e “reafirmou a propriedade estatal dos hidrocarbonetos em toda a cadeia produtiva.

No ano de 2006, a renda obtida pelo país com a exportação de petróleo e (principalmente) gás natural atingiu quase 1,3 bilhão de dólares, mais do que o dobro da receita obtida no ano anterior, de 608 milhões de dólares. Antes da adoção de políticas nacionalistas,

o Estado boliviano recebia uma média de US\$300 milhões anuais como receita dos hidrocarbonetos. Em 2008, com o aumento dos preços internacionais do petróleo, a receita boliviana ultrapassou US\$ 1,6 bilhão, ou seja, 25% a mais do que em 2006 (FUSER, 2013, p. 57-58).

Hage 2008, aponta que a situação atual no Brasil é bastante delicada. O país incentivou fortemente o uso de gás natural sem ter uma produção nacional instalada, que atendesse essa demanda. De fato, a curto prazo, a importação do gás boliviano valia mais a pena, pois supriria as necessidades do mercado por um preço menor do da produção nacional.

5. RESULTADOS

A política energética boliviana, portanto, durante o contexto da Gasbol, foi determinada pelos acontecimentos históricos e que irrompeu com o Ato Supremo do presidente Evo Morales. É importante considerar os aspectos históricos na política boliviana, uma vez que esta é o fio condutor para a tomada de decisões por parte do governo boliviano, digerindo os protestos movidos por um sentimento nacionalista e pedindo justiça social aos governos neoliberais antecessores de Morales. De fato, a chegada de Morales ao poder representou um marco histórico para a população indígena do país. Não obstante, no Brasil, as consequências foram sentidas da forma mais desagradável, desencadeando uma crise na política externa do primeiro mandato do presidente Lula.

As consequências no fornecimento do gás boliviano poderiam ser piores. Mas assim como fez o presidente Lula, é importante considerar a construção histórica da economia boliviana, caracterizada como uma das mais pobres do mundo. No entanto, o fornecimento do gás não foi interrompido, o presidente Morales demonstrou seu interesse em continuar fornecendo gás para o Brasil, mas era preciso rever os contratos, reafirmando o recurso como propriedade estatal.

Sendo assim, pode-se indicar, a partir deste trabalho, que a política energética brasileira era pautada num princípio de procura por novas fontes que suprissem sua demanda interna, levando em consideração o forte número de recursos disponíveis e a tendência em se desprender da dependência do petróleo. No entanto, esse tipo de política não privilegiou a exploração dos recursos existentes em solo nacional, sendo a maioria do gás consumido, por exemplo, importado da Bolívia. Como observado em 2016, quando a Bolívia correspondeu por 51% do gás importado pelo Brasil.

Por outro lado, a política energética Boliviana no mandato do presidente Evo Morales foi delineada a partir do pressuposto históricos da política nacional. Eclodindo na maneira da reforma do quadro e as renegociações dos recursos explorados em solo boliviano por empreiteiras estrangeiras, como a Petrobrás.

O gás boliviano, ainda, durante o contexto da Gasbol, desempenhou um papel importante para economia brasileira, antes da chegada do presidente Evo, pois as reservas brasileiras eram insuficientes e caras para abastecer o setor industrial do país. Porquanto era mais conveniente importá-lo de um país vizinho e ao mesmo tempo atrair este para a zona de influência do Estado brasileiro. Todavia, no sentido negativo, o gás foi responsável pela primeira crise da política externa do governo Lula, o qual teve de encarar a oposição internamente. No que tange a economia boliviana, ela era muito sensível a exportação dos seus recursos energéticos. Posto isto, era de suma importância para ela continuar exportando-os. Conclui-se, além disso, que o perfil histórico do Estado tem incentivado os movimentos nacionalistas a demanda por justiça social e maior posicionamento do governo a favor deles. O que no governo Morales representou a principal pauta na reforma da política energética, e mais ainda, na sua própria política de governo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

De certa forma, a política energética brasileira foi determinada a partir das suas prioridades determinadas a partir dos princípios de oferta e demanda. No entanto, é importante considerar também, questões como o desenvolvimento de pesquisa, novas tecnologias na geração de energia. E incentivar a partir de políticas governamentais a implementação e investimento nesses setores.

Atualmente, o quadro brasileiro de energia vem passando por crise nas quais o governo tem projetado seu interesse na entrada de capitais estrangeiros, com o intuito de fornecer capital para a geração de energia em solo nacional. No entanto, as políticas vêm deixando de lado questões cruciais para o desenvolvimento de pesquisa e novas tecnologias dentro do país.

É indispensável o investimento em educação que priorizem as demandas atuais. A questão energética vem ganhando cada vez mais espaço nos debates internacionais. No entanto, se o Brasil continuar sensível a importação destes recursos, crises como a da Gasbol serão comuns.

É possível perceber, ainda, a importância da diplomacia de “boa vizinhança”, a qual é vista na cordialidade entre os dois países diante de tal situação. Isto prova que por mais divergente que sejam as necessidades, a cordialidade pode obter resultados favoráveis a ambos os lados em discussão.

A relação energética entre Brasil e Bolívia, portanto, mostra-se coerente e favoráveis à cooperação. Desse modo, novas pesquisas acerca do tema serão de extrema importância para entender não só as dimensões do gás natural no mundo, mas também da intrínseca relação entre energia, política, economia e relações internacionais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BALDAM, Rosquermar. **Economia da energia: fundamento econômicos, evolução histórica e organização industrial**. 2. Ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2016.

- BRASIL, Ministério de Minas e Energia. **Balço Energético Nacional 2017:** Ano base 2016. Empresa de Pesquisa Energética. Rio de Janeiro: EPE, 2017. Disponível em: https://moodle.unipampa.edu.br/moodle/pluginfile.php/352361/mod_resource/content/1/2.1%20-%20BEN%202017%20%20Documento%20Completo%20em%20Portugu%C3%AAs%20-%20Ingl%C3%AAs%20%28PDF%29.pdf Acesso em: 02 jul. 2019.
- BRASIL, Ministério de Minas e Energia. **Balço Energético Nacional 2018:** Ano base 2017. Empresa de Pesquisa Energética. Rio de Janeiro: EPE, 2018. Disponível em: http://epe.gov.br/sites-pt/publicacoes-dadosabertos/publicacoes/PublicacoesArquivos/publicacao-303/topico-419/BEN2018_Int.pdf. Acesso em: 03 jul. 2019.
- BRASIL, Ministério de Minas e Energia. **Considerações sobre a Participação do Gás Natural na Matriz Energética no Longo Prazo.** Empresa de pesquisa energética. 2018. Disponível em: <http://www.epe.gov.br/sites-pt/publicacoes-dados-abertos/publicacoes/PublicacoesArquivos/publicacao-227/topico-457/Considera%C3%A7%C3%B5es%20sobre%20a%20Participa%C3%A7%C3%A3o%20do%20G%C3%A1s%20Natural%20na%20%20Matriz%20Energ%C3%A9tica%20no%20Longo%20Prazo.pdf>. Acesso em: 09 jul. 2019.
- CONFEDERAÇÃO NACIONAL DAS INDÚSTRIAS. **Gás natural:** uma alternativa para uma indústria mais competitiva. Brasília: CNI, 2014. 71 p.
- FUSER, Higor. **Conflitos e contrato – A Petrobrás, o nacionalismo boliviano e a interdependência do gás natural (2002-2010).** São Paulo, 2011.
- FUSER, Igor. O mito da generosidade: contradições da política externa brasileira no contexto da nacionalização do gás natural boliviano. In: **Simpósio Internacional Lutas Sociais na América Latina**, 5, 2013.
- GONÇALVES, Fernanda. Bolívia: novos rumos à política externa, **Cadernos de Relações Internacionais**. Rio de Janeiro, v. 2, n. 1, 2009.
- GUEVARA AVILA, Jean Paul. Bolívia: processos de mudança e política externa. **Revista Diplomacia, Estratégia e Política, Brasília**, n.8, p.3648, out./dez. 2007. Disponível em: <http://www.funag.gov.br/biblioteca-digital/revistas-dep>. Acesso em: 05 de Abril 2008.
- GOLDEMBERG, José; MOREIRA, José Roberto. Política energética no Brasil. **Estudos Avançados**. V. 19, n. 55, 2006.
- HAGE, José Alexandre Altahyde. **Bolívia, Brasil e a Guerra do Gás.** Tese de doutorado, Campinas, 2006.
- HAGE, José Alexandre Altahyde. Bolívia, Brasil e o Gás: Um Breve Debate. **Revista de Estudos e Pesquisa sobre as Américas**, v. 2, n. 1, Janeiro-Junho, 2008.

INFORME anual 2017. El gás en europa y el Mundo. Asociación Española del gás, 2017. Disponível em:
<http://www.sedigas.es/informeanual/2017/wp-content/uploads/2018/06/Informe-anual-2017-EL-GAS-EN-EUROPA-Y-MUNDO.pdf>. Acesso em 05 dez. 2018.

TOLMASQUIM, Mauricio T; GUERREIRO, Amilcar; Gorini, Ricardo. Matriz Energética Brasileira: Uma prospectiva. [S. l], **Rev. Novos Estudos**, V. 79. pag. 47-69. Nov. 2017.

SEÇÃO IV
TRABALHOS ACADÊMICOS:
RESUMOS EXPANDIDOS

PRESENÇA MILITAR DE POTÊNCIAS EXTRARREGIONAIS NO ATLÂNTICO SUL: IMPLICAÇÕES PARA A ZONA DE PAZ E COOPERAÇÃO

ISABELLA ORTEGA¹

JULIANE ASSIS²

O trabalho objetiva analisar a presença militar de potências extrarregionais no Atlântico Sul e de que forma a mesma representa um desafio à região enquanto zona de paz e cooperação. Verifica-se, especificamente, a influência militar dos Estados Unidos, da Inglaterra e da França. Neste sentido, a hipótese levantada pela pesquisa sugere que a presença militar destas potências no Atlântico Sul representa uma possível ameaça à soberania dos países costeiros. Metodologicamente, optou-se pela abordagem qualitativa e pelo uso do método hipotético dedutivo. Em relação aos objetivos, a pesquisa assume caráter descritivo e explicativo. Quanto aos procedimentos, utilizou-se a pesquisa bibliográfica e documental, bem como a análise de fontes de imprensa impressa e digital. Em decorrência das descobertas de grandes reservas de recursos naturais em ambos os lados do Atlântico Sul, a região tem retomado, nos últimos anos, a sua relevância estratégica. Tal cenário causou uma confluência de interesses extrarregionais no Oceano: as potências ocidentais – principalmente Estados Unidos, Inglaterra e França – passaram a ampliar a sua presença na região, o que se concretizou na consolidação de uma robusta estrutura militar ocidental no Atlântico Sul. Os EUA fazem-se presentes, nesta região,

¹Graduanda de Relações Internacionais da Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA). 2019.

²Graduandas de Relações Internacionais da Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA). 2019.

por meio do controle de bases militares e, também, através de comandos militares: o *Southcom* e o *Africom*. Realizam, frequentemente, exercícios militares, com a justificativa de serem operações de combate ao narcotráfico e ao terrorismo. Dispõem, ainda, da 4ª Frota, que, reativada em 2008, atua sob responsabilidade do *Southcom*. França e Inglaterra, por sua vez, devido a legados do colonialismo, ainda controlam territórios no Atlântico Sul, onde também mantêm diversas bases militares. A Inglaterra detém capacidade estratégica superior à dos próprios países limítrofes, uma vez que o Atlântico Sul é dominado por possessões britânicas, como as Malvinas e Ascensão. A França, por sua vez, controla a Guiana Francesa, departamento ultramarino que comporta a base naval de Caiena, além de bases aéreas e o Centro Espacial de Kourou. No continente africano, possuem uma base militar permanente no Gabão e uma base no Senegal. Ademais, as potências ocidentais utilizam-se da OTAN como um meio alternativo de projetar-se sobre o Atlântico Sul e, assim, intensificar o cerco militar que impõem sobre o Oceano. Tal influência militar tem implicações negativas para o Atlântico Sul, uma vez que contraria a política que os países costeiros estabeleceram, no âmbito da Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul (ZOPACAS), para a região: que esta deve ser, como o nome do fórum indica, uma zona de paz, não-militarizada e livre de atividades relacionadas às questões e interesses internacionais alheios à região. Em contrapartida, os países sul-atlânticos possuem capacidades militares significativamente inferiores às dos países do Norte, o que impossibilita que realizem a proteção efetiva do Atlântico Sul e façam frente, assim, à influência militar ocidental. Torna-se patente, desta forma, que os países costeiros, face às crescentes tentativas de militarização do Atlântico Sul, desenvolvam suas capacidades militares e fomentem mecanismos de defesa regionais, como a ZOPACAS.

O AVANÇO DA EXTREMA-DIREITA E O EXÍLIO POLÍTICO NO BRASIL CONTEMPORÂNEO

ISABELLA MARTINS CARPENTIERI¹

Nos últimos anos, estudiosos começaram a discutir o surgimento de uma “onda conservadora” na política e na sociedade de diversos países da América Latina. No final de 2018, com a eleição de Jair Bolsonaro à Presidência da República, essa onda chegou ao Brasil, após uma campanha marcada pela polarização entre a direita e a esquerda. As declarações de Bolsonaro durante o processo eleitoral foram investidas contra os direitos humanos e também contra “qualquer tipo de ativismo”. Sua vitória representou a ascensão da direita que defende o conservadorismo moral e é contrária às pautas associadas aos direitos das mulheres, dos homossexuais, dos imigrantes e de outros grupos que demandam do Estado políticas compensatórias e protetivas. Nesse contexto, voltou à tona a discussão sobre a necessidade de proteção às liberdades individuais e o surgimento de novos exilados políticos. Segundo Kohler (2008), o autoexílio ou exílio voluntário ocorre quando alguns indivíduos, sentindo-se ameaçados ou vítimas de perseguição política, racial ou religiosa, buscam exílio por iniciativa própria em outros países. O caso do ex-deputado Jean Wyllys (PSOL), que, após sofrer graves ameaças de morte, abriu mão de seu mandato e saiu do Brasil, gerou repercussão entre os estudiosos por ser considerado o primeiro caso de exílio político voluntário de um parlamentar após o fim da ditadura. Vale ressaltar que a antropóloga e professora da UnB,

¹Graduanda de Relações Internacionais da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). 2019.

Débora Diniz, e a escritora Marcia Tiburi já tinham deixado o país, ainda em 2018, após sofrerem cotidianamente ameaças. Os “fluxos transnacionais” dão origem a movimentos diversos (populações, capitais, ideologias, informações) que atravessam as fronteiras nacionais e escapam, completamente ou parcialmente, do controle dos Estados (BADIE; SMOUTS, 1999, p. 65). Sendo assim, dos países de acolhida, os ativistas transformam o espaço do exílio em uma arena política, denunciando a repressão contra aqueles que defendem os direitos humanos. O debate acerca da existência de novos exilados políticos brasileiros ainda é recente e pouco discutido por aqueles que se dedicam ao estudo dos fluxos migratórios atuais. Ao considerar o tema das migrações como um assunto importante dentro da agenda de Relações Internacionais, as questões envolvendo exílio político adquirem ainda mais relevância, haja visto que o indivíduo exilado passa a interagir com o Estado de acolhida e o Estado de origem, mas também com as redes transnacionais e a esfera internacional. O presente trabalho tem como objetivo analisar a conjuntura política no Brasil e seus reflexos para além de suas fronteiras territoriais. Como propósito específico, identificar a atuação das organizações internacionais, como a Anistia Internacional e a *Human Rights Watch*, como estrutura de apoio nesse contexto e a possibilidade de países estarem dispostos a concederem asilo a indivíduos que se sentem ameaçados em território brasileiro.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

RODRIGUES, Helenice; KOHLER, Heliane (org.). **Travessias e cruzamentos culturais: a mobilidade em questão**. Editora FGV, Rio de Janeiro, 2008.

BADIE, Bertrand; SMOUTS, Marie Claude. **O Mundo em Viragem Sociologia da Cena Internacional**. Instituto Piaget, 1999.

AUSÊNCIA DAS MULHERES NEGRAS NA ÁREA ACADÊMICA DAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS: PRIMEIRAS APROXIMAÇÕES

BRUNA DE PEREIRA¹

EMILLY MARIA MELLO DA SILVA²

HELENA GABRIEL OCAÑES³

O artigo parte da premissa de que há uma nítida ausência de mulheres negras no campo acadêmico das Relações Internacionais (RI), e compreende que, nem sempre, é uma falta de interesse por parte delas. Para entender onde estão as mulheres negras nas RI, precisamos partir do contexto histórico de hierarquia social existente, onde essas mulheres são a base, e quem está no topo, no caso o homem, branco e heterossexual, detém maiores privilégios. A metodologia consiste em uma pesquisa qualitativa, com o método de revisão bibliográfica, coletando informações de fontes secundárias como livros e artigos em periódicos, com o propósito de entender o motivo de nos dias de hoje persistir essa ausência das mulheres negras na área acadêmica, mais precisamente, no curso de Relações Internacionais. Dentre os resultados parciais da pesquisa, notamos que há uma falta imensa de dados sobre a presença/ausência de mulheres negras na carreira acadêmica nas RI, por conta de um racismo institucionalizado que não permite a inserção das mulheres negras em ambientes vistos como elitistas precisamos, portanto, dos feminismos negros e teorias pós-

¹Graduanda do quarto semestre em Relações Internacionais pela Universidade Federal do Rio Grande – FURG. E-mail: brunapereira081516@gmail.com. 2019.

²Graduanda do quarto semestre em Relações Internacionais pela Universidade Federal do Rio Grande – FURG. E-mail: emymello@hotmail.com. 2019.

³Graduanda do quarto semestre em Relações Internacionais pela Universidade Federal do Rio Grande – FURG. E-mail: helenaocanes@gmail.com. 2019.

colonialistas para aumentar a presença das mulheres negras na academia. Dessa forma, e partindo dos marcos teóricos dos feminismos negros e decolonial, percebemos a importância de estudar as mulheres negras dentro de uma sociedade, que possui um histórico racista e uma persistência da exclusão da mulher negra. O Brasil, um país que já foi colonizado, sofre, ainda, com a segregação de sua população. Precisamos, portanto, dos feminismos negros e de teorias como a pós-colonialista, para aumentar a representatividade dessas mulheres na área acadêmica.

AS OPERAÇÕES DE PAZ COMO INSTRUMENTO DE POLÍTICA EXTERNA E DE DEFESA BRASILEIRA NO PÓS GUERRA FRIA

JULIA NISHIO¹

Tendo em vista as implicações e desdobramentos da atuação brasileira nas operações de paz das Nações Unidas, o presente trabalho tem por objetivo analisar a maneira em que a política externa se relaciona com a política de defesa, buscando investigar suas articulações e motivações para se compreender como as duas políticas agem em defesa dos interesses nacionais. Para isso faz-se necessário abordar brevemente as características das operações de manutenção de paz e a participação do Brasil nelas, sobretudo a partir do século XXI, onde houve a consolidação de princípios e valores da política externa, assim como a institucionalização e regulamentação da política de defesa brasileira. Fundada em 1945, a ONU surgiu com princípios similares propostos à política externa e de defesa brasileira, reforçando a relevância do Brasil nessa Organização e os valores que ela propaga. No âmbito das operações de paz, tais valores não se diferem, uma vez que seus princípios estão baseados no consentimento, na imparcialidade e do não uso da força, exceto em autodefesa e em defesa do mandato. Atenta-se também pela atuação do Brasil nas operações de paz estar presente nos documentos estruturantes da defesa nacional (PND, END, LBDN) afirmando sua importância. Diante desse contexto, ressaltam-se o estudo referente entre ambas as políticas após a Guerra Fria,

¹Graduanda em Relações Internacionais pela Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA). 2019.

simbolizada pela queda do muro de Berlim e pelo término do mundo bipolar, uma vez que implicou em profundas transformações na ordem mundial, gerando a necessidade dos Estados repensarem, e até mesmo redefinirem suas vertentes domésticas e externas para responder às novas demandas globais, caracterizado neste momento, pela complexa interdependência. Durante a década de 1990 abriu-se um debate acerca do reconhecimento da ausência de ameaças externas e de securitização que implicam nos problemas relacionados à defesa nacional. Sendo assim, os primeiros anos do século XXI apresentam a necessidade de o país robustecer as capacidades de projeção internacional para além do continente sul-americano, viabilizando uma discussão em correspondência às ações que deveriam ser tomadas pelo governo na criação de instâncias defensoras da segurança interna e o no papel das Forças Armadas. Portanto, tem-se como hipótese que a atuação do Brasil nas missões da ONU tem servido como meio de intensificar a participação brasileira no sistema internacional, aumentar a influência do país externamente, além de prover as Forças Armadas de conflitos reais. Os anos 2000 se destacam por ser um período em que se acentua a participação brasileira nessas operações, dando ênfase para a atuação do exército e da marinha. Logo, evidenciam-se os interesses do Ministério da Defesa e o Ministério das Relações Exteriores, de que, para um é relevante projetar o país como grande ator internacional e, para o outro, a oportunidade única para expandir a própria capacidade de defesa nacional. Para tal, é necessário que as diretrizes de política externa e de defesa sejam coerentes e objetivas, de acordo com as vontades da nação. O estudo classifica-se, pelo objetivo, como descritivo explicativo, através do método hipotético-dedutivo, sendo utilizada a abordagem qualitativa, tendo em vista o teor tanto teórico quanto histórico da pesquisa.

JAPÃO E RELIGIÃO: O XINTOÍSMO COMO BASE DA POLÍTICA EXTERNA IMPERIALISTA JAPONESA (1868-1945)

MAURÍCIO DIAS¹

Em 1868, por meio da Restauração Meiji, teve-se o fim do Xogunato Tokugawa, forma de governo na qual os samurais possuíam controle político do Japão, e o retorno do imperador como poder político central do Estado, dando início à Era Meiji (1868-1912). Em sua nova configuração, os objetivos principais do governo japonês eram se desenvolver e se reestruturar para possibilitar um Japão com poder equivalente às grandes potências ocidentais da época. Como diversas reformas, desde sociais a econômicas, precisavam ser feitas para alcançar essas metas, o imperador se tornou o elemento principal da coesão político-social japonesa, tendo em vista que, apoiado em seu simbolismo sagrado, ele era capaz de manter a identidade nacional, a obediência da população e a unidade do Estado. Para alcançar isso, o governo japonês utilizou-se a seu favor a religião japonesa xintoísta que considerava de origem divina o Japão, seu povo e o imperador, assim como impunha lealdade ilimitada à figura imperial, pois ela expressava a vontade dos Deuses. Dessa forma, o Japão transformou-se em um Estado Xintoísta. De 1894 a 1910, essa nova formação, que favoreceu um forte nacionalismo xenófobo, possibilitou uma política externa japonesa agressiva, culminando em conflitos com a China e a Rússia, além da anexação de territórios como a península coreana. Após a Crise de 29, em um ambiente de retardo econômico e de estagnação das forças navais, se

¹Graduando de Relações Internacionais da Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA). 2019.

fortaleceram os movimentos ultranacionalistas radicais xintoístas. Essas organizações ultranacionalistas, lideradas por civis e militares, baseando-se na sacralidade do imperador e do território japonês, agiam a favor da expansão geográfica do Império e encaminhavam, o governo nipônico, através de tentativas de golpe de Estado e assassinatos de figuras políticas, a um nítido imperialismo na segunda metade da década de 1930. Portanto, para atingir seus objetivos imperialistas contra a manutenção da estrutura do status quo, o Japão aliou-se à Alemanha e à Itália, iniciando sua participação na Segunda Guerra Mundial em 1941. Logo, esse artigo possui como objetivo geral compreender como o xintoísmo possibilitou o fortalecimento de uma política externa japonesa agressiva, de 1868 a 1945, haja vista a formação e o fim do imperialismo japonês influenciado pela religião. Já como objetivos específicos, deseja-se definir o que é xintoísmo e investigar a relação conceitual entre religião e política externa no período destacado. Assim, tem-se como hipótese que, o xintoísmo, ao divinizar o Estado nipônico como um todo, propiciou um nacionalismo e uma lealdade ao imperador que permitiram a sustentação da política externa imperialista que, diante da estagnação econômica, da retração das Forças Militares e dos movimentos ultranacionalistas, alcançou seu ápice na Segunda Guerra Mundial. Ademais, a metodologia desse artigo será baseada em uma abordagem de caráter qualitativo e na utilização do método hipotético-dedutivo. Outrossim, como acontecimentos históricos serão retratados no artigo, o método histórico-descritivo será usado. Enfim, será aplicada tanto uma pesquisa bibliográfica, utilizando livros e artigos, quanto uma pesquisa documental que estará presente através de documentos e relatórios oficiais.

O DESPERTAR DO DRAGÃO ASIÁTICO: A INOVAÇÃO CHINESA COMO INSERÇÃO EXTERNA

PÂMELA MONTEIRO SIQUEIRA¹

JOÃO HEITOR PEREIRA²

Com a intensificação do processo de globalização no sistema internacional (SI), é possível perceber o quão complexas e dependentes se tornaram as relações nesse âmbito, e não somente no quesito da economia como também da tecnologia, das ideias e de outros aspectos. Dessa forma, é possível analisar a atuação da China em tal cenário, ou seja, um país antes fechado que hoje obtém suas garras espalhadas pelo mundo agindo de forma ativa, todavia, de um modo diferente das grandes potências do sistema internacional na conquista de sua ascensão externa. Para debater acerca de ascensão chinesa é indispensável falar sobre a Rota da Seda, entretanto, se faz totalmente necessário analisar o pulo do Dragão Asiático – China – que fica por conta das reformas econômicas no território nacional chinês, as quais completaram 40 anos em 2018 e foram essenciais para o papel de potência internacional desempenhado hoje pelo dragão no SI. O presente trabalho se utiliza do estudo das Relações Internacionais em conjunto com estudos econômicos para analisar a inserção externa da China e seu crescimento econômico. Como tal estudo tem um caráter interdisciplinar, trata-se de uma pesquisa qualitativa na qual a primeira fase consiste em levantar dados que demonstrem uma ascensão por inovação, em tecnologia

¹Graduanda em Relações Internacionais, Universidade Federal do Rio Grande (FURG), pamela_msiqueira@hotmail.com, 2019.

²Graduando em Relações Internacionais, Universidade Federal do Rio Grande (FURG), joaoheitorpereira@gmail.com, 2019.

por exemplo, refletindo a tomada de lugares no SI por parte da China, desse modo, dialogando com o conceito de interdependência complexa de Keohane e Nye. Ademais, como a pesquisa se encontra em estágio inicial, não é possível constatar sólidos resultados, todavia, se torna necessária a análise do crescimento de companhias chinesas no setor de tecnologia, Xiaomi e Huawei são exemplos disso, o que revela a presença do dragão em diversos setores de inovação. Ademais, as companhias chinesas citadas acima enfrentam problemas para se estabelecer no ocidente por “ferir interesses nacionais”, revelando assim, um receio de que a China atinja a hegemonia. Junto a isso, o atual trabalho pretende evidenciar o segredo asiático em investir em inovação e demonstrar a conquista de diversos setores por parte da China. Destarte, sinalizar em como as reformas econômicas alavancaram a economia e contribuíram para a inserção externa, levando a China para o lugar no qual se encontra hoje, ou seja, uma das maiores economias do mundo e que vem conquistando cada vez mais o SI.

POLÍTICAS DE DIREITOS HUMANOS NO MERCOSUL: AVANÇOS NAS POLÍTICAS PARA A POPULAÇÃO TRANSGÊNERO (2015-2018)

ZURI LIMA DAMASCENO¹

Com uma expectativa de vida de 35 anos e falta de acesso aos direitos básicos, a população trans é quem mais sofre violência comparada aos outros membros da comunidade LGBTI. O Mercosul tem em seu projeto o Instituto de Políticas Públicas em Direitos Humanos (IPPDH) um organismo intragovernamental que trabalha com a cooperação, pesquisa e apoio a coordenação de políticas regionais de direitos humanos. A partir de 2015 surgiu a necessidade de atender a população LGBTI formando a comissão permanente Reunião de Altas Autoridades sobre Direitos Humanos (RAADH). O presente artigo tem por objetivo identificar quais foram os avanços das políticas para a população transgênero nos países membros Brasil, Argentina, Bolívia, Paraguai, Uruguai e Equador entre 2015 e 2018. A pesquisa qualitativa na importância dos dados coletados e sistematizados, partirá de revisão bibliográfica e teórica sobre as discussões conceituais acerca da transgeneridade e da teoria Queer. Dentre os resultados parciais da pesquisa, constatou-se que apesar dos pequenos avanços na promoção de políticas públicas e direitos humanos há diferenças na maneira que cada país leva em conta a adoção de políticas de direito para a população transgênero.

¹Graduando do sexto semestre em Relações Internacionais pela Universidade Federal do Rio Grande – FURG. E-mail: zuridamasceno@gmail.com, 2019.

O DESENVOLVIMENTO DO CONSELHO DE COOPERAÇÃO DO GOLFO COMO UMA INSTITUIÇÃO HÍBRIDA E SUAS IMPLICAÇÕES PARA A INTEGRAÇÃO REGIONAL

JOÃO LUIS MENEGHETTI¹

THAÍS PEIXOTO²

O presente estudo tem como objeto examinar o caráter híbrido apresentado pelo Conselho de Cooperação do Golfo – instituição composta pelas seis monarquias petrolíferas da região do Golfo Árabe –, uma vez que a organização apresenta traços tanto de aliança militar, quanto de organização econômica. A hipótese da pesquisa consiste em provar que a cooperação militar e a cooperação econômica estão intrinsecamente conectadas, logo, faz-se necessária uma análise aprofundada sobre ambos os aspectos, objetivando compreender as razões pelas quais a integração na esfera econômica se revelou mais próspera do que uma integração de cunho securitário. Para tal, toma-se como base as perspectivas oferecidas por duas teorias de integração regional - o realismo e o intergovernamentalismo liberal -, bem como o entendimento histórico-evolutivo da instituição e das ações dos países da região. O objetivo geral compreende o estudo, análise e interpretação das relações e atritos entre os seis membros da organização, atestando as razões pelas quais os Estados foram incapazes de cumprir os objetivos, essencialmente econômicos, propostos na Carta do Conselho de Cooperação do Golfo; em conjunto com as motivações para a não inclusão

¹Graduando de Relações Internacionais da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), 2019.

²Graduanda de Relações Internacionais da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), 2019.

de aspirações militares na Carta que fundou a instituição. Empregam-se dois tipos de metodologia: a de caráter qualitativo, aplicada majoritariamente na análise do Conselho de Cooperação do Golfo enquanto uma aliança militar, estudo embasado pela teoria realista; assim como a metodologia quantitativa, utilizada nas seções do artigo que priorizam o Conselho de Cooperação do Golfo enquanto uma organização econômica, alicerçada na teoria intergovernamentalista liberal. Como resultado, tem-se a comprovação da ligação intrínseca entre a segurança coletiva e o fator econômico no âmbito da organização, evidenciando, portanto, seu caráter híbrido

A RELAÇÃO POLÍTICA E MILITAR SINO-RUSSA ANALISADA A PARTIR DA ORGANIZAÇÃO PARA COOPERAÇÃO DE XANGAI: UM CONFLITO AOS INTERESSES ESTADUNIDENSES?

CECÍLIA LUCZYNSKI MAGALHÃES¹

Com o colapso da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas e a política de reabertura chinesa durante o século XX, têm-se duas nações de relevância no globo em uma busca por espaço e influência no sistema internacional. Dessa forma, já no final dos anos 90, percebe-se uma mudança na dinâmica política mundial, ao passo que, enquanto o Estado chinês procura inserção entre as grandes potências e decisões, o território russo tenta manter o status de grande potência herdada da antiga URSS, com o objetivo de contrabalancear o poderio estadunidense. Dessa maneira, com a busca por consolidação chinesa - não só no viés econômico, mas também político e militar - e a reestruturação do Estado russo pós-queda da União Soviética, houve cada vez mais a necessidade de ambas as nações de estabelecer relações estratégicas com outros Estados. Em decorrência de tal objetivo em comum, a localização estratégica em que se encontram - com a fronteira euroasiática entre estes -, as dinâmicas de aproximação e afastamento entre tais estados e os Estados Unidos e aos seus interesses militares (NOZAKI; LEÃO; MARTINS, 2011), constrói-se um processo de aproximação sino-russa ao final do século XX e início do século XXI, o qual possui como um de seus marcos a criação da Organização para Cooperação de Xangai, a primeira organização internacional criada pela potência

¹Estudante do 3º semestre de Relações Internacionais da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). E-mail: cecilia.magalhaesf5jr@gmail.com, 2019.

asiática, com enfoque na cooperação militar entre as nações envolvidas. O presente artigo, portanto, possui o objetivo de analisar a criação e consolidação da Organização de Xangai desde o seu surgimento, com foco na resposta ao seguinte questionamento: como se dá a relação sino-russa, até que ponto se tem uma cooperação de fato no século XXI entre as duas potências e se esta se configura como um empecilho aos interesses estadunidenses. No intuito de responder tal pergunta, o presente artigo foi produzido com base na análise no estudo de caso da relação sino-russa de cooperação pós-2001, com enfoque na situação política desenvolvida pelos dois Estados e na relação militar entre eles a partir do surgimento da OCX. Assim, busca-se destacar a estrutura da organização, mudanças e impacto no cenário internacional, por meio da exposição de dados e iniciativas ocorridas com o seu surgimento. A partir desses aspectos, objetiva-se então alcançar uma maior compreensão da relação de aproximação sino-russa a partir da Organização para Cooperação de Xangai, sob o aspecto dos interesses chineses, russos e estadunidenses.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

NOZAKI, William Vella; LEÃO, Rodrigo Pimentel Ferreira; MARTINS, Aline Regina Alves. A ascensão chinesa e a nova geopolítica e geoeconomia das relações sino-russas. In: LEÃO, Rodrigo Pimentel Ferreira; PINTO, Eduardo Costa; ACIOLY, Luciana (org.). **A China na Nova Configuração Global - Impactos Políticos e Econômicos**. Brasília, 2011.

A OPRESSÃO DA MULHER NO EGITO: O FEMINISMO ISLÂMICO COMO VIÉS POLÍTICO-RELIGIOSO DE LIBERTAÇÃO PÓS PRIMAVERA ÁRABE

FABRINE SARAVIA DUMMER¹

O referente artigo é uma análise da opressão feminina no Egito após Primavera Árabe. Serão pontos a serem verificados no trabalho o sistema patriarcal árabe, o início do movimento político-religioso na primavera árabe em 2011, o cumprimento ou descumprimento dos Direitos Humanos apontados pela Declaração Universal dos Direitos Humanos em relação ao sexo feminino, o movimento feminista islâmico, a religião islâmica e juntamente com o Corão, a mulher muçulmana, bem como seu papel na religião e a visão do ocidente sobre a mulher muçulmana. A sociedade árabe muçulmana sempre teve papéis de gênero muito rígidos e definidos, tratando a mulher de forma oprimida e subjugada. A análise será feita inicialmente do macro e partiremos para o micro, ou seja, será averiguado a sociedade árabe como um todo e logo após o Egito como objeto principal da pesquisa. Os números de violência contra a mulher são alarmantes, visto que na maioria dos Estados árabes não há legislação que defenda os direitos do feminino como um todo. Entretanto, após os levantes ocorridos em 2011, muitos pontos se modificaram, como questões econômicas e políticas. O movimento político-religioso denominado feminismo islâmico chegou no Estado do Egito com a finalidade de libertar as mulheres muçulmanas dos padrões impostos a elas pela sociedade patriarcal árabe. Todavia, entre a própria comunidade feminina egípcia há contradições entre a aceitação do

¹Graduanda de Relações Internacionais da Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA), 2019.

movimento feminista islâmico como alternativa para a reinserção igualitária na sociedade nacional. Desta forma, mulheres árabes acusam feministas islâmicas de renderem-se a medidas ocidentais para solucionar os problemas conjunturais que serão explanados neste artigo. Para compreensão total do tema faz-se necessário a verificação histórico-científica do papel feminino antes e após a Primavera Árabe ocorrida em território egípcio a partir de 2011. A carta dos Direitos Humanos redigida pelas Nações Unidas, e ratificada tanto pelo Egito quanto pelos outros países árabes, traz revelações de graves violações de seus artigos quando analisados do ponto de vista feminista. Já a sociedade patriarcal árabe, como um todo, cria uma cultura de segregação, subjugação, maus tratos, mutilação de órgãos genitais, estupros e abusos físicos e psicológicos dentro e fora da esfera doméstica. Já no Egito em plena Primavera Árabe as mulheres tiveram papel definitivo na deposição do ditador Hosni Mubarak e Mohammed Morsi, desde então acreditou-se que a sociedade egípcia evoluiria e deixaria os moldes patriarcais no passado, todavia não foi o que ocorreu.

LAICIDADE E REVIVALISMO ISLÂMICO NA TURQUIA: AGÊNCIA E GENDRAMENTO NO USO DO VÉU

BÁRBARA JARDIM ZIETLOW¹

O corpo tem sido um espaço de intervenções estatais e de subjetivações na Turquia desde formação do Estado em 1920. Durante os anos formativos do Estado turco, regulações e intervenções relacionadas ao vestir do corpo foram centrais para o estabelecimento de uma esfera pública orientada para o Ocidente onde o sujeito nacional moderno foi criado. A partir da década de 1990, com o revivalismo islâmico e a reemergência do uso do véu na esfera pública, o hijab desestabilizou as distinções entre público-privado mantidas e monitoradas pelo olhar secular, forçando a negociação de conceituações alternativas de público e privado. Ao analisar a centralidade do véu (hijab) na disputa entre as elites kemalistas e as novas elites do revivalismo islâmico na Turquia, este artigo busca, portanto, investigar as funções materiais e simbólicas do corpo na construção do novo Estado turco e das contestações islamistas desenvolvidas a partir dos anos 1990. Como metodologia será empregada a análise de decisões da Corte Europeia de Direitos Humanos, especificamente os casos Leyla Sahin vs. Turquia, de 2005, e Dogru vs. Turquia, de 2008. A dinâmica política entre secularismo e islamismo é particularmente intrigante no caso da Turquia, dado o próprio processo de formação estatal. O país tem uma longa tradição de elites dominantes que, desde o século 19, estão engajadas em reformar, modernizar e secularizar a sociedade turca. Assim, na década de 1920, o véu islâmico passa a desempenhar um papel central no discurso oficial, sendo

¹Graduanda de Relações Internacionais na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), 2019.

usado como um símbolo de atraso, barbarismo e opressão das mulheres pelo estado otomano. Criou-se uma interrelação entre participação política e o uso do véu: se as mulheres fossem participar na esfera pública, isso só poderia ser atingido através do despir do véu. O corpo das mulheres tornou-se, então, espaço onde a identidade nacional foi forjada e exibida para o público; o estado secular construiu-se como o agente político capaz de vestir e despir o corpo das mulheres, de regular e controlar a sua presença e visibilidade na esfera pública, estabelecendo-se, portanto, a sua própria identidade enquanto estado secular, moderno e ocidentalizado (ÇINAR, 2005, p. 73). Para debater a relação entre práticas de gendramento e agência das mulheres islâmicas turcas no uso do véu, o artigo vale-se das contribuições teóricas de Saba Mahmood, autora que aponta como as teorias feministas, apesar do debate sobre interseccionalidade e subalternidades durante a década de 1980, se mantiveram alheias à problemática da diferença religiosa. A autora chama atenção para como a relação problemática entre o feminismo e as tradições religiosas é mais manifesta em relação ao Islã, tanto pela relação historicamente litigiosa entre Islã e o que veio a ser denominado “Ocidente”, quanto pelos desafios que os movimentos islâmicos contemporâneos colocam aos movimentos seculares e liberais, onde o feminismo assume uma centralidade fulcral.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ÇINAR, Alev. **Modernity, Islam, and Secularism in Turkey: Bodies, Places, and Time.** University of Minnesota Press, 2005.

O CINEMA COMO FERRAMENTA DE EMANCIPAÇÃO: O CASO DA FEDERAÇÃO PAN AFRICANA DE CINEMA E A CONSOLIDAÇÃO DE NOLLYWOOD

HENRIQUE MARTINS DA SILVEIRA¹

PEDRO JOFILY MIRANDA CRUZ²

As narrativas não brancas e não eurocêntricas raramente ocupam um lugar de destaque no campo da cultura ocidental, o cinema africano é um claro exemplo disso. As redes de distribuição cinematográfica *mainstream* pouco privilegiam as narrativas de África. Contudo, não apenas a estrutura, como também no campo da superestrutura é possível identificar uma colonialidade das telas (MARX, 1993). No Brasil isso está presente, o grande público tanto encontra à sua disposição como recorre muito mais às tradicionais produções Hollywoodianas em detrimento do cinema produzido a partir do Sul global, como os filmes advindos de países africanos. A partir do cinema é possível observar a existência de uma estrutura de poder que abrange o campo da cultura e do audiovisual, a qual impede a representação de povos subalternizados e de realidades intencionalmente esquecidas, e que também promove a exotização de tudo que separa o “nós” do “outro”, o que respeita uma rígida classificação social em privilégio do Norte Global (QUIJANO, 2009). Assim, o presente trabalho tem como objetivo principal identificar essa estrutura e pontuar o cinema como ferramenta de emancipação frente a

¹Graduando do curso de Relações Internacionais. Universidade Federal de Santa Catarina. henriquemsilveira@hotmail.com. 2019.

²Graduando do Curso de Jornalismo. Universidade Federal de Santa Catarina. pedrojofily@gmail.com. 2019.

ela. A metodologia utilizada é exploratória, além de longa pesquisa bibliográfica, buscou-se analisar documentos e resoluções de organismos internacionais que abordassem o tema. Na primeira seção, é abordado o ativismo de cineastas e produtores na época da descolonização. Foi a partir do movimento político-cultural que cineastas ganham voz e aliados na construção de políticas públicas e baniram empresas coloniais de exploração do campo audiovisual. Esse foi o pontapé para a consolidação de produtoras, festivais e espaços de exibição para os filmes produzidos em África por africanos, além de tornar o cinema um instrumento de libertação e identificação dos povos. Essa luta foi travada a partir de articulações que culminaram na criação da Federação Pan Africana de Cineastas (FEPACI), a qual será enfocada na primeira seção do presente trabalho. (DIAWARA, 1992). Já na segunda seção, analisou-se o caso da Nigéria, e de sua indústria cinematográfica, Nollywood. Considerada uma das maiores do mundo, em termos de produção, Nollywood caracterizou-se por realizações de baixo custo. Suas produções, muito populares com o público nigeriano e de outros países africanos distanciaram-se de padrões estéticos e narrativos de outras escolas de cinema tradicionais, como as formadas na Europa. O grande sucesso das produções com o público indica a importância de uma produção cinematográfica construída a partir dos interesses e narrativas familiares ao ambiente em que se encontra, contando com escolhas narrativas que apresentam-se como alegorias para anseios e questões de seus espectadores (OBIAYA, 2011). Os resultados da investigação trazem revelações de cunho social e material. Uma constatação é que o processo de emancipação formal e identitária alavancado pelas independências, abriu espaço para a consolidação de produções cinematográficas autônomas. Por fim, sem melhorias materiais na distribuição dos filmes, jamais será desafiada a lógica eurocêntrica praticada pela indústria *mainstream*. A União Africana (UA) apresenta-se como um terreno fértil para a articulação dessa agência.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

DIWARA, Manthia. African **Cinema**: politics & culture. Bloomington: Indiana University Press, 1992. 192 p.

OBIAYA, Ikechukwu. **The Blossoming of the Nigerian Video Film Industry**. 2011.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do Poder e Classificação Social. In: SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula (orgs). **Epistemologias do Sul**. 2009.

MARX, Karl. **A ideologia alemã**. 9ª ed. São Paulo: Hucitec, 1993.

A DIPLOMACIA NÃO OFICIAL: OS SUJEITOS DIPLOMATAS INVISIBILIZADOS NOS PROCESSOS DE EXPULSÃO EM 2018

JOÃO HEITOR PEREIRA¹

As Relações Internacionais (RI) estudam de maneira sistemática as relações políticas, econômicas e sociais entre diferentes países cujos reflexos transcendem as fronteiras de um Estado. Além dos profissionais da área de RI, que auxiliam nas questões transfronteiriças, há os profissionais que trabalham nos órgãos oficiais dos países, como o Ministério das Relações Exteriores (MRE), no Brasil. Muito é estudado sobre a diplomacia e as relações diplomáticas, sempre permeado pelas representações oficiais dos profissionais que atuam nesta área. O presente trabalho vem a completar um vácuo percebido nesses estudos, focando nos indivíduos que atuam como diplomatas, a partir dos processos de tradução cultural a que são inevitavelmente submetidos quando se deslocam para distintos países. Ao deslocar-se no espaço, identidades são confrontadas pelas novas e diferentes línguas e culturas que lhes são impostas na chegada. Todavia, a mídia e os pesquisadores não têm interesse por questões individuais de representantes estatais e suas angústias, dando foco apenas para temas econômicos e geopolíticos. Desse modo, surge uma problemática originária dessa invisibilidade de indivíduos. Assim, segundo Bhabha (1998, p. 20). O que é teoricamente inovador e politicamente crucial é a necessidade de passar além das narrativas de subjetividades originárias e iniciais e de focalizar aqueles momentos ou processos que são produzidos na articulação de diferenças culturais. Esses "entrelugares" fornecem o terreno para a

¹Graduando em Relações Internacionais, Universidade Federal do Rio Grande (FURG), joaoheitorpereira@gmail.com, 2019.

elaboração de estratégias de subjetivação ao – singular ou coletiva – que dão início a novas signos de identidade e postos inovadores de colaboração e contestação, no ato de definir a própria ideia de sociedade. Talvez a área das RI não esteja tão atenta aos indivíduos como seres humanos que fazem parte da carreira chamada diplomacia, que organiza as relações das diferentes nações do mundo, o foco nos estudos tem sido especialmente sobre os diplomatas como profissionais dentro dos órgãos de relações exteriores dos países. Esquece-se do lado humano, dos desdobramentos nada glamorosos que as missões trazem aos profissionais da diplomacia e suas famílias, como os recentes casos de expulsão de diplomatas russos da Europa e dos Estados Unidos, que forçaram a Rússia a igualmente expulsar diplomatas de seu território. A causa das expulsões está na suspeita de que a Rússia está envolvida no envenenamento de um ex-espião de seu país e sua filha, na Inglaterra. Este trabalho une diferentes áreas do conhecimento: Relações Internacionais, estudos culturais e linguística aplicada. Como a pesquisa tem um caráter interdisciplinar, trata-se de uma pesquisa qualitativa na qual a primeira fase consiste em levantar dados nos principais periódicos em língua portuguesa, espanhola e inglesa que envolveram as expulsões dos diplomatas e como esses são representados. A pesquisa encontra-se em uma fase inicial, assim, não é possível encontrar resultados concretos. Entretanto, depois da expulsão dos diplomatas não se encontra notícias sobre os indivíduos, dessa forma, é possível perceber a invisibilidade perante os sujeitos expulsos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BHABHA, Homi K. **O local da cultura**. Trad. de Myriam Ávila, Eliana Lourenço de Lima Reis e Gláucia Renate Gonçalves. Belo Horizonte: Ed. da UFMG, 1998.